APRESENTAÇÃO

O Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual Edith de Souza Prado de Oliveira - Ensino Fundamental e Médio é um instrumento teórico metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola de uma forma sistematizada, consciente, científica e participativa. É o caminho mais acertado para reinventar a escola, ressignificando suas finalidades e objetivos.

O Projeto Político Pedagógico representa o compromisso dessa instituição com uma trajetória no cenário educacional, construindo a partir disto uma proposta que defina nossa identidade institucional e nossa prática de atuação.

A corporeidade do projeto acontece na interação entre sujeitos: professor, alunos, equipe de coordenação, diretoria, pais e funcionários, que são as pessoas que dão vida à escola. A forma de firmar esse compromisso implica planejamento, dando lugar e sentido a uma ação conduzida pelas diretrizes do projeto, pela LBD e pelos princípios do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990).

A nova LDB, Lei nº 9394/96 prevê em seu artigo 12, inciso I, “que os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica.” Esse preceito legal está sustentado na ideia de que a escola deve assumir, como uma de suas principais tarefas, o trabalho de refletir sobre sua intencionalidade educativa.

O artigo 13 da referida lei “prevê as incumbências dos docentes no estabelecimento de ensino”, assim como o artigo 14 coloca “que os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades”.

O artigo 32 - § 5º da referida Lei prevê que “o currículo do ensino fundamental incluirá, obrigatoriamente, conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes, tendo como diretriz a Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, observada a produção e distribuição de material didático adequado”.

O documento ora apresentado expressa as formas metodológicas acerca do entendimento que os professores têm da escola, do conhecimento, do processo de ensinar e do aprender, da sociedade e do homem que irá viver nessa sociedade. A construção da autonomia da escola é o principal objetivo do Projeto Político Pedagógico e exige que o coletivo dos professores se responsabilize no cumprimento eficaz de sua ação. Ele está visceralmente entrelaçado ao envolvimento das pessoas que o colocarão em prática nas etapas de sua construção, pois é durante o transcurso desse processo que se conquista o compromisso para com a sua realização.

DENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO:

Colégio Estadual Edith de Souza Prado de Oliveira
Ensino Fundamental Regular e EJA – Fase II e Ensino Médio.
Código: 0006 – 8

Endereço: Rua Deputado José Afonso, nº 250 - Centro

Fone: (43) 3534 1260

Fax: (43) 3534 1260

Município: Santo Antônio da Platina – Paraná
Código: 2430

Dependência Administrativa: Estadual
Código: 02

Núcleo Regional de Educação: Jacarezinho
Código: 17

Entidade Mantenedora: Governo do Estado do Paraná

Ato de Autorização do Estabelecimento: Resolução nº 3530/77 de 23/06/77.

Atos de Renovação de Reconhecimento de Cursos:
* Ensino Fundamental: Resolução nº 3387/08 de 16/07/08 – DOE 17/09/2008.
* Sala Multifuncional: Resolução nº 713/2009 de 20/02/09 – DOE 09/06/2009.
* Centro de Atendimento Auditivo: Parecer nº 1309/05 - CEF autoriza o funcionamento do Centro de Atendimento Especializado, área de surdez
* CELEM: Resolução Secretaria nº 3904/2008, que regulamenta a oferta de cursos nos Centros de Línguas Estrangeiras Modernas.

Ato Administrativo de Aprovação do Regimento Escolar:
Parecer nº 019/09 e Ato nº 151/09

Distância do Colégio do NRE: 22 km

Localização: Urbana

Site: www.snpedithprado.@seed.pr.gov.br

E-mail: snpedithprado@seed.pr.gov.br

OBJETIVOS GERAIS DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO:

* Resgatar a intencionalidade educativa;
* Superar o caráter fragmentado das práticas educativas;
* Racionalizar os esforços e recursos para atingir os fins do processo educacional
* Superar as imposições ou disputas de vontades individuais, construindo a participação de todos na gestão democrática;
* Gerar esperança, solidariedade e o exercício do trabalho coletivo;
* Fortalecer o grupo para enfrentar conflitos e contradições;

MARCO SITUACIONAL

Ao fazer um diagnóstico dos problemas existentes na escola, constatamos que o mais premente está no espaço físico. A demanda por vagas aumentou, foram criadas novas turmas nos períodos que isso foi possível. O Ensino Médio funciona do 1º ao 3º ano em 2011, bem como duas turmas de CELEM – espanhol nos turnos vespertino e noturno. Permanecem as Salas de Apoio e Sala Multifuncional iniciadas em 2009.

Dentro das necessidades da escola estão:

* melhoria da atuação dos Colegiados;
* melhoria da quadra esportiva através de construção de cobertura para proteção e segurança dos alunos (processo em tramitação);
* melhoria constante do IDEB.

ORGANIZAÇÃO DA ENTIDADE ESCOLAR

Modalidade de Ensino

Esta unidade escolar é uma escola pública, estadual e tem a gestão de recursos a cargo do órgão mantenedor que é o Governo do Estado do Paraná; a gestão pedagógica ocorre dentro de uma autonomia limitada, visando o atendimento às orientações emanadas da Secretaria de Estado da Educação para a implementação das Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental e Médio do nosso Estado.

O Colégio mantém os seguintes cursos:

* Ensino Fundamental — 6º ao 9º anos no período diurno;
* Ensino Fundamental – EJA – Fase II;
* Ensino Médio – EJA;
* Educação Especial — Centro de Atendimento Auditivo (CAES);
* Sala Multifuncional;
* Sala de Apoio;
* CELEM Espanhol – nos períodos vespertino e noturno.

Número e Turno de Funcionamento

As turmas ficam assim distribuídas de acordo com os turnos: ano 2012

ENSINO FUNDAMENTAL REGULAR

ANOS	Nº ALUNOS	TURNO
6º ANO	52	Manhã
6º ANO	60	Tarde
7º ANO	102	Manhã
7º ANO	93	Tarde
8º ANO	91	Manhã
8º ANO	80	Tarde
9º ANO	89	Manhã
9º ANO	50	Tarde

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

ANOS	Nº ALUNOS	TURNO
EJA POR DISCIPLINA EF – FASE II	229	Noite
EJA POR DISCIPLINA ENSINO MÉDIO	159	Noite

EDUCAÇÃO ESPECIAL

MODALIDADE: Apoio especializado	TURNO	Nº DE ALUNOS
- Centro de Atendimento Auditivo	Tarde	02
- Sala Multifuncional	Manhã	10
- Sala Multifuncional	Tarde	19
- Sala Multifuncional	Noite	11

A Educação Especial na área de Deficiência Auditiva, a Sala de Recursos e a Sala de Apoio, são parte integrante do Ensino Fundamental e funcionam de acordo com suas especificidades, atendendo as diferenças individuais e educacionais dos educandos portadores de necessidades especiais, adequando-os às experiências de aprendizagem ministradas às classes comuns. O Parecer nº 1309/05 - CEF autoriza o funcionamento do Centro de Atendimento Especializado, área de surdez. A autorização para funcionamento é por 02 (dois) anos a partir de 04/04/05. A Sala de Recursos tem sua autorização para funcionamento através da Resolução nº 3451/06 e pelo Parecer nº 1722/06.

Turno de Funcionamento:
- Matutino: 07:30 – 10:00 horas – 3 AULAS
10:00 – 10:20 horas – INTERVALO
10:20 – 11:50 – 2 AULAS

- Vespertino: 13:00 – 15:30 horas – 3 AULAS
15:30 – 15:50 horas – INTERVALO
15:50 – 17:20 horas – 2 AULAS

- Noturno (EJA – Fundamental e Médio) : 19:00 às 23:00 horas

AMBIENTES PEDAGÓGICOS
***** Número total de salas de aula: 13
* Número de salas utilizadas por turno:
- Manhã: 12
- Tarde: 11
- Noite: 08

Está em funcionamento o laboratório de informática (Paraná Digital) como espaço pedagógico para uso docente e discente, com finalidade de auxiliar a compreensão de conteúdos trabalhados nas diferentes disciplinas do Ensino Fundamental e Médio.

Estão instalados em nove salas de aulas, os aparelhos de TV PENDRIVE recebidos da SEED. Não há sala de multimídia específica no Colégio. Há televisão e vídeo comuns em duas salas de aula, os quais são fixos em suportes de ferro. Há um acervo de DVDs com programas da TV Escola; um conjunto de DVDs (50 mídias) sobre conteúdos pedagógicos diversos com aparelho de DVD que o Colégio recebeu no ano de 2007 pela SEED e alguns filmes para lazer que são aquisição do Colégio.

A biblioteca possui um acervo de aproximadamente 4361 livros diversificados e funciona em espaço próprio.

Com a extinção da dualidade administrativa está sendo montado o laboratório de ciências para atendimento aos alunos. Há um pequeno acervo de substâncias e vidrarias que atende a parte de Química, Física e Biologia. Os alunos tem à sua disposição materiais como: corpo humano (esqueleto), torso humano assexuado e bissexuado, microscópio, retroprojetor com tela e tripé, slides e planetário.

Outros materiais pedagógicos: globos terrestres (02), mimeógrafo, mapas, jogos diversos, tangrans, sólidos geométricos, material dourado, caixa com conjunto de rochas (Geologia na escola) e um acervo de jogos diversos e pedagógicos adquiridos com recurso do PDE - Escola.

O Colégio possui uma quadra descoberta dentro das medidas oficiais para futsal , voleibol e basquete e outro espaço para prática esportiva onde é apenas ladrilhado e sem aparelhos esportivos.

HISTÓRICO DA REALIDADE

A sociedade moderna tem passado por expressivas transformações de caráter social, político e econômico. Estas transformações originam-se nos pressupostos neoliberais e na globalização da economia que têm norteado as políticas governamentais.

A segmentação das classes sociais, a apropriação dos bens produzidos socialmente não é um problema apenas brasileiro. Mas em uma sociedade como a nossa, com um alto nível de desigualdade social e que não universalizou a educação básica (fundamental e médio), as diferenças sociais são mais marcantes e é mais extensa a reprodução da desigualdade.

Nesse contexto, surgem vários questionamentos junto aos educadores e à comunidade escolar sobre o papel social da escola, o tipo de cidadão que queremos formar. A escola é responsável pela promoção do desenvolvimento do cidadão, no sentido pleno da palavra. Então cabe a ela definir-se pelo tipo de cidadão que deseja formar, de acordo com sua visão de sociedade.

Queremos formar cidadãos conscientes, capazes de compreender e criticar a realidade, atuando na busca da superação das desigualdades e do respeito ao ser humano. Para isso, temos de construir uma escola democrática e com qualidade social, do contrário, ela não estará efetivamente cumprindo seu papel, socializando o conhecimento e investindo na qualidade de ensino.

O Governo do Estado do Paraná tem reconhecido o professor como sujeito que pensa, cria, produz e trabalha com o conhecimento, valorizando sua ação reflexiva e sua prática. Tem buscado a inclusão de todos os alunos na escola, atendendo às diferenças individuais e as diversidades culturais, espaciais e temporais, com atendimento prioritário àqueles excluídos historicamente.

Para isso planeja e coloca na sua prática pedagógica discussões e ações voltadas para o trabalho docente e discente, promovendo as mudanças necessárias para uma educação de qualidade que inclua os **Desafios Educacionais Contemporâneos:**

- Drogadição;
- Sexualidade;
- Enfrentamento à Violência;
- Educação Ambiental;
- Educação do Campo;
- Educação Fiscal;
- Estatuto do Idoso.
- EJA – Educação de Jovens e Adultos;

LEI Nº 11645, DE 10 DE MARÇO DE 2008, REFERENTE À "HISTÓRIA E CULTURA AFRO- BRASILEIRA E INDÍGENA .

Como princípios das políticas públicas adotadas estão: a educação como direito de todo cidadão; a valorização do professor e de todos os profissionais da educação; o trabalho coletivo e a gestão democrática em todos os níveis institucionais e o atendimento às diferenças e à diversidade cultural.

O Colégio Estadual Edith de Souza Prado de Oliveira procura se inserir nas novas políticas públicas organizando seu Projeto Político Pedagógico com a participação do corpo docente em especial, na elaboração e execução de projetos pedagógicos que promovam melhorias na qualidade de ensino.

Equipe Multidisciplinar – A Resolução nº 3399/2010 da SEED, regulamenta a composição e o funcionamento das Equipes Multidisciplinares em todas as escolas da rede estadual. As equipes, instâncias de organização do trabalho escolar, devem orientar e auxiliar o desenvolvimento das ações relativas à Educação das Relações Etnicorraciais e ao Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena.

A Instrução nº 010/2010 visa dar o suporte por parte do Estado no cumprimento da Resolução nº 3399/2010. Esta formaliza que as escolas criem suas Equipes Multidisciplinares eleitas para o período de 2 (dois) anos pelo corpo docente e pelos funcionários das unidades escolares, além das demais regulamentações para o efetivo trabalho dessa equipe.

A Equipe Multidisciplinar do Colégio Edith está assim composta para o biênio 2011/2012:

- Pedagoga: Nilce Aparecida de Souza
- Instâncias Colegiadas: Ana Gisele de Oliveira
- Professor da Área de Humanas: Amauri Tadeu da Silva
- Professora da Área de Humanas: Tânia Mara França
- Agente Educacional: Neide de Fátima Moreira
- Professor da Área de Exatas: Silvana P. da Silva
- Professora da Área de Biológicas: Joana D'Arc F. Bertoni

PDE – Programa de Desenvolvimento Educacional: Em 2012 O Colégio Edith não possui professores cursando o PDE.

No município de Santo Antônio da Platina, o colégio apresenta uma boa reputação perante a comunidade platinense pelos seus 56 anos de fundação. É conhecido até hoje pelo seu primeiro e singelo nome — "Escola de Aplicação" — uma escola que constituiu, a partir da realidade vivenciada, um lugar de memória no município.

CENTRO DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO (CAES) - ÁREA DA SURDEZ

O centro de atendimento especializado (surdez) faz o atendimento de pessoas que necessitam de acompanhamento na área da surdez, sem limite de idade e sem vínculo educacional, além de atender, com profissional habilitado, escolares que estejam ou não matriculados no estabelecimento. Esses alunos frequentam o CAES para atendimento pedagógico e sala do ensino regular em contra – turno.

O atendimento é realizado para atender pessoas com:

* Surdez leve/moderada: perda auditiva de até 70 decibéis, que dificulta, mas não impede o indivíduo de se expressar, bem como de perceber a voz humana, com ou sem aparelho auditivo.
* Surdez severa/profunda: perda auditiva acima de 70 decibéis, que impede o indivíduo de entender, com ou sem aparelho auditivo, a voz humana, bem como adquirir naturalmente , o código da língua oral.

CURRÍCULO ESCOLAR

O atendimento pedagógico é feito com os conteúdos curriculares previstos no Ensino Regular e está incluída a LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais). O Português é ensinado como segunda língua, pressupondo-se o trabalho articulado (LIBRAS/Português) de três tipos de conhecimento que as pessoas utilizam no processo de construção de significados: o conhecimento de mundo, o conhecimento de organização textual e o conhecimento sistêmico. Estes são utilizados pelos educandos na construção dos sentidos, para alcançarem seus propósitos comunicativos. Em todas as outras áreas de conhecimento são feitas adaptações individuais dos conteúdos para atender às especificidades de cada um.

Metodologia

Para melhor atender as necessidades pedagógicas dos alunos, são usados no Centro de Atendimento materiais que favorecem a discriminação visual, textos acompanhados de elementos que favorecem sua compreensão (figuras, linguagem gestual e de sinais), vídeos com conteúdo específico de linguagem de sinais e jogos. Os conteúdos são trabalhados de maneira individual e em grupos, quando são utilizadas as leituras orofaciais, gestual e LIBRAS.

Avaliação

O processo de avaliação leva em consideração aspectos de desenvolvimento (biológico, intelectual, motor, emocional e social), as habilidades em relação aos conteúdos e o estilo da aprendizagem. Esta desenvolvesse de forma contínua e paralela, para que o aluno tenha oportunidades de superar limitações e desenvolver novas habilidades. Quanto às adaptações físicas no prédio para atendimento a deficiências físicas, foram construídas rampas e colocados corrimão em lugares estratégicos.

SALA MULTIFUNCIONAL

Sala Multifuncional é um serviço especializado de natureza pedagógica que apoia e complementa o atendimento educacional realizado em classes comuns do Ensino Fundamental de 6º ao 9º ano. Os alunos podem ser egressos da Educação Especial ou os que apresentam problemas de aprendizagem com atraso acadêmico significativo, distúrbios de aprendizagem e /ou deficiência mental e que necessitam de apoio especializado complementar para obter sucesso no processo de aprendizagem na classe comum.

Aspectos pedagógicos

O trabalho a ser desenvolvido na Sala Multifuncional e na Sala de Apoio deve partir dos interesses, necessidades e dificuldades de aprendizagem específicas de cada aluno, oferecendo subsídios pedagógicos e contribuindo para a aprendizagem dos conteúdos na classe comum. O Plano de Trabalho Docente a ser elaborado deve observar as áreas do desenvolvimento (cognitiva, motora, sócio- afetiva- emocional) e serem trabalhados com metodologias e estratégias diferenciadas.

Está contida nas políticas públicas do Paraná, em relação à identificação das necessidades educacionais especiais, a **Avaliação no Contexto Escolar**, onde contexto escolar é tido como o território de produção e de utilização do saber, de modo que a teoria e a prática (relação dialógica) caminhem juntas. A avaliação no contexto escolar deve orientar o processo de tomada de decisões sobre o tipo de resposta educativa que o aluno necessita para favorecer seu desenvolvimento pessoal, social e acadêmico.

As informações obtidas permitem conhecer, descrever, compreender, explicar, prever e formular um juízo de valor acerca da realidade avaliada e permitem também tomar decisões educativas, sociais e terapêuticas, para prevenir possíveis distorções ou disfuncionalidades, ou para modificar e, em suma, otimizar quando necessário a realidade avaliada.

A Avaliação no Contexto Escolar ultrapassa a apreciação do desempenho dos alunos, que deve ser analisado de modo relacionado com a ação pedagógica do professor e as condições da escola; centra-se mais na forma **como** o aluno aprende, sem descuidar da qualidade **do que** ele aprende (compreensão e aprendizagem).

Com tal abrangência, a avaliação no contexto escolar possibilita a identificação das dificuldades, dos sucessos e fracassos, apoiando encaminhamentos e tomadas de decisões sobre ações necessárias, sejam elas de natureza pedagógica, estrutural ou administrativa. Esta avaliação configura-se tanto como uma prática de investigação do processo educacional, quanto como um meio de transformação da realidade escolar.

Bassedas, et.Al.(1996) entendem que a avaliação consiste num processo de análise da situação do aluno com dificuldades dentro do contexto da escola e da sala de aula, com o objetivo de orientar e instrumentalizar os professores para modificar os conflitos que estão sendo manifestos. Nessa proposta, todos os profissionais, incluindo o professor da sala trabalham juntos, sendo co-responsáveis pelo processo de conhecimento e avaliação das dificuldades dos alunos.

O professor da Sala de Recursos deve apoiar e orientar o professor da classe comum, quanto às adaptações curriculares, avaliação e metodologias que poderão ser utilizadas em sala de aula.

Acompanhamento Pedagógico

O acompanhamento pedagógico do aluno deve ser registrado em relatório semestral elaborado pelo professor da Sala Multifuncional juntamente com a equipe técnico-pedagógica, e, sempre que possível ou se fizer necessário, com o apoio dos professores da classe comum.

O relatório pedagógico semestral possui formulário próprio, expedido pela SEED, sendo registrados qualitativamente os avanços acadêmicos, podendo ser complementado com dados que se fizerem necessários. Cópia do relatório deve ser arquivado na pasta individual do aluno.

O aluno frequenta a Sala Multifuncional o tempo necessário para superar as dificuldades e obter êxito no processo de aprendizagem na classe comum. Quando do seu desligamento, este deve ser formalizado por meio de relatório pedagógico elaborado pelo professor da Sala de Recursos juntamente com a equipe técnico-pedagógica, e,

sempre que possível, com o apoio dos professores da classe comum, o qual deve ser arquivado na pasta individual do aluno.

DADOS HISTÓRICOS DA ESCOLA

O Colégio Estadual Edith de S. P. de Oliveira – Ensino Fundamental e Médio, situado à Rua Dep. José Afonso, nº 250, foi criado no ano de 1953 com o nome de Escola de Aplicação, anexa ao Curso Normal Secundário do Ginásio Estadual de Santo Antônio da Platina, pelo Decreto nº 8821 de 05 de março de 1953. Foi instalada pela professora Marcília Bruno, Diretora do Ensino Normal na SEED. Em 1966 mudou-se para prédio próprio à Rua Deputado José Afonso, nº 250, onde permanece até a data atual. Pelo Decreto nº 20432 de 24/06/70, recebeu a denominação de Escola de Aplicação Edith de Souza Prado de Oliveira.

Através do Decreto nº 3530 de 21/06/77, passou a fazer parte do complexo Escolar João Sosnitzki – Ensino de 1º e 2º Graus, resultante da reorganização dos seguintes estabelecimentos de ensino: Colégio Estadual Rio Branco, Colégio Comercial Estadual "Professor João Sosnitzki", Escola Normal Colegial "Professora Anete Macedo", que passaram a constituir um único estabelecimento. Através desse mesmo Decreto a Escola de Aplicação passou a denominar-se Escola Estadual Edith de Souza Prado de Oliveira – Ensino de 1º Grau.

Através da Resolução nº 0365/82 de 17/02/82 autoriza-se o funcionamento do Ensino Fundamental de 5ª a 8ª séries no período noturno.

Através da Resolução 6862/84 de 11/09/84 fica reconhecido o curso de 1º Grau Regular da Escola Edith de S. P. de Oliveira, desligando-se do Complexo Escolar João Sosnitzki.

Em 28/03/88 através da Resolução nº 799/87 fica autorizado o funcionamento do Centro de Atendimento de Deficiência Auditiva, sendo esta autorização renovada a cada dois anos.

Através da Resolução nº 336/92 ficam suspensas a partir do ano letivo de 1992, em caráter definitivo, as atividades escolares relativas ao ensino das quatro primeiras séries da Escola Estadual Edith de S. P. de Oliveira - Ensino de 1º Grau, mantida pelo Governo do Estado do Paraná.

De acordo com a Resolução nº 320/92 fica autorizado o funcionamento, a partir do início do ano letivo de 1992, nos termos da legislação vigente, as quatro primeiras séries da Escola Municipal Dom Bosco – EPG, no mesmo prédio da Escola Estadual Edith de S.P. de Oliveira – EPG, mas tendo como mantenedora a Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Platina.

Em 18/03/93 a SEED autoriza o funcionamento de 5ª a 8ª séries no período matutino de maneira gradativa.

A partir do ano de 1999 passou a oferecer o Ensino Médio na modalidade EJA – Ensino Médio Fase III, através do protocolo da SEED nº 3712591, para aqueles que retornaram aos estudos, porém com idade acima de 16 anos.

Através da Resolução nº 761/99 de 10/02/99 a Escola Estadual Edith de S.P. de Oliveira – EPG passa a denominar-se Colégio Estadual Edith de S. P. de Oliveira – Ensino Fundamental e Médio. A partir do 2º semestre de 2001, passou a ofertar o Ensino Médio EJA – Presencial, que será encerrado no final de 2006.

O Parecer 1309/2005 – CEF autoriza funcionamento do Centro de Atendimento Especializado, área de surdez, com 20 horas, desde de 04/04/2005 no Colégio Estadual Edith de S.P. de Oliveira – EFM.

O Parecer nº 138/05 autoriza o reinício de 5ª/8ª série Regular no período noturno a partir do início do ano letivo citado.

O Parecer 0512/2006 – CEF autoriza funcionamento do ensino Médio Regular, implantação gradativa, no período noturno a partir de 13/02/2006.

Com o fim da dualidade administrativa em 2011 , o Colégio Edith recebeu os alunos do Colégio Rotary bem como a modalidade EJA – Fase II e Ensino Médio na modalidade EJA. A partir de 2012 ficaram suspensas as atividades escolares referentes ao Ensino Fundamental Regular Noturno e o Ensino Médio Regular Noturno.

CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR

Através de levantamento de dados junto às famílias de nossos alunos, pode- se constatar que a comunidade escolar pertence a um nível sócio- econômico cultural baixo. Há uma paridade na quantidade de alunos quanto ao sexo, com leve prevalência para o sexo feminino. A maioria não apresenta problemas de saúde, sendo que as doenças mais citadas foram: bronquite, sinusite, visão, reumatismo etc...

Oitenta e cinco por cento dos alunos provêm da periferia e zona rural e, o restante (15%) das imediações do colégio. A maioria (90%) moram com os pais, o restante com avós ou outros.

Cinquenta e cinco por cento moram em casa própria, o restante (45%) moram em casa cedida ou de aluguel.

A renda familiar de 50% das famílias é de um salário mínimo; de 30% das famílias entre dois e três salários; de 10% das famílias entre quatro e cinco salários e o restante não informou.

Trinta e cinco por cento das famílias (ou um membro dela) possui telefone celular; 35% possuem telefone fixo; 30% não possuem telefone.

Quanto à escolaridade dos pais, a maioria tem 1ª a 4ª Séries incompleto, seguido do nível de 5ª a 8ª séries também incompleto. Uma minoria possui Ensino Médio completo ou Ensino Superior.

Predomina a religião católica (80%), seguida da Evangélica (15%) e o restante 5% dividido entre as demais igrejas (adventistas, Deus é Amor, Assembleia de Deus, Testemunhas de Jeová, Congregação Cristã etc...)

A maioria dos pais são trabalhadores rurais. As outras profissões que mais aparecem são: pedreiros, autônomos, serviços gerais, mecânicos, pintores, etc...

A maioria das mães são do lar, sendo que as outras profissões mais citadas foram: domésticas, diaristas, trabalhadoras rurais, serviços gerais, etc...

Quanto aos programas assistenciais do governo: 40% têm Bolsa Escola; 20% têm Bolsa Família; 30% têm Vale Luz; 15% têm Vale Gás; 25% têm Vale Água; 10% têm Vale Leite e uma minoria tem Bolsa Alimentação e Cartão Cidadão.

Bens de consumo: a maioria possui geladeira, TV, liquidificador, ventilador, batedeira, aparelho de som e tanquinho. Aparecem outros com porcentagem menor como: máquina de lavar roupa, antena parabólica, espremedor de frutas, moto, carro, DVD e vídeo cassete e, uma minoria que possui computador, internet, micro-ondas.

No item lazer da família foram citados: pescaria, passeios, caminhadas, TV, jogos entre os familiares, churrasco, etc...

Quanto ao costume da leitura, poucos nas famílias são leitores de jornais e menos ainda de literatura. Algumas leituras citadas: gibis, Contigo, almanaques, livro didático.

A escola é vista pela maioria dos pais, como um meio de acesso a bens materiais e melhor qualidade de vida.

PDE - ESCOLA

A escola entrou no PDE- Escola por constar no ano de 2008 como Escola de Superação, com o IDEB abaixo da média nacional para as séries finais do Ensino fundamental(3,8).

A escola realizou, a partir daí, aplicação das ações constantes do seu Plano de Metas objetivando despertar o interesse dos alunos (leitura, jogos, atividades extraclasse, chamamento dos alunos faltosos (FICA) e participação maior da família etc).

O IDEB anterior às ações do PDE- Escola era 3,6; em 2010, após a aplicação do Plano de Ações Financeiras, a escola elevou seu índice para 4,0 e superou as metas estabelecidas pelo Ministério da Educação.

O Plano de Ações Financiáveis é o conjunto de metas e ações (selecionadas pela escola a partir do seu Plano de Desenvolvimento da Escola – PDE) apresentado em formulários próprios e que subsidia a liberação dos recursos do PDE- Escola. Este tem por objetivo auxiliar a escola na melhoria da aprendizagem dos alunos e, por conseguinte, o Índice de Desenvolvimento da Educação básica - IDEB da escola.

Uma escola democrática, com um coletivo comprometido, com ações bem planejadas, será capaz de mudar a realidade da educação brasileira, transformando um ensino de quantidade para o ensino de qualidade. Cabe à escola, cumprir seu papel de detectar o problema e encontrar soluções dentro da prática pedagógica, objetivando integrar o indivíduo na sociedade.

PORTE DA ESCOLA

O porte atribuído a este estabelecimento de ensino é 5.

REGIME ESCOLAR: Seriado.

CLASSIFICAÇÃO.

De acordo com o Artigo 87 do Regimento Escolar a classificação no Ensino Fundamental e Médio é o procedimento que o estabelecimento de ensino adota para posicionar o aluno na etapa de estudos compatível com a idade, experiência e desenvolvimento adquiridos por meios formais ou informais podendo ser por promoção, transferência ou de maneira independente da escolarização anterior, podendo ser realizada:

- por promoção, para alunos que cursaram, com aproveitamento, a série ou fase anterior, na própria escola;
- por transferência, para os alunos procedentes de outras escolas, do país ou do exterior, considerando a classificação da escola de origem;
- independentemente da escolarização anterior, mediante avaliação para posicionar o aluno na série compatível ao seu grau de desenvolvimento e experiência, adquiridos por meios formais ou informais.

O processo de classificação na modalidade EJA poderá posicionar o aluno,para matrícula na disciplina, em 25%, 50% 75% ou 100% da carga horária total de cada disciplina do Ensino Fundamental – Fase II e, no Ensino Médio, em 25%, 50%, 75% da carga horária total de cada disciplina conforme as tabelas a seguir:

Do total da carga horária restante a ser cursada na disciplina, na qual o aluno foi classificado, é obrigatória a frequência de 75% na Organização Coletiva e de 100% na Organização Individual.

Ensino Fundamental – Fase II

Disciplinas/Total de Carga Horária e total de registros de nota	% de classificação (avanço), Carga Horária a ser cumprida, Nº de Registros de notas faltantes			
	25%	**50%**	**75%**	**100%**
Língua Portuguesa (336h/a), 6 registros de nota	252h/a, 4 registros de notas	168h/a, 3 registros de notas	84 h/a 2 registros de notas	Concluinte da disciplina
Matemática (336h/a), 6 registros de nota	252 h/a, 4 registros de notas	168 h/a, 3 registros de notas	84 h/a, 2 registros de notas	Concluinte da disciplina
Ciências Naturais (256 h/a), 4 registros de nota	168 h/a, 3 registros de notas	84 h/a, 2 registros de notas	48 h/a, 1 registro de nota	Concluinte da disciplina
História (256 h/a)	192 h/a, 3 registros de notas	128 h/a, 2 registros de notas	64 h/a, 1 registro de nota	Concluinte da disciplina
Geografia (256 h/a), 4 registros de nota	192 h/a, 3 registros de notas	128 h/a, 2 registros de notas	64 h/a, 1 registro de nota	Concluinte da disciplina
LEM – Inglês (256 h/a), 4 registros de nota	192 h/a, 3 registros de notas	128 h/a, 2 registros de notas	64 h/a, 1 registro de nota	Concluinte da disciplina
Arte (112 h/a), 2 registros de nota	84 h/a, 2 registros de notas	56 h/a, 1 registro de nota	28 h/a, 1 registro de nota	Concluinte da disciplina
Educação Física (112 h/a), 2 registros de nota	84 h/a, 2 registros de notas	56 h/a, 1 registro de nota	28 h/a, 1 registro de nota	Concluinte da disciplina
Ensino Religioso *	* Disciplina de oferta obrigatória pelo Estabelecimento de Ensino e de matrícula facultativa pelo educando. É vedada a classificação nesta disciplina.			

Ensino Médio

Disciplinas/ Carga Horária Total	% de classificação (avanço), Carga Horária a ser cumprida, Nº de Registros de notas faltantes			
	25%	**50%**	**75%**	**100%**
Língua Portuguesa (208h/a)	156h/a, 4 registros de notas	104h/a, 3 registros de notas	52 h/a 2 registros de notas	
Matemática (208h/a)	156 h/a, 4 registros de notas	104 h/a, 3 registros de notas	52 h/a, 2 registros de notas	
Biologia (128 h/a)	96 h/a, 3 registros de notas	64 h/a, 2 registros de notas	32 h/a, 1 registro de nota	
Física (128 h/a)	96 h/a, 3 registros de notas	64 h/a, 2 registros de notas	32 h/a, 1 registro de nota	
Química (128 h/a)	96 h/a, 3 registros de notas	64 h/a, 2 registros de notas	32 h/a, 1 registro de nota	
História (128 h/a)	96 h/a, 3 registros de notas	64 h/a, 2 registros de notas	32 h/a, 1 registro de nota	
Geografia (128 h/a)	96 h/a, 3 registros de notas	64 h/a, 2 registros de notas	32 h/a, 1 registro de nota	
LEM – Inglês (128 h/a)	96 h/a, 3 registros de notas	64 h/a, 2 registros de notas	32 h/a, 1 registro de nota	
Arte (64 h/a)	48 h/a, 2 registros de notas	32 h/a, 1 registro de nota	16 h/a, 1 registro de nota	
Filosofia (64 h/a)	48 h/a, 2 registros de notas	32 h/a, 1 registro de nota	16 h/a, 1 registro de nota	
Sociologia (64 h/a)	48 h/a, 2 registros de notas	32 h/a, 1 registro de nota	16 h/a, 1 registro de nota	
Educação Física (64 h/a)	48 h/a, 2 registros de notas	32 h/a, 1 registro de nota	16 h/a, 1 registro de nota	

Na classificação com êxito, em 100% do total da carga horária, em todas as disciplinas do Ensino Fundamental – Fase II, o educando está apto a realizar matrícula inicial no Ensino Médio, no mesmo Estabelecimento.

O aluno, após o processo de classificação nas disciplinas do Ensino Fundamental – Fase II e Ensino Médio, de acordo com o percentual de carga horária avançada, terão as seguintes quantidades de registros de notas:

I. Língua Portuguesa, Matemática e Língua Portuguesa e Literatura, o aluno classificado com:
a) 25%, deverá ter 4 (quatro) registros de notas;
b) 50%, deverá ter 3 (três) registros de notas;
c) 75%, deverá ter 2 (dois) registros de notas;
d) 100%, no Ensino Fundamental – Fase II, concluirá a disciplina.

II. Geografia, História, Ciências Naturais, Língua Estrangeira Moderna, Química, Física e Biologia, o aluno classificado com:
a) 25%, deverá ter 3 (três) registros de notas;
b) 50%, deverá ter 2 (dois) registros de notas;
c) 75%, deverá ter 1 (um) registro de notas;
d) 100%, no Ensino Fundamental – Fase II, concluirá a disciplina.

III. Artes, Arte, Filosofia, Sociologia, Educação Física, o aluno classificado com:
a) 25%, deverá ter 2 (dois) registros;
b) 50%, deverá ter 1 (um) registro de notas:
c) 75%, deverá ter 1 (um) registro de notas;
d) 100%, no Ensino Fundamental – Fase II, concluirá a disciplina.

PROMOÇÃO

A promoção é o resultado da avaliação do aproveitamento escolar do aluno, aliada à apuração da sua frequência. Na promoção ou certificação de conclusão, para os anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, a média final mínima exigida é de 6,0 (seis vírgula zero), observando a frequência mínima exigida por lei.

Os alunos dos anos finais do Ensino Fundamental que apresentarem frequência mínima de 75% do total de horas letivas e média anual igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero) em cada disciplina, serão considerados aprovados ao final do ano letivo, sendo que poderão ser promovidos por Conselho de Classe os alunos que demonstrarem apropriação dos conteúdos mínimos essenciais e que demonstrarem condições de dar continuidade de estudos nas séries/anos seguintes.

Na modalidade Educação de Jovens e Adultos, o aluno que optar por frequentar as aulas de Ensino Religioso, terá carga horária da disciplina incluída no total da carga horária do curso, desde que tenha no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de frequência.

Na modalidade EJA serão registradas de 02 (duas) a 06 (seis) notas por disciplina, que corresponderão a provas individuais escritas e a outros instrumentos avaliativos adotados, aos quais, obrigatoriamente, o aluno submeter-se-á na presença do professor.

Os registros de nota na EJA, para o Ensino Fundamental - Fase II e Ensino Médio, constituir-se-ão de:

- 06 (seis) registros de notas, nas disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, Língua Portuguesa e Literatura;

- 04 (quatro) registros de notas, nas disciplinas de História, Geografia, Ciências Naturais, Língua Estrangeira Moderna -Inglês, Química, Física, Biologia e Língua Espanhola;
- 02 (dois) registros de notas nas disciplinas de Artes, Arte, Filosofia, Sociologia e Educação Física.

Na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, o aluno deverá atingir a nota 6,0 (seis vírgula zero) em cada registro de nota resultante das avaliações processuais.

O aluno que não atingir a nota 6,0 (seis vírgula zero) em cada registro de nota terá direito à recuperação de estudos.

Na modalidade EJA, a **Média Final (MF)** para cada disciplina corresponderá à média aritmética dos Registros de Notas, resultantes das avaliações realizadas.

Média Final ou MF = Número de Registros de Notas

Para fins de promoção ou certificação, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, a nota mínima exigida é 6,0 (seis vírgula zero), em cada disciplina e freqüência mínima de 75% do total da carga horária de cada disciplina na organização coletiva e 100% na organização individual.

Para fins de certificação e registro do acréscimo da carga horária da disciplina de Língua Espanhola na documentação escolar, o aluno deverá atingir a média mínima de 6,0 (seis vírgula zero) e frequência mínima de 75% do total da carga horária da disciplina.

APROVEITAMENTO DE ESTUDOS

Os estudos concluídos com êxito serão aproveitados.

A carga horária efetivamente cumprida pelo aluno, estabelecimento de ensino de origem, será transcrita no Histórico Escolar, para fins de cálculo da carga horária total do curso.

Na EJA, o aluno poderá requerer aproveitamento integral de estudos de disciplinas concluídas com êxito, por meio de cursos organizados por disciplina, por etapas, cuja matrícula e resultados finais tenham sido realizados por disciplina ou de Exames Supletivos, apresentando a comprovação de conclusão.

O aluno que apresentar a comprovação de conclusão da disciplina de Língua Espanhola, terá o registro do acréscimo da carga horária na documentação escolar.

O aluno oriundo de organização de ensino por série/período/etapa/semestre concluída com êxito, poderá requerer na matrícula inicial da disciplina, aproveitamento de estudos,mediante apresentação de comprovante de conclusão da série/período/ etapa/semestre a ser aproveitada:

Para o Ensino Fundamental – Fase II e Ensino Médio, o aproveitamento de estudos de série e de período(s)/ etapas(s)/ semestres(s) concluídos com êxito, equivalente(s) à conclusão de uma série do ensino regular, será de 25% da carga horária total de cada disciplina da EJA.

A última série/período/etapa/semestre, de cada nível de ensino, não será aproveitada.

Considerando o aproveitamento de estudos, o aluno deverá cursar a carga horária restante de todas as disciplinas constantes na Matriz Curricular do Ensino Fundamental – Fase II e obter as seguintes quantidades de registros de nota:

Língua Portuguesa e Matemática, aluno com aproveitamento de estudos de:

a) 25%, deverá ter 4 (quatro) registros de notas;
b) 50%, deverá ter 3 (três) registros de notas;
c)75%, deverá ter 2 (dois) registros de notas.

Geografia, História, Ciências Naturais e Língua Estrangeira Moderna – Inglês, aluno com aproveitamento de estudos de:

a) 25%, deverá ter 3 (três) registros de notas;
b) 50%, deverá ter 2 (dois) registros de notas;
c) 75%, deverá ter 1 (um) registro de notas.

Arte e Educação Física, aluno com aproveitamento de estudos de:

a) 25%, deverá ter 2 (dois) registros de notas;
b) 50%, deverá ter 1 (um) registro de nota;
c) 75%, deverá ter 1 (um) registro de nota.

Considerando o aproveitamento de estudos, o aluno deverá cursar a carga horária restante de todas as disciplinas constantes na Matriz Curricular do Ensino Médio e obter as seguintes quantidades de registros de nota:

I. Língua Portuguesa e Literatura e Matemática, aluno com aproveitamento de estudos de:

a) 25%, deverá ter 4 (quatro) registros de notas;
b) 50%, deverá ter 3 (três) registros de notas;

II. Geografia, História, Língua Estrangeira Moderna – Inglês, Química, física e Biologia, aluno com aproveitamento de estudos de:

a) 25%, deverá ter 3 (três) registros de notas:
b) 50%, deverá ter 2 (dois) registros de notas;

III. Arte, Filosofia, Sociologia e Educação Física, aluno com aproveitamento de estudos de:

a) 25%, deverá ter 2 (dois) registros de notas;
b) 50%, deverá ter 1 (um) registro de nota.

O aluno oriundo de organização de ensino por série/período/etapa/semestre concluída com êxito e com a disciplina de Língua Espanhola em curso, de forma opcional, esta não terá aproveitamento de estudos na EJA.

Regime de Progressão Parcial.

A matrícula com Progressão Parcial é aquela por meio da qual o aluno, não obtendo aprovação final em até três disciplinas em regime seriado, poderá cursá-las subsequente e concomitante às séries seguintes. O estabelecimento não oferta aos seus alunos matrícula com Progressão Parcial, mas deve receber alunos em tal situação.

As transferências recebidas de alunos com dependência em até três disciplinas são aceitas e devem ser cumpridas mediante plano especial de estudos.

QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS EM CADA SETOR.

- Professores: 68
- Pedagogos : 05
- Funcionários : 18
- Diretor: 01
- Diretor Auxiliar : 01

Formação dos profissionais em educação.

Profissionais	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior Completo	Especialização
Professores	-	-	6	62
Pedagogos	-	-	-	05
Funcionários	01	10	04	03
Diretor	-	-	-	01
Diretor-Auxiliar	-	-	-	01

PROBLEMAS EXISTENTES NO COLÉGIO
ÍNDICE DE APROVEITAMENTO ESCOLAR.
DADOS DO COLÉGIO:

Taxa de Aprovação:

Fundamental	**2009**	**2010**	**2011**
6º Ano	95,10%	90,84%	91,49%
7º Ano	91,28%	89,29%	88,52%
8º Ano	90,24%	90,37%	90,65%
9º Ano	82,69%	87,61%	81,82%
Taxa Geral	89,82	89,52	88,07
Ensino Médio	**2009**	**2010**	**2011**
1º Série	50%	78,05%	66,67%
2º Série	63,33%	75,00%	54,76%
3º Série	86,67%	86,67%	90,0%
Taxa Geral	67,05%	79,80%	66,30%

A análise das taxas de aprovação nas séries finais do Ensino Fundamental em relação aos anos de 2009 e 2010 nos mostram leve declínio nos percentuais de 7º e 9º anos.
* 7º anos: de 89,29, para 88,52%
* 9º anos: de 87,61, para 81,82%
Houve melhoria nos percentuais dos 6º e 8º anos;
O percentual do 6º ano vai de 90,84% para 91,49%;
O percentual do 8º ano vai de 90,37% para 90,65%;
Há necessidade de melhoria nos percentuais dos 7º e 9º anos.

O declínio na taxa de aprovação do 9º ano deve-se em particular às características específicas de uma turma existente no período noturno: alunos faltosos pelo compromisso de trabalho, alunos cansados e desmotivados apesar de todo esforço da equipe pedagógica, professores e toda comunidade escolar.

A queda no número de aprovados no Ensino Médio , apesar de significativo, deve-se exclusivamente ao grande número de alunos faltosos , que apesar dos encaminhamentos e de visita domiciliar na intenção do retorno dos mesmos, não nos garantiu a aprovação .

Taxa de Reprovação:

Ensino Fundamental	**2009**	**2010**	**2011**
6º ANO	04,20%	7,63%	7,80%
7º ANO	07,38%	7,14%	9,84%
8º ANO	06,50%	3,70%	4,32%
9º ANO	10,58%	5,31%	9,79%
Taxa Geral	6,94%	5,97%	7,89%
Ensino Médio	**2009**	**2010**	**2011**
1ª Série	28,57%	9,76%	13,33%
2ª Série	13,33%	10,71%	19,05%
3ª Série	3,33%	0,00%	5,0%
Taxa Geral	14,77%	7,07%	14,13%

Taxa de abandono:

Ensino Fundamental	**2009**	**2010**	**2011**
6º ANO	1%	1,53%	0,71
7º ANO	1%	3,57%	1,64
8º ANO	3%	5,93%	0,78
9º ANO	7%	7,08%	1,0
Taxa Geral	3%	4,43%	1,03
Ensino Médio	**2009**	**2010**	**2011**
1ª Série	21%	12,20%	20,0
2ª Série	23%	14,29%	26,19
3ª Série	10%	13,33%	5,0
Taxa Geral	18%	13,13%	19,57

Taxas de distorção idade- série

Ensino Fundamental	**2011 Manhã**	**2011 Tarde**	**2011 Noite**
6º ANO	19,48	11,11	-
7º ANO	28,79	14,81	-
8º ANO	13,33	18,87	100,0
9º ANO	11,67	17,95	68,75
Ensino Médio	**2011**	**2011**	**2011**
1ª Série	-	-	54,17
2ª Série	-	-	41,94
3ª Série	-	-	42,11

Taxas de distorção idade- série

Ensino Fundamental	**2010**	**2011**
6º ANO	19,00%	15,71
7º ANO	14,00%	22,50
8º ANO	21,00%	18,18
9º ANO	15,00%	27,48
Taxa Geral	17,00%	20,84
Ensino Médio	**2010**	**2011**
1ªSérie	24,00%	54,17
2ª Série	21,00%	41,94
3ª Série	43,00%	42,11
Taxa Geral	29,00%	45,95

CONTRADIÇÃO E CONFLITOS PRESENTES NA PRÁTICA DOCENTE

Discurso/Prática

O maior desafio dos professores dentro das salas de aula hoje está sendo transformar informação em conhecimento para que isso leve o aluno a praticar as transformações necessárias em sua vida social. Há necessidade de maior embasamento sobre a teoria do conhecimento que fundamenta hoje as políticas públicas do Paraná, o sócio- interacionismo, para que o professor compreenda melhor a importância de partir da realidade do aluno ao se propor um conteúdo, de explicar o porquê de se aprender aquilo e de explorar esse conteúdo em todas as suas dimensões: conceitual, histórica, econômica, social, religiosa, cultural, afetiva, política.

A elaboração e o recente estudo das Diretrizes Curriculares (pela escola e pelo DEB Itinerante) e sua efetiva implementação vem de encontro à contradição discurso-

prática, pois visa justamente diminuir essa distância entre a teoria e a prática e transformar o trabalho dentro da escola na verdadeira práxis.

FORMAÇÃO CONTINUADA A PARTIR DE CADA SEGMENTO:

A hora atividade dos professores tem sido um bom espaço de formação, onde aproveitam para a leitura do rico acervo recebido pela "Biblioteca do Professor", aprofundando o conhecimento didático em suas disciplinas específicas, trabalho no laboratório de informática com consultas
ao Portal dia-a-dia educação.

A Jornada Pedagógica, através de reuniões periódicas entre a equipe de ensino do NRE, diretores e pedagogos, tem nos proporcionado subsídios para repensar o fazer pedagógico com o objetivo primordial de melhorar a qualidade de ensino e o êxito escolar dos alunos. O modelo dessa formação continuada, que é pautada na troca de experiências das ações desenvolvidas no cotidiano das escolas e na discussão e reflexão coletiva, tem ajudado a equipe pedagógica a ter um novo olhar e uma nova postura em relação a: procedimentos de ensino-aprendizagem ressignificando a avaliação; diversidade cultural e humana; trabalho coletivo; planejamento; Conselho de Classe; inclusão social. Esse novo olhar tem sido refletido pelos professores em sua hora-atividade e reuniões pedagógicas, através de discussões e textos pertinentes aos assuntos.

O conteúdo de palestras direcionadas a pedagogos e diretores: Organização do Trabalho Pedagógico; Teoria Sócio-interacionista dos conteúdos etc, são repassadas aos professores nos espaços de reuniões pedagógicas.

Os funcionários administrativos, além da formação prevista pelas políticas públicas, têm momentos semanais específicos para seu segmento para discussão e atualização da documentação de Secretaria.

ORGANIZAÇÃO DO TEMPO E DO ESPAÇO

No Colégio a organização dos tempos está articulada com os espaços escolares preenchidos pelos educandos em toda a ação educativa.

O horário de funcionamento do Colégio é das 7:30h às 12:00h; das 13:00h às 17:30h e das 19:10h às 23:00h.

O Colégio tem seu tempo físico dividido em cinco aulas diárias de 50 minutos no Ensino Fundamental e Médio , nas modalidades Regular e EJA. O calendário escolar, de acordo com a legislação vigente, tem jornada de 200 dias letivos dentro do calendário civil e carga horária de 800 horas.

O período de férias escolares será de 60 (sessenta) dias, sendo no mínimo 30 dias consecutivos. O planejamento é elaborado no início do ano letivo, no período que antecede as aulas (Semana Pedagógica), reunindo direção, corpo docente e equipe pedagógica.

Reuniões pedagógicas e Conselho de Classe são marcados ao final de cada bimestre, ao contraturno de trabalho. Reuniões do Conselho Escolar, APMF e de pais são marcadas no final dos bimestres ou conforme necessidade, em reuniões extraordinárias.

Feriados, recessos, pontes e dias facultativos são distribuídos de acordo com o calendário civil. Outros itens relevantes que fogem à autonomia da escola ficarão a cargo, da entidade mantenedora e do Núcleo Regional de Educação.

A ação pedagógica é avaliada bimestralmente através de mecanismos diversos e apresentado o resultado desta em reuniões de pais com entrega de boletins.

Há disponibilidade de tempo dentro do calendário escolar para que os professores participem de cursos de formação (Semana Pedagógica, Capacitação Descentralizada, Cursos na área específica, Grupos de Estudos...).

Os docentes dispõem de tempo de acordo com sua carga horária para sua hora-atividade, que cumprem no colégio com desenvolvimento de atividades de planejamento e leituras complementares. O horário de aulas e o horário de hora-atividade são desenvolvidos pela equipe pedagógica.

Dentro desse espaço/tempo acontecem atividades extraclasse com apresentação de peças teatrais encenadas pelos alunos; palestras direcionadas a assuntos consonantes com o currículo (higiene, DST, drogas, meio ambiente...); confecção de murais alusivos a datas e acontecimentos essenciais; gincana; projetos ambientais com visitas “in loco”, etc...

No que se refere a outros espaços, em geral, todos os segmentos têm instalações: refeitório, sala de coordenação, secretaria, direção, sala dos professores, quadra esportiva.

A biblioteca é um espaço insuficiente para atender a demanda de uma sala completa, comportando no máximo 15 alunos; nas atividades de leitura os livros são levados até a sala de aula com pedido prévio do professor ao atendente. Os alunos retiram livros para leitura em casa, o que fica registrado em livro próprio e as atividades de pesquisa são realizadas em turno contrário ao horário de aula.

O tempo livre de intervalo no pátio é ocupado com jogo de pingue-pongue; com música ou jogos diversos (cubo mágico, xadrez, pega-varetas, resta um); leitura de notícias interessantes e de interesse da faixa etária dos alunos; tirinhas de personagens conhecidos tiradas de jornais ou revistas. As leituras são providenciadas pela coordenação pedagógica e anexadas em biombo próprio.

Cada área de aprendizagem do currículo obedece ao tempo mínimo estabelecido pela legislação vigente. A partir desse critério é que se faz a distribuição horária adequada. A organização do tempo escolar em aulas duplas, quando possível, otimiza esse tempo e o professor tem condições de propor atividades em grupos, que demandam mais tempo, pois aulas curtas tendem a ser expositivas.

EQUIPAMENTOS FÍSICOS E PEDAGÓGICOS

Ambientes físicos escolares devem ser espaços educativos organizados, com equipamentos e materiais didáticos adequados, os quais permitam a prestação de serviços no ensino e aprendizagem aos alunos, qualidade no atendimento aos pais, além de boas condições de trabalho aos profissionais da educação.

APROVEITAMENTO DO ESPAÇO ESCOLAR:

Os alunos utilizam livros didáticos que atualmente se encontram em bom estado de uso. As carteiras são suficientes para o atendimento aos alunos, na sua maioria não estão em boas condições de uso. O ensino e a prática de esporte são contemplados numa quadra sem cobertura.

O Laboratório de Informática (Paraná Digital) é destinado aos professores e alunos.

O Laboratório de Ciências, Físicas, Químicas e Biológicas está sendo montado para a utilização e desenvolvimentos das atividades afins.

O refeitório é um espaço destinado a alimentação, a troca de conversas e de aprendizagem, logo nosso espaço é pequeno para receber a grande quantidade de alunos.

A biblioteca está organizada de forma a atender necessidade dos alunos buscando desenvolver um trabalho voltado ao incentivo da leitura

RELAÇÕES HUMANAS DE TRABALHO NA ESCOLA

As relações de trabalho no Colégio são em sua maioria positiva. A liderança da escola é realizada em conjunto: equipe diretiva, coordenação, secretaria e professores, sendo que todos são consultados nas decisões a serem tomadas frente ao crescimento da escola como comunidade.

A direção é sempre presente e observa de perto o trabalho dos professores e coordenadores, estimulando e munindo-os, na medida do possível, de materiais e equipamentos necessários ao bom desempenho nas atividades que busquem melhorias no processo ensino e aprendizagem, mas não hesita em sugerir novas propostas para o andamento dos trabalhos quando acha que algo poderia ser melhor.

Nas relações professor x aluno, existem constantes conflitos, observados geralmente em salas de 5ª série; crianças indisciplinadas, inquietas, por vezes arrogantes e revoltadas. É fato que durante esse estágio da vida as crianças estão passando por uma fase de adaptação (transição da 4ª para a 5ª série e/ou do 5º para o 6º ano) e que tudo que é novo causa certo medo e ansiedade, portanto é normal e até esperado que esse período provoque alguns problemas disciplinares no início, mas o que nos chama atenção é a total falta de organização e senso de responsabilidade que muitas crianças apresentam.

Tal situação nos tem levado a refletir — professores e equipe pedagógica — e fazer uma revisão crítica de desempenho e atitude social, aliada à metodologia adotada pelos docentes; se não o maior, um dos principais fatores que rege a motivação pelo aprender por parte do discente em formação.

Em se tratando da relação da escola com os pais, podemos salientar que são poucos os que realmente participam da vida escolar de seus filhos. Isso muitas vezes dificulta o trabalho realizado frente a problemas com alunos.

Se as relações humanas, embora complexas, são peças fundamentais na realização de mudanças em nível profissional e comportamental, como podemos ignorar a importância de tal interação entre professores e alunos? Elias destaca:

“É por intermédio das modificações comportamentais da área afetiva que a escola pode contribuir para a fixação de valores e dos ideais que a justificam como instituição social”. (1966, p.99)

ORGANIZAÇÃO DA HORA- ATIVIDADE

Nos anos de 2005, 2006, 2007, 2008, 2009 e 2010 foram seguidas as orientações do N.R.E para sua organização de acordo com as disciplinas. Num primeiro momento, tudo transcorreu da melhor forma possível com os professores planejando e trocando suas experiências, mas quando alguns professores aumentaram sua carga horária com aulas em vários outros estabelecimentos, ficou impossível manter o horário previsto, tendo os mesmos que cumprirem a Hora- atividade sozinhos ou com professores de outra disciplina (que muitas vezes não era da sua área). Esta individualidade não causou transtornos ao andamento da escola; a parte prejudicada foi a da troca de experiências ou discussão de assuntos de interesse afins.

Em 2011 o Colégio elaborou a Hora Atividade respeitando a disponibilidade dos profissionais e as orientações da SEED, seguindo o ofício Circular nº 16/2010 (disciplinas e dias da semana já pré estabelecidos).

INCLUSÃO

Como tendência internacional neste início de século, a proposta inclusiva é meta a ser perseguida por todos aqueles comprometidos com a educação. Entretanto, a viabilidade de sua implementação depende de um amplo processo de sensibilização e

conscientização acerca da aceitação das pessoas com necessidades especiais na vida social e da compreensão de seu direito à cidadania plena.

Por esta razão simples e clara é que pretendemos uma escola que possa assegurar, a todos, o direito do exercício da cidadania. Uma escola democrática na sua essência. Levando em conta o novo paradigma educativo, que não permite mais que a Educação Especial seja entendida como um sistema paralelo no sistema geral da educação, é imprescindível uma ação conjunta da Educação Regular e da Educação Especial. O aluno que apresenta necessidades educacionais especiais como os que frequentam o Centro de Atendimento de Deficiência Auditiva e a Sala de Recursos neste estabelecimento, além de ser visto à luz de sua deficiência, deve ser visto como ser global e único.

A Educação Especial tem um capítulo à parte dentro da Proposta Pedagógica do estabelecimento, com embasamento na LDB – nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

O Colégio oferta como serviços de apoio especializado o Centro de Atendimento Auditivo no período da tarde e Sala Multifuncional em contraturno (Instrução nº 05/04 – SEED/DEE – estabelece critérios para o funcionamento da Sala Multifuncional).

GESTÃO DEMOCRÁTICA

Conselho de Classe

O Conselho de Classe é uma instância de avaliação do desenvolvimento do processo ensino e aprendizagem e também das relações humanas acontecidas no espaço de sala de aula. Este é o momento que o colegiado se reúne para analisar as informações do Pré Conselho e desenvolver estratégias pedagógicas que combatam os pontos negativos apontados. No Conselho de Classe essas informações são valiosas pois ajudaram na reflexão de todos os envolvidos no processo educativo. O Conselho de Classe ocorre ao final de cada bimestre letivo envolvendo aluno, professor e setor técnico-pedagógico, tendo em vista o encaminhamento de ações e tomadas de decisão objetivando a melhoria desse processo.

Conselho Escolar

A participação do Conselho Escolar no Colégio, levando em conta que é o órgão colegiado que tem como objetivo estabelecer o Projeto Político Pedagógico, precisa ser redimensionada. Há necessidade de maior frequência de reuniões para discussão dos critérios relativos à sua ação, organização e apoio às ações de envolvimento com a comunidade.

Grêmio Estudantil

O Grêmio Estudantil “Star do Futuro” está instalado no Colégio desde 2008 e significa mais um elo entre os estudantes, famílias e direção da escola. Possui estatuto próprio e um Plano de Ação para o ano letivo corrente. As atividades do Grêmio são supervisionadas por um professor Conselheiro escolhido pelos alunos participantes e direção.

APMF (Associação de Pais, Mestres e Funcionários)

A Associação de Pais, Mestres e Funcionários do Colégio tem uma atuação discreta e precisa ser redimensionada a fim de atender às novas posturas da gestão colegiada. Esta instância atua mais com os membros do Conselho Fiscal para deliberar sobre os recursos financeiros da instituição e deferir sua prestação de contas. Sua atuação fazendo ponte entre a escola, famílias e comunidade pode ser melhorada.

Participação dos Pais :

A importância da participação dos pais na vida escolar dos filhos tem apresentado um papel importante no desempenho escolar. O diálogo entre a família e a escola, tende a colaborar para um equilíbrio no desempenho escolar, o que é possível considerar que a criança e os pais trazem consigo uma ligação íntima com o desempenho.

A participação dos pais na vida escolar dos filhos é de extrema importância, pois pode-se dizer que a escola é um prolongamento do lar, onde o aluno se socializa com os outros e partilha o seu dia-a-dia. Assim, a colaboração e interação dos pais com os professores ajuda a resolver muitos dos problemas escolares e dos seus educandos, que vão surgindo ao longo do seu percurso escolar.

Para os pais, participar da escola, não deve ser só para receber informações dos seus filhos. É preciso que façam sugestões, tomem algumas decisões em conjunto com os professores, participem nas atividades da escola.

Essa participação acontece através de reuniões de pais com a direção/Patrulha Escolar, entrega de boletins, gincana, através dos colegiados.

CRITÉRIOS DE ORGANIZAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE TURMAS.

O Colégio observa e leva em consideração o espaço físico disponível no estabelecimento de ensino e utiliza-se das instruções emanadas da Secretaria Estadual de Educação, sendo que para a distribuição de aulas no ano de 2011, teve-se como instrução a Resolução Nº 5590/10 – GS/SEED de 20 de dezembro de 2010.

DESAFIOS EDUCACIONAIS CONTEMPORÂNEOS

Os desafios trazem as inquietudes humanas, as relações sociais, econômicas, políticas e culturais, levando-nos a avaliar os enfrentamentos que devemos fazer. Implica, imediatamente, a organização de nossas tarefas e o projeto político pedagógico que aponta a opção pela direção educacional dada pelo coletivo escolar, nossos planos, métodos e saberes a serem enfrentados, para hoje, sobre o ontem e com a intensidade do nosso próximo passo.

Os Cadernos Temáticos dão o apoio à nossa ação escolar e precisam ser analisados, bem como refletidos para as necessárias intervenções e superações no contexto educacional.

Orientações sobre violência e drogas são feitas através da Patrulha Escolar com todos os segmentos; palestras sobre sexualidade com pessoal da Secretaria da Saúde e, em sala de aula, os professores discutem os “desafios” através dos conteúdos, quando esses são “chamados”.

DIVERSIDADE

A comunidade escolar tem uma população formada por diversos grupos étnicos com seus costumes, seus rituais e suas crenças. O trabalho diversificado envolve atividades realizadas em grupos ou individualmente, previamente planejadas ou de livre escolha por aluno e/ou professor. Diversificar não significa formar grupos homogêneos com as mesmas dificuldades, mas a diversidade existente no grupo favorecerá a troca de experiência e o crescimento de cada um. As crianças são o resultado de suas experiências e da troca com o outro. Para compreender seu desenvolvimento é preciso considerar o espaço em que elas vivem, a maneira que constroem significados. Enfrentar o desafio de trabalhar a diversidade cultural na sala de aula para a mobilização das potencialidades não é tarefa fácil.

A escola é um local formado por uma população com diversos grupos étnicos, com seus costumes e suas crenças.

As atividades desenvolvidas são: vídeos do portal dia a dia educação para posterior trabalhos; uso de fantoches (família branca/família negra) em teatro na disciplina de Arte e Português; uso de textos complementares para posterior reflexão e discussão em todas as disciplinas .

Segundo Morin (2001, p. 56):

... a cultura é constituída pelo conjunto dos saberes, fazeres, regras, normas, proibições, estratégias, crenças, ideias, valores, mitos, que se transmite de geração em geração, se reproduz em cada indivíduo, controla a existência da sociedade e mantém a complexidade psicológica e social. Não sociedade humana, arcaica ou moderna, desprovida de cultura, mas cada cultura é singular. Assim, sempre existe a cultura nas culturas, mas a cultura existe apenas por meio das culturas.

ANÁLISE CRÍTICA DO CONTEXTO E PROBLEMAS REFERENTES À APRENDIZAGEM

Como se percebe pelo perfil sócio- econômico cultural da comunidade escolar do Colégio, a maioria dos alunos provêm de famílias trabalhadoras, com renda familiar baixa.

A ausência dos pais na maior parte do dia no cotidiano dos filhos, pode ser fator que contribui para a falta de limites percebida nos alunos, pois as famílias não estão conseguindo fazer a sua parte na educação das crianças e adolescentes e o problema se agrava na escola, devido às salas com grande número de alunos.

A desestruturação familiar é outro ponto comum na opinião dos professores quanto a ser fator que afeta o comportamento dos jovens tornando-os agressivos, mal-educados ou desmotivados, pois a falta de afeto, a compreensão e a atenção, tão importantes nessa fase do desenvolvimento é negado a todos àqueles que não têm um lar sereno e pais equilibrados.

A baixa escolaridade da maioria dos pais, como se percebe na coleta de dados das famílias, não permite uma intervenção nas dificuldades pedagógicas de seus filhos e também na valorização da escola como espaço de conhecimento. Muitos gostariam de iniciar a alfabetização agora, depois de adultos, ou continuar de onde pararam ainda crianças, mas como aconteceu com vários pais que iniciaram o Programa de alfabetização Paraná Alfabetizado, desistem devido ao cansaço de um dia todo de trabalho.

Quanto ao exposto, pensamos que por melhor que seja a escola, nunca conseguirá substituir a família. Cada uma dessas instituições tem seu espaço e sua responsabilidade.

A Constituição Brasileira determina a responsabilidade da família e do Estado no dever de orientar a criança em seu percurso sócio – educacional. A LDB é bastante clara a esse respeito em seu Artigo 2º: “A educação é dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana; tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

O resultado de relações interpessoais negativas na família geradas pela convivência cotidiana; atitudes e condutas transmitidas através dos meios de comunicação social, especialmente a televisão, onde tudo é banalizado e a carga de informações é imensa, são alunos que aparecem na escola sem terem sido socializados nos valores e condutas que limitam sua atuação com relação aos outros, pois ali se lhes impõe um modelo de convivência e inclusive alguns valores que não correspondem com suas vivências fora da sala de aula.

Esta instabilidade que assola as famílias, provocadas pelas rápidas mudanças que ocorrem na estrutura social, tem levado a escola a ter que assumir a tarefa da educação familiar, coisa para a qual ela não tem meios e nem está preparada.

Dentro dessa perspectiva, observamos que muitos alunos não respeitam os professores e, essa falta de limites prejudica o ensino e a aprendizagem. Professores e coordenadores têm dificuldade em estabelecer os limites necessários em sala de aula e no pátio escolar; às vezes não sabem até que ponto intervir nos comportamentos adotados por alunos.

Há consenso entre os educadores que uma base familiar sólida é extremamente importante na formação do indivíduo, inclusive para o seu equilíbrio pessoal, sua auto-imagem e auto-estima, sua capacidade de assumir responsabilidades, de entender e aceitar regras.

Temos presenciado casos de gravidez precoce; violência corporal entre as meninas; mães angustiadas porque os filhos de 14/15 anos têm chegado em casa alcoolizados; casos suspeitos de envolvimento com drogas e furto com alunos de 11/12 anos. Isto tem ocasionado muitos encaminhamentos de alunos e pais ao Conselho Tutelar para as devidas providências, já que muitos acontecimentos saem do alcance da escola. Mas temos visto muitos dos casos encaminhados ficarem sem a devida solução. Seria adequado que o Estado credenciasse psicólogos e /ou psicopedagogos para atendimento direto nas escolas e tivesse critérios mais rigorosos em relação à formação inicial dos componentes dos Conselhos Tutelares.

A instabilidade emocional de alguns professores para lidar com situações de conflito é outro problema que faz parte do cotidiano escolar e prejudicial ao processo ensino aprendizagem. O estresse gerado por uma carga horária elevada de trabalho piora o emocional de muitos docentes gerando conflitos em sala de aula.

Levantamento de dados estatísticos do Colégio a partir de 2008 mostram uma porcentagem elevada em relação à evasão e repetência no Ensino Fundamental e Médio.

Foram previstos a partir daí programas específicos para atender os diversos tipos de problemas de aprendizagem e conflitos existentes no Colégio. Salas de Apoio para atendimento a alunos de 5ª série e a Sala de Recursos. Os alunos que se dispuseram a frequentar essas salas e tiveram o incentivo dos pais para comparecimento, tiveram bons resultados no final do ano. Muitos desanimaram por morarem muito longe e terem que retornar à escola no período oposto; outros eram do meio rural e não tinham parentes para permanecer na cidade. A Sala de Recursos continuará a atender os alunos que dela necessitar.

A escola faz parte a partir do ano de 2009, do **Programa PDE- Escola.** O instrumento 1 deste programa, preenchido a partir deste ano, mostra indicadores que merecem atenção especial e comprometimento de toda a equipe escolar para a superação dos problemas. O IDEB observado é de 3,4 no ano de 2007, sendo que o projetado é de 3,8.

O resultado do IDEB 2010 apontou avanços e o Colégio foi além do IDEB projetado atingindo 4,0.

Problemas que foram considerados prioritários para o combate, baseando-se nos dados e informações do Instrumento 1 do PDE- Escola que são de governabilidade da escola:

a) Desempenho dos alunos

– Baixa taxa de aprovação nas séries: 6º ano E noturno, 6º anos (manhã, tarde e noite), 8º D noturno, 8º C (tarde).

– Baixo desempenho nas disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, Geografia, História, Arte e Inglês.

b) Gestão

– Alcance do IDEB projetado;
– Efetivo conhecimento do PPP por todos os segmentos

c) Qualificação técnico-pedagógica da equipe ;

– Ações pedagógicas elaboradas pelos docentes que não se concretizam com efetividade no chão da escola.

d) Sala de Apoio:

– Atendimento aos alunos dos 6º e 9º anos com dificuldade de aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática são atendidos por professores das respectivas áreas respeitando o ritmo e as características individuais e os processos que envolvem a aprendizagem bem com o um proposta curricular adequada e condizente à essas características.

e) Hora Treinamento:

- Com o objetivo de promover a melhoria da qualidade do ensino por meio da ampliação de tempos, espaços e oportunidades educativas e de atender às necessidades socioeducacionais dos alunos, o Colégio Edith oferta a Atividade Complementar Curricular de Contraturno, o Macrocampo Esporte e Lazer oportunizando os alunos realizarem a prática esportiva possibilitando maior integração entre alunos, escola e comunidade.

MARCO CONCEITUAL

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA DO COLÉGIO

Filosofia do Colégio

A filosofia do Colégio está baseada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, que tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (LDBEN Nº 9394/96 – Artigo 2º).

Entendemos educação como um processo de emancipação que se dá através de movimentos de reflexão, ultrapassando a mera obtenção de informações. A construção do conhecimento deve resultar do diálogo do aluno com o pensamento e com o mundo que o rodeia. Neste contexto, a escola é o espaço propício para a problematização da realidade e das vivências do trabalho coletivo, que faz frutificar talentos e potencialidades, desenvolvendo a capacidade de realização de projetos pessoais e coletivos. Mas o processo educacional transcende os muros de uma instituição de ensino. A escola não é a única responsável pela educação, ela tem sim, a digna missão de formar seres preparados para a vida cidadã.

Concepção Educacional

A escola deve preparar o aluno para que? Um dos principais objetivos deve ser sua convivência com o grupo; o desenvolvimento da capacidade de atuar em um mundo multicultural onde as diferenças sejam respeitadas. Não é mais possível viver impunemente em um mundo de incluídos e excluídos, porque as pessoas excluídas das condições para melhorar de vida desaprendem de sonhar.

A importância das relações humanas para o crescimento do homem está escrita na própria humanidade. O meio social é uma circunstância necessária para a modelagem do indivíduo. Sem ele, a civilização não existiria, pois foi graças à agregação dos grupos que a humanidade pôde construir seus valores, seus papéis, a própria sociedade.

Em que tipo de sociedade estamos inseridos? Para os autores que fundamentam esta proposta formamos, enquanto sociedade, um agrupamento tecido na diversidade, configurada pelas experiências individuais do homem, mas interdependentes nas relações, na produção de bens, nas estruturas sociais. A sociedade é mediadora do saber, transmite ao homem os conhecimentos adquiridos no passado do grupo.

Segundo Demerval Saviani: “é necessário compreender as leis históricas que regem o desenvolvimento da sociedade, as leis que se constituem historicamente”. Se não questionarmos essa sociedade heterogênea e fragmentada, marcada por profundas desigualdades de todo tipo — classe, etnia, gênero, religião, etc... — que foram exacerbadas com a aplicação de políticas neoliberais e reforçadas pelo excepcional avanço tecnológico e científico das últimas décadas, não chegaremos a uma sociedade democrática, justa, igualitária. Porque esta é a democracia que buscam os seres sociais: substantiva, representativa, participante, regida por princípios éticos de liberdade e de igualdade social.

Para a compreensão das dinâmicas históricas e suas consequências no presente, o ser humano se vale do conhecimento escolar, que para cumprir seu papel, [...] deve ser dinâmico e não uma mera simplificação do conhecimento científico, que se adequaria à faixa etária e aos interesses dos alunos (Veiga, Ilma Passos.1995, p.27). Dessa forma, o conhecimento é resultado de fatos, conceitos e generalizações, sendo portanto, objeto de estudo do professor e do aluno, que indagando sobre o mesmo irá produzir novos conhecimentos, dando-lhes condições de entender o viver, propondo modificações para a sociedade em que vive.

O ato de conhecer representa um caminho para a compreensão da realidade; o conhecimento sozinho não transforma a realidade; transforma a realidade somente a

conversão do conhecimento em ação. Ele é um ato social e gera mudanças internas e externas no cidadão e nas relações sociais, sempre com intencionalidade. “O conhecimento é sempre conhecimento de alguma coisa, é sempre intencionado, isto é, está sempre dirigido para alguma coisa (Freire.2003, p.59).

Dentro desse processo, a escola tem a função social de garantir o acesso de todos aos saberes científicos produzidos pela humanidade. Segundo Nereide Saviani: “a ciência eleva o nível de pensamento dos estudantes, permite-lhes o conhecimento da realidade, o que é indispensável para que conheçam e saibam nele atuar e transformá-lo.

No terreno da formação humana, a cultura é o elemento de mediação entre o indivíduo e a sociedade e, nesse sentido, possui um duplo caráter: remete o indivíduo à sociedade e é, também, o intermediário entre a sociedade e a formação do indivíduo. E como elemento de formação humana, torna-se objeto da educação que se traduz, na escola, em atividade curricular.

O homem, como ser social, atua e interfere na sociedade, encontra-se com o outro nas relações familiares, comunitárias, produtivas e na organização política, garantindo assim a sua participação ativa e criativa nas diversas histórias da sociedade. O homem é, antes de tudo, um ser de vontade, um ser que se pronuncia sobre a realidade. O homem, como sujeito de sua história, segundo Santoro “...é aquele que na sua convivência coletiva compreende suas condições existenciais, transcende-as e reorganiza-as, superando a condição de objeto, caminhando na direção de sua emancipação participante da história coletiva.

Essa interferência do homem na sociedade e na transformação da natureza é feita através da ação do trabalho, e nesse processo, transforma-se a si. Trabalho é, portanto, produção histórico-cultural que atribui à formação de cada novo indivíduo, também, essa dimensão histórica. A ênfase no trabalho como princípio educativo não deve ser reduzida à preocupação em preparar o trabalhador apenas para atender às demandas do industrialismo e do mercado de trabalho. Os vínculos entre educação, escola e trabalho situam-se numa perspectiva mais ampla, tendo em vista a constituição do ser humano, de sua formação intelectual e moral, sua autonomia e liberdade individual e coletiva, sua emancipação.

Para irmos de encontro a uma sociedade democrática, justa e igualitária; do homem/cidadão crítico, participativo, responsável, criativo; da escola transformadora, autônoma e emancipadora , precisamos refutar a ideia do imobilismo, porque se a escola não tem o poder de tudo transformar, também não é impotente. Apesar de determinada pela estrutura em que se insere, ela também pode ser determinante, isto é, um espaço de forças inovadoras que poderão levá-la a contribuir para a superação das desigualdades sociais ao invés de reforçadora dessas desigualdades e, consequente construção de um novo projeto social. Os conhecimentos adquiridos na escola devem permitir que todos tenham uma melhor qualidade de vida.

O direito de todos os educandos à inserção no mundo das novas tecnologias, visando também uma melhor qualidade de vida, é contemplado na LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, ao propor formação tecnológica como eixo do currículo. Assume-se assim, (segundo Krueger, 2000), a concepção que aponta essa formação como síntese entre o conhecimento geral e o específico, determinando novas formas de selecionar, organizar e tratar metodologicamente os conteúdos.

A tecnologia tem sido vista na sociedade atual por um paradigma que foge de seu verdadeiro propósito e natureza. Ela não é um processo autônomo, que tem vida própria, independente das intenções sociais. Ela deve ser vista no contexto educacional como ferramenta de inserção social, estabelecendo mediação entre o aluno e o conhecimento em todas as suas áreas, pois não sendo vista dessa maneira, pode contribuir para o aumento das desigualdades.

A tecnologia tem um impacto significativo não só na produção de bens e serviços, mas também no conjunto das relações sociais e nos padrões culturais vigentes. Mas não podemos cometer exageros ou radicalismos; a tecnologia deve estar a serviço de pais e professores apenas como instrumento, nunca com intenção de substituí-los. Por mais que o computador, isolado ou acoplado à internet, seja um elo importantíssimo para a pesquisa e o trabalho com informações (e assim peça-chave para a pesquisa e o aprendizado), devemos ter consciência que a aventura do conhecer — o aprender, o descobrir, o questionar, o refletir — somente tem condições de prosperar na presença de um mediador: o professor, cujo papel será, certamente, reformulado, mas cuja importância, pelo menos em parte da consecução dos currículos, é indiscutível.

O saber, o domínio do conhecimento e de habilidades, na linguagem de Paulo Freire, “têm sua expressão garantida exclusivamente a partir do compromisso e envolvimento dos educadores.”

A luta por uma escola transformadora pressupõe o entendimento de que é imprescindível fornecer aos alunos a oportunidade de construírem uma base de conhecimentos científicos e tecnológicos, democratizando o saber de tal forma que todos os conteúdos estejam voltados para a apreensão crítica da realidade. O objetivo fundamental da escola transformadora é o de criar condições para que o aluno desenvolva autonomia de pensamentos, pela capacidade de estabelecer relações, de reagir à educação veiculada pelos meios de comunicação de massa, de participar organizadamente intervindo, de forma competente, na sociedade.

A relação sócio-interacionista:

A teoria do desenvolvimento intelectual de Vygotsky, sustenta que todo conhecimento é construído socialmente, no âmbito das relações humanas. Essa teoria tem por base o desenvolvimento do indivíduo como resultado de um processo sócio-histórico, enfatizar o papel da linguagem e da aprendizagem nesse desenvolvimento, sendo essa teoria considerada histórico-social.

O conhecimento que permite o desenvolvimento mental se dá na relação com os outros. Nessa perspectiva o professor constrói sua formação, fortalece e enriquece seu aprendizado. Por isso é importante ver a pessoa do professor e valorizar o saber de sua experiência.

Para Nóvoa (1977,p.26): “A troca de experiências e a partilha de saberes consolida espaços de formação mútua, nos quais cada professor é chamado a desempenhar simultaneamente, o papel de formador e de formando.”

O trabalho em equipe e o trabalho interdisciplinar se revelam importantes. Quando as decisões são tomadas em conjunto, desfavorece, de certa forma, a resistência a mudanças e todos passam a ser responsáveis para o sucesso da aprendizagem na escola. O trabalho interdisciplinar evita que os professores conduzam seus trabalhos isoladamente, em diferentes direções, pois a produção de práticas educativas eficazes, são fruto de uma reflexão da experiência pessoal partilhada entre os colegas. É o que temos presenciado nas recentes mudanças, onde o espaço da escola tem sido também espaço de formação.

A teoria sócio- interacionista reconhece o conhecimento como resultado das interações do indivíduo com o meio, concedendo ao sujeito o papel central na produção do saber. Esta concepção, adotada pelas novas políticas públicas e explicitada nas Diretrizes Curriculares Estaduais, fará parte da metodologia de trabalho dessa instituição, onde o papel do aluno é participar da construção de seu conhecimento e do conhecimento do outro, de maneira que os conhecimentos adquiridos e re-elaborados sejam mobilizados para a resolução de problemas.

Princípios Norteadores da Educação

Este Estabelecimento de Ensino tem por finalidade, atendendo o disposto nas Constituições Estadual e Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, ministrar o Ensino Fundamental (6º ao 9º anos) EJA Fase II e EJA - Ensino Médio igualdade de condições para o acesso e permanência na escola:

I. liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
II. pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
III. respeito à liberdade e apreço à tolerância;
IV. coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
V. gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
VI. valorização do profissional da educação escolar;
VII. gestão democrática do ensino público;
VIII. garantia de padrão de qualidade;
IX. valorização da experiência extraescolar;
X. vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais;
XI. gratuidade do ensino com isenção de taxas e contribuições de qualquer natureza;
XII. valorização dos profissionais do ensino;
XIII. gestão democrática e colegiada da escola;
XIV. garantia de educação básica unitária.

Objetivos da Escola.

Os objetivos da escola estão alinhados com os fins educativos e os princípios norteadores da educação, embasados pela LDBEN – 9394/96.

Segundo Paro (1990, p.18) “a administração é a utilização racional de recursos para a realização de fins determinados [...]”. Portanto, se não tivermos clareza da qual é o FIM ou de quais são os objetivos da escola, outros grupos que representam interesses que não são das massas trabalhadoras a terão em relação ao que se esperar da escola pública.

O Colégio procura criar condições para que todos os alunos desenvolvam suas capacidades e aprendam os conteúdos científicos necessários para a vida em sociedade.

Busca permitir ao aluno exercitar sua cidadania a partir da compreensão da realidade, para que possa contribuir em sua transformação e nortear novas soluções, criar situações que exijam o máximo de exploração por parte dos alunos e estimular novas estratégias de compreensão da realidade

Para isso, busca melhorar a cada dia a qualidade do ensino, motivando e efetivando a permanência do aluno na Escola, evitando a evasão, criando assim mecanismos de participação que traduzam o compromisso de todos na melhoria da qualidade de ensino e com o aprimoramento do processo pedagógico.

Para tanto busca promover a integração escola- comunidade e atuar no sentido do desenvolvimento humano e social tendo em vista sua função maior de agente de desenvolvimento cultural e social na comunidade, a par de seu trabalho educativo.

Fins Educativos

De acordo com as Diretrizes e Bases da Educação Nacional em seu Art. 2º : A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A LDBEN – N º 9394/96 em seu Artigo 1º – 1º e 2º parágrafos prevê que “ A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na

convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias. A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

CONCEPÇÕES NORTEADAS PELAS DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL.

Todo o trabalho pedagógico do Colégio será embasado pelas Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, buscando assim nortear o trabalho do professor e garantir a apropriação do conhecimento pelos estudantes.

Os mesmos princípios democráticos que fundamentam a construção destas Diretrizes solicitam, dos professores, o engajamento na contínua reflexão, para que sua participação crítica, constante e transformadora efetive um currículo dinâmico e democrático.

DIRETRIZES CURRICULARES QUE NORTEIAM A AÇÃO DO COLÉGIO.

A abordagem do Projeto Político Pedagógico fundamenta-se em princípios que norteiam a escola democrática, sendo consideradas as Leis vigentes no país.

Implementadas pela Secretaria de Estado da Educação, as Diretrizes Curriculares para a educação pública do Estado do Paraná chegam às escolas como um documento oficial que traz a característica principal de sua construção: a horizontalidade, pois contou com a participação de todas as escolas e Núcleos Regionais de Educação do Estado e faz ressoar nela as vozes de todos os professores das escolas públicas parananenses.

Este é um documento que traça estratégias que visam nortear o trabalho do professor e garantir a apropriação do conhecimento pelos estudantes da rede pública. Os mesmos fundamentos democráticos que fundamentaram a construção destas Diretrizes solicitam, dos professores, o engajamento para uma contínua reflexão sobre este documento, para que sua participação crítica, constante e transformadora efetive, nas escolas de todo o Estado, um currículo dinâmico e democrático. Pautadas na abordagem histórico-cultural, as Diretrizes nos colocam que o caráter revolucionário da educação não reside em formar o estudante para atuar em assuntos cotidianos, mas em garantir a humanização dos sujeitos por meio do desenvolvimento das funções psíquicas superiores, ou seja, em garantir o acesso aos instrumentos simbólicos fundamentais para a compreensão da realidade social. Essa seria a especificidade da aprendizagem escolar: aquela que se diferencia de outras formas de aprendizagem marcadamente presas ao contexto e à satisfação de uma necessidade de resolução de problemas práticos e imediatos.

Em consonância ao método materialista histórico-dialético, os postulados da Psicologia Histórico- Cultural reafirmam que o meio natural de existência, no homem, cede lugar a um meio transformado por ele, humanizado, produto da atividade humana que o procedeu. Com isso, as criações humanas que o envolvem desde o seu nascimento, são suportes materiais objetivos, objetivações das experiências, das faculdades e necessidades de gerações anteriores e devem ser apropriados durante o seu desenvolvimento por meio da aprendizagem (TULESKI, 2007).

A partir destes fundamentos, os teóricos desta abordagem afirmam que o desenvolvimento humano não decorre da interação do indivíduo com o meio mais próximo, mas é uma metamorfose cultural oriunda do “[...] processo de apropriação da experiência de toda a humanidade, acumulada no processo da história social e transmissível no processo de aprendizagem” (LURIA, 1991, p. 73)

CONCEPÇÕES DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Em 13 de julho de 1990, é promulgada a Lei nº. 8069 – o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Essa lei representa uma mudança de paradigma na área da infância e da juventude, incorporando uma nova concepção de criança e adolescente. Estes passam a ser considerados como "sujeitos de direitos".

Pensar a infância e a adolescência nessa nova perspectiva significa reconhecer que nessa fase da vida os indivíduos encontram-se em pleno desenvolvimento biopsicossocial e que, portanto, necessitam de atendimento e cuidados especiais para se desenvolverem plenamente.

Essas necessidades e cuidados são postos em termos de direitos, estendendo-se ao conjunto desse segmento, sem discriminação de qualquer tipo, cabendo ao poder público, à família, à escola e à sociedade, assegurar com absoluta prioridade a efetivação desses direitos relativos à sobrevivência e ao seu desenvolvimento integral das crianças e adolescentes.

CONCEPÇÃO DAS CAPACITAÇÕES CONTINUADAS

A LDBEN – Art 61 prevê "a formação dos profissionais da educação de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e às características de cada fase do desenvolvimento do educando, tendo como fundamentos:

I – a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço.

II – aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades.

A SEED do Paraná, desde 2003, por meio da CADEP – Coordenação de Apoio à Direção e Equipe Pedagógica, hoje denominada CGE (Coordenação de Gestão Escolar), buscando consolidar um modelo de gestão democrática nas escolas, desencadeou ações de discussão e de (re) elaboração do Projeto Político Pedagógico. Para tanto, realizou atividades como semana pedagógica, cursos específicos para a elaboração da DCEs, reuniões pedagógicas, horas-atividade, pesquisas e consultas junto à comunidade. O resultado desse processo foi a produção de um projeto que revelasse os limites e as possibilidades de cada escola (SEED, CADEP, 2005).

As capacitações continuadas se fazem necessárias, pois os educadores precisam estar em constante estudo e busca de novos conhecimentos e definições. Cabe ao educador participar e promover o seu progresso e assim consequentemente o progresso do processo escolar.

CONCEPÇÃO DE HOMEM, SOCIEDADE, CULTURA, MUNDO, EDUCAÇÃO, ESCOLA, CONHECIMENTO, TECNOLOGIA, ENSINO-APRENDIZAGEM, CIDADANIA/CIDADÃO.

a) Concepção de Homem:

Partindo do que nos traz Morin (2001: 40) ao se referir sobre à complexidade do ser humano: " *ser, ao mesmo tempo, totalmente biológico e totalmente cultural",* procuramos estruturar nossa concepção de homem e, em consequência desta, a expectativa em relação ao cidadão que queremos formar.

Entendendo o sujeito tanto físico como social, temos a intenção de desenvolver no aluno a consciência e o sentimento de pertencer à Terra, de modo que possa compreender a interdependência entre os fenômenos e seja capaz de interagir de maneira crítica, criativa e consciente.

b) Concepção de Sociedade:

A sociedade é campo das manifestações e interações humanas. É nela que o ser humano se expõe agindo, comunica seus pensamentos, celebra suas conquistas ou demonstra suas deficiências.

Nesta sociedade a educação tem papel fundamental, devendo ser libertadora, interdisciplinar, inclusiva, integradora, dialética, contínua, processual e segura, embasada por uma escola democrática, reflexiva, transformadora, coerente, prazerosa e planejada. A sociedade, portanto deve ser o espaço onde toda a complexidade da humanidade possa ser exposta, vista e sentida com solidariedade e fraternidade.Pela interdependência crescente entre os povos, necessita-se cada vez mais ser solidários e assim conviver com as diferenças de modo a compreender a dimensão do outro.

Libâneo (1994) fundamenta :
"A sociedade brasileira está passando por intensas transformações econômicas, sociais, políticas, culturais. As novas exigências educacionais diante dessas transformações pedem um professor capaz de exercer sua profissão em correspondência às novas realidades da sociedade, do conhecimento, do aluno, dos meios de comunicação e informação."

É nesta perspectiva que a educação encontra um dos seus grandes desafios: instrumentalizar o educando para sua emancipação social com equilíbrio e sobriedade, estabelecendo subsídios para a construção de uma sociedade fundada nos princípios da coletividade, justiça e liberdade sem restrições de qualquer natureza, permitindo a convivência na e pela diversidade, projetando em suas gerações futuras valores morais e materiais balizados pelos mais justos dos princípios que fazem jus à nossa humanidade. É no espaço escolar que o conhecimento historicamente produzido é ressignificado em suas razões filosóficas, permitindo ao educando a construção de reflexões a respeito dos paradigmas que constituem a sociedade vigente.

c) Concepção de Cultura:

Embora não exista nenhuma definição definitiva de cultura, podemos dizer que o conceito de cultura está sempre em constante mutação e evolução, acabando por ser o aspecto da vida social que se relaciona com a produção do saber, arte, folclore, mitologia, costumes, etc., bem como à sua perpetuação pela transmissão de uma geração à outra.

Ela se produz *"através da interação social dos indivíduos, que elaboram seus modos de pensar e sentir, constroem seus valores, manejam suas identidades e diferenças e estabelecem suas rotinas*", como ressalta Isaura Botelho (2001, p.2).

Marilena Chauí também chama a atenção para a necessidade de alargar o conceito de cultura, tomando-o no sentido de invenção coletiva de símbolos, valores, ideias e comportamentos, *"de modo a afirmar que todos os indivíduos e grupos são seres e sujeitos culturais"* (1995, p.81).

Definir o que é cultura não é uma tarefa simples. A cultura evoca interesses multidisciplinares, sendo estudada em várias áreas e em cada uma dessas áreas, é trabalhada a partir de distintos enfoques e usos. Tal realidade concerne ao próprio caráter transversal da cultura, que perpassa diferentes campos da vida cotidiana.

d) Concepção de Mundo:

É no mundo que ocorrem as interações homem-homem e homem, meio social, caracterizado pelas diversas culturas e pelo conhecimento. O mundo concebido é resultado do processo de estabelecimento das relações entre a subjetividade individual do homem e a realidade objetiva. É na integração destas duas dimensões da natureza humana que o indivíduo vai se permitir e conseguir viver com a grandiosidade da pluralidade da sua capacidade, transcendendo sua subjetividade.

Mas devido à rapidez do processo de produção das informações e pela globalização torna-se necessário proporcionar ao homem condições para que ele alcance objetivos materiais, políticos, culturais e espirituais, que venham ao encontro da

extirpação da injustiça, diferenças, distinções, divisões e de todos os entraves que o detém na sua jornada de aperfeiçoamento, na tentativa de se formar o ser humano que se imagina e deseja. É neste ponto que a escola pode ser um espaço que contribua para a efetiva mudança social.

Historicamente a sociedade transforma-se heterogenicamente contínua e "rápida", com uma intensidade frenética que nem ao menos os registros dos acontecimentos conseguem atualizar-se.

A educação por sua vez busca receber e respeitar essas mudanças e suas consequências, com tolerância e democracia, abrindo espaço para as manifestações dos crescentes esforços em busca do melhoramento humano.

Nessa leitura de mundo, os valores em que cada um acredita têm hoje uma leitura, amanhã é acrescida de outra leitura, tornando-se outro sujeito, dessa forma compreende que ninguém é melhor que ninguém.

A escola é um espaço que para os educandos proporciona melhoramento deles como sujeitos mais ativos na sociedade, onde começam a vivenciar experiências com outros meios de leitura de mundo, percebendo que essa convivência deve ser respeitosa, reflexiva e democrática.

Na Concepção Crítico-Emancipatória (KUNZ, 2001b, p. 148) o ensino *"deve obrigatoriamente incluir a reflexão sobre o Mundo Vivido e respectivo Mundo do Movimento do aluno",* pois *"entre a dimensão de determinada visão de mundo e uma correspondente visão de Homem, existe uma relação muito tensa pela qual se pode chegar a interpretar a Educação como um processo real* (KUNZ, 2001a, p. 135)".

Completando :

"A dimensão política contida em toda a ação educacional é resultado de uma conseqüência lógica expressa pela imagem de Homem e Mundo que fundamenta toda a teoria educacional (Ibid, p. 136). Uma formação de consciência no sentido crítico e dialético, o que quer dizer: Consciência e Mundo como Subjetividade de Objetividade são inseparáveis (Ibid, p. 154-155). (...) "A consciência e o Mundo se dão ao mesmo tempo: exterior por essência à consciência, o Mundo é por essência, relativo a ela" (SARTE apud KUNZ, 2001a, p. 155).

Homem e Mundo estão entrelaçados, pois o entendimento da escola, em seu PPP, sobre esta temática deverá evidenciar um ideal de Homem inserido no Mundo.

e) Concepção de Educação

A concepção de educação da rede Estadual de Ensino visa *"contribuir para minimizar desigualdades sociais e... [conquistar] uma sociedade justa e humana"* (Paraná, 2006, p. 11), pois as desigualdades sociais, presentes no processo histórico brasileiro e paranaense, são influenciadas por práticas econômicas, políticas, sociais elitistas e privatistas.

LDBEN - 1996 – Art 1º – A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. § 2º – A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

Paulo Freire afirma que: *"formar o cidadão, construir conhecimentos, atitudes e valores que tornem o estudante solidário, crítico, ético e participativo."*

A Constituição Federal de 1988 referenda que a educação é tarefa que deve ter participação conjunta do Estado e da sociedade, de modo que se realize a construção da cidadania, aliada a uma maior qualificação, que possibilite a inserção no mercado de trabalho. A educação passa a ser definida no art. 205 como " direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade,

visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.(CF, 1988, Art.205).

A partir desta concepção, Weffort considera que *"a escola que se abre à participação dos cidadãos não educa apenas as crianças que estão na escola. A escola cria comunidade e ajuda a educar o cidadão que participa da escola; a escola passa a ser um agente institucional fundamental do processo da organização da sociedade civil". (* Weffort, 1995; pg 99).

Processo que envolve formação e mediação, visando o exercício da cidadania para a construção de uma sociedade inclusiva.

f) Concepção de Escola

A principal função da escola é transmitir conhecimento científico e de forma secundária dar suporte ao aspecto moral, cultural e a formação do indivíduo como pessoa, fortalecendo seus valores e vínculos, estimulando os educandos a buscar os seus objetivos e conquistas na realização da cidadania.

A escola que temos hoje está mais voltada para o social, uma escola protetora, desviando-se do seu objetivo principal. Queremos uma escola pública brasileira repensada. Precisa repensar-se para dar conta de sua função precípua que é a de ensinar e instruir os alunos de maneira mais consistente possível.

É na escola que o aluno tem acesso ao saber elaborado que é confrontado com o senso comum que ele traz da realidade em que vive. Sendo assim, é importante que a escola, assim como todos os envolvidos no processo ensino - aprendizagem, saibam que tipo de conhecimento é adequado para atingir os objetivos a que a escola se propõe.

O conhecimento pressupõe as concepções de homem, de mundo e das condições sociais que o geram configurando as dinâmicas históricas que representam as necessidades do homem a cada momento, implicando necessariamente nova forma de ver a realidade, novo modo de atuação para obtenção de conhecimento, mudando portanto a forma de interferir na realidade. Essa interferência traz consequências para a escola, cabendo a ela garantir a socialização do conhecimento que foi expropriado do trabalho nas suas relações. O conhecimento escolar é dinâmico e não uma mera simplificação do conhecimento científico adequado à determinada faixa etária e aos interesses do alunos. O conhecimento escolar é resultado de fatos, conceitos, generalizações (confronto entre senso comum e saber elaborado), sendo portanto, o objeto de trabalho do professor.

Conforme Freire, *" o conhecimento é sempre conhecimento de alguma coisa",* é sempre *"intencionado, isto é, está sempre dirigido para alguma coisa*". Portanto, há de se ter clareza com relação ao conhecimento escolar, pois como destaca Severino, "*educar contra-ideologicamente é utilizar, com a devida competência e criatividade, as ferramentas do conhecimento, as únicas de que efetivamente o homem dispõe para dar sentido às práticas mediadoras de sua existência real".*

Para Santomé, *"na hora de planejar um projeto curricular, é preciso levar em consideração que existem diferentes classes de conhecimento e que cada uma delas é reflexo de determinados propósitos, perspectivas, experiências, valores e interesses humanos. O modelo de A. Bankes (1993) trata de respeitar esta filosofia. No mesmo são identificados cinco modalidades de conhecimento ou vias através das quais as pessoas constroem suas explicações ou interpretações da realidade".*

Os educadores, no espaço intra-escolar em que atuam, têm um papel importante a desempenhar. A aprendizagem do aluno depende, em grande parte, da competência profissional do educador: do compromisso com a formação do aluno, de um fazer pedagógico mais integrado entre professores e especialistas, principalmente da

transmissão de conhecimentos relevantes e significativos, de tratar o aluno como sujeito e não mero objeto do processo ensino-aprendizagem.

Com isso a escola, mesmo dentro dos marcos da sociedade existente, estaria dando a sua contribuição específica para a transformação social, contribuindo para a melhoria da qualidade de ensino e para a socialização do saber elaborado, condição necessária para atingir uma verdadeira democracia e estabelecer uma nova hegemonia sob a direção das classes trabalhadoras.

g) Concepção de Tecnologia

Acreditamos, portanto, que no espaço escolar o desafio que se coloca é a incorporação das tecnologias da informação, presentes na vida de todos os seres humanos. O importante é compreender o processo de incorporação das tecnologias da informação pela escola, particularmente pelo professor, pois defendemos que estas tecnologias podem contribuir para uma vinculação entre os contextos da escola. Contudo, devemos destacar que tecnologia não melhora a essência do que se ensina e sim a forma de transmiti- la. Assumir o emprego de tecnologias educacionais favorece a revisão da prática convencional.

Corrêa (2002, p. 46) afirma que “o valor da tecnologia não está nela em si mesma, mas depende do uso que fazemos dela”.

Portanto, o que se deve ter claro é o conceito de tecnologia, articulado com o conceito de sociedade, indivíduo, educação e ensino, ou seja, o fazer e o pensar do professor.

h) Concepção de ensino-aprendizagem

O processo ensino-aprendizagem envolve um conteúdo que é ao mesmo tempo produção e produto. Parte de um conhecimento que é formal (curricular) e outro que é latente, oculto e provém dos indivíduos. Todo ato educativo depende, em grande parte, das características, interesses e possibilidades dos sujeitos participantes, alunos, professores, comunidades escolares e demais fatores do processo. Assim, a educação se dá na coletividade, mas não perde de vista o indivíduo que é singular. Portanto, é preciso compreender que o processo ensino-aprendizagem se dá na relação entre indivíduos que possuem sua história de vida e estão inseridos em contextos de vida próprios.

Em relação ao ensino – aprendizagem, sabemos que o aluno não aprende só na escola, desde o nascimento ele inicia esse processo que se desenrola por toda vida. Todavia, é na escola, através dos conhecimentos científicos que são ensinados, que o aluno vai analisar os conceitos que já possui e reconstruí-los. Como diz Gasparin: *“a função principal da escola é fazer com que o aluno desaprenda”.* Isto não quer dizer que o professor deva desprezar o que o aluno já sabe, pelo contrário, esses conceitos devem servir como meios de problematização para que se crie no aluno o interesse em querer aprender. O aluno só aprenderá se sentir necessidade. É preciso que o professor consiga desenvolver, criar em seu aluno essa necessidade. Aprendizagem significa “crescimento” do aluno. O importante na aprendizagem é o que o aluno vai fazer, na prática, com o que aprendeu. Sendo assim, o conteúdo deve servir para fora da sala de aula, seja num pequeno fazer, seja numa prática profissional.

i) Concepção de Cidadania/Cidadão

O termo cidadania se faz mediante aos direitos civis, políticos, sociais e deveres relativos a uma coletividade política, além da possibilidade de participar na vida coletiva.

Ser cidadão, nesse sentido, significa participar efetivamente da vida em sociedade, exercer seus direitos e cumprir suas obrigações. A cidadania se aprende e exercita no convívio do dia-a-dia, isto é, com a convivência, com a participação.

A consciência de ser cidadão é importantíssima. Ser cidadão, em síntese, significa respeitar o direito à cidadania, isto é, cumprir o seu papel como integrante de uma sociedade, o que, em última análise, significa respeitar o próximo, o meio ambiente, a vida, a saúde, a tranquilidade social, escolher com critério seus representantes políticos, trabalhar e contribuir para o desenvolvimento da sociedade como um todo.

A escola exige certamente uma educação para a cidadania. Pode-se dizer que cidadania é essencialmente consciência de direitos e deveres no exercício da democracia. Não há cidadania sem democracia. A democracia fundamenta-se em três direitos:

- Direitos civis com segurança e locomoção;
- Direitos sociais como trabalho, salário justo, saúde, educação, habitação, etc...
- Direitos políticos como liberdade de expressão, de voto, de participação em partidos políticos e sindicatos, etc...

"A discussão do tema cidadania ocupa cada vez mais espaço nos meios de comunicação, nos segmentos sociais, políticos, culturais e religiosos. Todos, de diferentes tendências ideológicas, em seus vários matizes, exibem arroubos de fé democrática e cidadã. Até o homem comum a discute para reivindicar direitos. Mas, basta olhar em volta para perceber que, nas democracias burguesas, a cidadania coexiste, contraditoriamente, com as desigualdades. Os direitos são reconhecidos como naturais; porém, pelas relações de poder e exploração, não é assegurado seu exercício ao cidadão." (Martins, R.B.).

Reafirmando uma citação de Boff. (Martins, 2000, p.53) diz *"... a construção da cidadania envolve um processo ideológico de formação de consciência pessoal e social e de reconhecimento desse processo em termos de direitos e deveres. A realização se faz através de lutas contra as discriminações, da abolição de barreiras segregativas entre indivíduos e contra as opressões e os tratamentos desiguais, ou seja, pela extensão das mesmas condições de acesso às políticas públicas e pela participação de todos nas tomadas de decisões. È condição essencial da cidadania, reconhecer que a emancipação depende fundamentalmente do interessado, uma vez que, quando a desigualdade é somente confrontada da arena pública, reina a tutela sobre a sociedade, fazendo-a dependente dos serviços públicos. No entanto, ser /estar interessado não dispensa apoio, pois os serviços públicos são sempre necessários e instrumentais".*

O grande desafio histórico é dar condições ao povo brasileiro de se tornar cidadão consciente, (sujeito de direitos), organizados e participativos do processo de construção político-social e cultural.

Angel Pino in (Boff SEVERINO AJ. ZALVARA e outros. (1992, p 15-25), consideram que *"o conceito de cidadania traduz ao mesmo tempo, um direito de exercício desse direito. Sem este, aquele é mera fórmula".* Portanto, a educação como um dos principais instrumentos de formação da cidadania deve ser entendida como a concretização dos direitos que permitem ao indivíduo sua inserção na sociedade.

"Os desafios que a realidade social e educacional colocam à nação brasileira são enormes: de resolver a contradição estrutural que existe entre a declaração constitucional dos direitos sociais (entre eles, a educação) e a negação da prática desses direitos; de superar a ideologia que associa pobreza material e pobreza cultural, fazendo uma causa e efeito da outra; de recolocar-se o problema da escola pública em termos de direito de todos, de acesso ao conhecimento elaborado; de recolocar a questão do trabalho como atividade de produção/apropriação de conhecimento e não apenas como uma mera operação mecânica, descartável pela implantação da automação; de repensar, enfim, a relação escola-trabalho de maneira a superar a dualidade saber/fazer e a instrumentalização da escola em função dos interesses do capital". (Angel Pino, 1992).

j) Concepção de Escola de Superação.

É um Programa da Secretaria Estadual de Educação do Paraná (SEED) desde 2007, que visa atender as escolas que apresentam maiores dificuldades para implementar ações que promovam o acesso e a permanência ao ensino público de qualidade, visando a formação integral dos alunos. Tem como característica a mobilização social, que requer da educação planejamento de ações pedagógicas de superação dos problemas apresentados.

O Programa Superação prevê planejamento de ações visando a correção de rumos, o comprometimento de todos com a aprendizagem dos alunos e o fortalecimento da autonomia da gestão das escolas, buscando assim a melhoria de resultados quantitativos e qualitativos de aprendizagem escolar.

O objetivo do Superação é promover a condição de igualdade entre as escolas da rede por meio do desenvolvimento de ações integradas que envolvem os Núcleos Regionais de Educação (NREs), diretorias e departamentos da SEED.

A meta é promover a melhoria do ensino, com a consequente elevação do IDEB, por meio de ações integradas com as demais secretarias de Estado e órgãos governamentais e, inclusive com a comunidade.

O Superação prevê em trabalho articulado pedagogicamente, com assessoramento técnico, pedagógico, de recursos humanos e financeiros, com o intuito de potencializar a qualidade educacional no Paraná.

PROGRAMA PDE – ESCOLA

A partir do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, proposto pelo Ministério da Educação em parceria com o Banco Mundial, as Secretarias de Educação estaduais assinaram o Compromisso Todos pela Educação. Em decorrência desse acordo, o estado do Paraná, a partir de 2008, iniciou a implementação do Programa PDE-Escola. Com a execução desse programa as escolas públicas puderam avaliar os principais gargalos da organização do trabalho pedagógico, e tiveram a oportunidade de evidenciar as suas principais dificuldades e também planejar ações financiáveis, com o objetivo de avançar quantitativamente nos índices de desenvolvimento educacional. O PDE – Escola é um dos atuais programas oriundo do Plano de Desenvolvimento da Educação e é fruto de um acordo de financiamento entre as secretarias de educação Municipais, Estaduais , Ministério da educação (MEC) e o Banco Mundial (BM).

O PDE – Escola tem por objetivo fortalecer a autonomia da gestão de cada escola e da definição de um plano para a melhoria dos resultados de cada escola – feito pela própria equipe – e deve indicar as metas educacionais, o prazo para o cumprimento dessas metas e os recursos para desenvolvê-las. Tem prioridade de atendimento a escola conforme o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

O PDE-Escola tem a visão de que avaliação em educação não são apenas os resultados obtidos pelos alunos. Para que a avaliação se dê de forma mais consistente, é necessário levar em conta todos os aspectos envolvidos no processo ensino e aprendizagem, com o objetivo de verificar se eles se encontram o mais perfeitamente possível adequados para a consecução dos objetivos propostos e, dada essa verificação, tomarem-se as decisões no sentido de conservá-los ou modificá-los. Desta maneira, não é suficiente realizar apenas a avaliação da produção do aluno. É preciso que a escola desenvolva processos periódicos de avaliação dos seguintes aspectos: a instituição escolar; condições da estrutura física da escola; os recursos materiais; os recursos pedagógicos; o quadro de profissionais da escola; as condições de trabalho dos profissionais; os serviços oferecidos pela escola (merenda, material escolar,assistência em saúde,etc.); a inserção da escola na comunidade; a adequação do regimento escolar e dos regulamentos; o currículo (quanto aos programas, disciplinas, conteúdos,

processos, métodos e estratégias de ensino); a atuação do professor; os resultados obtidos pelos alunos e manifestos nas suas produções e, inclusive, o próprio modelo de avaliação.

O desenvolvimento da prática pedagógica – e, portanto, o resultado obtido pelos alunos – dependem da adequação dessas instâncias acima apontadas. Daí porque, ao avaliar a produção do aluno, elas também devem ser consideradas.

Isso não significa que a cada situação de avaliação do aluno, o professor retome a situação dos aspectos que circunscrevem a atividade docente.

Na ocasião do desenvolvimento do Programa PDE – Escola , o colegiado da escola procederá essa avaliação mais ampla, de modo a identificar, no universo escolar, aquilo que está a dificultar o êxito do processo.

O Programa de Desenvolvimento Educacional - PDE é uma política pública que estabelece o diálogo entre os professores da Educação Superior e os da Educação Básica, através de atividades teórico práticas orientadas, tendo como resultado a produção de conhecimento e mudanças qualitativas na prática escolar da escola pública paranaense.

O Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE, integrado às atividades da formação continuada em educação, disciplina a promoção do professor para o nível III da carreira, conforme previsto no Plano de Carreira do Magistério Estadual, Lei Complementar nº 103, de 15 de março de 2004.

O programa prevê avanços na carreira e tempo livre para estudos, demonstra a justa preocupação com a formação permanente dos educadores e com o real aprendizado de nossos estudantes. Este programa de estudos terá duração de dois anos: no primeiro ano, o professor será afastado de suas atividades 100% e, no segundo ano em 25%.

Ao optar pela implementação do Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE, um programa de Formação Continuada que não encontra modelos públicos similares, a educação paranaense, mais uma vez, mostra-se inovadora, coerentes na perseguição à utopia da educação de fato universal, democrática, transformadora e de qualidade. A parceria com as instituições Públicas de Ensino Superior do Paraná decorre da percepção de que a essência do Programa encontra ressonância na reflexão pedagógica crítica nelas produzida. Dessa forma, acreditamos que estamos construindo um programa que viabiliza uma real integração entre a formação continuada dos egressos de graduação, que poderá resultar em outras parcerias ainda mais promissoras.

Esse novo modelo de Formação Continuada visa proporcionar ao professor PDE o retorno às suas atividades acadêmicas de sua área de formação inicial. Este será realizado de forma presencial, nas Universidades públicas do Estado do Paraná e, de forma semi-presencial, em permanente contato do professor PDE com os demais professores da rede pública estadual de ensino, apoiados com os suportes tecnológicos necessários ao desenvolvimento da atividade colaborativa.

O professor PDE iniciará suas atividades nesse novo processo de Formação Continuada elaborando um Plano de Trabalho em conjunto com o professor orientador das IES. O Plano de Trabalho constitui uma proposta de intervenção na realidade escolar, a ser estruturada a partir de três grandes eixos: a proposta de estudo – que será desenvolvida ao longo de dois anos – a elaboração de materiais didáticos – para uso na escola – e a orientação de Grupos(s) de Trabalho em Rede – que envolve o conjunto dos professores da rede pública estadual.

Por enquanto , em 2012 não temos nenhum professor/profissional desenvolvendo projetos relacionados à este programa.

CONCEPÇÃO E PRINCÍPIOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

A ideia de gestão democrática no ensino é considerada uma inovação da Constituição Brasileira de 1988, que a incorporou como um princípio do ensino público na forma da lei. Essa ideia surgiu como proposta no contexto da transição democrática e na contestação das práticas de gestão escolar dominantes, sob o regime militar e na luta pela construção de uma nova escola. Isto é, de uma escola aberta à participação popular e comprometida com seus interesses históricos, com vistas a mudanças sociais duradouras e significativas para esse segmento.

Dessa forma, a Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996, referenda tal princípio, explicitando que a gestão democrática é feita "na forma da lei e da legislação dos sistemas de ensino". A gestão democrática aparece na LDBEN ligada à "participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político pedagógico da escola" e à "participação da comunidade escolar local em Conselhos Escolares ou equivalentes".

Tendo em vista o princípio de gestão democrática nas escolas públicas, a escola de instrumentalização e socialização do conhecimento (SAVIANI, 1991), ela passa pela tomada de consciência da comunidade sobre o seu papel e o do Estado no destino das políticas públicas. É neste sentido que a Gestão Democrática também se consubstancia no controle social, expressado pelo acompanhamento da comunidade sobre as fontes e o destino dos recursos públicos, bem como sobre os caminhos que devem percorrer para que a escola possa contar com recursos adequados ao provimento de suas necessidades e seus direitos. Assim, Gestão Democrática da educação, *"compreende a noção de cidadania como "capacidade" conquistada por todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto histórico determinado".* (Coutinho, 2000, p: 50).

ADMINISTRAÇÃO COLEGIADA

Gestão democrática implica participação intensa e constante dos diferentes segmentos sociais nos processos decisórios, no compartilhar as responsabilidades, na articulação de interesses, na transparência de ações, em controle coletivo.

Na complexidade do contexto atual, é muito difícil para o diretor assumir sozinho a direção de uma escola. Ele deve ter discernimento para cercar-se de uma equipe competente e com ela estabelecer um processo de gestão colegiada, pautada num planejamento estratégico aberto às inovações necessárias, com foco no sucesso dos alunos.

A equipe, assim como o diretor, precisará investir continuamente em seu crescimento pessoal e profissional para garantir as competências indispensáveis a um bom profissional hoje:

- Competência humana – para trabalhar com pessoas, sabendo colocar-se no lugar do outro e ter atitudes favoráveis a um bom ambiente de trabalho.
- Competência política – para ver a escola, a sociedade e o sistema educacional como um todo, presumindo as implicações de suas decisões para a escola e para a comunidade.
- Competência técnica – para buscar os subsídios necessários à sua função, atento às exigências legais e às inovações científicas e tecnológicas indispensáveis ao bom desempenho da instituição.

INSTRUMENTOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA:

a) Conselho Escolar:

O Conselho Escolar (CE) é um colegiado com membros de todos os segmentos da comunidade escolar com a função de gerir coletivamente a escola. Com suporte na LDB, lei nº 9394/96 no Artigo 14, que trata dos princípios da Gestão Democrática no inciso II - *"participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes", e*sses conselhos devem ser implementados para se ter uma gestão democrática. Porém, *como diz Carlos Drummond Andrade:* " as leis não bastam. Os lírios não nascem das leis". (SEED 1998, p.44).

O Conselho Escolar tem função deliberativa, consultiva, avaliativa e fiscalizadora. É representado por todos os segmentos, os quais são eleitos pelos seus pares, aqui consubstanciado pela possibilidade de representação dos Grêmios Estudantis e das Associações de Pais e Mestres e Funcionários (APMF).

A gestão escolar, como decorrência do princípio constitucional da democracia e colegialidade, terá como órgão máximo o **Conselho Escolar**. Ele tem por finalidade promover a articulação entre os vários segmentos organizados da sociedade e os setores da escola, a fim de garantir eficiência e qualidade do seu funcionamento.

Organização do Conselho Escolar:

- Presidente (diretor da escola)
- Representantes da equipe pedagógica
- Representantes da equipe administrativa
- Representantes dos professores (por modalidade de ensino)
- Representantes dos pais ou responsáveis pelos alunos (por modalidade de ensino).

b) À Equipe de Direção cabe a gestão dos serviços escolares, com a finalidade de garantir o alcance dos objetivos educacionais da instituição, definidos no Projeto Político Pedagógico.

Organização da Equipe de Direção:

- Diretor
- Diretor Auxiliar

c) A LDBEN nº 9394/96 em seu Art.3º, inciso VIII, afirma que o ensino será ministrado com base nos princípios da gestão democrática, o que ampara o **Conselho de Classe** como um órgão colegiado, de natureza consultiva e deliberativa em assuntos didático-pedagógicos, com atuação restritiva a cada classe do estabelecimento de ensino e tem o objetivo de avaliar o processo ensino-aprendizagem na relação professor-aluno e os procedimentos adequados a cada caso.

Organização do Conselho de Classe:

- Diretor (Presidente do Conselho)
- Equipe Pedagógica
- Secretária
- Professores que atuam numa mesma classe

Finalidades do Conselho de Classe:

I. estudar e interpretar a aprendizagem na sua relação com o trabalho do professor, na direção do processo ensino-aprendizagem proposta pelo plano curricular;

II. acompanhar e aperfeiçoar o processo de aprendizagem dos alunos, bem como diagnosticar seus resultados e atribuir-lhes valores;

III. analisar os resultados da aprendizagem na relação do desempenho da turma com a organização dos conteúdos e o encaminhamento metodológico;
IV. utilizar procedimentos que assegurem a comparação com parâmetros indicados pelos conteúdos necessários ao ensino, evitando a comparação dos alunos entre si.

d) APMF - (Associação de Pais, Mestres e Funcionários São Francisco de Assis)

Pessoa jurídica de direito privado, é o órgão de representação dos pais, mestres e funcionários deste estabelecimento de ensino, pautada no princípio Constitucional da Gestão democrática e no compromisso com a educação pública gratuita, laica, universal e de qualidade, esta instância colegiada baseia-se na segunda edição do Caderno de Apoio à Elaboração do Estatuto da Associação de Pais, Mestres e Funcionários – APMF – para, através deste, aprimorar o trabalho da comunidade escolar, tendo em vista sua atuação político- pedagógica no âmbito da educação pública. Este importante referencial visa não só organizar legalmente a instancia colegiada, mas instituí-la a partir de um conjunto normativo, de modo a possibilitar a todos os que fazem parte da Comunidade Escolar a participação consciente nos processos de tomada de decisão no espaço público, com o intuito de tornar efetiva a função social da escola pública e obter o necessário controle social do público pleo público. O documento deve possibilitar também, de forma permanente, o exercício da democracia no ambiente escolar, pela transparência e pelas ações coletivas e o zelo pelo cumprimento dos preceitos legais presentes na Constituição Federal , na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e Estatuto da Criança e do Adolescente.

Organização da APMF:
- Diretoria
- Conselho Deliberativo e Fiscal

A Diretoria da Associação de Pais, Mestres e Funcionários será composta de:
- Presidente
- Vice-Presidente
- 1º Secretário
- 2º Secretário
- 1º Tesoureiro
- 2º Tesoureiro
- 1º Diretor Sociocultural e Esportivo
- 2º Diretor Sociocultural e Esportivo

e) O Grêmio Estudantil

Foi instalado em 2008. Esta instância deve significar mais um elo entre os estudantes, famílias e a direção da escola. As atividades do Grêmio serão supervisionadas pelo Conselheiro (professor escolhido pela Direção e alunos).

A Lei federal nº 7398/85 de 04/11/1985 assegura a organização do Grêmio Estudantil como unidade autônoma representativa dos estudantes, em qualquer escola do País, seja ela pública ou particular. A Lei nº 11057 de 17/01/95 — D.O. nº 4429 de 17/01/95 assegura , nos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º Graus, públicos ou privados, no Estado do Paraná, a livre organização de Grêmios Estudantis.

A diretoria do Grêmio Estudantil será composta de:
- Presidente
- Vice – Presidente
- Secretário geral

- 1º Secretário
- Tesoureiro geral
- 1º Tesoureiro
- Diretor de Esportes
- Diretor Sociocultural
- Diretor de Saúde e Meio Ambiente

CONCEPÇÃO DE FORMAÇÃO CONTINUADA

Na LDBEN – Art 61 - a formação Continuada está posta como um dos fundamentos para atender aos objetivos dos diferentes níveis de modalidades de ensino e às características de cada fase do desenvolvimento do educando. No Art.67, a lei coloca que os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação através do aperfeiçoamento profissional continuado.

Garantida por lei, é um direito dos docentes, equipe pedagógica e direção – regimentada no Título III, Capítulo I – Seção I – Dos Direitos – Artigo 165 inciso III: participar de grupos de estudos, encontros, cursos, seminários e outros eventos ofertados pela SEED e pelo próprio estabelecimento de ensino, tendo em vista o seu constante aperfeiçoamento profissional". Inciso XI: "ter assegurado pelo mantenedor, o processo de formação continuada".

A elaboração coletiva das Novas Diretrizes Curriculares Orientadoras da Educação Básica da Rede Estadual visa diminuir a distância entre a teoria e a prática do professorado, problema este não só do nosso Estado, mas da educação nacional.

A luta das políticas públicas é pelo alcance de uma escola democrática; de qualidade; por uma educação pública, gratuita e universal. Entendendo que a atividade de ensino é a principal arma do profissional do magistério e que sua efetividade se dá pela habilitação à profissão e pela prática reflexiva, a formação inicial recebida e o aprimoramento teórico do profissional, por mais intenso que sejam nunca se apresentarão como suficientes para que o professor exerça sua profissão. É a prática docente, a experiência e a reflexão constante para o exercício do magistério que apontam o caminho mais adequado ao êxito docente.

Talvez exatamente pelo fato da escola ser a instituição social que, por sua natureza e especificidade, trabalha diretamente com o conhecimento e com o ser humano, é que se faz contínuo o desafio de estar em constante processo de discussão e re- elaboração de suas ações, não só para acompanhar os processos evolutivos da sociedade, mas para interferir nas necessárias transformações.

A necessidade de formação continuada e direcionada para o saneamento dos problemas do dia-a-dia nas escolas deve ser prioridade do Governo do Estado como órgão mantenedor; do diretor da escola como líder e mentor desse processo; da equipe pedagógica que deve monitorar o desempenho pedagógico e, à luz dos resultados de aprendizagem dos alunos, analisar com os professores quais os melhores processos e condições pedagógicas, para garantir que todos os alunos, e cada um deles, possam aprender sempre mais.

Há necessidade de formação continuada aos professores e pedagogos para a aquisição de competência no uso das novas tecnologias, já que o Colégio terá um laboratório de informática. Isto proporcionaria apoio aos docentes e condições para que estes possam incorporá-las à sua prática pedagógica e inserir os alunos na vida cidadã, levando em conta o perfil de nossos alunos, que fora do espaço escolar pouca chance têm de contato com as novas tecnologias.

Textos objetivos e práticos sobre avaliação deve sempre fazer parte dessa formação, já que grande parte do fracasso escolar, se deve à adoção de práticas de avaliação orientadas pelos princípios de seleção e da classificação. Também porque a

avaliação é, em geral, dissociada das experiências de ensino-aprendizagem. Outros assuntos importantes que devem fazer parte da formação continuada dos docentes: como tratar da indisciplina; habilidade emocional; teoria sócio-interacionista, a qual embasa a concepção curricular; LDBEN – nº 9394/96 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; Regimento Escolar; Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); Inclusão, etc...

Com essas Diretrizes e uma Formação Continuada focada nos aspectos fundamentais do trabalho educativo pretendemos recuperar a função da escola pública que é ensinar, dar acesso ao conhecimento, para que todos, especialmente os alunos das classes menos favorecidas, possam ter um projeto de futuro que vislumbre trabalho, cidadania e uma vida digna.

A instalação de um processo de formação continuada que acrescente e supere a formação inicial do profissional da educação é importantíssima para dar conta da prática escolar no contexto atual que a escola está inserida.

- **Merendeiras**: Curso prático de nutrição e saúde; Curso prático de higiene; relações humanas; noções de aproveitamento (evitar desperdício) de alimentos etc...

- **Secretários**: Informática direcionada ao Sere/web documentação e escrituração; atendimento ao público (relações humanas); técnicas de redação e estilo etc...

- **Conselheiros**: Regimento Escolar; Projeto Político Pedagógico; Estatuto da Criança e do Adolescente; LDB, etc

- **Alunos representantes de turma**: orientações sobre ética; relações interpessoais; desenvolvimento de responsabilidades; textos sobre os diversos tipos de professor etc...

- **Pedagogos**: Referencial bibliográfico atualizado e relacionado à educação; planejamento; análise e escolha do livro didático; documentação recebida da SEED e NRE; projetos a serem desenvolvidos, informática na educação.

De acordo com estudiosos, o Pedagogo é o articulador do processo pedagógico no âmbito escolar, é grande a sua responsabilidade, dependendo da sua atuação o alcance dos objetivos educacionais estabelecidos neste documento.

- **Diretor**: todas as orientações que emanam da SEED e NRE; gestão escolar; relações interpessoais; projetos a serem desenvolvidos, informática na educação, etc...

CONCEPÇÃO DE HORA- ATIVIDADE

Recentemente, a hora-atividade passou a integrar o contexto da Educação Básica desenvolvida em nosso estado, abrangendo um percentual de 20% da carga contratual docente. Segundo a lei que a institui, o estudo é uma das atividades docentes previstas para serem desenvolvidas no espaço escolar.

Ressaltamos que a LDBEN, no artigo 67, inciso VI, embora não traga a expressão hora-atividade, determina que os professores tenham em sua carga horária semanal um percentual dedicado a estudos, planejamento e avaliação.

Este fato apresenta-se como espaço para formação dos professores em serviço, uma vez que a legislação dispõe sobre a utilização deste tempo também para estudos dos docentes.

CONCEPÇÃO DE PLANO DE TRABALHO DOCENTE

Segundo o Art. 13, inciso II da LDBEN nº 9394/96 os docentes incumbir-se-ão de : *"elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino".*

O Plano de Trabalho Docente é a expressão da Proposta Pedagógica Curricular, a qual, por sua vez, expressa o Projeto Político Pedagógico. O plano é, a representação escrita do planejamento do professor. Neste sentido, ele contempla o recorte do conteúdo selecionado para um dado período. Tal conteúdo traz consigo essa intencionalidade traduzida a partir dos critérios de avaliação. Para que isto se efetive, o professor deve ter clareza do que o aluno deve aprender (conteúdo), por que aprender tal conteúdo (intencionalidade – objetivos), como trabalhá-lo em sala (encaminhamentos metodológicos), e como serão avaliados (critérios e instrumentos de avaliação). A seleção dos conteúdos, retomando, não é aleatória. Ela é feita exatamente com base em alguma intenção, a qual é a expressão do Projeto Político Pedagógico, construído coletivamente pela comunidade escolar.

Neste momento o projeto de sociedade se efetiva no currículo e para tal deve sair do papel e passar para a prática docente junto aos discentes. Ou seja, a partir da proposta pedagógica, a qual reúne a concepção das disciplinas em torno da concepção de educação sistematizada no Projeto Político Pedagógico, o professor planeja suas aulas e organiza seu Plano de trabalho Docente. É o currículo em ação.

O Plano de Trabalho Docente é um documento que antecipa a ação do professor, organizando o processo de ensino aprendizagem. Nele se pensa o que fazer, quando fazer, com que fazer e para quem fazer, e é papel do pedagogo fazer a articulação entre a teoria e a metodologia, dentro das condições concretas de ensino aprendizagem, uma vez que, como responsável pela organização do trabalho pedagógico da escola como um todo, deve conhecer as possibilidades e as relações dos diversos contextos que a constituem, sendo-lhe possível prever e prover, de forma sistemática, os recursos e a distribuição do tempo e espaço escolares, para que as atividades planejadas sejam realizadas, além de analisá-las quanto à sua efetividade para promoção da aprendizagem.

CONCEPÇÃO DE REUNIÃO PEDAGÓGICA

Falar da prática em escola não é somente contar da rotina ou oferecer algumas ilustrações, é falar sobre o currículo ou proposta da escola. Nesse sentido, as reuniões pedagógicas são excelentes instrumentos de discussão sobre os diferentes discursos "falados" pela escola.

Durantes as reuniões de grupo, fala-se demasiadamente das práticas, pensa-se muito no fazer, mas pouco se pensa sobre o pensar. A reunião pedagógica é a cara que a escola resolveu mostrar aos professores. Nela, devem ser discutidas questões que reflitam os conteúdos e papel que a mesma desempenha para as famílias que atende.

A reunião é espaço de encontro, de escuta, de trocas e de transformação. Informações que viram conhecimentos, palavras que viram documento, vivências que viram experiências e planos que se concretizam.

As reuniões pedagógicas são responsáveis por formar um professor que fale com propriedade do que a escola pensa. Devem ser um espaço de debate e articulação clara entre as questões administrativas e as pedagógicas. É fundamental esclarecer quais são os aspectos que podem ser influenciados pelos dois campos para que se evitem discursos trocados e argumentos atravessados. Devemos transformar o espaço de reunião pedagógica em, efetivamente, pedagógico, ou seja, transformador, de educação. Devemos perseguir a formação, a transformação, o grupo, a indagação e os desafios colocados por nossa profissão.

Sejam quais forem as caras que a sua reunião pedagógica tenha, uma coisa não se deve abrir mão: da generosidade de falar aos ouvidos daqueles que escutam as suas palavras, pois, no mínimo, o que se ganha com esses espaços é o tempo, que constrói uma cultura coletivizada de um grupo de educadores. Reunião pedagógica é espaço de transformação da escola!

CONCEPÇÃO DE CONSELHO DE CLASSE

Segundo uma pesquisa desenvolvida sobre o Conselho de Classe (Dalben, 1992) constatou que, em vez de as práticas dos Conselhos de Classe se desenvolverem como momentos efetivos de análise, o que se verificou na construção de sua história foram reuniões caracterizadas como momentos em que os profissionais apenas construíam uma fotografia da turma, Neste contexto, o papel político dos Conselhos de Classe era o de reforçar e de legitimar os resultados dos alunos.

A característica fundamental do Conselho de Classe é representar-se como espaço interdisciplinar de estudo e tomadas de decisão sobre o trabalho pedagógico desenvolvido na escola:

- objetivos a serem alcançados;
- uso de metodologia e estratégias de ensino;
- critérios de seleção de conteúdos curriculares;
- projetos coletivos de ensino e atividades;
- formas, critérios e instrumentos de avaliação utilizados para observar a construção do conhecimento pelo aluno;
- formas de acompanhamento dos alunos nos ciclos;
- critérios para apreciação do desempenho do aluno ao final do ciclo;
- elaboração de fichas de registro do desempenho do aluno para o acompanhamento no decorrer dos ciclos e para informação aos pais;
- formas de relacionamento com a família;
- propostas curriculares alternativas para alunos com dificuldades específicas;
- adaptações curriculares para alunos portadores de necessidades educativas especiais;
- propostas de organização de estudos complementares.

As recentes discussões propostas aos diretores, professores e equipes pedagógicas, apontam para a necessidade da construção de relações pedagógicas de inter-estruturação do conhecimento; nesse sentido, delimitam uma nova concepção de avaliação escolar, baseada na análise e reflexão de toda a prática pedagógica, o que pressupõe a construção de uma nova identidade das instâncias colegiadas e, consequentemente, de uma nova identidade da escola.

A LDBEN nº 9394/96 em seu Artigo 3º, Inciso VIII, afirma que o ensino será ministrado com base no princípio da gestão democrática. A perspectiva aí colocada traz a dimensão de formação para a cidadania, incluindo nesse conceito a compreensão de autonomia, da participação e da construção compartilhada nos processos de decisão, posicionamentos críticos em contraposição às ideias de submissão. Essa proposta difere muito do modelo tradicional, tecnicista, que predominou na escola brasileira nas décadas de 1960 e 1970 e que constituiu o cenário que incluiu os Conselhos de Classe na organização das nossas escolas.

As relações burocráticas que têm como eixo central à hierarquia são também substituídas, a partir da promulgação da Lei nº 9394/96, por uma construção participativa, baseada nas necessidades do coletivo e na definição de prioridades relacionadas a essas mesmas necessidades.

Nesse contexto, o Conselho de Classe torna-se protagonista, resgatando seu papel de dinamizador do projeto pedagógico da escola, sendo o espaço privilegiado de produção de conhecimento dela e sobre ela. A reflexão/avaliação da prática pedagógica,

estruturada num processo dialógico e interativo, permite matizar os resultados da avaliação do desempenho do aluno, explorando diversos referenciais, clarificando significados e sentidos pedagógicos, comparando parâmetros reais e ideais, compartilhando subjetividades e oferecendo uma dimensão qualitativa à medida do desempenho do aluno, do professor e da escola.

Considera-se que a reflexão do professor sobre seu próprio trabalho é o melhor instrumento de aprendizagem e de formação em serviço, já que permite a ele se colocar diante de sua própria realidade de maneira crítica. Converte-se num investigador da sala de aula, tornando-se um avaliador de si mesmo e autônomo em suas decisões; torna-se um analista das normas ou prescrições curriculares impostas pelos órgãos de administração escolar e adquire um novo olhar pedagógico sobre a realidade social. *"Essa nova atitude dos profissionais da educação é que, na verdade, irá ressignificar as práticas do Conselho de Classe*" (Dalben.1992 e Nóvoa. 1992 a).

CONCEPÇÃO DO TEMPO ESCOLAR

Tempo e o espaço, são categorias que sempre estiverem no centro da preocupação humana com a vida. O ser humano reconhece no tempo a sua existência finita. Com o avanço científico-tecnológico, o tempo e o espaço, passaram a ser dimensionado em função de novas possibilidades criadas pelo homem. A escola está situada num determinado espaço e tem que saber lidar com a simultaneidade e a complexidade de tempo hoje. A escola pode ser um espaço de tempo de vivências democráticas. A vida escolar ocorre em um determinado tempo e em determinado espaço. À escola é atribuída a tarefa imensa de favorecer aos estudantes a compreensão do movimento dialético que impregna as relações entre o homem, a natureza e a cultura no contínuo do tempo. Para exercer essa tarefa é, necessário atentar para o tempo escolar e exercer uma mediação pedagógica consciente. O tempo escolar, aqui entendido, compreende o período de vivência pedagógica dos estudantes no ambiente escolar durante o curso básico. O tempo escolar é o tempo pedagógico de aprendizagens significativas para toda a vida.

Freitas (2004) chama-nos a atenção para a importância da organização dos tempos e espaços da escola no processo ensino-aprendizagem. Diz esse autor que foram os liberais que denunciaram, há pelo menos 40 anos, a lógica perversa dos tempos e espaços da escola. Diz esse autor: se submetemos os diferentes ritmos dos alunos a um único tempo de aprendizagem , produziremos a diferenciação dos desempenhos dos alunos. Cada um caminhará a seu ritmo dentro de um mesmo tempo único, logo, uns dominam tudo e outros, menos. Caso se queira unificar desempenhos (nível elevado de domínio para todos) há que se diversificar o tempo de aprendizagem. Para tal é preciso permitir que, cada um avance a seu ritmo usando todo o tempo que seja necessário. Este é um dos pontos de ancoragem da exclusão na escola – a seriação intra e extraclasse das atividades, com tempo único. Mas nota-se que não basta todo o tempo necessário, é preciso que ele tenha ajuda igualmente diferenciada para aprender (materiais diversificados, ajuda pontual durante o processo de aprendizagem) de forma que esse tempo adicional necessário possa ser suportável para a escola e para o próprio aluno em sua aprendizagem. Estava também indicado o elemento-chave para tornar a diversificação do tempo eficaz- a existência de apropriadas formas de ajuda disponíveis para lidar com os diferentes alunos (2004, p.154-155).

Para assegurar esse tempo pedagógico, o currículo é definido em termos oficiais. Nesse sentido, o estudante tem direito à continuidade e terminalidade de estudos, o que envolve a definição/organização de atividades curriculares no coletivo da escola. E, para que essas experiências sejam bem-sucedidas, deve ser respeitado o ritmo, o tempo e as experiências dos estudantes.

A escola precisa estar atenta à organização significativa do trabalho pedagógico. Por isso a organização curricular dever ser pautada numa visão do conhecimento interdisciplinar e transdisciplinar, que possibilita o estabelecimento de relações recíprocas entre vivências, conteúdos e realidade.

As vivências escolares constituem um espaço adequado para que as relações pedagógicas sejam democráticas. Todas as oportunidades de inserção dos estudantes em práticas democráticas deverão ser estimuladas pela escola.

A organização das atividades escolares deverá ter a marca de uma pedagogia da autonomia, tendo em vista assegurar a formação cidadã do estudante.

Falar de tempo e espaço escolares exige uma definição do que se entende por tais conceitos e que concepções estão aí envolvidas. Tanto o temo “tempo” quanto o termo “espaço” têm definições diversas e os profissionais de várias áreas, como historiadores, psicólogos, sociólogos, antropólogos, pedagogos, arquitetos etc., ocuparam-se em definir e dar-lhes sentido.

A análise aqui realizada considera o espaço como lugar e o tempo como um símbolo social resultante de um longo processo de aprendizagem humana,

Conforme Enguita (1989), o que qualifica o espaço físico e o constitui como lugar é a sua ocupação, sua utilização. A ocupação do espaço, sua utilização, supõe sua constituição como lugar. O “salto qualitativo” que leva do espaço ao lugar é, pois, uma construção. O espaço se projeta ou se imagina; o lugar se constrói, Constrói-se “a partir do fluir da vida” e a partir do espaço como suporte; o espaço, portanto, está sempre disponível e disposto para converter-se em lugar, para ser construído (ENGUITA, 1989, p. 61).

CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA ARTICULADA A CONCEPÇÃO DE ENSINO APRENDIZAGEM

A entrada das crianças de seis anos no ensino fundamental se faz em um contexto favorável, pois nunca se falou tanto da infância como se fala hoje. Os reflexos desse olhar podem ser percebidos em vários contextos da sociedade. No que diz respeito à escola, estamos em um momento de questionarmos nossas concepções e nossas práticas escolares.

Esse questionamento é fundamental, pois, algumas vezes, durante o desenvolvimento do trabalho pedagógico, podemos correr o risco de desconsiderar que a infância está presente nos anos/séries iniciais do ensino fundamental e não só na educação infantil. Para considerar a infância em toda a sua dimensão, é preciso olhar não só para o cotidiano das instituições de ensino como também para os outros espaços sociais em que as crianças estão inseridas .

Pensar sobre a infância na escola e na sala de aula é um grande desafio para o ensino fundamental que, ao longo de sua história, não tem considerado o corpo, o universo lúdico, os jogos e as brincadeiras como prioridade. Infelizmente, quando as crianças chegam a essa etapa de ensino, é comum ouvir a frase “Agora a brincadeira acabou!”. Nosso convite, e desafio, é aprender sobre e com as crianças por meio de suas diferentes linguagens. Nesse sentido, a brincadeira se torna essencial, pois nela estão presentes as múltiplas formas de ver e interpretar o mundo. A brincadeira é responsável por muitas aprendizagens, como se vê no texto O brincar como um modo de ser e estar no mundo.

As crianças possuem modos próprios de compreender e interagir com o mundo. A nós, professores, cabe favorecer a criação de um ambiente escolar onde a infância possa ser vivida em toda a sua plenitude, um espaço e um tempo de encontro entre os seus próprios espaços e tempos de ser criança dentro e fora da escola.

Assim como a infância, a adolescência é também compreendida hoje como uma categoria histórica, que recebe significações e significados que estão longe de serem

essencialistas. É como afirma Pitombeira (2005): a naturalização da adolescência e sua homogeneização só podem ser analisadas à luz da própria sociedade. Assim, as características “naturais” da adolescência somente podem ser compreendidas quando inseridas na história que a geraram. Mas não foi sempre deste modo que se falou da adolescência. Para a maior parte dos estudiosos do desenvolvimento humano, ser adolescente é viver um período de mudanças físicas, cognitivas e sociais que, juntas, ajudam a traçar o perfil desta população. Atualmente, fala-se da adolescência como uma fase do desenvolvimento humano que faz uma ponte entre a infância e a idade adulta. Nessa perspectiva de ligação, a adolescência é compreendida como um período atravessado por crises, que encaminham o jovem na construção de sua subjetividade. Porém, a adolescência não pode ser compreendida somente como uma fase de transição. Na verdade, ela é bem mais do que isso. Adolescência, período da vida humana entre a puberdade e a adultície, vem do latim adolescentia, adolescer. É comumente associada à puberdade, palavra derivada do latim pubertas-atis, referindo-se ao conjunto de transformações fisiológicas ligadas à maturação sexual, que traduzem a passagem progressiva da infância à adolescência. Esta perspectiva prioriza o aspecto fisiológico, quando consideramos que ele não é suficiente para se pensar o que seja a adolescência. Adolescência, portanto, deve ser pensada para além da idade cronológica, da puberdade e transformações físicas que ela acarreta, dos ritos de passagem, ou de elementos determinados aprioristicamente ou de modo natural. A adolescência deve ser pensada como uma categoria que se constrói, se exercita e se re-constrói dentro de uma história e tempo específicos. É no sentido de refletir sobre a adolescência construída historicamente que Aguiar; Bock; Ozella (2002) apontam elementos fundamentais para a compreensão da adolescência numa perspectiva sócio-histórica. Para eles é necessário não perder de vista o vínculo entre a desenvolvimento do homem e a sociedade. Além disso, existe uma emergência de se “despatologizar” a noção do desenvolvimento humano, em especial a adolescência, re-construindo a compreensão desta e sua expressão social. Por fim, sugerem um avanço urgente para além de uma suposta realidade “natural” da adolescência. Desse modo, as peculiaridades e especificidades históricas, culturais e sociais precisam ser levadas em conta nos estudos, pesquisas e atribuições de sentido feitos às vivências dos adolescentes.

Para todos nós, em algum momento, nossa existência se revela como alguma coisa de particular, intransferível e preciosa. A descoberta de nós mesmos se manifesta como um saber que estamos sós; entre o mundo e nós surge uma impalpável, transparente muralha: a da nossa consciência.

É verdade que, mal nascemos, sentimo-nos sós; mas as crianças e os adultos podem transcender a sua solidão e esquecer-se de si mesmos por meio dabrincadeira ou do trabalho. Em compensação, o adolescente vacilante entre a infância e a juventude, fica suspenso um instante diante da infinita riqueza do mundo. O adolescente se assombra com ser. E ao pasmo segue-se a reflexão: inclinado para o rio de sua consciência pergunta-se se este rosto que aflora lentamente das profundezas, deformado pela água, é o seu. A singularidade de ser, mera sensação na criança – transforma-se em problema e pergunta, em consciência inquisidora.

"Quando vejo uma criança, ela me inspira dois sentimentos; ternura pelo que ela é, respeito pelo que poderá ser". (Piaget).

CARACTERÍSTICAS OU PARTICULARIDADES DA INFÂNCIA (DESENVOLVIMENTO)

Aproximadamente aos 6 anos de idade já encontra-se 90% a 95% do desenvolvimento físico do cérebro, a coordenação motora e as habilidades desportivas múltiplas devem ser estimuladas neste período ao máximo, por meio de jogos e brincadeiras, exatamente pelo fato do cérebro estar pronto a receber um gama inimaginável de informações. "Os jogos favoritos incluem correr para pegar outras

crianças, esconder e achar, procurar objetos que estão faltando e jogos de adivinhação. Certas regras vão se tornando necessárias. Estão ligadas ao tipo de jogo e não a quem vence ou perde". (Piaget).

As atividades de caráter psicológico e físico variadas, são o estímulo para produzirem caminhos mentais, e serem armazenadas as informações no cérebro. Estas informações serão exigidas no futuro em situações complexas do jogo facilitando a aprendizagem e caracterizando a prontidão motora esportiva. Devemos lembrar que as atividades para as crianças são completamente diversificadas e diferentes os objetivos, quando relacionadas às atividades físicas para os adultos, que comumente são atividades voltadas para a performance. "As crianças tem estruturas mentais diferentes das dos adultos. Não são adultos em miniatura; elas tem seus próprios caminhos distintos, para determinar a realidade e ver o mundo". (Piaget)

A condição física a ser atingida está em momento ótimo, mas com óbvios limites de rendimento máximo; limite o qual não deverá ser exigido em treino, as atividades físicas devem possuir objetivo lúdico, educacional e não competitivo. "A atividade esportiva precoce terá tanto melhores condições de se fazer educativa quanto mais próxima ficar do jogo e mais se afastar da rigidez do treinamento". Revista Sprint, ano IV (2)

As atividades competitivas visam alto rendimento, possuem uma estrutura muito complexa para ser compreendida pela criança. Na realidade social momentânea do jogo competitivo esta a tarefa de vencer, e o fato de que sempre existe um perdedor, para a criança esta realidade é pouco aceita e freqüentemente desperta sentimento depressivo e provoca choro. Caso a criança seja intuitivamente competitiva esta deverá ser conduzida ao esporte competitivo, caso contrário não deve ser forçada a competir. Respeitar a condição natural humana é o principio para o equilíbrio interior e interpessoal. "Perder pode provocar cenas, agressão e choro. Isto não significa que as crianças não possam tolerar não ser as primeiras na maioria de suas atividades, mas nos esportes e nos jogos elas necessitam de ajuda para aprender a perder esportivamente. (Piaget)

Outro detalhe importante desta fase do crescimento infantil, relaciona-se à não uniformidade do crescimento corporal, observa-se um amadurecimento na seguinte ordem: pés e mãos, pernas e antebraços e por ultimo coxas e braços. Os jogos e brincadeiras desenvolvidos pelo professor, devem seguir o principio da maturação física.

A capacidade de concentração da criança é de aspecto médio a baixo, os jogos devem levar em consideração esta realidade, jogos longos e de raciocínio lógico devem ser introduzidos de maneira lenta e gradual aos grupos de crianças. Os jogos e as atividades que promovem o raciocínio intuitivo devem ser vivenciados ao máximo, visto que a criança esta em plena fase intuitiva, as deduções das crianças não podem ser menosprezadas, coibidas ou repreendidas pelos adultos.

Dos 7 aos 10 anos (idade escolar) há um despertar por atividades físicas esportivas, desenvolve-se naturalmente uma atitude otimista em relação aos jogos, assimilação rápida de conhecimentos e habilidades, mas há um baixo nível de fixação de movimentos, há neste período a preocupação por um gesto ótimo e os movimentos devem ser repetidos diversas vezes. "Não deve haver uma preocupação determinante pela competição esportiva, que, quando existir deverá ser restrita ao ambiente escolar e, se possível sem espectadores, principalmente os pais". (Pini)

O desenvolvimento mental humano é influenciado por quatro fatores inter-relacionados e abaixo enumerados: 1. Maturação: amadurecimento físico especialmente do sistema nervoso central. 2. Experiência: manipulação de objetos, movimentos corporais e pensamentos sobre os objetos concretos e processos de pensamentos que os envolvem. 3. Interação social-jogos, conversas e trabalho com outros indivíduos especialmente outras crianças. 4. Equilibração é o processo de reunir maturação,

experiências e socialização de modo a construir e reconstruir estruturas mentais. (Jean Piaget)

Estágios do desenvolvimento:

Estágio	**Idade**
Pensamento intuitivo	4 a 7 anos
Operações concretas	7 a 11 anos
Operações formais	11 a 15 anos

"Uma criança é sempre uma criança onde quer que possa estar. Mas uma criança só é criança por uma vez... E alguns dizem que se ela não for criança que é ajudada a crescer, então ela poderá não ser o adulto que poderia ter sido ...” Flinchum

Características/particularidades da Adolescência
Conceito:
"Período de transição entre a infância e a vida adulta, caracterizada por intensas modificações físicas, psicológicas e sociais".

"Período de mudanças fascinantes e ampliações de interesse onde ocorrem sensíveis transformações psíquicas e orgânicas". Gioia & Rodrigues.

A adolescência pode ser dividida didaticamente para estudo da seguinte forma:

Pubescência	Vai dos 10 a 12anos e 12 a 14 anos
Puberdade	Vai dos 12 a 14 anos e 14 a 16 anos
Pós-puberdade	Vai dos 14 a 16 anos e 18 a 20 anos

Dos 10 aos 12 anos (Pubescência):

O crescimento anual é em torno de 10 cm, com um acompanhamento no peso corporal de 9.5 kg em média. Já na puberdade o crescimento anual decresce e fica entre 1cm e 2 cm ao ano, assim como o peso corporal situa-se em torno de 5kg. Na última fase do desenvolvimento caracteriza-se por atingir a estatura máxima do indivíduo.

Na Pubescência constata-se a melhor idade para a aprendizagem motora com melhorias nos níveis de força, rápida maturação morfológica e funcional, maturação labiríntica. A união destes elementos dá condições ao pleno desenvolvimento motor.

Dos 12 aos 15 anos (Puberdade):

Observamos uma grande variação no comportamento psicológico com uma grande instabilidade emocional, apesar do alto nível intelectual. Fisicamente encontramos um desenvolvimento caracterizado pelo aumento de peso corporal e estatura, esta fase vem acompanhada da incoordenação motora e por um desinteresse competitivo, apesar de estar na idade de treinabilidade altíssima.

Há uma grande necessidade de vivência em grupo, assim como, uma necessidade de auto realização no grupo ao qual o jovem está inserido.

O aumento brusco dos níveis de testosterona e irrupção da sexualidade são identificados.

"Nas reações entre as pessoas, todo homem é um fim em si mesmo e não deve jamais ser convertido em meio para os fins de outro homem". Erich Fromm

Dos 15 aos 19 anos (Pós-puberdade):

Há uma harmonia das proporções corporais acompanhada da melhoria da coordenação motora e com óbvios reflexos sobre a plasticidade esportiva. Fixação da

aprendizagem geral em limites ótimos, assim como encontra-se um pleno equilíbrio psíquico.

Visualiza-se uma grande e aprimorada modelagem da personalidade e com um nível intelectual aumentado e ainda em desenvolvimento nesta fase.

Aumento mais expressivo sobre a força muscular, possivelmente provocada pela estabilidade e regularização hormonal e psíquica, culminando na treinabilidade máxima possível.

INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA ARTICULADA AO ENSINO APRENDIZAGEM

Se no contexto político, as diferentes concepções sobre a infância influenciaram ou justificaram as políticas educacionais, com limites e possibilidades; no contexto pedagógico, a discussão e definição de uma concepção de infância é primordial na condução do trabalho. Esta concepção orientará os conceitos sobre ensino, aprendizagem e desenvolvimento, a seleção dos conteúdos, a metodologia, a avaliação, a organização de espaços e tempos com atividades desafiadoras, enfim, o planejamento do trabalho organizado não apenas pelo professor mas por todos os profissionais da instituição.

Afirmar que a infância é um conceito construído historicamente significa compreender que esta é uma condição da criança, é uma fase da vida distinta da fase adulta. (KUHLMANN, 1998) Significa reconhecer que esta condição da criança, a infância, é resultado de determinações sociais mais amplas do âmbito político, econômico, social, histórico e cultural. Significa ainda considerar, no contexto da práxis pedagógica, que a criança emite opiniões e desejos de acordo com as experiências forjadas nos diferentes grupos sociais e de classe social ao qual pertence. Portanto, é importante perceber que “as crianças concretas, na sua materialidade, no seu nascer, no seu viver ou morrer, expressam a inevitabilidade da história e nela se fazem presentes, nos seus mais diferentes momentos.” (KUHLMANN, 1998, p. 32)

Para KRAMER (1995) o conceito de infância se diferencia conforme a posição da criança e de sua família na estrutura sócio-econômica em que se inserem. Portanto, não há uma concepção infantil homogênea, uma vez que as crianças e suas famílias estão submetidas a processos desiguais de socialização e de condições objetivas de vida. Nesse sentido, cabe à escola, reconhecer estes sujeitos da Educação Infantil como capazes de aprender os diferentes conhecimentos acumulados pela humanidade e sistematizados como conteúdos pela escola, respeitando a singularidade da infância.

Algumas singularidades que marcam esta fase da vida explicitam as formas que as crianças desenvolvem, na interação social, para aprender e relacionar-se com o mundo: a grande capacidade de aprender; a dependência em relação ao adulto, o que exige proteção e cuidados; o desenvolvimento da autonomia e auto-cuidados; o intenso desenvolvimento físico-motor; a ação simbólica sobre o mundo e o desenvolvimento de múltiplas linguagens; o brincar como forma privilegiada de apropriar-se da cultura; a construção da identidade, por meio do estabelecimento de laços sociais e afetivos. (FARIA & SALLES, 2007) Pode-se afirmar que têm ocorrido avanços nos estudos sobre a infância à medida que se destaca esta etapa da vida humana como uma construção social, o que supera as compreensões de caráter inatista, pois se compreende que a aprendizagem se dá na interação social, não estando condicionada pela maturação biológica.

A concepção de infância e de desenvolvimento infantil como construção histórica foi uma das grandes contribuições dos estudos de Vygostsky (2007) que, ao analisar o desenvolvimento humano privilegia a interação social na formação da inteligência e das características essencialmente humanas. Em outras palavras, nos tornamos humanos a partir da interação com outros seres humanos3. É, portanto “a partir de sua inserção num

dado contexto cultural, de sua interação com membros de seu grupo e de sua participação em práticas sociais historicamente construídas, que a criança incorpora ativamente as formas de comportamento já consolidadas na experiência humana." (REGO, 1995, p. 55). Os estudos de Vygostsky (2007) indicam que é importante analisar criticamente o contexto social, a fim de compreender com que criança se está trabalhando, quais suas necessidades e como possibilitar que todas as crianças se apropriem dos conteúdos organizados no currículo escolar. Isso significa, por exemplo, que, se vivemos numa sociedade letrada espera-se que todas as pessoas, na idade socialmente reconhecida como adequada, tenham asseguradas as condições para se apropriar deste conhecimento. A compreensão da infância como historicamente situada implica que a escola, em seu conjunto, efetive um trabalho articulado e com unidade de propósitos educativos. Estes propósitos orientarão o trabalho desenvolvido pelos professores, portanto devem ser discutidos e compreendidos pelo conjunto dos profissionais da unidade escolar, além de devidamente sistematizados na proposta pedagógica.

FARIA (op.cit.) salienta que os fatores responsáveis pelo desenvolvimento, segundo Piaget, são: maturação; experiência física e lógico-matemática; transmissão ou experiência social; equilibração; motivação; interesses e valores; valores e sentimentos.

A aprendizagem é sempre provocada por situações externas ao sujeito, supondo a atuação do sujeito sobre o meio, mediante experiências.

A aprendizagem será a aquisição que ocorre em função da experiência e que terá caráter imediato. Ela poderá ser: experiência física - comporta ações diferentes em função dos objetos e consiste no desenvolvimento de ações sobre esses objetos para descobrir as propriedades que são abstraídas deles próprios, é o produto das ações do sujeito sobre o objeto; e experiência lógico-matemática – o sujeito age sobre os objetos de modo a descobrir propriedades e relações que são abstraídas de suas próprias ações, ou seja, resulta da coordenação das ações que o sujeito exerce sobre os objetos e da tomada de consciência dessa coordenação. Essas duas experiências estão inter-relacionadas, uma é condição para o surgimento da outra.

Wallon propõe estágios de desenvolvimento, assim como Piaget, porém, ele não é adepto da idéia de que a criança cresce de maneira linear. O desenvolvimento humano tem momentos de crise, isto é, uma criança ou um adulto não são capazes de se desenvolver sem conflitos. A criança se desenvolve com seus conflitos internos e, para ele, cada estágio estabelece uma forma específica de interação com o outro, é um desenvolvimento conflituoso.

Segundo VYGOTSKY (1989), a aprendizagem tem um papel fundamental para o desenvolvimento do saber, do conhecimento. Todo e qualquer processo de aprendizagem é ensino-aprendizagem, incluindo aquele que aprende, aquele que ensina e a relação entre eles. Ele explica esta conexão entre desenvolvimento e aprendizagem através da zona de desenvolvimento proximal (distância entre os níveis de desenvolvimento potencial e nível de desenvolvimento real), um "espaço dinâmico" entre os problemas que uma criança pode resolver sozinha (nível de desenvolvimento real) e os que deverá resolver com a ajuda de outro sujeito mais capaz no momento, para em seguida, chegar a dominá-los por si mesma (nível de desenvolvimento potencial).

CONCEPÇÃO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

Lançando mão de uma comparação com a exigência de um passaporte, para que seja permitida a entrada em outros países, pode-se dizer que também a entrada no país ou mundo da escrita exige passaporte, mas essa exigência tem uma peculiaridade: são necessários dois passaportes, não apenas um. Um passaporte é a aquisição de uma

tecnologia – o sistema de escrita alfabético e ortográfico, e as convenções para seu uso; o outro passaporte é o desenvolvimento de competências para o uso dessa tecnologia em práticas sociais que envolvem a língua escrita.

O sistema de escrita e as convenções para seu uso constituem uma tecnologia inventada e aperfeiçoada pela humanidade ao longo de milênios: desde os desenhos e símbolos usados inicialmente até a extraordinária descoberta de que, em vez de desenhar ou simbolizar aquilo de que se fala, podiam ser representados os sons da fala por sinais gráficos, criando-se assim o sistema alfabético; desde a escrita em tabletes de barro, em pedra, em papiro, em pergaminho, até a também extraordinária invenção do papel; desde o uso de estiletes e pincéis como instrumentos de escrita até a invenção do lápis, da caneta. E convenções foram sendo criadas: convenções sobre o uso do sistema alfabético, resultando no sistema ortográfico; a convenção de que as palavras devem ser separadas, na escrita, por um pequeno espaço em branco; no mundo ocidental, a convenção de que se escreve de cima para baixo e da esquerda para a direita.

Assim, um dos passaportes para a entrada no mundo da escrita é a aquisição de uma tecnologia – a aprendizagem de um processo de representação: codificação de sons em letras ou grafemas e decodificação de letras ou grafemas em sons; a aprendizagem do uso adequado de instrumentos e equipamentos: lápis, caneta, borracha, régua...; a aprendizagem da manipulação de suportes ou espaços de escrita: papel sob diferentes formas e tamanhos, caderno, livro, jornal...; a aprendizagem das convenções para o uso correto do suporte: a direção da escrita de cima para baixo, da esquerda para a direita.

A essa aprendizagem do sistema alfabético e ortográfico de escrita e das técnicas para seu uso é que se chama **ALFABETIZAÇÃO.**

DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS PARA O USO DA TECNOLOGIA DA ESCRITA

LETRAMENTO:

Apenas com a aquisição da tecnologia da escrita – um dos “passaportes” – não se tem entrada no mundo da escrita, um outro “passaporte” é necessário: o desenvolvimento de competências para o uso da leitura e da escrita nas práticas sociais que as envolvem. Ou seja, não basta apropriar-se da tecnologia – saber ler e escrever apenas como um processo de codificação e decodificação, como quando dizemos: esta criança já sabe ler, já sabe escrever; é necessário também saber usar a tecnologia – apropriar-se das habilidades que possibilitam ler e escrever de forma adequada e eficiente, nas diversas situações em que precisamos ou queremos ler ou escrever: ler e escrever diferentes gêneros e tipos de textos, em diferentes suportes, para diferentes objetivos, em interação com diferentes interlocutores, para diferentes funções: para informar ou informar-se, para interagir, para imergir no imaginário, no estético, para ampliar conhecimento, para seduzir ou induzir, para divertir-se, para orientar-se, para apoio à memória, para catarse... A esse desenvolvimento de competências para o uso da tecnologia da escrita é que se chama LETRAMENTO.

É um equívoco acreditar que é a escola a única responsável por propiciar à criança os dois “passaportes” de entrada no mundo da escrita. Muito antes de chegar à instituição educativa – de ensino fundamental e mesmo de educação infantil – a criança já convive tanto com a tecnologia da escrita quanto com seu uso, porque, em seu contexto, a escrita está sempre presente: ora muito presente, como nas camadas economicamente privilegiadas e nas regiões urbanas, ora menos presente, como nas camadas populares e nas regiões rurais, mas sempre presente; ora em gêneros e suportes mais próximos ora menos próximos daqueles que a escola valoriza, mas sempre presente. Assim, desde

muito cedo a criança convive com práticas de letramento – vê pessoas lendo ou escrevendo, e assim vai se familiarizando com as práticas de leitura e de escrita; e também desde muito cedo inicia seu processo de alfabetização – observa textos escritos à sua volta, e vai descobrindo o sistema de escrita, reconhecendo algumas letras, algumas palavras. No entanto, esses primeiros passos da criança no mundo da escrita, fora e antes da instituição educativa, ocorrem, em geral, de forma assistemática, casual, sem planejamento; é a escola que passará a orientar de forma sistemática, metódica, planejada, esses processos de alfabetização e letramento. Mas quando deve a escola iniciar essa sistematização, essa metodização, esse planejamento? O preconceito a ser afastado é que se possa determinar uma idade em que a criança passaria a ter condições de vivenciar esses processos de alfabetização e de letramento sistemáticos, metódicos, planejados. Em primeiro lugar, é preciso reconhecer que o sistema de ensino se organiza pelo critério de idade em função das possibilidades econômicas e políticas do país, não propriamente em função dos processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança, processos que, sabe-se, têm uma trajetória que não coincide inteiramente com a trajetória cronológica. Tanto assim é que a idade de entrada no ensino fundamental varia de país a país – aos 4, 5 anos, em países desenvolvidos, mais tarde, em países em desenvolvimento: no Brasil, aos 7 anos, até pouco tempo, agora aos 6 anos. Em segundo lugar, não é raro que a criança se aproprie do sistema de escrita – alfabetize-se – já na etapa da educação infantil, como também não são poucos os casos de crianças que se alfabetizam antes mesmo do ingresso nessa etapa.

Conclui-se que é infrutífera uma discussão sobre se é possível ou não alfabetização e letramento aos 6 anos, se é conveniente ou não alfabetização e letramento na Educação Infantil; à instituição educativa cumpre dar prosseguimento ao processo de inserção da criança no mundo da escrita, a partir do estágio em que ela estiver – e, em nossas sociedades grafocêntricas, ela sempre estará já em algum estágio de alfabetização e letramento (ainda que, para algumas, muito inicial) – tornando esse processo sistemático, metódico, orientado por planejamento fundamentado em princípios psicológicos, lingüísticos, pedagógicos.

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O Colégio apresenta a sua Organização Curricular por série e disciplina.

Matriz Curricular específica e a indicação da área ou fase de estudos a que se destina:

a) Ensino Fundamental – 2º segmento
b) Ensino Fundamental EJA – Fase II
c) Ensino Médio - EJA

Os conteúdos são trabalhados por disciplina, que têm a finalidade de favorecer a organização do currículo de forma a integrar-se nos princípios da interdisciplinaridade e da contextualização.

MATRIZ CURRICULAR

Fundamental Manhã

Município : STO ANT PLATINA
Estabelecimento : EDITH DE S PRADO DE OLIVEIRA, C E-EF M
Período Letivo : 2012-1
Curso : ENSINO FUND.6/9 ANO-SERIE (4039) (4039)
Turno : Manhã
Código Matriz : 211245

Matriz Curricular | Organização da Matriz | Visualização da Matriz

Nº	Nome da Disciplina (Código SAE)	Composição Curricular	Carga Horária Semanal das Seriações				GrupoDisciplina	O (*)
			6	7	8	9		
1	ARTE (704)	BNC	3	2	2	2		S
2	CIENCIAS (301)	BNC	2	3	4	4		S
3	EDUCACAO FISICA (601)	BNC	3	2	2	2		S
4	ENSINO RELIGIOSO (7502)	BNC	1	1	0	0		S
5	GEOGRAFIA (401)	BNC	3	4	4	3		S
6	HISTORIA (501)	BNC	3	3	3	4		S
7	LINGUA PORTUGUESA (106)	BNC	4	4	4	4		S
8	MATEMATICA (201)	BNC	4	4	4	4		S
9	L.E.M.-INGLES (1107)	PD	2	2	2	2		S
		Total C.H. Semanal	25	25	25	25		

(*) Indicativo de Obrigatoriedade

Fundamental Tarde

Município : STO ANT PLATINA
Estabelecimento : EDITH DE S PRADO DE OLIVEIRA, C E-EF M
Período Letivo : 2012-1
Curso : ENSINO FUND.6/9 ANO-SERIE (4039) (4039)
Turno : Tarde
Código Matriz : 211246

Matriz Curricular | Organização da Matriz | Visualização da Matriz

Nº	Nome da Disciplina (Código SAE)	Composição Curricular	Carga Horária Semanal das Seriações				GrupoDisciplina	O (*)
			6	7	8	9		
1	ARTE (704)	BNC	3	2	2	2		S
2	CIENCIAS (301)	BNC	2	3	4	4		S
3	EDUCACAO FISICA (601)	BNC	3	2	2	2		S
4	ENSINO RELIGIOSO (7502)	BNC	1	1	0	0		S
5	GEOGRAFIA (401)	BNC	3	4	4	3		S
6	HISTORIA (501)	BNC	3	3	3	4		S
7	LINGUA PORTUGUESA (106)	BNC	4	4	4	4		S
8	MATEMATICA (201)	BNC	4	4	4	4		S
9	L.E.M.-INGLES (1107)	PD	2	2	2	2		S
		Total C.H. Semanal	25	25	25	25		

(*) Indicativo de Obrigatoriedade

RESOLUÇÃO CONSELHO PLENO

A Resolução do Conselho Pleno nº 1 de 17/06/2004 institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (Lei nº 10.639/03) e Lei Complementar nº 11.645/08.

HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA E HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA.

O conteúdo programático, em atendimento à Lei 10.639/03 à Lei 11.645/08, abrangerá os diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º. Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros e africanos serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.

A Educação das Relações Étnicorraciais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, assim como atitudes, posturas e valores que preparem os cidadãos para uma vida de fraternidade e partilha entre todos, sem as barreiras estabelecidas por séculos de preconceitos, estereótipos e discriminações que fecundaram o terreno para a dominação de um grupo racial sobre o outro, de um povo sobre outro.

O ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana e Indígena tem por objetivo o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, bem como a garantia de reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas e indígenas na nação brasileira, ao lado das europeias e asiáticas.

O conteúdo programático da temática incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira, o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro e indígena nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

O Brasil, ao longo de sua história, estabeleceu um modelo de desenvolvimento excludente, impedindo que milhões de brasileiros tivessem acesso à escola ou nela permanecessem. Garantir o exercício desse direito e forjar um novo modo de desenvolvimento com inclusão é um desafio que impõe ao campo da educação decisões inovadoras.

A educação constitui-se um dos principais ativos e mecanismos de transformação de um povo e é papel da escola, de forma democrática e comprometida com a promoção do ser humano na sua integralidade, estimular a formação de valores, hábitos e comportamentos que respeitem as diferenças e as características próprias de grupos e minorias. Assim, a educação é essencial no processo de formação de qualquer sociedade e abre caminhos para a ampliação da cidadania de um povo.

As Equipes Multidisciplinares são instâncias de organização do trabalho escolar , preferencialmente coordenadas pela equipe pedagógica e instituídas por Instrução da SUED/SEED, de acordo com o disposto no art. 8º da Deliberação nº 04/06 – CEE/PR, com a finalidade de orientar e auxiliar o desenvolvimento das ações relativas à Educação das Relações Étnicorraciais e ao Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, ao longo do período letivo.

As Equipes Multidisciplinares se constituem por meio da articulação das disciplinas da Base Nacional Comum, em consonância com as DCEs da Educação Básica e DCNs para a Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, com vistas a tratar da História e Cultura da África, dos Africanos

Afrodescendentes e Indígenas no Brasil, na perspectiva de contribuir para que o aluno negro e indígena mire-se positivamente, pela valorização da história de seu povo, da cultura, da contribuição para o país e para a humanidade .

A constituição das equipes multidisciplinares atende ao que preconiza a Constituição Federal Brasileira, o artigo 26-A da LDBEN, o Parecer 004/2004 do CNE e a Deliberação 004/2006 do CEE, que tornam obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena em todos os estabelecimentos de ensino no Brasil e no Paraná.

OBRIGATORIEDADE DO ENSINO DE HISTÓRIA DO PARANÁ

Lei nº 13.381/2001 torna obrigatório um novo tratamento, na Rede Pública Estadual de Ensino, dos conteúdos da disciplina História do Paraná, no Ensino Fundamental e Médio, objetivando a formação de cidadãos conscientes da identidade, potencial e valorização do nosso Estado.

A disciplina de História do Paraná deverá permanecer, como parte diversificada, no currículo, em mais de uma série ou distribuídos os seus conteúdos em outras matérias, baseada em bibliografia especializada.

A aprendizagem dos conteúdos curriculares deverão oferecer abordagens e atividades, promovendo a incorporação dos elementos formadores da cidadania paranaense, partindo do estudo das comunidades, municípios e microrregiões do Estado.

A Bandeira, o Escudo e o Hino do Paraná deverão ser incluídos nos conteúdos da disciplina História do Paraná. O hasteamento da Bandeira do Estado e o canto do Hino do Paraná se constituirão atividades semanais regulares e, também, nas comemorações festivas nos estabelecimentos da rede Pública Estadual. As instituições escolares e a comunidade poderão concorrer para a eficácia da aprendizagem da História do Paraná, através de um processo de cooperação permanente.

ESTÁGIO - PARCERIA PARA A PRÁTICA DOS CONHECIMENTOS

Lei nº 11788/08 estabeleceu novas regras para as relações de estágio, incluindo limitações à jornada, recesso escolar, auxílio transporte e requisitos ao reconhecimento da relação de estágio válida. A lei foi editada com o objetivo de ampliar a proteção a tal categoria de trabalhadores, na esteira da ampliação da proteção infraconstitucional aos diretos trabalhistas fundamentais: Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de estudantes. O estágio integra o itinerário formativo do estudante e faz parte do projeto pedagógico do curso (art.1º)

O estágio é essencialmente um ato educativo vinculado ao mundo do trabalho, uma experiência antecipada da futura profissão. Ele se torna um complemento indispensável a qualquer tipo de habilitação profissional oferecida pelo ensino médio e profissional. Sua função é a de complementar os conhecimentos adquiridos pelo estudante em sala de aula, vivenciando, na prática, o saber teórico advindo das disciplinas do curso frequentado.

O Estágio configura como um conjunto de atividades práticas que o estudante desenvolve na comunidade, nas instituições de ensino e nas empresas, relacionadas com a carreira profissional escolhida. Ele deve ocorrer em condições de acompanhamento pelas organizações educacionais de origem dos alunos e dentro dos parâmetros legais podendo ser:

Obrigatório, quando integrado na Matriz Curricular de cada curso.

Não obrigatório, quando realizado em local de interesse do aluno, tendo como principal característica a complementação dos conhecimentos adquiridos em sala de aula.

Além de facilitar o processo de formação profissional, o estágio possibilita o desenvolvimento de práticas de formação, individuais e muito valorizadas pelo mercado

de trabalho, tais como: Capacidade de liderança e de assimilação de conhecimentos, iniciativa, relacionamento interpessoal, versatilidade/flexibilidade, senso crítico, autoconfiança, comunicação oral e escrita, poder de argumentação e inteligência emocional.

O Estágio compõe a maior força de inserção social do jovem no mercado de trabalho, bem como, de realização pessoal e profissional. Quando um jovem consegue a ambicionada vaga de estágio, a exemplo do diploma, eleva-se a sua autoestima, potencializando as energias para novos desafios.

ENSINO DE FILOSOFIA E SOCIOLOGIA

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96) apresenta a inclusão e a importância do "domínio da Filosofia e Sociologia como necessários ao exercício da cidadania".

Logo o Parecer nº 38/06 altera a redação do artigo 10 da Resolução CNE/CEB nº 3/98 que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio e dispõe para que seja incluído o § 3º, com a seguinte redação no que se refere as estas disciplinas:

§ 3o - No caso de escolas que adotarem organização curricular estruturada por disciplinas, deverão ser incluídas as de Filosofia e Sociologia.

CONCEPÇÕES DA AÇÕES DIDÁTICO- PEDAGÓGICAS

As ações didático- pedagógicas desenvolvidas durante o tempo escolar têm por objetivo a conscientização da importância do uso de diferentes formas para se constituir o processo da educação, sendo que estas devem ser pertinentes ao espaço físico e respeitando as disponibilidades do estabelecimento, como o Fera com Ciência, Jogos Colegiais, CELEM, Cultura Afro-Brasileira Africana e Indígena e História do Paraná.

* FERA COM CIÊNCIA: Fera Com Ciência é resultado da integração feita pelam SEED, em 2008, do Festival de Artes da Rede Estudantil (FERA) e do Educação Com Ciência, eventos que vinham sendo desenvolvidos de maneira pioneira e inovadora no país desde 2004. O objetivo é socializar as atividades artísticas, culturais, científicas e tecnológicas desenvolvidas no ambiente escolar. Também possibilita o intercambio de experiências entre alunos, professores e comunidade escolar. As ações do projeto são executadas em consonância com as Diretrizes Curriculares para a Educação Básica do Paraná.

* CELEM: O Centro de Línguas Estrangeiras Modernas é uma oferta extracurricular e gratuita de ensino de Línguas Estrangeiras nas escolas da rede pública do Estado do Paraná, destinado a alunos, professores, funcionários e à comunidade.

* Os Jogos Colegiais do Paraná: (Jocops) só mudam de nome com a criação da Secretaria Especial de Esporte do Paraná, em substituição à Paraná Esporte na promoção do evento em parceria com a Secretaria de Estado da Educação. Passarão a se chamar Jogos Escolares do Paraná (Jeps). “Foi uma decisão com a Secretaria de Educação para associar melhor ao nome da competição na fase nacional, Olimpíadas Escolares Brasileiras, antes denominadas Jogos Escolares Brasileiros. (Jebs)”.

* História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena: Faz-se necessário e urgente o trabalho para a implementação da Lei 10.639/03 e para a consolidação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicorraciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, acrescida da Deliberação Estadual nº 04/06 do CEE. Assim, o trabalho com esse desafio tem como intuito promover o reconhecimento da identidade da história e da cultura da população negra paranaense, assegurando a igualdade e valorização das raízes africanas ao lado das indígenas, europeias e asiáticas a partir do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

CONCEPÇÃO DE DESAFIOS EDUCACIONAIS CONTEMPORÂNEOS E DIVERSIDADE.

A busca por uma educação de qualidade , na garantia de apropriação dos conhecimentos, leva-nos a refletir sobre o que entendemos por conhecimento escolar e de que forma a sistematização dos saberes é feita até a sala de aula. Segundo Moreira (2007, p.22) “concebemos o conhecimento escolar como uma construção específica da esfera educativa, não como uma mera simplificação de conhecimentos produzidos fora da escola. Consideramos, ainda, que o conhecimento escolar tem características próprias que o distinguem de outras formas de conhecimento. “ Vê-se aqui a preocupação com o resgate da função social da escola na apropriação dos conhecimentos sistematizados, não desconsiderando as demais instituições e espaços sociais como produtores de saberes, mas estes, não obrigatoriamente, serão re-elaborados como saber escolar. Nesta perspectiva, a formação pretendida pela escola é segundo Ramos (2003) conquistada a medida que os estudantes identificam nela a relação orgânica com o dinamismo social que vivenciam, no sentido não de conservar sua condição de classe dominada, mas de transformá-la. Em síntese, a concepção de conhecimento escolar, bem como o reconhecimento de que a seleção dos conhecimentos situados em seu tempo e espaço histórico (não de forma neutra), terão certamente reflexo no processo de construção do Projeto Político Pedagógico e Proposta Pedagógica Curricular da escola. E como forma de reafirmar a busca por uma educação de qualidade, entende-se que uma “educação de qualidade requer a seleção de conhecimentos relevantes, que incentivem mudanças individuais e sociais, assim como formas de organização e de distribuição dos conhecimentos escolares que possibilitem sua apreensão e sua crítica (MOREIRA, 2007, p.21).

Nesta perspectiva de currículo, conhecimento e conteúdo, é preciso situar que alguns dos Desafios Educacionais Contemporâneos postos à escola hoje, enquanto marcos legais (exemplo: Lei 10639/03 trata da obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e Indígena. ECA, Estatuto do Idoso entre outros) tem uma historicidade ligada ao papel e à cobrança da sociedade civil organizada, em especial dos movimentos sociais. Esta pressão histórica da sociedade na condução destas discussões também resulta em acordos internacionais firmados pelos países signatários, a exemplo do acordo Conferência Mundial de combate ao racismo, discriminação racial, xenofobia e discriminações correlatas (2011). Esta historicidade ajuda compreender por que algumas demandas ganham força de lei e outras não.

Segundo Frigotto (1993), a produção do conhecimento e sua socialização para determinados grupos ou classes não é alheio ao conjunto de práticas e relações que produzem num determinado tempo ou espaço. Isto significa que ao se abordar o conteúdo da disciplina – recorte histórico, político e cultural do conhecimento (que por sua vez já trouxe consigo uma intencionalidade) é preciso analisá-lo em suas múltiplas determinações. Mesmo delimitado, o conhecimento não perde o tecido da totalidade. É na categoria totalidade – condição de compreensão do conhecimento nas suas determinações que as questões sociais,ambientais, econômicas, políticas e culturais podem e devem ser tratadas. Nesta perspectiva, os “desafios educacionais” no currículo deve pressupor ser parte desta totalidade. Portanto eles não devem se impor à disciplina numa relação artificial e arbitrária, devem ser “chamados” pelo conteúdo da disciplina em seu contexto e não o contrário, transversalizando-o ou secundarizando-o. Portanto, os chamados “Desafios Educacionais Contemporâneos” devem passar pelo currículo somente como condição de compreensão do conteúdo nesta totalidade, fazendo parte da intencionalidade do recorte do conhecimento na disciplina; isto significa compreendê- los como parte da realidade concreta e explicitá- la nas múltiplas determinações que produzem e explicam os fatos sociais.

Em sintonia com as orientações e diretrizes do MEC para o atendimento às diversidades, a Secretaria Estadual da Educação do Paraná (SEED), em seu processo de reorganização institucional no ano de 2007, instituiu o **Departamento da Diversidade (DEDI),** vinculado à Superintendência da Educação. Como pressuposto de sua atuação o DEDI – Departamento da Diversidade compreende que os processos educativos e a educação escolar se constituem de sujeitos, espaços, tempos e de ferramentas pedagógicas que podem contribuir para a superação das desigualdades sociais e do preconceito. Entende também que o desenvolvimento de processos de escolarização que compreendam, respeitem e atendam as especificidades dos diferentes sujeitos é fundamental para garantir seu ingresso e permanência na escola e para o fortalecimento de suas lutas coletivas.

DROGADIÇÃO

O Decreto nº 5679 de 16 de novembro de 2005 institui no âmbito do Território Paranaense, em toas as instituições Públicas Estaduais de Ensino que ofertam o Ensino Fundamental e Médio, o Programa de Formação da Cidadania Plena que estabelece que será incluído nas disciplinas afins, o tema específico que aborde, informe e esclareça Cidadania, Qualidade de Vida com enfoque na prevenção ao uso indevido de drogas lícitas e ilícitas.

A Prevenção ao Uso Indevido de Drogas é um trabalho desfiador, que requer tratamento adequado e cuidadoso, fundamentado em resultados de pesquisa, desprovido de valores e crenças pessoais. Por meio da busca do conhecimento, educadores e educandos são instigados a conhecer a legislação que reporta direta ou indiretamente a esse desafio educacional contemporâneo, bem como a debater assuntos presentes em nosso cotidiano como: drogadição, vulnerabilidade, preconceito e discriminação ao usuário de drogas, narcotráfico, violência, influência da mídia, entre outros.

A publicação intitulada Prevenção ao Uso Indevido de Drogas, uma iniciativa da Diretoria de Políticas e Programas Educacionais por meio da Coordenação de Desafios Educacionais Contemporâneos inicia uma discussão sistematizada sobre um dos assuntos mais emblemáticos da sociedade contemporânea, o qual direta ou indiretamente, tem interferido no processo educativo: a questão das Drogas. A escola, como espaço de socialização do conhecimento, não pode se furtar desta discussão, uma vez que o foco do trabalho pedagógico na escola é a prevenção.

SEXUALIDADE

A sexualidade, entendida como uma construção social, histórica e cultural, precisa ser discutida na escola – espaço privilegiado para o tratamento pedagógico desse desafio educacional contemporâneo. O trabalho educativo com a Sexualidade, por meio dos conteúdos elencados nas Diretrizes Curriculares da Rede Pública de Educação Básica do Estado do Paraná, deve considerar os referenciais de gênero, diversidade sexual, classe e raça / etnia.

ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA

É necessário considerar o fenômeno da Violência a partir de uma perspectiva histórica, social e política. Compreende-se a violência na escola como um processo que se constitui historicamente no espaço e no tempo escolar. A violência na escola torna-se preocupante pelo fato de que, enquanto espaço institucionalizado de desenvolvimento do indivíduo pela educação, esta é processo de socialização, de desenvolvimento intelectual, científico e filosófico do indivíduo. A demanda de Enfrentamento à Violência na Escola visa ampliar a compreensão e formar uma consciência crítica sobre a violência e, assim, transformar a escola num espaço onde o conhecimento toma o lugar da força. O

Enfrentamento à Violência na Escola requer formação continuada dos profissionais da educação, reflexões e discussões em grupos de estudos, seminários e oficinas sobre as causas da violência e suas manifestações, bem como a produção de material de apoio didático-pedagógico. Para fins de articular e promover a construção de mecanismos e ações que viabilizem o Enfrentamento à Violência na Escola, a SEED através da CDEC, integra e articula a Rede de Proteção na construção do Plano Estadual de Enfrentamento à Violência. A violência, no âmbito das Escolas Públicas Estaduais, pode ser entendida como um processo complexo e desafiador que requer um tratamento adequado, cuidadoso e fundamentado teoricamente, por meio de conhecimentos científicos, desprovidos de preconceitos e discriminações.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A Secretaria de Estado da Educação do Estado do Paraná visa implementar a Lei nº 9795/99 e promover o desenvolvimento da Educação Ambiental em um processo permanente de formação e de busca de informação voltada para a preservação do equilíbrio ambiental, para a qualidade de vida e para a compreensão das relações entre o homem e o meio biofísico, bem como para os problemas relacionados a esses fatores. Assim como, subsidiar os educadores para que, a partir de uma compreensão crítica e histórica das questões relacionadas ao meio ambiente, possam por meio do tratamento pedagógico e orientados pelas Diretrizes Curriculares da Rede Pública de Educação Básica do Estado do Paraná, construir a identidade da Educação Ambiental na escola pública.

EDUCAÇÃO DO CAMPO

A LDBEN nº 9394/96 – em seu Art. 28, estabelece que:"Na oferta da Educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adaptação, as peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; adequação à natureza do trabalho rural. Em 2006 as Diretrizes Curriculares Estaduais da Educação do Campo para o Estado do Paraná, surgem no cenário paranaense como resultado de um trabalho coletivo que reuniu esforços de professores da rede pública estadual de ensino, membros da Coordenação da Educação do Campo da SEED e representantes da Sociedade Civil Organizada. Este documento é um importante instrumento para a construção de uma educação pública e gratuita de qualidade.

EDUCAÇÃO FISCAL

Esse programa visa despertar a consciência dos estudantes sobre direitos e deveres em relação ao valor social dos tributos e do controle social do Estado democrático. A dinâmica de arrecadação de recursos pelo Estado e o papel dos cidadãos no acompanhamento da arrecadação e de sua aplicação em benefícios da sociedade são questões a serem tratadas e desenvolvidas. Todas as atividades são realizadas com base na concepção de educação da SEED, preconizadas nas Diretrizes Curriculares para a Educação Básica. Dessa forma, por meio da formação continuada são oferecidos subsídios teórico-metodológicos aos profissionais da educação para que estes realizem, na medida do possível, a abordagem pedagógica dos assuntos da Educação Fiscal, relacionando-os aos conteúdos historicamente acumulados. A Educação Fiscal faz parte de um Programa Nacional (PNEF – Programa Nacional de Educação Fiscal), representado no Estado do Paraná por meio do Grupo de Educação Fiscal Estadual – GEFE/PR. Este é constituído pela parceria entre a Secretaria de Estado da Educação

(SEED), a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), Secretaria de Estado da Fazenda(SEFA), Centro de Treinamento da Escola de administração Fazendária (Centro ESAF), Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e outras instituições, como a Controladoria Geral da União.

“Ter consciência fiscal é fazer-se presente, desenvolver espírito crítico e participativo, comprometer-se e entender que, ao exercermos nossos direitos e deveres, temos nossa cidadania garantida.”

A educação fiscal propõe:

- Ser um instrumento de fortalecimento permanente do Estado Democrático;
- Contribuir para fortalecer os mecanismos de transformação social por meio da educação;
- Difundir informações que possibilitem a construção da consciência cidadã;
- Ampliar a participação popular na gestão democrática;
- Contribuir para aperfeiçoar a ética na administração pública e na sociedade;
- Harmonizar a relação Estado- cidadão;
- Desenvolver a consciência crítica da sociedade para o exercício do controle social;
- Aumentar a eficiência e a transparência do Estado;
- Aumentar a responsabilidade fiscal;
- Obter o equilíbrio fiscal a longo prazo;
- Reduzir a corrupção;
- Promover a reflexão sobre nossas práticas sociais;
- Melhorar o perfil do homem público;
- Atenuar as desigualdades sociais.

ESTATUTO DO IDOSO

O Estatuto do Idoso tem como objetivo promover a inclusão social e garantir os direitos desses cidadãos, uma vez que essa parcela da população brasileira se encontra desprotegida, apesar de as estatísticas indicarem a importância de políticas públicas devido ao grande número de pessoas com mais de 60 anos no Brasil. O Estatuto do Idoso , amparado pela Lei nº 10741, sancionada em 1º de outubro de 2003, garante e amplia os direitos dos brasileiros com mais de 60 anos. O idoso possui direito à liberdade, à dignidade, à integridade, à educação, à saúde, a um meio ambiente de qualidade, entre outros direitos fundamentais (individuais, sociais e coletivos), cabendo ao Estado, à sociedade e à família a responsabilidade pela proteção e garantia desses direitos. O trabalho pedagógico deve ser feito com o objetivo de que os estudantes recebam informações e aprendizado sobre a chamada terceira idade e aprendam a valorizar o idoso e saibam a importância dele para a sociedade.

INCLUSÃO

Conceitua-se a Inclusão Social como “o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas ainda excluídas e a sociedade, buscam em parceria equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos” (SASSAKI, 1997. p.3).

A escola inclusiva tem sido caracterizada como espaço social privilegiado, para a aprendizagem conjunta, incondicional, nas classes comuns de alunos deficientes ou não, mas que apresentam necessidades educacionais especiais, uma vez que favorece o desenvolvimento de sentimentos de respeito à diferença, de cooperação e de solidariedade (EDLER CARVALHO, 2000).

Utiliza-se a expressão necessidades educacionais especiais para referir-se a crianças, adolescente, jovens e adultos cujas necessidades decorrem de sua elevada capacidade ou de suas dificuldades para aprender. Está associada, portanto, às dificuldades de aprendizagem, não necessariamente vinculada à deficiência(s), embora possam ser concomitantes.

A adoção dessa terminologia tem o propósito de deslocar o foco das condições pessoais do aluno, que possam interferir em sua aprendizagem para direcioná-lo às respostas educacionais que eles requerem. É uma forma de reconhecer que muitos alunos, tenham ou não deficiência, condutas típicas ou altas habilidades, apresentam necessidades educacionais que passam a ser especiais quando exigem respostas específicas e adequadas.

Nesse novo enfoque, abrem-se multi-perspectivas, pois o conceito de necessidades educacionais especiais remete não ao problema do aluno, mas ao tipo de recursos educacionais a serem disponibilizados pela escola. Ao situar na escola a maior parte dos problemas apresentados pelo aluno, isto incita a uma reavaliação da arquitetura educacional vigente. Não se trata de substituir termos, mas de redimensionar conceitos e práticas, ampliando-se a responsabilidade da escola em relação às necessidades especiais de todos os seus alunos.

Essa perspectiva apresenta um caráter dinâmico e interativo, pois na prática as necessidades especiais são relativas, mutantes, temporárias ou permanentes e, segundo essa dimensão, a escola disponibiliza as respostas adequadas, não necessitando isolar os alunos pedagogicamente para remover suas barreiras de aprendizagem.

Sem descaracterizar a importância da integração, a proposta inclusiva é mais abrangente pois:

- enquanto ações em prol da integração estariam dirigidas apenas a alunos portadores de deficiência, a proposta inclusiva refere-se a **todos** os alunos. Todos, inclusive os que têm deficiência.
- enquanto os procedimentos para a efetivação da integração estavam, predominantemente, centrados nos alunos com deficiência, o paradigma da inclusão busca ressignificar a educação escolar, garantindo o sucesso para a aprendizagem de **todos.**
- Ambos os movimentos tratam de justiça e igualdade, traduzindo-se por uma educação escolar em ambientes cada vez menos restritivos.

Faz-se necessário, portanto, um enfoque amplo e abrangente que seja capaz de ultrapassar os níveis atuais dos recursos, das estruturas institucionais, dos currículos e dos sistemas convencionais de ensino, para que se possa construir uma escola inclusiva, tendo como base o que há de melhor nas práticas já existentes, pois “a educação inclusiva não é uma prática da Educação Especial. É da escola comum. Implica transformar a Educação Especial para que contribua de maneira significativa ao desenvolvimento de escolas de qualidade para todos, com todos e entre todos. Não poderemos impulsionar a inclusão a partir da Educação Especial; esse é um desafio da escola comum” (BLANCO, 1998,p.5).

As políticas públicas do Estado do Paraná, hoje, através da SEED e do Departamento de Educação Especial, adotam como referencial filosófico a ideia de que a inclusão educacional é mais que a presença física, é muito mais que a acessibilidade arquitetônica, é muito mais que matricular alunos com deficiência nas salas de aula do ensino regular, é bem mais que um movimento da educação especial, pois se impõe como movimento **responsável** que não pode abrir mão de uma rede de apoio aos educadores, alunos e familiares

Considerando-se que a prática da proposta inclusiva se constitui num processo contínuo, há ainda uma longa caminhada para que tornemos nossas escolas realmente boas para

todos. Mais que atender às necessidades básicas da aprendizagem, precisamos remover as barreiras para a aprendizagem.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES CURRICULARES EM CONTRATURNO

PROGRAMA SEGUNDO TEMPO

Considerado programa estratégico do governo federal, o Segundo Tempo é destinado a democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte educacional. O objetivo é promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, prioritariamente daqueles que se encontram em áreas de vulnerabilidade social e regularmente matriculados na rede pública de ensino.

O Segundo Tempo tem como estratégia a implantação de núcleos, por meio do estabelecimento de alianças e parcerias institucionais com entidade públicas e privadas sem fins lucrativos que tenham, comprovadamente, mais de três anos de atuação na área de abrangência do programa e que disponham de condições técnicas para executá-lo.

Os núcleos de esporte educacional visam ocupar o tempo ocioso dos beneficiados e oferecem, no contraturno escolar, atividades esportivas sob orientação de coordenadores e monitores, prioritariamente, de educação física e/ou esporte.

O Programa Segundo Tempo tem como público-alvo crianças, adolescentes e jovens, entre 06 e 17 anos, prioritariamente matriculados em escolas públicas e/ou em áreas de vulnerabilidade social.

Objetivo : Democratizar o acesso ao esporte educacional de qualidade, como forma de inclusão social, ocupando o tempo ocioso de crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social.

Objetivos Específicos :

• Oferecer práticas esportivas educacionais, estimulando crianças, adolescentes e jovens, prioritariamente matriculadas na rede pública de ensino, a manter uma interação efetiva que contribua para o seu desenvolvimento integral;

• Oferecer condições adequadas para a prática esportiva educacional de qualidade;

• Desenvolver valores sociais;

• Contribuir para a melhoria das capacidades físicas e habilidades motoras;

• Contribuir para a melhoria da qualidade de vida (auto-estima, convívio, integração social e saúde);

• Contribuir para a diminuição da exposição aos riscos sociais (drogas, prostituição, gravidez precoce, criminalidade, trabalho infantil e a conscientização da prática esportiva, assegurando o exercício da cidadania).

SALAS DE APOIO

O Programa Salas de Apoio à Aprendizagem tem o objetivo de atender às dificuldades de aprendizagem de crianças que frequentam as séries finais do Ensino Fundamental. Para os alunos do 6º ano / 9º ano, a abertura da Sala de Apoio se dá de forma automática. Para as demais séries, a abertura deve ser solicitada.

Esses alunos participam de aulas de Língua Portuguesa e Matemática no contraturno, participando de atividades que visam à superação das dificuldades referentes aos conteúdos dessas disciplinas. A Secretaria de Estado da Educação promove ações e eventos de formação continuada para professores, diretores e equipe pedagógica, buscando esclarecer os objetivos das Salas de Apoio e promovendo discussões sobre metodologias. Além disso, o programa é permanentemente avaliado pela Secretaria, procurando sempre seu melhor funcionamento e eficiência.

PROGRAMA HORA TREINAMENTO

A Hora Treinamento faz parte do Programa de Atividades Complementares Curriculares em contraturno que é um Programa da SEED que visa o empoderamento educacional dos sujeitos envolvidos por meio do contato com os conhecimentos, equipamentos sociais e culturais existentes na escola, com a ampliação de tempos, espaços e oportunidades educativas. As atividades Complementares Curriculares em turno são atividades educativas, integradas ao Currículo Escolar que visam ampliar a formação do aluno.

A Hora Treinamento visa atender escolas com 05 horas, sendo 04 horas destinadas à vivência da modalidade esportiva, cultural e artística escolhida e 01 hora de hora atividade destinada ao professor.

O Programa destina-se a atender alunos de toda rede pública de ensino, na faixa de 10 a 17 anos, pertencentes ao ensino fundamental e ao ensino médio, através de atividades esportivas, culturais e artísticas realizadas no contraturno.

CONCEPÇÃO CURRICULAR

O referencial que tem norteado a política educacional do atual Governo do Estado do Paraná tem explicitado que o desenvolvimento das múltiplas potencialidades humanas em sua riqueza e diversidade para acesso às condições de produção do conhecimento e da cultura é imprescindível.

Para tanto, a educação deve possibilitar no plano individual, a capacidade de compreensão das relações do homem com a natureza, a cultura e a sociedade. No plano social, a educação — do socializar e promover a cultura, enquanto patrimônio — contribui para que cada ser humano, ao se conceber como sujeito, assuma conscientemente a ideia e a prática da transformação e não a adaptação às condições históricas e estabelecidas sem qualquer chance de reflexão acerca do vivido e do conhecido.

O conhecimento transmitido na escola por meio de um currículo pautado por técnicas e conteúdos pré-selecionados, torna a prática pedagógica acrítica, a-histórica e estática, desprovida de significados para educandos e educadores, representando o que Paulo Freire chamou de “educação bancária”, que apenas reforça o poder (saber) de uma elite que quer se manter e se preservar.

Sua elaboração é vista como um recorte de conteúdos considerados adequados a cada série, principalmente por meio do livro didático, que traz ao professor o melhor modo de transmiti-lo, valorizando a memorização e a adição de conteúdos fragmentados e específicos por área de conhecimento.

Essa visão de currículo ampara uma prática que se pretende homogeneizadora nas salas de aula, seja pela reprodução de conhecimentos ou da avaliação, deixando como possibilidade aos alunos adequar-se a ela ou distanciar-se, aumentando os índices do chamado fracasso escolar.

A escola, entretanto, é o espaço institucional onde as diferenças (de gênero, étnicas, culturais, biofísicas, cognitivas) devem ser consideradas e respeitadas de maneira a permitir a construção da identidade do aluno para a realização de sua autonomia. As diferenças que definirem a individualidade e a identidade devem ser consideradas parte integrante do currículo.

A experiência social, cultural, afetiva e cognitiva dos educandos — definidora dessa identidade — deve se constituir na referência fundamental a partir da qual o conhecimento deve ser construído. Assim, identificar as necessidades cognitivas e as características de nossos alunos são os primeiros passos para que possamos articular conhecimentos científicos, filosóficos, tecnológicos e artísticos que respondam a tais necessidades, instigando e alimentando outras necessidades e o prazer pela descoberta.

De outro lado, os alunos, nesse processo, passam à condição de sujeitos dessa construção e os educadores tornam-se indispensáveis mediadores entre as necessidades dos educandos e o conhecimento.

Os conteúdos das áreas do conhecimento deverão estar articulados com os temas sociais contemporâneos em seus vários aspectos, tais como: saúde, sexualidade, vida familiar e social, meio ambiente, trabalho, vivência, tecnologia, cultura, linguagens. O tratamento dos conteúdos curriculares deverão ser adequados às exigências e idade dos alunos, com utilização de metodologias de ensino-aprendizagem e estratégias diversificadas e apropriadas.

Como espaço institucional onde se constrói conhecimento, deve fazer parte também do currículo dessa instituição o tema **Educação Fiscal,** porque a educação deve ser concebida para atender, ao mesmo tempo, ao interesse social e ao interesse dos indivíduos. É da combinação desses interesses que emergem os seus princípios fundamentais e são estes que devem nortear a elaboração dos conteúdos de ensino, as práticas pedagógicas e a relação da escola com a comunidade e com o mundo. Também Paulo Freire representa bem o posicionamento da Receita Federal. “Se é verdade que a educação não pode fazer sozinha a transformação social, também é verdade que a transformação não se efetivará e não se consolidará sem a educação”. Seu objetivo é sensibilizar a comunidade escolar para a função socioeconômica dos tributos e desenvolver o espírito crítico e participativo com relação às obrigações tributárias, bem como à correta aplicação dos recursos públicos, enquanto requisitos indispensáveis à plena formação da cidadania.

Tais relações nos remetem, portanto, a uma concepção de currículo, segundo a qual o conjunto das ações educativas deve estar voltado para o desenvolvimento de conceitos e habilidades cognitivas e relacionais que permitam a construção de conhecimento e valores visando à autonomia dos educandos para que se insiram no mundo a partir de uma perspectiva transformadora, crítica e criativa.

As políticas públicas do nosso Estado estabeleceram como luta de ação prioritária da SEED a discussão sobre currículo. A concepção adotada após as discussões coletivas é de que currículo é produção social, construído por pessoas que vivem em determinados contextos históricos e sociais; portanto não prescritivo, mas uma intervenção a partir do que está sendo vivido, pensado e realizado nas escolas. Essa produção deve ser coletiva (todos os profissionais da educação), num fazer e pensar articulado que, como dizem Esteban e Zaccur (2002, p.23): “... é preciso enfatizar o aspecto coletivo de todo esse processo. O objetivo central é que o/a professor/a seja competente para agir criticamente em seu cotidiano. Tal competência se constrói num processo coletivo, no qual tanto o crescimento individual quanto o coletivo, é resultante da troca e da reflexão sobre as experiências e conhecimentos acumulados por todos e por cada um.”

As relações dialógicas subjacentes a essa concepção demandam que a escola se estabeleça como espaço de estudo e reflexão permanente, que propicie à comunidade escolar uma efetiva participação em seu cotidiano e na forma de gestá-la. Demanda também dos educadores leituras, reflexão e produção coletiva sistemáticas. Neste ponto, é preciso ter presente que o currículo é algo intrinsecamente individual, mesmo que cada indivíduo/sujeito o adquira em um contexto de (re)produção coletiva.

Por isso o Projeto Político Pedagógico precisa oferecer diferentes caminhos (autonomia de escolha) e diferentes formas de acesso ao conhecimento (adaptabilidade) para aqueles que são diferentes (diversidade), isto sem perder a perspectiva da escola como uma coletividade e um espaço de trabalho em equipe.

O currículo da instituição precisa ser um processo de (re)criação e (re)produção culturais tão abrangente quanto possível, porém sem ser enciclopédico; precisa ser atual e, por isso, transitório, já que a tônica da modernidade é a mudança permanente de

paradigmas (transitoriedade); pode e deve incorporar conhecimentos e aprendizagens não contidos em ementas de disciplinas, mas inseridos por meio de abordagens temáticas (transversalidade); deve oportunizar a integração curricular pelas vias da interdisciplinaridade, da multidisciplinaridade e da transdisciplinaridade; precisa enfim, ter uma organização flexível para poder dar conta dessa demandas (flexibilidade).

O princípio da interdisciplinaridade aponta para o entendimento e compreensão da totalidade do conhecimento, ultrapassando o tratamento dos conteúdos de forma fragmentada (ensino disciplinar), assumindo a forma integrada para que haja "diálogo permanente entre os conhecimentos" (ensino interdisciplinar) para que os alunos obtenham uma compreensão ampla da realidade.O princípio da contextualização ressalta a importância da relação entre a teoria e a prática, para que o conhecimento passe a adquirir significado para o aluno, permitindo que o mesmo seja aplicado às experiências do seu cotidiano, quer seja do trabalho ou do exercício da cidadania.

Promover o discernimento entre o saber que deve ser levado como pré requisito para aprendizagens posteriores e aquele útil apenas para uma aplicação imediata é uma das tarefas mais desafiadoras para os educadores. A mente dos educandos não deve ser sobrecarregada com conhecimentos de pouca utilidade. Por isso, a formação deve constituir-se em processo permanente e sistemático, de forma a oportunizar a reflexão-ação-reflexão como algo inerente à ação educativa. O currículo assim, é a referência principal para o processo de formação do docente.

Enfim, o que se propõe é a formação de um aluno-cidadão em contato com os saberes selecionados como necessários para a construção dessa cidadania a partir do espaço escolar, concebido como uma permanente construção. A contribuição maior do sócio-interacionismo é exatamente esta concepção que faz o pêndulo se centrar não mais só no professor ou só no aluno, mas na atuação do professor como mediador entre o conhecimento e seus alunos. É o professor quem deve perceber o nível de conhecimento real e proximal, com vista a alavancar o desenvolvimento potencial dos alunos, objetivo da prática educativa no contexto da sala de aula.

Impossível falar em qualidade de ensino, sem falar da formação do professor, questões que estão intimamente ligadas. A formação teórico-prática do professor poderá contribuir para melhorar a qualidade de ensino, visto que, são as transformações sociais que vão gerar transformações no ensino. Há algumas décadas, acreditava-se que, quando terminava a graduação, o professor estaria apto para atuar na área o resto da vida. Hoje a realidade é diferente, existe a necessidade de que o professor seja capaz de refletir sobre sua prática e direcioná-la segundo a realidade em que atua, voltada aos interesses e às necessidades dos alunos. Nesse sentido, Paulo Freire (1966, p.43) afirma que: "É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem é que se pode melhorar a próxima prática".

Nóvoa (2002, p.23) diz que: *"O aprender contínuo é essencial e se concentra em dois pilares: a própria pessoa, como agente, e a escola, como lugar de crescimento profissional permanente*". Para esse estudioso português, a formação continuada se dá de maneira coletiva e depende da experiência e da reflexão como instrumentos contínuos de análise.

A formação oportuniza ao professor não só o saber em sala de aula. Ele precisa conhecer questões sobre educação, as diversas práticas analisadas na perspectiva histórico, sócio- cultural e, ainda precisa conhecer os desenvolvimentos do seu aluno nos seus múltiplos aspectos: afetivo, cognitivo e social, bem como refletir criticamente sobre seu papel diante de seus alunos e da sociedade.

Por outro lado, temos que levar em conta a relação professor x aluno, como uma revisão crítica de desempenho e atitude social; aliada à metodologia adotada pelo

docente; se não o maior, um dos principais fatores que rege a motivação pelo aprender por parte do discente em formação.

Para exercer sua real função, o professor precisa aprender a combinar autoridade, respeito e afetividade; isto é, ao mesmo tempo que estabelece normas, deixando bem claro o que espera dos alunos, deve respeitar a individualidade e a liberdade que eles trazem com eles, para neles poder desenvolver o senso de responsabilidade.

"O professor autoritário, o professor licencioso, o professor competente, sério, o professor incompetente, irresponsável o professor amoroso da vida e das gentes, o professor mal-amado, sempre com raiva do mundo e das pessoas, frio, burocrático, racionalista, nenhum deles passa pelos alunos sem deixar sua marca." (FREIRE,1996, p.73)

Como o ensino não pode e não deve ser algo estático e unidirecional, devemos nos lembrar de que a sala de aula não é apenas um lugar para transmitir conteúdos teóricos; é, também, local de aprendizado de valores e comportamentos, de aquisição de uma mentalidade científica lógica e participativa, que poderá possibilitar ao indivíduo, bem orientado, interpretar e transformar a sociedade e a natureza em benefício do bem-estar coletivo e pessoal.

Professores amantes de sua profissão, comprometidos com a produção do conhecimento em sala de aula, que desenvolvem com seus alunos um vínculo muito estreito de amizade e respeito mútuo pelo saber, são fundamentais. Professores que não medem esforços para levar os seus alunos à ação, à reflexão crítica, à curiosidade, ao questionamento e à descoberta são essenciais. Professores, ou melhor, educadores que, ao respeitar no aluno o desenvolvimento que este adquiriu através de suas experiências de vida (conhecimentos já assimilados), idade e desenvolvimento mental, são imprescindíveis.

Se por um lado é importante a existência de afetividade, confiança, empatia e respeito entre docente e discente para que melhor se desenvolva a leitura, a escrita, a reflexão, a aprendizagem e a pesquisa autônoma; por outro, os educadores não podem permitir que tais sentimentos interfiram no cumprimento ético de seu dever de professor. Portanto, situações diferenciadas adotadas com um determinado aluno (como permitir que, sem justificativa coerente, entregue seu dever em data diferente da estipulada; ou melhorar a nota deste, para que ele não fique para recuperação), apenas norteadas pelo fator amizade ou empatia, não devem fazer das atitudes de um "Formador de Opiniões".

A relação estabelecida entre professores e alunos constitui o cerne do processo pedagógico. É impossível desvincular a realidade escolar da realidade dos discentes, uma vez que essa relação é uma "rua de mão dupla", pois ambos (professores e alunos) podem ensinar e aprender através de suas experiências. [...] "A afetividade não se acha excluída da cognoscibilidade. O que não posso obviamente permitir é que minha afetividade interfira no cumprimento ético de meu dever de professor no exercício de minha autoridade. Não posso condicionar a avaliação do trabalho escolar de um aluno ao maior ou menor bem querer que tenha por ele". (FREIRE, 1996, p.159-60)

A formação continuada ajuda o professor a repensar sua prática. Ele precisa questionar o que é aprendizagem, o que é ensino e a função social do que está sendo ensinado. Esses três elementos são fundamentais para o professor repensar sua prática, questionar a concepção de ensino e aprendizagem e dos conteúdos que serão trabalhados. Ele não vai subtrair conteúdos nem deixar de ensinar, imaginando que o aluno não vá entender. Precisará se aproximar do processo de aprendizagem dos alunos e deixar de lado o planejamento rígido, em busca de um planejamento flexível. Mas isso só será possível com uma boa fundamentação teórica, pois educação não é improviso — é intencional, é planejada.

Isto posto, podemos dizer que educar implica inserir a escola na sociedade. Discutir as interferências de uma para outra. Decidir quais são efetivamente os conteúdos

pertinentes a serem tratados na escola e de que forma. Abrir espaços pedagógicos para abordar de fato a nossa cultura brasileira, rejeitando materiais didáticos e recursos que negligenciam o pluralismo e o multiculturalismo. Esta é a ética a ser estabelecida na escola, aquela que se rebela contra as manifestações discriminatórias de raça, gênero, classe, cultura.

Este é o verdadeiro conteúdo transversal da educação independente se trabalhamos com crianças, jovens ou adultos, pois é através da determinação de vivenciar esta ética, de praticá-la, que de fato podemos nos tornar educadores. Igualmente a forma como tratamos os conteúdos, como lidamos com as pessoas, como nos comprometemos com as questões sociais é que vão concretizando o Projeto Político Pedagógico dessa instituição.

CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO

Conceito:

Educar e avaliar são duas ações que fazem parte de um mesmo processo. A avaliação é a reflexão transformada em ação, pois subsidia decisões a respeito da aprendizagem dos educandos e educadores, tendo em vista garantir a qualidade do processo educativo.A avaliação deve ser contínua e priorizar a qualidade e o processo de aprendizagem, ou seja, o desempenho do aluno ao longo do ano letivo.

A Lei nº 9394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, dá destaque à avaliação formativa, vista como mais adequada ao dia-a-dia da sala de aula em relação à avaliação tradicional denominada somativa ou classificatória. Esta não deve ser excluída do sistema escolar, mas as duas formas de avaliação — a formativa e a somativa — servem para diferentes finalidades. Por isso, além de avaliar por meio de provas, deve-se utilizar a observação diária e instrumentos variados, selecionados de acordo com cada conteúdo e/ou objetivo.

A avaliação formativa é o melhor caminho para garantir a evolução de todos os alunos, pois dá ênfase ao aprender. Considera que os alunos possuem ritmos e processos de aprendizagem diferentes e, por ser contínua e diagnóstica, aponta dificuldades, possibilitando assim que a intervenção pedagógica aconteça a tempo.

A avaliação deverá ser entendida conforme está regimentada, como um dos aspectos do ensino pelo qual o professor estuda e interpreta os dados da aprendizagem, de seu trabalho, com finalidade de acompanhar e aperfeiçoar o processo da aprendizagem dos alunos, bem como diagnosticar seus resultados e atribuir-lhes valor.

O erro nesse contexto, deve servir para direcionar a prática pedagógica, assumindo papel diagnóstico e permitindo aos envolvidos no processo, a percepção do conhecimento construído. Quando o aluno erra dentro de uma lógica, ele erra tentando superar o desafio. O professor precisa estar atento para compreender como o educando está construindo seu conhecimento, suas hipóteses. Quando o educador faz do erro fonte de castigo, o aluno deixa de criar hipóteses, de se arriscar – isso favorece a formação de pessoas omissas, não-críticas, não-criativas. Estimular o aluno a continuar tentando e superar suas dificuldades favorece seu crescimento como aprendiz e como pessoa, fazendo com que ele se sinta mais seguro e confiante, desenvolve sua capacidade crítica, estimulando-o a ser autônomo.

Segundo **Luckesi** a avaliação da aprendizagem escolar adquire seu sentido na medida em que se articula com um Projeto Político Pedagógico e com seu consequente projeto de ensino. A avaliação, tanto no geral quanto no caso específico da aprendizagem, não possui uma finalidade em si; ela subsidia um curso de ação que visa construir um resultado previamente definido. No caso que nos interessa a avaliação subsidia decisões a respeito da aprendizagem dos educandos,tendo em vista garantir a qualidade do resultado que estamos construindo. Por isso, não pode ser estudada,

definida e delineada sem um projeto que a articule. Devemos assumir que estamos trabalhando no contexto do projeto educativo, que prioriza o desenvolvimento dos educandos – crianças, jovens e adultos – a partir de um processo de assimilação ativa do legado cultural já produzido pela sociedade: a filosofia, a ciência, a arte, a literatura, os modos de ser e de viver.

Deste modo, os encaminhamentos que estaremos fazendo para a prática da avaliação da aprendizagem destinam-se a servir de base para tomadas de decisões no sentido de construir **com** e **nos** educandos conhecimentos, habilidades e hábitos que possibilitem o seu efetivo desenvolvimento, através da assimilação ativa do legado cultural da humanidade.A autora Jussara Hoffmann, nos coloca que: o paradigma de avaliação que se opõe ao paradigma sentencioso, classificatório é o que ela denomina de "avaliação mediadora". "*O que pretendo introduzir neste texto é a perspectiva da ação avaliativa como uma das mediações pela qual se encorajaria a reorganização do saber. Ação, movimento, provocação, na tentativa de reciprocidade intelectual entre os elementos da ação educativa. Professor e aluno buscando coordenar seus pontos de vista, trocando ideias, reorganizando-as.* (HOFFMANN, 1991, p.67)". Tal paradigma pretende opor-se ao modelo do "transmitir-verificar-registrar" e evoluir no sentido de uma ação avaliativa reflexiva e desafiadora do educador em termos de contribuir, elucidar, favorecer a troca de ideias entre e com seus alunos, num movimento de superação do saber transmitido a uma produção de saber enriquecido, construído a partir da compreensão dos fenômenos estudados.

No Regimento Escolar, os critérios de promoção adotados pela escola é o de notas, através de provas bimestrais, trabalhos, pesquisas, apresentações. O registro final de avaliação será feito a cada bimestre no ensino regular:

Art. 128 O sistema de avaliação adotado é resultante da média aritmética dos bimestres nas respectivas disciplinas, de acordo com a seguinte fórmula:

$$\textbf{Média Final ou MF} = \frac{1º\ B + 2º\ B + 3º\ B + 4º\ B}{4} = 6{,}0$$

Art. 129 A disciplina de Ensino Religioso não se constitui em objeto de retenção do aluno, não tendo registro de notas na documentação escolar.

Art. 130 Os resultados obtidos pelo aluno no decorrer do ano letivo serão devidamente inseridos no sistema informatizado, para fins de registro e expedição de documentação escolar.

Art. 131 Para fins de registro do acréscimo da carga horária da disciplina de Língua Espanhola na documentação escolar, o aluno deverá atingir a média mínima de 6,0 (seis vírgula zero) e frequência mínima de 75% do total da carga horária da disciplina. Na modalidade EJA serão registradas de 02 (duas) a 06 (seis) notas por disciplina,que corresponderão a provas individuais escritas e a outros instrumentos avaliativos adotados, aos quais, obrigatoriamente, o aluno submeter-se-á na presença do professor.

INDICADORES DA APRENDIZAGEM

Os instrumentos de avaliação devem ser aplicados no momento em que se ensina. O professor cria situações de aprendizagem e, ao mesmo tempo, produz situações de avaliação. Segundo Paulo Freire, ensinamos se a aprendizagem tiver acontecido; se não aconteceu aprendizagem, não ocorreu o ensino.

Os instrumentos de avaliação devem atender a multidimensionalidade do sujeito a avaliar. O aluno deve ser avaliado não só nos aspectos cognitivos, mas em sua plenitude, o que hoje costuma se chamar “integralidade do sujeito”.

Ao se avaliar a aprendizagem também está se avaliando o ensino, pois está se questionando a forma ensinada e sua adequação às várias aprendizagens encontradas em sala de aula, levando à avaliação da prática pedagógica. É o momento para o professor repensar sua prática e rever sua organização pedagógica, contextualizando-a. Quanto mais ele conhece as formas pelas quais os alunos aprendem, melhor será sua intervenção pedagógica, ou seja, a avaliação é a mediação entre o ensino do professor e as aprendizagens do aluno, é o fio da comunicação entre formas de ensinar e formas de aprender.

É preciso considerar que os alunos aprendem diferentemente porque têm histórias de vida diferentes, são sujeitos históricos, e isso condiciona sua relação com o mundo e influencia sua forma de aprender. Avaliar então, é também buscar informações sobre o aluno (sua vida, sua comunidade, sua família, seus sonhos...), é conhecer o sujeito e seu jeito de aprender.

CRITÉRIOS DE PROMOÇÃO

A promoção é o resultado da avaliação do aproveitamento escolar do aluno, aliada à apuração da sua frequência. Os alunos dos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio que apresentarem frequência mínima de 75% do total de horas letivas e média anual igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero) em cada disciplina, serão considerados aprovados ao final do ano letivo.

Periodicidade de Registro de Avaliação

O processo de registro das avaliações do Ensino Fundamental Regular se dará por bimestre e na modalidade EJA para o Ensino Fundamental - Fase II e Ensino Médio, constituir-se-ão de:

1)06 (seis) registros de notas, nas disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, Língua Portuguesa e Literatura;

2)04 (quatro) registros de notas, nas disciplinas de História, Geografia, Ciências Naturais, Língua Estrangeira Moderna, Química, Física, Biologia;

3)02 (dois) registros de notas nas disciplinas de Artes, Arte, Filosofia, Sociologia e Educação Física.

Na modalidade EJA, a **Média Final (MF)** para cada disciplina corresponderá à média aritmética dos Registros de Notas, resultantes das avaliações realizadas.

Resultado da Avaliação

A avaliação é realizada em função dos conteúdos, utilizando métodos e instrumentos diversificados, coerentes com as concepções e finalidades educativas expressas no Projeto Político Pedagógico da escola. O resultado da avaliação deve proporcionar dados que permitam a reflexão sobre a ação pedagógica, contribuindo para que a escola possa reorganizar conteúdos/instrumentos/métodos de ensino.

Planos de Avaliação

Considerando a LDBEN nº 9394/96, a Legislação Educacional das esferas Federal e Estadual e a normatização dos Sistemas de Ensino, em atendimento à Legislação Educacional em vigor, adequa-se os itens dos Planos de Avaliação abaixo citados, constantes do Regimento Escolar deste estabelecimento de ensino, para atender às especificidades da comunidade escolar e à universalização do ensino.

Adaptação Curricular

Podemos definir a adaptação curricular como um processo de análise e transformação do currículo de uma série e/ou uma disciplina, tendo como objetivo a definição de uma resposta educativa adequada às necessidades e possibilidades de aprendizagem de determinados alunos, para quem os ajustes e regulações utilizadas para a maioria do grupo não são suficientes.

Convém definir também a adaptação curricular como uma tarefa que não se restringe à simples produção de um documento. Trata-se de um processo permeado de constantes revisões e avaliações, que comporta uma dinâmica de "vai e vem", tendo sempre como referência o currículo da série em que o aluno se encontra. Este processo pode dirigir-se a apenas uma disciplina, a um determinado momento da escolaridade do aluno, a uma unidade didática, ou repetir-se a cada uma delas, ao longo de toda a vida escolar do aluno, e estas decisões serão tomadas sempre a partir das necessidades e possibilidades que cada um apresenta, o que acaba por atribuir ao currículo adaptado um caráter bastante individual.

Progressão Parcial

O estabelecimento oferta somente Progressão Parcial para transferências recebidas. As transferências recebidas de alunos com dependência em até três disciplinas serão aceitas e deverão ser cumpridas mediante plano especial de estudos.

Recuperação de estudos

A Recuperação de Estudos é amparada pela LDBEN nº 9394/96 em seu Artigo 12 – Inciso V e Artigo 24 – Inciso V que tratam dos critérios da verificação do rendimento escolar:"obrigatoriedade de estudos de recuperação de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos".

O resultado da avaliação deve propiciar dados que permitam a reflexão sobre a prática pedagógica, contribuindo para que a escola possa reorganizar conteúdos, instrumentos e métodos de ensino. A recuperação de estudos é direito dos alunos, independente do nível de apropriação dos conhecimentos básicos. A recuperação de estudos dar-se-á de forma permanente e concomitante ao processo ensino e aprendizagem. Será organizada com atividades significativas, por procedimentos didáticos-metodológicos diversificados. Os resultados da recuperação substituirão os resultados das avaliações efetuadas durante o ano letivo, prevalecendo o maior, constituindo-se em mais um componente de aproveitamento escolar, sendo obrigatória sua anotação no Livro Registro de Classe.

Aproveitamento de Estudos – EJA

De acordo com o Regimento Escolar:

Os estudos concluídos com êxito serão aproveitados.

Parágrafo Único – A carga horária efetivamente cumprida pelo aluno, estabelecimento de ensino de origem, será transcrita no Histórico Escolar, para fins de cálculo da carga horária total do curso.

Art. 157 Na EJA, o aluno poderá requerer aproveitamento integral de estudos de disciplinas concluídas com êxito, por meio de cursos organizados por disciplina, por etapas, cuja matrícula e resultados finais tenham sido realizados por disciplina ou de Exames Supletivos, apresentando a comprovação de conclusão.

Parágrafo Único – O aluno que apresentar a comprovação de conclusão da disciplina de Língua Espanhola, terá o registro do acréscimo da carga horária na documentação escolar.

Art. 158 O aluno oriundo de organização de ensino por série/período/etapa/semestre concluída com êxito, poderá requerer na matrícula inicial da disciplina, aproveitamento de estudos, mediante apresentação de comprovante de conclusão da série/período/etapa/semestre a ser aproveitada:

§ 1º para o Ensino Fundamental – Fase II e Ensino Médio, o aproveitamento de estudos de série e de período(s)/ etapas(s)/ semestres(s) concluídos com êxito, equivalente(s) à conclusão de uma série do ensino regular, será de 25% da carga horária total de cada disciplina da EJA.

§ 2º a última série/período/etapa/semestre, de cada nível de ensino, não será aproveitada.

§ 3º considerando o aproveitamento de estudos, o aluno deverá cursar a carga horária restante de todas as disciplinas constantes na Matriz Curricular do Ensino Fundamental – Fase II e obter as seguintes quantidades de registros de nota:

Língua Portuguesa e Matemática, aluno com aproveitamento de estudos de:

a) 25%, deverá ter 4 (quatro) registros de notas;

b) 50%, deverá ter 3 (três) registros de notas;

c)75%, deverá ter 2 (dois) registros de notas.Geografia, História, Ciências Naturais e Língua Estrangeira Moderna – Inglês, aluno com aproveitamento de estudos de:

a) 25%, deverá ter 3 (três) registros de notas;

b) 50%, deverá ter 2 (dois) registros de notas;

c) 75%, deverá ter 1 (um) registro de notas.

Arte e Educação Física, aluno com aproveitamento de estudos de:

a) 25%, deverá ter 2 (dois) registros de notas;

b) 50%, deverá ter 1 (um) registro de nota;

c) 75%, deverá ter 1 (um) registro de nota.

§ 4º Considerando o aproveitamento de estudos, o aluno deverá cursar a carga horária restante de todas as disciplinas constantes na Matriz Curricular do Ensino Médio e obter as seguintes quantidades de registros de nota:

I. Língua Portuguesa e Literatura e Matemática, aluno com aproveitamento de estudos de:

a) 25%, deverá ter 4 (quatro) registros de notas;

b) 50%, deverá ter 3 (três) registros de notas;

II. Geografia, História, Língua Estrangeira Moderna – Inglês, Química, física e Biologia, aluno com aproveitamento de estudos de:

a) 25%, deverá ter 3 (três) registros de notas:

b) 50%, deverá ter 2 (dois) registros de notas;

III. Arte, Filosofia, Sociologia e Educação Física, aluno com aproveitamento de estudos de:

a) 25%, deverá ter 2 (dois) registros de notas;

b) 50%, deverá ter 1 (um) registro de nota.

§ 5º O aluno oriundo de organização de ensino por série/período/etapa/semestre concluída com êxito e com a disciplina de Língua Espanhola em curso, de forma opcional, esta não terá aproveitamento de estudos na EJA.

Classificação

Segundo LDBEN nº 9394/96 – Art.24-A – Inciso II a Classificação no Ensino Fundamental e Médio é o procedimento que o estabelecimento de ensino adota para

posicionar o aluno em série ou período compatível com a idade, experiência e desenvolvimento, adquiridos por meios formais ou informais.

A classificação pode ser realizada:

- por promoção, para alunos que cursaram com aproveitamento, a série ou período anterior na própria escola;
- por transferência, para candidatos procedentes de outras escolas do país ou do exterior considerando a classificação da escola de origem;
- independentemente de escolarização anterior, mediante avaliação feita pela escola para posicionar o aluno na série ou etapa compatível ao seu grau de desenvolvimento e experiência, adquiridos por meios formais ou informais.

Os processos de classificação serão operacionalizados pela equipe pedagógica do estabelecimento juntamente com comissão de professores e direção, que procederão à avaliação do aluno que pretenda a inserção na série adequada à sua capacidade, sempre com a intenção de promoção do aluno.

O processo de classificação na modalidade EJA poderá posicionar o aluno, para matrícula na disciplina, em 25%, 50%, 75% ou 100% da carga horária total de cada disciplina do Ensino Fundamental - Fase II e, no Ensino Médio, em 25%, 50%, 75% da carga horária total de cada disciplina, conforme as tabelas a seguir:

Parágrafo Único – Do total da carga horária restante a ser cursada na disciplina, na qual o aluno foi classificado, é obrigatória a freqüência de 75% na Organização Coletiva e de 100% na Organização Individual.

Reclassificação

De acordo com o Regimento Escolar Art. 90 este é o processo pedagógico pelo qual a escola avalia o grau de desenvolvimento, experiência do aluno matriculado, levando em conta as normas curriculares gerais, a fim de encaminhá-lo ao período de estudos compatível com sua experiência e desempenho, independentemente do que registra seu Histórico Escolar.

Os processos de reclassificação serão operacionalizados da mesma forma da classificação.

Ficam vedadas a classificação e /ou reclassificação para etapa ou período inferior à anteriormente cursada.

Art. 108 Na modalidade Educação de Jovens e Adultos, o estabelecimento de ensino poderá reclassificar os alunos matriculados, considerando:

- que o aluno deve ter cursado, no mínimo, 25% do total da carga horária definida para cada disciplina, no Ensino Fundamental - Fase II e no Ensino Médio;

Parágrafo Único - Fica vedada a reclassificação na disciplina de Ensino Religioso ofertada no Ensino Fundamental – Fase II e na disciplina de Língua Espanhola ofertada no Ensino Médio.

Art. 109 O processo de reclassificação, poderá posicionar o aluno, em 25%, 50% ou 75% da carga horária total de cada disciplina do Ensino Fundamental - Fase II e no Ensino Médio em 25% ou 50% da carga horária total de cada disciplina.

I. tendo cursado 25% e avançando em 25%, o aluno deverá cursar ainda 50% da carga horária total da disciplina e obter as seguintes quantidades de registros de notas:

a) nas disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática e Língua Portuguesa e Literatura, o aluno deverá ter 4 (quatro) registros de notas;

b) nas disciplinas de Geografia, História, Ciências Naturais, Língua Estrangeira Moderna, Química, Física e Biologia, o aluno deverá ter 3 (três) registros de notas;

c) nas disciplinas de Artes, Arte, Filosofia, Sociologia, Educação Física, o aluno deverá ter 2 (dois) registros de notas.

II. tendo cursado 25% e avançando em 50%, o aluno deverá cursar ainda 25% da carga horária total da disciplina e obter as seguintes quantidades de registros de notas:
a) nas disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática e Língua Portuguesa e Literatura, o aluno deverá ter 3 (três) registros de notas;
b) nas disciplinas de Geografia, História, Ciências Naturais, Língua Estrangeira Moderna, Química, Física e Biologia, o aluno deverá ter 2 (dois) registros de notas;
c) nas disciplinas de Arte, Filosofia, Sociologia, Educação Física, o aluno deverá ter 2 (dois) registros de notas.

III. tendo cursado 25% e avançado em 75% da carga horária total da disciplina do Ensino Fundamental – Fase II, o aluno será considerado concluinte da disciplina.

Parágrafo Único – Tendo cursado 25% ou mais da carga horária total da disciplina do Ensino Médio, após reclassificado, deverá cursar ainda, para a conclusão da disciplina, no mínimo, 25% do total da carga horária.

Art. 110 O resultado do processo de reclassificação será registrado em Ata e integrará a Pasta Individual do aluno.

Art. 111 O resultado final do processo de reclassificação realizado pelo estabelecimento de ensino será registrado no Relatório Final, a ser encaminhado à SEED.

Art. 112 A reclassificação é vedada para a etapa inferior à anteriormente cursada.

Das Adaptações

Adaptação, segundo Regimento Escolar Art. 135, é o conjunto de atividades didático- pedagógicas desenvolvidas sem prejuízo das atividades normais da série ou período em que o aluno se matricular, para que possa seguir, com proveito, o novo currículo.

Para efetivação do processo de Adaptação, a equipe pedagógica do estabelecimento deverá comparar o currículo, especificando adaptações a que o aluno estará sujeito e, com a participação do professor da disciplina (em sua hora-atividade) elaborar um plano próprio, flexível, adequado a cada caso. As atividades serão acompanhadas pelo professor da disciplina; em caso de impedimento deste, pela equipe pedagógica do estabelecimento. A Adaptação far-se-á pela Base Nacional Comum.

Caberá à Secretaria do estabelecimento, ao final do processo, elaborar ata dos resultados, registrá-los no Histórico Escolar do aluno e no Relatório Final.

A Adaptação de estudos poderá ser realizada durante o período letivo.

PROCEDIMENTOS DE INFORMAÇÃO AOS PAIS

Os pais ou responsáveis têm assegurado pela LDBEN 9394/96 – Art. 12 – Inciso VII e pelo Regimento Escolar deste estabelecimento de Ensino em seu Art. 179 o direito de serem informados sobre: a execução da Proposta Pedagógica Curricular do estabelecimento; o Sistema de Avaliação; o rendimento escolar de seus filhos no decorrer do ano letivo e, solicitar no prazo de 72 horas a partir da divulgação dos resultados, pedido de revisão de notas.

SERVIÇO DE ATENDIMENTO À REDE DE ESCOLARIZAÇÃO HOSPITALAR (SAREH)

Segundo o Portal Dia a Dia Educação, o SAREH tem por objetivo o atendimento educacional aos educandos , que se encontram impossibilitados de freqüentar a escola em virtude de situação de internamento hospitalar ou tratamento de saúde, permitindo-lhes a continuidade do processo de escolarização, a inserção ou a reinserção em seu ambiente escolar.

Em atendimento as Leis 1.044/69 e 6.202/75 a escola realiza parceria com o SAREH, através da SEED/PR, para o atendimento aos alunos que se encontram em casos específicos amparados pelas leis já mencionadas. Cabe informar que até este ano letivo de 2012, não houve nenhum atendimento realizado pó este sistema.

ATENDIMENTO DOMICILIAR

Atendimento pedagógico domiciliar é o atendimento educacional que ocorre em ambiente domiciliar, decorrente de problema de saúde que impossibilite o educando de freqüentar a escola ou esteja ele em casas de passagem, casas de apoio, casas-lar e/ou outras estruturas de apoio da sociedade.

O alunado do atendimento pedagógico domiciliar compõe-se por aqueles alunos matriculados nos sistemas de ensino,
cuja condição clínica ou exigência de atenção integral à saúde, considerados os aspectos psicossociais, interfiram na permanência escolar ou nas condições de construção do conhecimento, impedindo temporariamente a freqüência escolar.

O atendimento pedagógico domiciliar deve estar vinculado aos sistemas de educação como uma unidade de trabalho pedagógico das Secretarias Estaduais, do Distrito Federal e Municipais de Educação, como também às direções clínicas dos sistemas e serviços de saúde em que se localizam.

EDUCAÇÃO TRIBUTÁRIA

Em atendimento ao Decreto n° 1143/99, Portaria n° 413/02, com a necessidade de promover a educação para a cidadania, o despertar da consciência do cidadão para a função socio-econômica do tributo e o incentivo ao acompanhamento da aplicação dos recursos públicos pela sociedade e a criação das condições para uma relação harmoniosa entre o Estado e o cidadão, este tema se torna obrigatório em todas as áreas da matriz curricular.

MÚSICA

A Educação Musical auxilia no desenvolvimento cultural e psicomotor, estimula o contato com diferentes linguagens, contribui para a sociabilidade e democratiza o acesso à arte. Por isso, a partir de 2012, a Música será conteúdo obrigatório em toda Educação Básica. É o que determina a Lei nº 11.769, de 18 de agosto de 2008. Tocar, ouvir, criar e entender sobre a História da Música são pontos fundamentais de ensino.

Em nossa realidade , a música como parte obrigatória do currículo está entrando devagar, principalmente através das aulas de Arte . No entanto sabemos que temos ainda muito a caminhar visto que em se tratando de música, os profissionais devem ter uma relação muito estreita pois está relacionada às aptidões pessoais.

MARCO OPERACIONAL

PLANO DE AÇÃO DE 2012

Objetivos do Colégio.

O Colégio Estadual Edith de S. P. de Oliveira – Ensino Fundamental e Médio tem por objetivo, através da gestão, administração e participação democrática de todas as pessoas envolvidas na vida escolar dos alunos, dar cumprimento à função básica da escola, levando em conta:

- o repensar da prática pedagógica, seus avanços, seus problemas, no sentido de democratizar o acesso e garantir a permanência do aluno, investindo para que a escola seja de boa qualidade;
- desenvolver o potencial criativo dos alunos despertando para uma formação globalizada e consciência crítica;
- promover o desenvolvimento integral da personalidade do educando através de participação ativa no processo educativo pela formação intelectual científica, física, espiritual, social, com diálogo, comunicação e descoberta de critérios de julgamento para formar a consciência crítica da realidade social, econômica e profissional e o sentido cristão da solidariedade e da fraternidade;
- garantir transmissão- assimilação da informação sistematizada e a construção do saber escolar através do conhecimento científico determinado e processos de ensino e aprendizagem em todo trabalho pedagógico da escola.

Tendo como eixo norteador as interações educativas e os princípios pedagógicos, aqui estão explicitados alguns procedimentos esperados de nossos alunos. Esse trabalho é resultado das discussões e reflexões feitas junto aos profissionais da escola:

- Ser cooperativo, responsável, solidário e ético, convivendo de forma democrática e não discriminatória com as diferenças sociais, religiosas, sexuais, raciais, culturais, etc..., com o propósito de um mundo mais justo e habitável;
- Compreender e apreciar o valor da diversidade, tomando decisões baseadas nos valores: respeito, tolerância, solidariedade e responsabilidade;
- Demonstrar estar se desenvolvendo globalmente, não só no âmbito cognitivo, mas também incluindo as capacidades de equilíbrio pessoal, de inserção social e de relação interpessoal;
- Utilizar os conhecimentos construídos, de forma criativa, crítica e autônoma, de maneira a aplicá-los para a melhoria da realidade em que vive;
- Demonstrar ter iniciativa, persistência, confiança e segurança para poder interagir satisfatoriamente em sociedade e em seu projeto pessoal;
- Utilizar as novas tecnologias para interagir com o mundo, selecionando- as e adequando- as às novas situações;
- Trabalhar em equipe, cooperando e auxiliando o crescimento do grupo.

Operacionalização de objetivos, metas e ações

- **Objetivos gerais da escola a serem alcançados:**

- criar condições para que todos os alunos desenvolvam suas capacidades e aprendam os conteúdos necessários para a vida em sociedade;
- permitir ao aluno exercitar sua cidadania a partir da compreensão da realidade, para que possa contribuir em sua transformação;
- melhorar a qualidade do ensino, motivando e efetivando a permanência do aluno na escola, evitando a evasão;
- criar mecanismos de participação que traduzam o compromisso de todos na melhoria da qualidade de ensino e com o aprimoramento do processo pedagógico;
-promover a integração escola- comunidade;

- atuar no sentido do desenvolvimento humano e social tendo em vista sua função maior de agente de desenvolvimento cultural e social na comunidade, a partir do trabalho educativo;
- educar para a diversidade;
- promover oportunidades e espaços para a formação continuada de todos os segmentos da escola;
- administrar, com a participação dos professores, pais, funcionários e instâncias colegiadas, as verbas recebidas, de forma a atingir o objetivo maior que é a construção de uma escola pública de qualidade e uma gestão participativa.

- **Objetivos a serem alcançados em relação à inclusão:**

- eliminação progressiva de todas as formas de exclusão a qualquer aluno, em especial aos que apresentam necessidades educacionais especiais;
- maior participação de todos os alunos, com ênfase para o desenvolvimento da solidariedade entre eles;
- provisão de todas as condições necessárias ao sucesso na aprendizagem e na integração de alunos com necessidades educacionais especiais, no contexto escolar;
- equiparação de oportunidades entre todos os alunos garantindo- lhes os apoios de que precisam para satisfação de suas necessidades educacionais, ao longo de todo o fluxo da escolarização no estabelecimento (5ª a 8ª séries / 6º ao 9º anos e Ensino Médio).

- **Objetivos em relação à Avaliação no Contexto Escolar:**

- analisar o contexto de aprendizagem para responder às necessidades educativas especiais dos alunos.
- identificar e prevenir os problemas identificados como de aprendizagem dos alunos antes que eles se agravem.
- tomar decisões quanto ao processo avaliativo para identificação das necessidades educacionais.
- promover participação efetiva do professor especializado no processo avaliativo.
-instrumentalizar o professor da Classe Comum para que ele se torne um avaliador /investigador com participação colaborativa.

- **Metas imediatas e mediatas**

São **metas** do Colégio nos âmbitos administrativo e pedagógico para que haja harmonia e interação nas relações desses segmentos:

Imediatas:

- auxiliar as ações do Grêmio Estudantil;
- adequação da elevação da qualidade de ensino;
- envolvimento dos docentes com as normas regimentais e disciplinares;
- conscientizar os docentes da importância do trabalho em equipe para obtenção de um funcionamento integral da escola, estimulando uma relação de igualdade, respeito e consideração mútuos na execução do Projeto Político Pedagógico;
- adesão efetiva dos professores na construção e concretização de uma nova postura avaliativa, que ultrapasse os limites da classificação em direção à avaliação diagnóstica e formativa;
- envolvimento e interação com a comunidade escolar;
- dar continuidade aos projetos e atividades: Meio Ambiente, Xadrez e Dança.

Mediatas:

- formar e não apenas informar;
- levar os educandos a: saber respeitar o “próximo” em seus bens materiais e morais; dominar os conteúdos básicos programáticos; internalizar seu papel como cidadão no mundo;
- criar situações de incentivo à leitura;
- redimensionar os níveis de participação dos agentes internos da escola com a comunidade escolar através do Conselho Escolar e Conselho de Classe, ampliando sua atuação para melhor contribuírem no atendimento às questões pedagógicas;
- acompanhamento sistemático da execução das ações sugeridas nos Conselhos de Classe quanto às dificuldades de aprendizagem e metodologia, para reforço das ações que apresentarem resultado positivo e correção dos rumos das metas não atingidas, refletindo sobre suas causas para estabelecer novas formas operacionais.

- **Ações**

- através de reuniões pedagógicas, conscientizar os professores da necessidade de encontrar caminhos adequados e prazerosos, para a concretização do processo ensino-aprendizagem, construindo, dessa forma, um ambiente estimulador e agradável;
- redimensionamento do Conselho de Classe: estudo das causas da não aprendizagem dos alunos para planejamento e implantação de novas metodologias que venham permitir que os alunos aprendam melhor;
- criar instrumentos que favoreçam o registro sistemático e cumulativo das experiências vividas na execução das ações propostas pelo Conselho de Classe quanto à avaliação, para subsidiar análises posteriores, no final do ano letivo, dos avanços conquistados;
- leitura e discussão de textos (reuniões pedagógicas e hora-atividade) que contemplem a temática da avaliação — a nota; a construção do conhecimento; a teoria sócio-interacionista; o sistema de avaliação do Colégio; o papel da família, do aluno e do professor no processo de ensino; normas regimentares, etc...
-utilizar dados estatísticos fornecidos pela secretaria da escola, para estabelecimento de metas exequíveis no enfrentamento do fracasso escolar;
- organizar espaço adequado e específico para colocação de materiais interessantes que sirvam de subsídio pedagógico direcionado a cada disciplina (leituras; apostilas; revistas (Nova Escola, Aprende Brasil, Pátio, Revista do Professor...);
- através de reuniões com participação do Conselho Escolar e APMF, manter contato direto com a comunidade, construindo um relacionamento harmonioso de forma que os pais percebam a importância de sua participação para a concretização de uma escola de qualidade;
- melhoria da fanfarra do Colégio através da aquisição de instrumentos novos;
- melhoria na quadra esportiva através da construção da cobertura para segurança e conforto dos alunos;
- confecção e/ou compra de mais jogos e materiais didáticos que sejam apoio pedagógico e metodologia diferenciada à Sala Multifuncional.

ESCOLA DE SUPERAÇÃO

Programa PDE - Escola

O Plano de Desenvolvimento da Escola – PDE Escola, é um Programa voltado para o aperfeiçoamento da gestão escolar democrática e inclusiva. O Programa busca auxiliar a escola, por meio de uma ferramenta de planejamento estratégico, disponível no SIMEC, a identificar os seus principais desafios e, a partir daí, desenvolver e implementar ações que melhorem os seus resultados,. oferecendo apoio técnico e financeiro para isso.

O Colégio Estadual Edith de Souza Prado de Oliveira está em fase de avaliação do Programa PDE – Escola 2011 e a execução, monitoramento foram concluídos.

FACILITADORES DA APRENDIZAGEM

O papel do professor é preponderante no processo de facilitação da aprendizagem, quando demonstra uma profunda preocupação com o aluno, imprimindo um caráter democrático a esta relação que necessariamente deve ser calcada na autenticidade.

O professor que descobre na sua autenticidade um caminho facilitador para a "aprendizagem significante", propicia à sala de aula um ambiente de liberdade, cooperação e questionamentos, que conduz o aluno a ser o centro de todo esse processo.

O objetivo maior da educação e, consequentemente do educador, é facilitar a aprendizagem, é propiciar as descobertas e o conhecimento com significação pessoal, uma vez que todo ser humano apresenta uma tendência natural e particular para aprender.

O professor facilitador, o aluno como centro do processo e corresponsável pelos resultados de aprendizagem surgem como melhor caminho a seguir para tentar resolver dificuldades relacionadas à apatia e/ou indisciplina na escola.

DISCUSSÃO CONTINUADA E COLETIVA DA PRÓPRIA PRÁTICA PEDAGÓGICA.

Através de encontros com professores, equipe pedagógica e administrativa, diagnosticou- se as seguintes necessidades:

- Afetividade na educação
- Avaliação do Projeto Político- Pedagógico
- Avaliação – novas perspectivas
- Interdisciplinaridade – como trabalhar
- Indisciplina
- Inclusão do aluno portador de necessidades educativas especiais
- Conselhos de Classe

Mediante as necessidades acima diagnosticadas, foram definidas as seguintes ações:

- capacitação dos docentes através de palestras, dinâmicas de grupo, troca de experiências, além de estimulá- los a estar sempre em busca de novos conhecimentos;
- reuniões pedagógicas;
- veiculação de textos que ofereçam subsídios para as reflexões dos professores;
- formação de grupos de estudos na hora-atividade com material que atenda as solicitações e necessidades de aprofundamento teórico dos docentes;
- estimular as trocas de experiências inter- escolas.

Estes temas serão trabalhados no próprio estabelecimento escolar, em reuniões bimestrais. Terá como objetivo principal esclarecer e subsidiar o professor nas dúvidas referentes aos temas em questão.

Serão utilizados recursos bibliográficos pertinentes aos assuntos, bem como recursos áudio- visuais e, quando possível, palestras com orientação de profissionais qualificados.

Este plano de formação é flexível, sendo que outros assuntos mais urgentes poderão ser abordados. Estarão nessa flexibilidade cursos, seminários ou encontros promovidos por outras entidades e Secretaria de Estado da Educação.

Leituras indicadas para reuniões de pais e/ou professores:

- Educação: a solução está no afeto – Gabriel Chalita

- Classes difíceis: ferramentas para prevenir e administrar problemas escolares – Jean François Blin.
- Pais brilhantes, professores fascinantes – Augusto Cury
- Disciplina: limite na medida certa – Içami Tiba
- Ensinar aprendendo: como superar os desafios do relacionamento professor-aluno em tempos de globalização – Içami Tiba
- Avaliação da aprendizagem escolar – Cipriano Luckesi
- Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas – Julio Groppa Aquino
- Revistas: Nova Escola; Aprende Brasil; Pátio etc...

INTERVENÇÃO CONSTANTE DO PROFESSOR NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DO ALUNO.

O significado do trabalho do professor é formado pelo seu objetivo de ensinar, tendo como finalidade a apropriação do conhecimento pelo aluno, consciente das condições reais e objetivos do processo ensino-aprendizagem.

Evidencia-se que a tarefa de educar alicerça-se em vários fatores, principalmente a auto-estima que é o combustível fundamental no âmbito escolar. Uma criança que recebe um ensino cheio de motivações, com certeza seu desenvolvimento educacional será maior.

Nota-se que a interferência do educador frente a um erro da criança, referente ao seu processo ensino-aprendizagem, denota inúmeros comportamentos.

Acredita-se que ao assumir uma atitude agressiva frente ao erro, o educador estará despertando em seu educando desânimo, baixa-estima, desinteresse, além de transtornos emocionais. Almeja-se que todos os educandos tenham oportunidade de crescer no que se refere à educação, no entanto o educador precisa conquistá-lo, investir em cada momento em sala de aula.

Augusto Cury (2003, p. 97) sabiamente, escreve que *"... professor tem que educar com emoção [...] por trás de cada aluno [...] há uma criança que precisa de afeto. [...] Paciência é o seu segredo, a educação do afeto é sua meta."*

É de suma importância conscientizar o educador sobre sua postura pedagógica, afim de que este exerça o papel de mediador na construção do conhecimento.

O que se deseja é que o educador ensine seus educandos a arte de pensar, de serem mestres da inteligência, assim sua missão estará cumprida.

Torna-se cada vez mais indispensável uma reavaliação do papel do educador para que a educação venha ser geradora de pensadores. A começar na postura do professor frente ao erro dos educandos, para que este venha ser visto como ponto de partida para construção do conhecimento.

O professor desempenha dois tipos de ações pedagógicas: uma é o planejamento da situação de aprendizagem, na qual o professor oferece condições para o aluno avançar e compreender os conteúdos. Outra é a intervenção propriamente dita no processo de aprendizagem que está acontecendo.

Assim, é viável assinalar que o professor tem a responsabilidade de conduzir as atividades e fazer correções necessárias no decorrer do processo de aprendizagem. E também, ter "jogo de cintura", para lidar com diversas situações imprevistas. Nesse sentido para trabalhar com os erros o professor deve começar com o conhecimento que os alunos já possuem na vida cotidiana, no seu meio.

É de grande importância que o professor mantenha um diálogo com os alunos na correção das atividades, buscando outro tipo de explicação, não falando claramente que o aluno errou, procurando o desafio ou argumento que através do erro torna o aluno mais consciente. Segundo Werneck (apud, CARVALHO, 2001, p.69) "a correção de provas em

que considero apenas as respostas nela contida, o estímulo do aluno fica comprometido, desvalorizando uma série de manifestações do saber".

RELAÇÃO ENTRE FORMAÇÃO CONTINUADA E COLETIVA DA PRÓPRIA PRÁTICA PEDAGÓGICA.

Ao professor cabe a mediação entre o aluno e o conhecimento que permita- lhe o entendimento da realidade social e a promoção do desenvolvimento individual. Essa mediação implica em articular a aprendizagem do aluno à formação continuada do professor vista aqui como uma contínua e dinâmica construção do conhecimento profissional e concebendo as contribuições teóricas como subsídios que possibilitem a reflexão e a orientação da prática.

MUDANÇAS SIGNIFICATIVAS A SEREM ALCANÇADAS

Cada professor deve ter o compromisso de contribuir, com seus conhecimentos, para a transformação estrutural da sociedade. O professor parte da prática social e busca alterar qualitativamente a prática de seus alunos, enquanto agentes de transformação social.

ORGANIZAÇÃO: HORA- ATIVIDADE, REUNIÕES PEDAGÓGICAS E CONSELHO DE CLASSE HORA – ATIVIDADE

No ano de 2005, a organização da hora-atividade obedeceu alguns critérios pré-estabelecidos pelo NRE.Em 2009 e no término de 2011, após reunião entre pedagogas, direção e equipe de ensino do NRE, ficou determinado para 2012, os seguintes dias da semana para a realização da Hora – Atividade:

- segunda-feira: História e Geografia;
- terça-feira: Língua Portuguesa e Inglês;
- quarta-feira: Matemática e Física;
- quinta-feira: Ciências e Química;
- sexta-feira: Arte, Educação Física e Ensino Religioso.

Para o cumprimento destes horários tivemos que ser bem rigorosos quanto a construção do horário. Mesmo assim, não foi possível atender exclusivamente os dias de Hora – Atividade. Fizemos o possível para atender mas a dificuldade de horários entre os professores impediu a total adesão.

REUNIÕES PEDAGÓGICAS

As reuniões pedagógicas em número de quatro, estão previstas aos Sábados em calendário escolar e o Colégio, terá esse espaço, para desenvolvimento das metas pedagógicas desejadas, sob coordenação da equipe pedagógica.

ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO

Cabe à Equipe Pedagógica do Estabelecimento o acompanhamento efetivo do estágio, exigindo relatório periódico do estagiário e avaliando suas atividades, zelando pelo cumprimento do termo de compromisso firmado entre as instituições.

CONSELHO DE CLASSE

Conselho de Classe: momento de reflexão pedagógica coletiva entre direção, corpo docente e equipe pedagógica, para analisar as ações educacionais realizadas e indicar alternativas que busquem garantir a efetivação do processo ensino e aprendizagem em tempo hábil, de modo a propor caminhos diferenciados de apropriação dos conteúdos curriculares estabelecidos.

Pós- Conselho: este é o momento de colocar em prática as decisões tomadas no Conselho de Classe, geralmente realizado pela equipe pedagógica na intencionalidade de superar as dificuldades detectadas no processo pedagógico.

O Pré-Conselho de Classe é realizado com toda a turma em sala de aula, sob coordenação do professor representante de turma e /ou pelos pedagogos.

Foram elaboradas, pela equipe pedagógica, tanto fichas para os Pré-Conselhos de Classe, como para o Pré-Conselho com os professores. Nesta ficha devem ser registrados os alunos com dificuldade de aprendizagem , informação das medidas já tomadas pelo professor; apresentação de sugestões , análise do próprio Plano de Trabalho Docente e experiências positivas desenvolvidas na turma.

No fim deste processo são realizadas a organização destes dados que serão repassadas no Conselho de Classe a fim de encontrarmos metodologias e estratégias para atender às necessidades apresentadas.

AÇÕES RELATIVAS À RECUPERAÇÃO DE ESTUDOS E PROGRESSÃO PARCIAL

O colégio proporcionará recuperação de estudos durante o ano letivo com a finalidade de melhorar o desempenho escolar dos alunos; será concomitante ao período letivo, acontecendo durante as atividades regulares e com a utilização de instrumentos diversificados e exercícios adicionais de compreensão, sob a coordenação do professor da disciplina.

O estabelecimento não ofertará Progressão Parcial. Somente receberá transferências de alunos com até 03(três) disciplinas e estas seguirão cronograma próprio.

ENCAMINHAMENTOS E AÇÕES CONCRETAS

Está em funcionamento a Sala Multifuncional como apoio pedagógico para os alunos com dificuldades de aprendizagem.

A equipe pedagógica atua em conjunto com os professores:

- conscientização dos professores quanto ao acompanhamento e avaliação dos alunos, dando prioridade aos aspectos qualitativos em relação aos quantitativos, em termos de rendimento escolar;
- atividades diversificadas como: vídeos relativos aos conteúdos (TV Escola); cruzadas; bingos; jogos de raciocínio; tangran, xadrez; jogos confeccionados pelos professores (Ex: Inglês – bingos de palavras, jogos confeccionados pelo professor para estudo dos numerais, cores e símbolos...);
- atividades em grupo (monitoria e agrupamentos por níveis de aprendizagem);
- atendimento às diferenças individuais, ritmos e motivação do aluno;
- definição de estratégias e ações nos Conselhos de Classe para reverter os casos de possível fracasso escolar.

PLANO DE TRABALHO DOCENTE

O Plano de Trabalho Docente tem dimensão legal e aparece no Artigo 13, II e IV da LDB como Plano que deve ser feito pelo professor, isso justifica o termo Plano de Trabalho Docente.

É parte da PPC e deve articular a concepção de homem, sociedade e educação. Deve pressupor trabalho coletivo e expressar o compromisso com a socialização do saber na perspectiva democrática.

Deve explicitar a escolha dos conteúdos estruturantes e específicos como opção política, educativa e formativa. O PTD deve expressar as intenções de mudanças no plano individual, institucional e estrutural e estar voltado aos conteúdos e não às atividades.

Sua realização se dá de forma semestral - com presença de objetivos, metodologias, conteúdos estruturantes, básicos e específicos, recursos didáticos, avaliação.
*Especificação e operacionalização dos procedimentos diários para a concretização dos objetivos da formação cidadã. A organização se dará de forma sequencial de todas as atividades a serem desenvolvidas no decorrer dos momentos de interação professor-aluno.
* Previsão de todas as ações e procedimentos que o professor vai realizar junto a seus alunos;
*Organização das atividades discentes e da aprendizagem;
*Visa atingir os objetivos educacionais estabelecidos;
*Antecipar, de forma organizada, todas as etapas do trabalho escolar;
*Identificar, cuidados com os objetivos que pretende atingir.

DIRETRIZES PARA AVALIAÇÃO GERAL DE DESEMPENHO.

A Avaliação de desempenho profissional tem por objetivo a progressão e busca promover o desenvolvimento institucional, com vistas a garantir a melhoria da qualidade dos serviços prestados à comunidade.

Critérios:

* assiduidade: frequência
* pontualidade: cumprimento do horário de trabalho
* participação: responsabilidade, disciplina e iniciativa no cumprimento das tarefas atribuídas a cada função
*produtividade: qualidade e rendimento de trabalho

AÇÕES ENVOLVENDO OUTRAS INSTITUIÇÕES.

Visando o envolvimento da comunidade junto ao Colégio busca- se esta aproximação, na medida do possível, trazendo para o estabelecimento , teatro, palestras (Conselho Tutelar, Patrulha Escolar, Yazaki do Brasil), atividades desenvolvidas pelo SESC, Concursos (APAE, Correios, Lojas), estágios, panfletos, entre outros.

RECURSOS FINANCEIROS - AVALIAÇÃO, GERENCIAMENTO E OTIMIZAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

O gerenciamento dos recursos financeiros recebidos pela instituição se dará em conjunto: a Associação de Pais , Mestres e Funcionários – APMF juntamente com a direção do estabelecimento, após ouvirem os segmentos da escola, avaliarão que setores têm prioridade de atendimento e por que. Definidas as prioridades, decidir-se-á o valor aproximado que será destinado a cada um deles, o que será registrado em ata.

O Conselho Deliberativo e Fiscal fica responsável pela análise, avaliação e deferimento da prestação de contas referentes aos recursos recebidos (Fundo Rotativo e Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE), cuja organização fica a cargo da direção e do tesoureiro da associação.

A cada ano a direção procura otimizar esses recursos para dar eficácia à construção de um ambiente de maior qualidade dentro da escola, com materiais de apoio aos professores, jogos para os alunos, novas tecnologias (DVD, vídeo), material esportivo, uniformes para os Jogos Colegiais, fanfarra do Colégio, mesa nova de pingue-pongue, material de consumo e a manutenção da limpeza .

QUADRO DA ORGANIZAÇÃO INTERNA DO COLÉGIO E FUNÇÃO

SEGMENTO	FUNÇÃO
DIREÇÃO	* Gestão dos serviços escolares com a finalidade de garantir o alcance dos objetivos educacionais da instituição, definidos no Projeto Político Pedagógico.
EQUIPE PEDAGÓGICA	* Coordenar a elaboração coletiva e acompanhar a efetivação do Projeto Político Pedagógico e do Plano de Ação da escola; * Coordenar a construção e a efetivação da proposta curricular da escola a partir das políticas educacionais da SEED e das Diretrizes Curriculares Estaduais; * Promover, organizar e coordenar: reuniões pedagógicas, Conselho de Classe, grupos de estudos relativos ao trabalho pedagógico, projeto de formação continuada de todos os profissionais da escola; * Responsabilizar-se pelo trabalho pedagógico-didático desenvolvido na escola pelo coletivo de profissionais que nela atuam; * Coordenar processo de seleção de livros didáticos; * Coordenar processo de elaboração e aprimoramento do Regimento Escolar; * Estimular e garantir participação efetiva dos educandos com necessidades educacionais especiais em todas as atividades escolares. * Coordenar a organização do espaço-tempo escolar a partir do Projeto Político Pedagógico e da proposta curricular da escola, intervindo na elaboração do calendário letivo, na formação de turmas e distribuição semanal de aulas e disciplinas, hora-atividade.
CORPO DOCENTE	* Participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico e de sua implementação; * Elaborar Proposta Curricular de suas disciplinas, em consonância com as Diretrizes Curriculares Estaduais; * Elaborar em conjunto com as pedagogas, ações conjuntas para superação das dificuldades de aprendizagem dos alunos; * Avaliar a aprendizagem dos alunos através de instrumentos diversificados; * Inserir no seu plano de trabalho temas sociais contemporâneos que possibilitem a inserção dos alunos na vida cidadã.

SECRETARIA ESCOLAR	* Produzir, manter e zelar pela guarda e sigilo dos documentos escolares; * Manter os arquivos da legislação, da vida da escola, dos alunos e professores; * Representar o estabelecimento nas relações entre este e a comunidade escolar; * Assistir à direção, à equipe pedagógica, docentes, funcionários, pais e alunos.
AGENTE EDUCACIONAL I	* Serviço de manutenção, prevenção, segurança e * Merenda escolar, sob supervisão da direção; * Integrar-se à Proposta Educacional, tendo um papel de prestação de serviços adequados.

RELAÇÕES ENTRE ASPECTOS ADMINISTRATIVOS E PEDAGÓGICOS

Libâneo (2004) caracteriza algumas das funções da Direção na Gestão Democrática escolar:

- dirigir e coordenar o andamento do trabalho pedagógico da escola com sua função;
- assegurar o processo participativo na tomada de decisão e na sua implementação;
- assegurar a implementação de todas as ações planejadas coletivamente;
- articular e criar momentos para relações entre escola e comunidade escolar;
- dar suporte às atividades de planejamento e discussão do currículo, juntamente com a equipe pedagógica, bem como fazer o acompanhamento e avaliação da prática pedagógica. Diante destes apontamentos, fica clara a relação intrínseca do papel do diretor e do pedagogo.

A Direção do Colégio é aberta e salienta que a Direção Escolar é responsabilidade tanto do corpo de direção — direção auxiliar, secretário, auxiliares — como de todos que fazem parte da comunidade escolar, para termos êxito nos objetivos do Colégio.

Esta forma de exercer a liderança tem contribuído para a socialização e integração do setor administrativo e pedagógico, beneficiando professores, pais e, principalmente alunos, que sempre têm escuta para suas queixas e sugestões por parte da direção.

Nesse sentido, a Direção terá sua atuação voltada para:

- redimensionar a atuação do Conselho Escolar e APMF;
- mediação entre o corpo docente e discente, para que as propostas pedagógicas e curriculares possam ser desenvolvidas de forma eficaz;
- fornecer os meios para o entrosamento entre a escola e a comunidade;
- trabalhar na criação de condições para que haja um processo ensino-aprendizagem adequado à realidade do educando, bem como adequá- lo às suas necessidades;
- atuar junto aos Conselhos de Classe / Série, detectando problemas e auxiliando em possíveis soluções;
- reuniões pedagógicas voltadas para a troca de experiências e informações, onde os docentes possam aproveitar a teoria, aplicando- a no exercício do cotidiano;
- verificar a regularidade, variedade e quantidade de merenda fornecida aos alunos;

Em síntese: desenvolver atividades que garantam o bom funcionamento da escola em todos os segmentos, zelando pela melhor consecução possível da tarefa de toda a equipe escolar.

Em interação com as ações da parte administrativa, a Equipe Pedagógica atuará no sentido de:

- **Objetivo geral:** acompanhamento e avaliação da Proposta Pedagógica do Colégio, incluindo atividades coletivas de trabalho pedagógico e os projetos de reforço para recuperação da aprendizagem.

QUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS PEDAGÓGICOS:

- **Salas:** o Colégio recebeu e instalou oito aparelhos de TV PENDRIVE. As salas de aula ocupadas de 5ª a 8ª séries, também estão equipadas com ventiladores, televisão, vídeo e DVD. A direção instalou caixinhas de som nas salas de aula com o objetivo de, através de música clássica durante as aulas, baixar o nível de ansiedade dos alunos e melhorar a concentração.

- Biblioteca: o acervo da biblioteca do Colégio tem sido enriquecido com a campanha do FNDE / MEC através das coleções "Literatura em minha casa", com importantes obras de autores nacionais (Cecília Meireles, Drumond, Ana Maria Machado etc.), internacionais (Oscar Wilde, Mark Twain,etc.) e pelo Programa "Biblioteca do Professor", através do qual a escola recebeu 209 títulos para apoio ao desenvolvimento do trabalho dos professores. A direção quer dinamizar o acervo de programas gravados através da TV Escola, que consideramos um excelente recurso para melhorar a qualidade de ensino. A equipe pedagógica atende a grade de programação para gravação dos programas de interesse dos professores.

Está previsto a instalação de um computador com mais recursos no espaço da biblioteca (Programa Probibe) para que um programa específico ajude na organização e controle do acervo.

- Laboratório: o Laboratório de Ciências Físicas e Biológicas está em processo de organização pois até o ano de 2011 , quanto tínhamos a dualidade administrativa , não havia espaço adequado que seguramente atendesse esta carência. Há um pequeno acervo de substâncias e vidrarias que atende a parte de Química, Física e Biologia.

Os alunos tem à sua disposição materiais como: corpo humano (esqueleto), torso humano assexuado e bissexual, microscópio, retroprojetor com tela e tripé, slides e planetário.

ESTRATÉGIAS PARA ARTICULAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DAS FAMÍLIAS E COMUNIDADE.

O Colégio procura articular a presença das famílias dos alunos e da comunidade em geral promovendo atividades como:

- Reuniões de pais para esclarecimentos sobre o processo de aprendizagem dos filhos e entrega de boletins;
- Feira Cultural aberta à comunidade e outras instituições.
- Comemorações alusivas ao aniversário de fundação do Colégio.
- Apresentação de peças teatrais encenadas pelos alunos.
- Participação na gincana através das provas pedidas.
- Promoção de exames preventivos para as mães de alunos, com pessoal especializado e apoio da Secretaria Municipal de Saúde.
- Reuniões com os integrantes da Patrulha Escolar Comunitária.

ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO E DA PRÁTICA DOCENTE

A Organização do Trabalho Pedagógico deve estar vinculada ao debate acerca do modelo de gestão escolar, da construção cotidiana do Projeto Político- Pedagógico, da tomada de decisões das instâncias colegiadas, da formação continuada dos profissionais da educação, da transparência dos recursos públicos da escola, do acompanhamento da relação entre alunos, funcionários, professores, direção, pais e comunidade, das questões como evasão, repetência, baixo rendimento escolar, atendimento às pessoas com necessidades educativas especiais e questões étnicorraciais, da formulação e aplicação do Regimento Escolar, do cumprimento do ECA.

O planejamento de ensino é a previsão das ações e procedimentos que o professor vai realizar junto a seus alunos e a organização das atividades discentes, e a aprendizagem, visando atingir os objetivos educacionais estabelecidos. O professor ao planejar o ensino, antecipa, de forma organizada, todas as etapas do trabalho escolar. Cuidadosamente, identifica os objetivos que pretende atingir, indica os conteúdos que serão desenvolvidos, seleciona os procedimentos que utilizará como estratégia de ação e preveem quais os instrumentos que empregará para avaliar o progresso dos alunos.

A seleção e organização dos conteúdos não podem ser entendidas como mera listagem. Os conteúdos trabalhados devem desenvolver competências intelectuais voltadas para o enfrentamento de novas situações que exigem reflexão, crítica, flexibilidade moral e intelectual, além de da capacidade de educar permanentemente. É através dos conteúdos e do tratamento que a eles devem ser dados que os propósitos da escola são operacionalizados, manifestados em ações pedagógicas.

Usar recursos audiovisuais, textos reflexivos, jogos didáticos, mapas, etc.
Momentos avaliativos individuais e coletivos para que as produções dos alunos sejam consideradas instrumentos de avaliação.

A avaliação da aprendizagem deve estar a serviço das funções sociais da escola, dos objetivos de ensino, da Proposta Pedagógica Curricular, do currículo, das metodologias.

PAPEL, PARTICIPAÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUADA DAS INSTÂNCIAS COLEGIADAS.

Conselho Escolar:

Atuará mais ativamente no conhecimento e implementação do Projeto Político-Pedagógico do Colégio;
- levar os pais a conhecerem o PPP do Colégio;
- participação e atuação nas reuniões de pais, palestras e festividades;
- tomar conhecimento dos dados estatísticos do Colégio referentes à assiduidade dos alunos e número de alunos com dificuldades de aprendizagem, bem como de alunos encaminhados ao Conselho Tutelar, para junto à direção e como órgão máximo da instituição, atuar no sentido de ajudar a encontrar estratégias de enfrentamento dos problemas .

Conselho de Classe:

Atuará mais ativamente no estudo das causas da não aprendizagem dos alunos, com planejamento de ações conjuntas e implantação de novas metodologias que venham permitir que os alunos aprendam melhor.

Contará com a participação dos alunos do Ensino Fundamental e Médio através dos representantes de turma e dos Pré-Conselhos/ Série. Estes, eleitos entre seus pares,

discutem com a equipe pedagógica e / ou professor monitor a atuação no processo de ensino e aprendizagem tanto dos alunos quanto dos professores.

Grêmio Estudantil

Foi criado conforme as orientações necessárias para sua formação e funcionamento que estão no guia intitulado “Grêmio Estudantil na Rede Estadual de Ensino do Paraná”.

Para que o Grêmio Estudantil possa dar certo é preciso que sonho e trabalho caminhem juntos. Jovem sem sonho não é jovem. Jovem que não quer um mundo melhor, mais digno e igualitário, não pensa como jovem. O Grêmio deve resgatar isso. Deixar de lado medos e individualismo e olhar para o outro, querer o bem de todos.
Afinal, as grandes mudanças sociais acontecem a partir da própria sociedade e, especialmente dos jovens. O Grêmio Estudantil formado pelos educandos do Colégio Edith exerce seus direitos com responsabilidade, já que o objetivo dessa instância é integrar e representar os estudantes da escola, defender os direitos e interesses, cooperar para melhoria desta e a qualidade de ensino.

Alunos representantes de turmas:
- serão eleitos entre seus pares;
- receberão orientações sobre ética, cidadania e textos referentes aos diversos tipos de professores (Chalita, Gabriel – Educação: a solução está no afeto e Cury, Augusto – Pais Brilhantes, Professores Fascinantes);
– serão mediadores entre a turma e o professor monitor, a equipe pedagógica e direção na atuação do Pré-Conselho.

APMF:
Será redimensionada para atuar no sentido de ajudar o Colégio a repensar a natureza da relação dos pais com a escola com o objetivo de:
-desestimular a cultura da não-participação dos pais (contato com pais/mães que nunca comparecem no Colégio);
- distinguir presença de participação;
- distinguir colaboração de participação;
- atuar na promoção de eventos que estimulem a presença dos pais e quebrem a tradição de chamá-los somente para reprimir a atuação de seus filhos.

FORMAÇÃO CONTINUADA
- Enfrentamento das relações de dominação, contribuindo para a articulação de práticas emancipatórias fundamentadas na solidariedade, reciprocidade e no trabalho coletivo.
- Construção da prática coletiva de avaliação contínua dos processos de organização do trabalho pedagógico e da aprendizagem.
- Discussão crítica sobre os conflitos, as tensões e as rupturas que precisam ser enfrentadas.
- Defesa radical do compromisso de todos com a qualidade político- pedagógica da organização escolar e da prática coletiva.
- O exercício democrático da liberdade ética, assegurando a aprendizagem para todos enquanto finalidade e obrigação da educação escolar.
- Construção de uma visão orgânica, coesa da realidade, explicitando suas contradições, seus limites e suas possibilidades.
- Entendimento das diferentes visões de mundo e de formas possíveis para criar o novo, a partir do que já existe em termo de condições reais e das práticas dos sujeitos do processo educativo.

- Relações de trabalho calcadas nas atitudes de solidariedade, reciprocidade, participação coletiva, dialógica, descentralização do poder, emancipatória, transformadora, ética.
- Incentivar as lideranças para que façam parte da organização dos trabalhos escolares, das avaliações do processo educativo, agindo criticamente, visando o bem da comunidade escolar.

ATIVIDADES ESCOLARES E AÇÕES DIDÁTICO- PEDAGÓGICAS A SEREM DESENVOLVIDAS DURANTE O TEMPO ESCOLAR:

- **Atividades de "Xadrez**", desenvolvidas nas disciplinas de Educação Física e Matemática com o objetivo de desenvolver o raciocínio lógico dos alunos e melhoria do processo ensino-aprendizagem. São realizados torneios inter- classes sob orientação dos professores envolvidos.

- **Atividade promovida pela equipe pedagógica envolvendo todas as disciplinas — tema: "Refletir**" — mensagens diárias passadas aos professores pela equipe pedagógica, já digitadas e referentes aos dias letivos do mês. Os professores que têm suas aulas nos primeiros horários ficam responsáveis para registrar na lousa a mensagem do dia com breve comentário sobre a mesma. A mensagem deve permanecer na lousa durante todas as aulas. Como as mensagens são sobre assuntos diversificados, abre-se um leque de oportunidades para introdução de vários temas.

- **Jogos Colegiais:** será desenvolvido através de: jogos inter-classes, jogos escolares municipais/estaduais e competições amistosas. Objetivos: promover a integração entre turmas e séries diferentes; valorizar talentos esportivos da escola; despertar o espírito competitivo respeitando regras e normas de conduta.

O desenvolvimento dessas atividades se dará com uma modalidade por bimestre, através de aulas teóricas e práticas conforme planejamento do professor da disciplina de Educação Física. Modalidades: futsal, handebol, vôlei e basquete.

DESAFIOS EDUCACIONAIS CONTEMPORÂNEOS E DIVERSIDADE.

Existe no Colégio o desejo expresso de promover um trabalho primoroso com os conteúdos que formam os Desafios Educacionais Contemporâneos e a Diversidade. O primeiro passo para a concretização deste trabalho será o comprometimento de todos os membros da comunidade escolar, interna e externa. A construção dos conhecimentos relacionados aos temas sobre Educação Fiscal, Enfrentamento à Violência, Educação Ambiental, Educação do Campo, Sexualidade, Drogadição e Estatuto do Idoso serão construções coletivas, com movimentos diversos, feitos a partir de trabalhos e palestras monitoradas pelos professores, em parceria com os alunos, funcionários e comunidade.

A Equipe Pedagógica da Escola comprometida com o trabalho coletivo coordena juntamente com a gestão democrática e participativa, a concretude do Projeto Político-Pedagógico e de todas as outras demandas pedagógicas, dando a ele vida no chão da escola.

A importância maior do trabalho da Equipe Pedagógica se faz na organização da prática pedagógica e na melhoria do processo educativo. Este trabalho, se faz presente também nas relações entre a escola e a comunidade.

Temas a serem abordados em:

Drogadição: Maconha; Crack; Cocaína; Haxixe; Inalantes; LSD; Mescalina; Cogumelos; Ópio; Morfina; Heroína; Anfetaminas; Depressores; Plantas alucinógenas entre outros.

Sexualidade: DST, AIDS; Controle de natalidade (métodos contraceptivos); Gravidez na adolescência; Aborto; Masturbação; Homofobia;Homossexualidade;Heterossexualidade; Bissexualidade e Transexualidade; entre outros.

Enfrentamento à violência: O Estatuto da Criança e do adolescente; Exploração do trabalho Infantil; Exploração sexual; As diferentes formas de violência; As explicações para a violência; Cenários onde ocorrem a violência; A Violência que pode passar despercebida (videogame), entre outros.

Educação Ambiental
Meio Ambiente; Diversidade; Sustentabilidade

DIRETRIZES CURRICULARES QUE NORTEIAM A AÇÃO DO COLÉGIO

A ação do Colégio Estadual Edith de Souza Prado de Oliveira- Ensino Fundamental e Médio é norteada pelas Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental e Ensino Médio da Rede de Educação Básica do Estado do Paraná, que atende aos seguintes princípios:

- a educação como direito de todo cidadão;
- a valorização do professor e de todos os profissionais da educação;
- o trabalho coletivo e a gestão democrática em todos os níveis institucionais;
- atendimento às diferenças e à diversidade cultural.

Das Diretrizes Curriculares em questão, emanam reflexões que contemplam: a visão de mundo, de homem e de escola; a concepção de educação, suas teorias e práticas; a contextualização da educação frente à conjuntura nacional, os estudos da realidade sócio- econômica e cultural da comunidade escolar, o perfil do aluno, do professor, da escola e dos órgãos colegiados; a legislação educacional atualizada.

Como orientações gerais das Diretrizes Curriculares fica estabelecido: o compromisso com a redução das desigualdades sociais; a articulação das propostas educacionais com o desenvolvimento econômico, social, político e cultural da sociedade; a defesa da educação básica e da escola pública, gratuita e de qualidade como direito fundamental do cidadão; a articulação de todos os níveis e modalidades de ensino; a compreensão dos profissionais da educação como sujeitos epistêmicos.

ESTÁGIO - PARCERIA PARA A PRÁTICA DOS CONHECIMENTOS

O Colégio em atendimento ao Art. 1º, § 1º da Lei nº 11.788 de 25/09/2008 que dispõe “O estágio faz parte do Projeto Político- Pedagógico do Ensino Médio, além de integrar o itinerário formativo do educando”, lança mão das seguintes exigências:

- Estar regularmente matriculado nesse estabelecimento;
- Ser maior de 16 anos;
- Apresentar frequência superior a 75% em todas as disciplinas;
- Demonstrar comprometimento e participação nas atividades escolares;

Critério de Organização Interna do Estágio Remunerado

Em relação à Organização do Estágio Remunerado, poderão participar do mesmo, todos os alunos a partir da 1ª série do Ensino Médio.

PDE - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL

Em 2012 não temos nenhum profissional da educação desenvolvendo projetos provenientes do PDE – Programa de Desenvolvimento Educacional.

SISTEMA DE AVALIAÇÃO

A avaliação nesta instituição utilizará técnicas e instrumentos diversificados, devendo ser realizadas no mínimo duas avaliações por bimestre. Deverão preponderar os aspectos qualitativos da aprendizagem, considerada a interdisciplinaridade e a multidisciplinaridade dos conteúdos.

O processo ensino-aprendizagem será avaliado de forma contínua, cumulativa e sistemática visando:

- diagnosticar e registrar os progressos e dificuldades dos alunos;
- possibilitar que o aluno auto-avalie sua aprendizagem;
- orientar o aluno quanto aos esforços necessários para superar as dificuldades
- fundamentar as decisões quanto à necessidade de procedimentos de reforço e recuperação da aprendizagem, de classificação ou reclassificação de alunos;
- orientar atividades de planejamento e replanejamento dos conteúdos curriculares.

São instrumentos de avaliação:

- observações diárias;
- registro de atividades no registro de classe;
- interação dialógica com os alunos;
- Conselho de Classe;
- trabalhos de pesquisa;
- provas e testes;
- participação;
- frequência;
- procedimentos de convívio social.

A avaliação do aluno é feita de forma global, ampla, múltipla e tem por objetivo verificar o seu desenvolvimento. Esse processo emerge de orientações fundamentadas pelas Diretrizes Curriculares Estaduais e pretende viabilizar o conhecimento de todos os alunos para a participação democrática na vida social a fim de exercer a cidadania.

ATIVIDADES RELATIVAS À EDUCAÇÃO DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA E A HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA.

A organização dos conteúdos de todas as disciplinas da matriz curricular do Ensino Fundamental e Médio contemplará, ao longo do ano letivo, a História e Cultura Afro-Brasileira Africana e Indígena através de atividades diversas, na perspectiva de proporcionar aos alunos uma educação compatível com uma sociedade democrática, multicultural e pluri- étnica.

Ao tratar da História da África e da presença do negro (pretos e pardos) no Brasil, os professores farão abordagens positivas, com objetivo de contribuir para que o aluno negro- descendente mire-se positivamente, quer pela valorização da história de seu povo, da cultura de matriz africana, da contribuição para o país e para a humanidade. E no que se refere aos Indígenas: abordar e conhecer a cultura, e a história da população indígena no Paraná , valorizando-a e respeitando a diversidade.

A qualificação na referida temática será providenciada pela mantenedora através de cursos, seminários, oficinas, durante o período letivo. A escola deve ser dotada de um acervo que possibilite a consulta, a pesquisa, a leitura, o estudo por parte dos alunos, professores, funcionários e comunidade. As atividades específicas a serem desenvolvidas nas disciplinas estão descritas na Proposta Pedagógica Curricular.

EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

A Secretaria de Educação do Paraná publicou a Resolução n° 3399/2010– GS/SEED, estabelecendo regras para formação das equipes multidisciplinares para atuar na educação das relações etnicorraciais na rede estadual de educação básica e nos

Núcleos Regionais de Educação (NREs). A resolução tem por finalidade auxiliar nas ações da educação das relações etnicorraciais no ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena em todas as escolas da rede pública do Estado. Foi publicada no Diário Oficial do Poder Executivo do Estado do Paraná do dia 25/08/2010.

INSTRUÇÃO N° 010/2010 – SUED/SEED

Assunto: Equipes Multidisciplinares para tratar da Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira, Africana e Indígena.

A Superintendente da Educação, no uso de suas atribuições legais, expede a seguinte INSTRUÇÃO:

I. Compete à Secretaria de Estado da Educação – SEED :

1. Garantir que todos os NREs e estabelecimentos de ensino na Rede Estadual de Educação do Paraná organizem suas Equipes Multidisciplinares para tratar da Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira, Africana e Indígena.

II. Compete à Equipe Multidisciplinar do NRE:

2. Promover ações voltadas à formação continuada e de pesquisa dos técnicos do NRE, sobre ERER e o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira, Africana e Indígena.

III. Compete à Equipe Multidisciplinar das escolas da Educação Básica:

1. Elaborar e aplicar um Plano de Ação, em conformidade com o Conselho Escolar e as orientações do DEDI/SUED, com conteúdos e metodologias, sobre a ERER e o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira, Africana e Indígena, que deverá ser incorporado no Projeto Político-Pedagógico e legitimado pelo Regimento Escolar.

2. Subsidiar as ações da equipe pedagógica na mediação com os professores na elaboração do Plano de Trabalho docente no que se refere à ERER.

3. Realizar formação permanente com os/as demais profissionais de educação e comunidade escolar, referente a ERER e o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira, Africana e Indígena, conforme orientações expedidas pelo DEDI/SUED.

4. Subsidiar os/as professores/as, equipe pedagógica, gestores/as, funcionários/as e alunos/as na execução de ações que efetivem a ERER e o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira, Africana e Indígena.

5. Subsidiar o Conselho Escolar na realização de ações de enfrentamento ao preconceito, discriminação e racismo no ambiente escolar, apoiando professores/as, equipe pedagógica, direção, direção auxiliar, funcionários/as, pais, mães e alunos/as.

6. Registrar e encaminhar ao Conselho Escolar e outras instâncias , quando for o caso, as situações de discriminação, preconceito racial e racismo, denunciadas nos estabelecimentos de ensino.

7. Subsidiar as ações atribuídas aos estabelecimentos de ensino pelo Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a ERER e para o Ensino da História e Cultura Afrobrasileira, Africana e Indígena.

8. Enviar relatório semestral às Equipes Multidisciplinares dos NREs de conteúdos e propostas de ações desenvolvidas nos estabelecimentos de ensino.

9. Manter registro permanente em ATA das ações e reuniões da equipe multidisciplinar.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES CURRICULARES EM CONTRATURNO
Programa Segundo Tempo

Justificativa:

O Governo do Estado do Paraná juntamente com o Ministério do Esporte estão implantando o Projeto Segundo Tempo em várias cidades do Paraná. O nosso colégio foi escolhido pela sua localização e pela clientela atendida que são de alunos carentes.

Objetivos:

- Diminuir o índice de evasão e repetência.
- Proporcionar aos alunos atividades prazerosas.
- Desenvolver a capacidade de raciocínio através de jogos, brincadeiras;
- Promover a socialização de nossos alunos, com alunos de outras escolas.

Sobre as atividades a serem desenvolvidas

- O programa prevê um conjunto de atividades esportivas e culturais diárias; a ser elaborado e planejado pelo professor coordenador com o auxílio dos monitores (alunos estudantes do curso de Educação Física) além das atividades diárias programadas outras eventuais, nos finais de semana ou em ocasiões especiais, poderão ser realizadas objetivando o envolvimento comunitário.
- Deverão ser compostas turmas de alunos, completando ao todo, 200 inscritos por núcleo, distribuídos em diversos horários, conforme grade horária a ser elaborada pelo professor coordenador com auxílio dos monitores.

Critérios estabelecidos para a escolha dos alunos:

- Maior dificuldade de aprendizado na escola;
- Alunos que recebam o benefício do programa Bolsa Família;
- Menor renda familiar;
- Em maior situação de risco social.

SALAS DE APOIO

Em nosso Colégio as atividades desenvolvidas nas Salas de Apoio visam, no que diz respeito às 6º ano, um trabalho com metodologia diferenciada no sentido da apropriação da leitura, escrita, interpretação (Língua Portuguesa) e as quatro operações, tabuadas, cálculo e raciocínio lógico (Matemática). Nota-se, numa boa parte dos alunos 6º ano um déficit dos conteúdos básicos dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Sendo assim, o trabalho da Sala de Apoio de 6º ano, será realizado de maneira diferenciada com vistas a corrigir tal desafagem.

Este ano foi aberto também a Sala de Apoio para atendimento dos alunos do 9º ano nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática.

PROGRAMA HORA TREINAMENTO

Em nosso Colégio há uma grande parcela de alunos que se identificam com a modalidade do futsal e participam dos Jogos Escolares. Já vinha sendo desenvolvido há alguns anos, pela professora de Educação Física, um trabalho de treinamento desses alunos em contraturno, de forma voluntária. Sendo assim, o Programa Hora Treinamento só veio normatizar nosso trabalho. O Programa é desenvolvido pela professora Glaucia Nunes da Silva no turno intermediário , das 17:20 às 19h.

PROPOSTAS DE ARTICULAÇÃO ENTRE OS ANOS INICIAIS E FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

As instituições do Sistema Estadual de Ensino que ofertam o Ensino Fundamental- anos finais, a partir de 2012, foi implantado do 6º ao 9º ano, de forma simultânea. A SEED, através de seus NREs, subsidiou as escolas estaduais (responsáveis pelos anos

finais) e as escolas municipais (responsáveis pelos anos iniciais) com orientações e ações no sentido de que haver uma articulação entre o trabalho desenvolvido pelas escolas em ambas as etapas (iniciais/finais). Documentos foram produzidos pela SEED no sentido de subsidiar essa articulação.

Até o ano passado (2011) , quando ainda existia a dualidade administrativa, (escola municipal e estadual), já se desenvolvia um trabalho de parceria entre Direção, Equipe Pedagógica, professores, pais e alunos no sentido de aproximação entre as práticas pedagógicas. Houve diálogo entre a equipe pedagógica e professores de ambas as partes, onde cada um expôs o trabalho de ensino aprendizagem em desenvolvimento, com o intuito de que não haver rupturas, fragmentação do ensino. Isso foi realizado através de reuniões de iniciativa da própria escola.

Seria muito importante que os professores da rede municipal e estadual tivessem uma interação maior, onde cada um tivesse a oportunidade de expor suas concepções e práticas, e que, a diretriz educacional a ser seguida fosse a mesma, talvez esse seria o ponto de partida para o fim da ruptura.

Especificamente, com relação a Implantação do Ensino de nove anos, nas semanas de formação continuada (fevereiro/julho) houve um estudo dos documentos legais pertinentes por parte dos profissionais da educação do nosso Colégio e, repassada, num conversa informal, a sugestão para a direção e equipe pedagógica da rede municipal a necessidade do estudo de tais documentos, bem como do Caderno Orientações Pedagógicas Para os Anos Iniciais, elaborado pela SEED em 2010, uma vez que não havia uma programação formal de capacitação da Secretaria Municipal a ser seguida pelos professores.

Nas reuniões pedagógicas definidas em Calendário Escolar, entre outros temas, o Ensino de nove anos vem sendo abordado através de leitura e estudo dos documentos legais e orientadores. Assim como na hora-atividade é sugerido pela Equipe Pedagógica o estudo e análise de tais documentos.

De acordo com a instrução 008/11 SUED/SEED evidencia-se:

- propostas de articulação entre a Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental, anos iniciais e anos finais do Ensino Fundamental e entre esta etapa e o Ensino Médio, conforme a oferta;
- proposta de adaptação dos alunos oriundos dos anos iniciais à organização do trabalho pedagógico nos estabelecimentos que ofertam os anos finais do Ensino Fundamental (espaço, tempo e procedimento);
- proposta de formação continuada aos professores, com vistas a assegurar o entendimento dos objetivos do Ensino Fundamental de nove anos, bem como as especificidades dos alunos.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

De acordo com o Regimento Escolar deste estabelecimento de ensino em seus artigos:

Art. 67 A educação na Modalidade EJA neste Estabelecimento de Ensino será ofertada de forma presencial, organizada individual e coletivamente dependendo da condição e disponibilidade de tempo do educando.

Parágrafo Único - A disciplina de Ensino Religioso no Ensino Fundamental – Fase II, será ofertada somente na organização coletiva.

O regime da oferta da Educação Básica é de forma presencial, com a seguinte organização:

- por séries, nos anos finais do Ensino Fundamental;

- por disciplina, no Ensino Fundamental - Fase II e Ensino Médio, na modalidade EJA;
- por serviços e apoios especializados, conforme especificidade de cada área, na modalidade da Educação Especial;
- por disciplina no Ensino Fundamental – Fase II e Ensino Médio por áreas de conhecimentos, no Modalidade de Jovens e Adultos;

A Educação de Jovens e Adultos, Ensino Fundamental - Fase II e Ensino Médio, é ofertada de forma presencial, com a seguinte organização:

- coletiva e individual, no Ensino Fundamental - Fase II e no Ensino Médio;
- componentes curriculares organizados por disciplina, no Ensino Fundamental – Fase II e no Ensino Médio;
- 1.600 horas (mil e seiscentas horas), distribuídas entre as disciplinas conforme consta na Matriz Curricular;
- conteúdos que integram a educação básica, contidos na Proposta Pedagógica Curricular, desenvolvidos ao longo da carga horária total estabelecida para cada disciplina da Base Nacional Comum;
- garantia de cem por cento dos conteúdos que integram a Proposta Pedagógica Curricular da disciplina.
- a oferta de cem por cento do total da carga horária distribuída na matriz curricular do Ensino Fundamental Fase II e do Ensino Médio.
- garantia da oferta de 04 (quatro) horas – aula diárias, por turno.

Na modalidade EJA, as matrículas podem ser efetuadas em qualquer época do ano, sendo que:

- no Ensino Fundamental – Fase II e Ensino Médio, a matrícula é por disciplina e o aluno poderá, em função da oferta, efetivar sua matrícula em até 04 *(*quatro*)* disciplinas, na organização coletiva ou individual de acordo com o seu perfil;
- serão priorizadas as vagas para matrícula na organização coletiva;
- para matrícula, deve ser observada a idade mínima, exigida na legislação vigente.
- a disciplina de Língua Espanhola, no Ensino Médio, é de oferta obrigatória pelo estabelecimento de ensino e de matrícula facultativa ao aluno;
- todos os alunos, a partir de 2010, no ato da matrícula, deverão fazer sua opção de frequentar ou não as aulas de Língua Espanhola;
- a disciplina de Língua Espanhola entrará no cômputo das 04 (quatro) disciplinas que podem ser cursadas concomitante;
- aluno que optar por frequentar as aulas de Língua Espanhola, terá a carga horária da disciplina, acrescentada no Total da Carga Horária do Curso.

Art. 92 No ato da matrícula na modalidade EJA, o aluno será orientado pela equipe pedagógica sobre a organização dos cursos, o cronograma de oferta das disciplinas e a metodologia.

Art. 150 Na modalidade EJA serão registradas de 02 (duas) a 06 (seis) notas por disciplina, que corresponderão a provas individuais escritas e a outros instrumentos avaliativos adotados, aos quais, obrigatoriamente, o aluno submeter-se-á na presença do professor.

Art. 151 Os registros de nota na EJA, para o Ensino Fundamental - Fase II e Ensino Médio, constituir-se-ão de:

- 06 (seis) registros de notas, nas disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, Língua Portuguesa e Literatura;
- 04 (quatro) registros de notas, nas disciplinas de História, Geografia, Ciências Naturais, Língua Estrangeira Moderna - Inglês, Química, Física, Biologia e Língua Espanhola;
- 02 (dois) registros de notas nas disciplinas de Artes, Arte, Filosofia, Sociologia e Educação Física.

Art. 152 Na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, o aluno deverá atingir a nota 6,0 (seis vírgula zero) em cada registro de nota resultante das avaliações processuais.

Parágrafo Único – O aluno que não atingir a nota 6,0 (seis vírgula zero) em cada registro de nota terá direito à recuperação de estudos.

Art. 153 Na modalidade EJA, a **Média Final (MF)** para cada disciplina corresponderá à média aritmética dos Registros de Notas, resultantes das avaliações realizadas.

Média Final ou MF = número de Registros de Notas

soma dos Registros de nota

Art. 154 Para fins de promoção ou certificação, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, a nota mínima exigida é 6,0 (seis vírgula zero), em cada disciplina e freqüência mínima de 75% do total da carga horária de cada disciplina na organização coletiva e 100% na organização individual.

Parágrafo Único – Para fins de certificação e registro do acréscimo da carga horária da disciplina de Língua Espanhola na documentação escolar, o aluno deverá atingir a média mínima de 6,0 (seis vírgula zero) e frequência mínima de 75% do total da carga horária da disciplina.

Art. 155 A idade mínima para a obtenção do certificado de conclusão do Ensino Fundamental e do Ensino Médio na EJA é a estabelecida na legislação vigente.

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Acompanhamento e avaliação do Projeto Político Pedagógico

O processo de avaliação é uma oportunidade de aprendizado e evolução. Ele é, antes de tudo, um processo pedagógico. Seus resultados devem servir de referência à adoção de práticas para a melhoria de processos e resultados da escola.

As ações que acompanham a avaliação do Projeto Político- Pedagógico se fundamentam no reconhecimento da importância da construção de um ambiente escolar participativo e orientado para resultados. Além de reconhecer a avaliação, como estratégia de gestão, sem a qual não se pode promover a melhoria pretendida.

A escola se reavalia, reflete, re-elabora seus rumos, re-examina atitudes, avança em propostas, ações e perspectivas. Em consequência, o crescimento se faz coletivo e o papel da escola na comunidade aparece de forma clara.

A auto- avaliação do Colégio deverá acontecer semestralmente em reuniões com as instâncias colegiadas, que são compostas por todos os segmentos da comunidade interna e também externa ao Colégio. Esta deve se tornar um processo sistemático, contínuo e de permanente conscientização de todos os segmentos, com relatórios analíticos,

favorecendo o desenvolvimento e fortalecimento da cultura da avaliação. As reuniões serão registradas em ata, relativa ao trabalho desenvolvido.

O que será avaliado:

O processo de acompanhamento e avaliação do Projeto Político- Pedagógico deverá acontecer a partir de cinco dimensões da gestão democrática:

- Gestão participativa e estratégica
- Pedagógica
- De pessoas
- Serviços de apoio, recursos físicos e financeiros
- Resultados

Avaliação Institucional

A Avaliação Institucional é realizada semestralmente, junto com o curso de capacitação descentralizada da SEED. As dimensões analisadas são as seguintes: Órgãos colegiados e de gestão; profissionais da educação; condições físicas e materiais; prática pedagógica; ambiente educativo e acompanhamento e avaliação do desenvolvimento educacional.

Avaliação do Projeto Político Pedagógico

O presente Projeto Político Pedagógico será avaliado semestralmente, por todos os membros do Conselho Escolar, APMF, Grêmio Estudantil, Direção, equipe pedagógica, corpo docente e discente, bem como todos os funcionários: administrativos e serviços gerais. Será realizada uma reunião semestral (geralmente dentro da semana pedagógica no início e ao meio do ano) para que os avaliadores acima citados possam expressar suas opiniões sobre as ações da escola.

O colegiado proporá as mudanças para as instâncias colegiadas, que deverão tomar as suas devidas providências, reunindo os segmentos da escola que necessitam de ajustes. O resultado desse processo será inserido no site da escola, conforme alterações do PPP.

- Gestão participativa e estratégica — avalia o relacionamento da escola com a comunidade, por intermédio de práticas de gestão participativa adotadas: funcionamento de órgãos colegiados (Conselho Escolar, APMF, Grêmio Estudantil), planejamento participativo, participação de pais e alunos, socialização das informações e outras atividades.

- Pedagógica — avalia o esforço da escola na atualização e enriquecimento do seu currículo, pela adoção de processos criativos, levando em conta os resultados de avaliação dos alunos e o trabalho dos professores com a proposta pedagógica da escola.

- De pessoas — avalia a atuação e o compromisso das pessoas (professores, funcionários, pais e alunos) com o Projeto Político Pedagógico, levando em conta as formas de incentivo a essa participação, o desenvolvimento e a valorização das pessoas e a avaliação de seu desempenho.

- Serviços de apoio, recursos físicos e financeiros — avalia a segurança, limpeza, secretaria e outros; no uso, na conservação e na adequação dos recursos físicos: instalações e equipamentos e na captação e adequação de recursos financeiros.

- Resultados — avalia no final do ano letivo, os resultados obtidos pela escola em sua função de assegurar o acesso, a permanência e o sucesso escolar; e dos mecanismos de monitoramento e avaliação adotados para avaliação desses resultados.

AÇÕES:

- reuniões bimestrais com o conselho de Classe, que terão como objetivo a análise, orientação e reformulação, se necessário, dos procedimentos pedagógicos, envolvendo direção, docentes e pedagogos. Esta avaliação terá como meta o aprimoramento da qualidade de ensino, sendo sustentada por procedimentos de observação e registros contínuos, para permitir o acompanhamento sistemático do processo de ensino e aprendizagem, de acordo com os objetivos e metas constantes do Projeto Político-Pedagógico;
- reuniões bimestrais com as instâncias colegiadas, que têm em sua constituição representantes dos diferentes segmentos da escola e da comunidade externa, para análise e reformulação, se necessário, dos procedimentos financeiros e administrativos; do desempenho da equipe escolar, dos alunos e dos demais funcionários, nos diferentes momentos do trabalho educacional; da participação da comunidade escolar nas atividades propostas pela escola.
- aplicação de instrumentos de coleta de informações.
- debates e reflexões.
- estudo das respostas dadas aos instrumentos de apoio.
- produção de relatórios que apresentarão as informações resultantes das análises, com encaminhamento de ações imediatas e mediatas na busca da qualidade e na promoção de melhorias educacionais.

A avaliação será anexada ao Projeto Político - Pedagógico na forma de relatórios, servindo para orientar os momentos de replanejamento da atividade escolar.

A auto- avaliação é uma estratégia de construção da autonomia da escola que facilita a tomada de consciência dos avanços, das dificuldades e a projeção de novas possibilidades de construção.

Diante dessas considerações, fica reafirmado que é a comunidade escolar que pode definir e dar vida às orientações gerais que norteiam o processo de auto- avaliação, com vistas a intensificar a participação da família no processo escolar, diversificar experiências de aprendizagem, desenvolver atividades de respeito e solidariedade.

SISTEMATIZANDO

Isto posto, resta perguntar: **como construir essa escola eficaz, com as condições que estão postas?** Achamos que a resposta a essa indagação está na construção coletiva das relações onde todos, escola e comunidade, estejam sensibilizados e se vejam como agentes de mudança, capazes de contribuir para este objetivo.

Desse modo, a estratégia de ação que se apresenta está na própria escola, a partir do grupo de educadores que nela atua, assumindo efetivamente seu espaço político pedagógico. É lógico que a implantação de um trabalho coletivo representa uma ação basicamente política, na medida em que interferirá nos conteúdos e práticas educacionais, além de alterar as relações internas da escola. Porém, para que isso de fato se efetive, é necessário que os educadores mantenham uma constante relação entre sua prática e o processo de reflexão sobre a mesma.

Embora cientes de que medidas como estas por si só não modificarão fundamentalmente o sistema de ensino, visto que o mesmo está vinculado a um sistema sócio- econômico e político do país, entendemos que o encaminhamento de soluções construídas coletivamente deve ser incentivado, pois através disto demonstraremos que

dentro da escola pública é possível uma ação educativa mais efetiva, democrática e de melhor qualidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A construção coletiva do projeto político pedagógico da escola pública: um roteiro de elaboração. Secretaria de Estado da Educação / Superintendência da Educação / Coordenação de apoio à direção e equipe pedagógica (CADEP). Curitiba, 2004.

ALVAREZ...(et al.); Trad. Daniel Angel Etchevery. O projeto educativo da escola. Porto Alegre: Artmed, 2004.

ARCO-VERDE, Yvelise Freitas de Souza. Reformulação curricular no Estado do Paraná: um trabalho coletivo. In: Primeiras reflexões para a reformulação curricular da Educação Básica no Estado do Paraná. Superintendência da Educação — Curitiba, 2004, p. 2-6.

ARCO-VERDE,Yvelise Freitas de Souza. Introdução às Diretrizes Curriculares. In: Diretrizes Curriculares da Educação Básica para a Rede Pública Estadual de Ensino. Superintendência da Educação – Curitiba, 2006.

_____. Tempos e mudanças na prática docente: subsídios para a reflexão sobre a hora-atividade. Secretaria de Estado da Educação / Superintendência da Educação — Curitiba, 2004.

Avaliação escolar: um compromisso ético. Secretaria de Estado da Educação. Curitiba, 1993.

BARTNIK, Helena Leomir de Souza; FEIGES, Maria Madselva Ferreira. Projeto político-pedagógico: perspectivas de construção coletiva. Disponível em bartnik@sulbbs.com; madselva@terra.com

BRASIL. Ministério da Educação. Como elaborar o Plano de Desenvolvimento da Escola: aumentando o desempenho da escola por meio do planejamento eficaz. 3 ed. Brasília: FUNDESCOLA/FNDE/MEC, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8069, 13 de julho de 1990.

BRASIL.Ministério da Educação – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394, 23 de dezembro de 1996.Cadernos temáticos: avaliação institucional. Secretaria de Estado da Educação — Curitiba, 2005.

CHALITA, Gabriel. Educação: a solução está no afeto: Editora Gente, 2001.

Curso de Diretrizes Pedagógicas e Administrativas para a Educação Básica. Secretaria de Estado da Educação- Curitiba, 2005.

DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas. Conselhos de classe e avaliação: perspectivas na gestão pedagógica da escola. Papirus, [s.d], p.21-80.

Deliberação 004/06 do CEE. Normas complementares às DCN para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no Paraná.
Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, Parecer 04/98.

Diretrizes Curriculares Estaduais. Versão final. 2009.

Diretrizes Curriculares para o Ensino de Educação Religiosa.
FONAPER/ASSINTEC, 2001/2002.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996, p.23-51.

GANDIN, D. O planejamento e suas questões básicas. In: GANDIN, D. A prática do planejamento participativo: na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, político, religioso e governamental. Petrópolis, R,J: Vozes, 1994, p. 32-42.

INNOCENTE, Maria Ângela Paié Rodella. A gestão da escola e a utilização de novas tecnologias. Gestão em Rede. Brasília, CONSED, nº 62, p. 9, jul.2005.

KRAMER, Sonia. O que é básico na escola básica? Contribuições para o debate sobre o papel social da escola na vida social e na cultura. In: Infância e produção cultural. KRAMER, Sonia; LEITE, Maria Isabel F. Pereira (org.). Campinas: Papirus, p.11-24, 1998.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei n.º 9394/96.

Lei nº 11645/08. Altera a LDB 9394/96.

MASSON, Gisele. Projeto político-pedagógico: uma construção do coletivo da escola. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Disponível em: gimasson@uol.com.br

NÓVOA, Antônio (coord.). Os professores e sua formação. Coord. De Nóvoa: Lisboa, Portugal, Dom Quixote,1997.

_____. Revista Nova Escola. Agosto / 2002, p.23.

PARANÁ, SEED/SUED. Reformulação Curricular nas Escolas Públicas do Paraná, documento produzido enviado às escolas em 2004.

Política de Educação Inclusiva para o Estado do Paraná (documento preliminar). Secretaria de Estado da Educação. Curitiba, 2000, p.12-14.

SANTOMÉ, J. Torres. A organização relevante dos conteúdos nos currículos. In: Desafios da globalização. Ladislau Dawbor, Otávio Ianni, Paulo E.A. Resende (orgs.). Petrópolis, RJ: Vozes, 1998, p. 95-128.

SAVIANI, D. Pedagogia histórico- crítica: primeiras aproximações, São Paulo: Cortez Autores Associados, 1991.

SAVIANI, D. Escola e democracia. São Paulo: Cortez, 1984.
SIQUEIRA, Denise de Cássia Trevisan. Relação professor-aluno: uma revisão crítica. Artigo disponível em: http:// www.conteudoescola.com.br.

SILVA, Janssen Felipe da. Avaliar... O que? Quem? Como? Quando? TV Escola. Ministério da Educação, Brasília, p. 40-43, out/nov 2002.

SILVA, Siony da; OLIVEIRA, Maria Helena Palma de. A contribuição da teoria sócio-interacionista de Vigotsky. Disponível em: http:// www.cefetsp.br, acesso: 2005.

TIBA, Içami. Disciplina: limite na medida certa. São Paulo: Gente, 1996.

_____. Ensinar aprendendo. São Paulo: Gente, 1998

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Ensino e avaliação: uma relação intrínseca à organização do trabalho pedagógico. In: Didática: o ensino e suas relações. Ilma P.A. Veiga / org. Campinas, S.P: Papirus, 1996, p. 149-169.

_____. Perspectivas para reflexão em torno do projeto político pedagógico. In: VEIGA, I.P.A. e RESENDE, L.M.G. de (orgs). Escola: espaço do projeto político pedagógico. Campinas, S.P: Papirus, 1998, p. 9-32.

VIGOTSKY, L.S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

PRAIS, M. L. M. Gestão Colegiada na escola pública, São Paulo: Papirus, 1990.

Política de avaliação no contexto escolar – Departamento de Educação Especial e Inclusão Educacional – SEED.

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR

Ensino Fundamental E Ensino Médio

2012

APRESENTAÇÃO

A Secretaria de Estado da Educação do Estado do Paraná vem investindo em múltiplas ações que derivam das políticas públicas e que visam a melhoria da qualidade de ensino, devendo resultar na garantia de um percurso escolar com sucesso para todos os alunos. Assim, a rede pública estadual paranaense está hoje fundamentada em princípios voltados para o acesso, a permanência e o sucesso de todos os alunos na escola; a valorização do professor e de todos os profissionais da educação; o trabalho coletivo e a gestão democrática em todos os níveis institucionais; e o atendimento às diferenças e à diversidade cultural.

Nessa perspectiva de reformulação curricular, após o processo de construção coletiva do Projeto Político Pedagógico e das Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental e Médio, constrói-se agora a Proposta Curricular, fundamentada na ideia de conteúdos estruturantes das disciplinas escolares. Entende-se por conteúdos estruturantes, os saberes — conhecimentos de grande amplitude, conceitos ou práticas — que identificam e organizam os campos de estudos de uma disciplina escolar, considerados basilares e fundamentais para a compreensão de seu objeto de estudo e/ou de suas áreas. Estes conteúdos são selecionados a partir de uma análise histórica da ciência de referência e/ ou da disciplina escolar.

Alterações na concepção de ensino, de aprendizagem e de avaliação da aprendizagem, devem abrir possibilidades de todos os alunos se apropriarem dos conteúdos escolares e reafirmar a escola como um espaço de formação e informação, que propicie o desenvolvimento de capacidades que permitam compreender e intervir nos fenômenos sociais e culturais e garantir que os alunos possam ter acesso e compreender o produto das culturas nacionais e universais. A aprendizagem de conteúdos deve necessariamente favorecer a inserção do aluno no dia-a-dia das questões sociais que marcam cada momento histórico e em um universo cultural maior.

CARACTERÍSTICAS DO ENSINO FUNDAMENTAL

- A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional determina que o Ensino Fundamental é prioridade no atendimento escolar, justificando seu caráter obrigatório e gratuito, inclusive para pessoas que não tiveram acesso á escolarização em idade própria.
- O Ensino Fundamental Regular a partir de 2007 terá nove anos de duração conforme Lei nº 11 114 de 16 de maio de 2005 — cinco anos iniciais e quatro anos finais, atendendo a crianças e jovens na faixa etária em torno de 6 a 14 anos.
- O Ensino Fundamental tem como função principal o trabalho com o conhecimento que propicie aos alunos oportunidades de aprendizagem para que adquiram "chaves conceituais de compreensão de seu mundo e de seu tempo; deve ainda permitir que tomem consciência das operações que mobilizam durante a aprendizagem, contribuindo para que prossigam na relação de conhecimento, que é desvendamento, compreensão e transformação do que se dá a conhecer".
- O Ensino Fundamental deve garantir a formação básica do cidadão e o desenvolvimento integral do educando mediante:

- o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

- compreensão do meio natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

- o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimento e habilidades e a formação de atitudes e valores;

- o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que assenta a vida social.

CARACTERÍSTICAS DO ENSINO MÉDIO

- Considerar as dimensões formadoras do sujeito: a complexidade histórica e social e sua singularidade.
- Um currículo que leva em consideração a complexidade dos sujeitos e que contribui para a sua formação crítica e humana.
- Possibilitar mais que a inserção no mundo do trabalho, mas a compreensão do mundo em que vive, em sua complexidade espaço temporal, para que nele possa atuar com vistas à transformações.
- Considerar a ciência, a técnica e a tecnologia como frutos do trabalho e da construção humana.
- Conhecimentos que tratam especificamente suas dimensões na totalidade, numa abordagem teórico-metodológica que considera a interdependência das dimensões científica, artística e filosófica do conhecimento.

1. DISCIPLINA : LÍNGUA PORTUGUESA

1.1. APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

O processo de ensino de Língua Portuguesa no Brasil iniciou-se com a educação jesuítica. Nesse período não havia uma educação institucionalizada, partia-se das práticas pedagógicas restritas à alfabetização, que visavam manter os discursos hegemônicos da metrópole e da Igreja.

Evidenciava-se, já na constituição da escola e no ensino no Brasil, que o acesso à educação letrada era determinante na estrutura social, fazendo com que os colégios fossem destinados aos filhos da elite colonial.

Quanto ao ensino da Língua Portuguesa, limitava-se, nessa época, às escolas de ler e escrever, mantida pelos jesuítas.

No período colonial, a língua mais utilizada pela população era o tupi. O português "era a língua da burocracia", ou seja, a língua das transações comerciais, dos documentos legais.

Em 1758, um decreto do Marquês de Pombal tornou a Língua Portuguesa idioma oficial do Brasil, considerando-se assim obrigatório o seu ensino em Portugal e no Brasil.

O conteúdo gramatical ganhou a denominação de Português em 1871, data em que foi criado, no Brasil, por decreto imperial, o cargo de Professor de Português.

O ensino de Língua Portuguesa manteve a sua característica estilística até meados de século XX, quando se iniciou, no Brasil, a partir da década de 1960, um processo de expansão do ensino primário público.

A disciplina de Português passou a denominar-se, a partir da Lei 5692/71, no primeiro grau, Comunicação e Expressão (nas quatro primeiras séries) e Comunicação em Língua Portuguesa (nas quatro últimas séries).

As novas concepções sobre a aquisição da Língua Materna chegaram ao Brasil no final da década de 1970 e início de 1980, quando as primeiras obras do Círculo de Bakhtin passaram a ser lidas nos meios acadêmicos.

Deve-se aos teóricos do Círculo de Bakhtin o avanço dos estudos em torno da natureza sociológica da linguagem.

No processo ensino-aprendizagem, é importante esclarecer que quanto maior o contato com a linguagem, nas diferentes esferas sociais, mais possibilidades se tem de entender o texto, seus sentidos, suas intenções e visões de mundo, por isso é imprescindível o ensino de Língua Portuguesa tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio, englobando os aspectos leitura, oralidade e escrita.

Oralidade: baseando-se em situações reais e tendo o aluno como sujeito do processo, lembrando-se sempre de que a oralidade está presente em todos os momentos da vida do aluno, compete à escola valorizar a fala como forma de expressão e as possibilidades de adequação de acordo com a situação.

Leitura: é a produção de significados entre leitor e texto. O leitor utiliza estratégias em seu conhecimento linguístico para construir o significado do texto. Através da leitura, o aluno viaja pra o mundo do imaginário, científico e informativo, experimentando meios diferentes de ampliar seu mundo e sua visão, tendo como ponte a leitura de diferentes gêneros.

Escrita: através da leitura de diferentes textos, o aluno perceberá a diferença da estrutura e função de cada um e terá maiores condições de produzir de acordo com o gênero do

texto, percebendo a utilidade daquilo que produz e a quem é dirigido. Para que se produza com sucesso é preciso que haja um envolvimento do autor com aquilo que ele escreve por meio da motivação, reflexão e revisão daquilo que fez.

Análise lingüística: dá-se através da leitura e produção de textos, momento em que o professor leva o aluno a refletir sobre as diferentes possibilidades de ligação e construção de um texto, levando-o à construção gradativa de um saber linguístico mais elaborado. Dessa forma, pensa-se a Língua Portuguesa como um processo dinâmico e histórico onde o sujeito se reconhece e compreende a realidade em que está inserido.

Os objetivos do ensino de Língua Portuguesa, tendo como base a leitura, oralidade e escrita, compreendem:

a) empregar a língua oral em diferentes situações de uso, sabendo adequá-la a cada contexto e interlocutor, descobrindo as intenções que estão implícitas nos discursos do cotidiano e posicionando-se diante dos mesmos;

b) desenvolver o uso da língua escrita em situações discursivas realizadas por meio de práticas sociais, considerando-se os interlocutores, os seus objetivos, o assunto tratado, os gêneros e suportes textuais e o contexto de produção/leitura.

c) refletir sobre os textos produzidos, lidos ou ouvidos, atualizando o gênero e tipo de texto, assim como os elementos gramaticais empregados na sua organização.

d) aprimorar, pelo contato com os textos literários, a capacidade de pensamento crítico e a sensibilidade estética dos alunos, propiciando através da Literatura, a constituição de um espaço dialógico que permita a expansão lúdica do trabalho com as práticas da oralidade, da leitura e da escrita;

e) reconstruir o texto, eliminando possíveis dúvidas resultantes da primeira leitura;

f) observar diferenças e semelhanças entre os textos lidos, no que se refere à forma de composição e ao ponto de vista;

g) perceber diferenças entre a comunicação oral e escrita;

h) utilizar-se da linguagem como forma de manifestação e compreensão do meio em que vive, permitindo o exercício da cidadania.

Dessa forma, torna-se realidade uma linguagem voltada para o desenvolvimento do aluno, tendo como conteúdo o discurso.

1.2. CONTEÚDOS – ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: discurso como prática social1

CONTEÚDOS BÁSICOS **5 ª Série**

Gêneros: história em quadrinhos, tiras, anedotas, adivinhas, cartão, fábulas, contos, crônicas, bilhetes, poemas, história de aventuras, apólogo, artigo de opinião, classificados.

Leitura

*Tema do texto;
*interlocutor,
*finalidade;
*aceitabilidade do texto,
*informatividade;
*discurso direto e indireto;
*elementos composicionais do gênero;
*léxico;
*marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais,

pontuação, recursos gráficos, figuras de linguagem.

Escrita

*Tema do texto;
*interlocutor;
*finalidade do texto;
*informatividade;
*argumentatividade;
*discurso direto e indireto;
*elementos composicionais do gênero;
*divisão do texto em parágrafos;
*marcas linguísticas;
*processo de formação de palavras;
*acentuação gráfica;
*ortografia;
*concordância verbal/nominal.

Oralidade

*Tema do texto;
*finalidade;
*argumentatividade;
*papel do locutor e interlocutor;
*elementos extralinguísticos: entonação, pausa, gestos;
*adequação do discurso ao gênero;
*turnos da fala;
*variações linguísticas;
*marcas linguísticas.

CONTEÚDOS BÁSICOS **6ª SÉRIE**

Gêneros: história em quadrinhos, tiras, história de aventuras, contos, crônicas, cartão, fotos, entrevista, instrução de montagem, notícia, anúncio, coluna, propaganda, convites, poema.

Leitura

*Tema do texto;
*interlocutor;
*finalidade do texto;
*informatividade;
*aceitabilidade;
*situacionalidade;
*intertextualidade;
*informações explícitas e implícitas;
*discurso direto e indireto;
*elementos composicionais do gênero;
*repetição proposital de palavras;
*léxico;
*ambiguidade;
*marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos, figura de linguagem.

Escrita

*Tema do texto;
*interlocutor;
*finalidade do texto;

*informatividade;
*discurso direto e indireto;
*elementos composicionais do gênero;
*marcas linguísticas;
*processo de formação de palavras;
*acentuação gráfica;
*ortografia;
*concordância verbal/nominal;

Oralidade

*Tema do texto;
*finalidade;
*papel do locutor e interlocutor;
*elementos extralinguísticos: entonação, pausa, gestos, etc.;
*adequação do discurso ao gênero;
*turnos da fala;
*variações linguísticas;
*marcas linguísticas;
*semântica.

CONTEÚDOS BÁSICOS 7ª SÉRIE

Gêneros: história em quadrinhos, tiras, charge, poema, haicai, fotos, contos, crônicas, autobiografia,
teatro, diário, reportagem, coluna, artigo de opinião, regras de jogo, depoimentos, abaixo-assinado.

Leitura

*Interlocutor;
*intencionalidade do texto;
*aceitabilidade do texto;
*informatividade;
*situacionalidade;
*intertextualidade;
*vozes sociais presentes no texto;
*elementos composicionais do gênero;
*relação de causa e consequência entre as partes e elementos do texto;
*marcas linguísticas: coesão, coerência função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos como aspas, travessão, negrito;
*semântica;
*operadores argumentativos;
*ambiguidade;
*sentido conotativo e denotativo das palavras no texto;
*expressões que denotam ironia e humor no texto.

Escrita

* conteúdo temático;
*interlocutor;
*intencionalidade do texto;
*informatividade;
*situacionalidade;
*intertextualidade;
*vozes sociais presentes no texto;
*elementos composicionais do gênero;

*relação de causa e consequência entre as partes e elementos do texto;
*marcas linguísticas;
*concordância verbal e nominal;
*papel sintático e estilístico dos pronomes na organização, retoma da sequenciação do texto;
*semântica;
*operadores argumentativos;
*ambiguidade;
*significado das palavras;
*sentido conotativo e denotativo;
*expressões que denotam ironia e humor no texto;

Oralidade

*Conteúdo temático;
*finalidade;
*aceitabilidade do texto;
*informatividade;
*papel do locutor e interlocutor;
*elementos extralinguísticos: entonação, expressão facial, corporal e gestual, pausas...
*adequação do discurso ao gênero;
*turnos de fala;
*variações linguísticas;
*marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição;
*elementos semânticos;
*adequação da fala ao contexto;
*diferenças e semelhanças entre o discurso oral e o escrito;

CONTEÚDOS BÁSICOS **8ª SÉRIE**

Gêneros: crônicas, contos, poemas, tiras, charge, resenhas, dossiê, artigo de opinião, anúncio, entrevista,relato, fotos, e-mail.

Leitura

*Conteúdo temático;
*interlocutor;
*finalidade do texto;
*aceitabilidade do texto;
*informatividade;
*situacionalidade;
*intertextualidade;
*temporalidade;
*discurso ideológico presente no texto;
*vozes sociais presentes no texto;
*elementos composicionais do gênero;
*relação de causa e consequência;
*partículas conectivas do texto;
*progressão referencial no texto;
*marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais, pontuação, recursos gráficos;
*semântica.

Escrita

*Conteúdo temático;

*interlocutor;
*intencionalidade do texto;
*informatividade;
*situacionalidade;
*intertextualidade;
*temporalidade;
*vozes sociais presentes no texto;
*elementos composicionais do gênero;
*relação de causa e consequência;
*partículas conectivas do texto;
*progressão referencial no texto;
*marcas linguísticas;
* sintaxe de concordância;
*sintaxe de regência;
* processo de formação de palavras;
*vícios de linguagem;
*semântica.

Oralidade
*Conteúdo temático;
*finalidade;
*aceitabilidade do texto;
*informatividade;
*papel do locutor e interlocutor;
*elementos extralinguísticos;
*adequação do discurso ao gênero;
*turno de fala;
*variações linguísticas;
*marcas linguísticas;
*semântica;
*adequação da fala ao contexto;
*diferenças e semelhanças entre a fala e a escrita.

CONTEÚDOS BÁSICOS **Ensino Médio**

Leitura

*interlocutor;
*finalidade do texto;
*intencionalidade;
*aceitabilidade do texto;
*informatividade;
*situacionalidade;
*intertextualidade;
*temporalidade;
*vozes sociais presentes no texto;
*elementos composicionais do gênero;
*discurso ideológico presente no texto;
*contexto da produção da obra literária;
*marcas linguísticas;
*progressão referencial;
*partículas conectivas do texto;

*relação de causa e consequência;
*semântica;
*operadores argumentativos;
*figuras de linguagem;
*sentido denotativo e conotativo.

Escrita
*conteúdo temático;
*interlocutor;
*finalidade do texto;
*intencionalidade;
*informatividade;
*situacionalidade;
*intertextualidade;
*temporalidade;
* referência textual;
*vozes sociais presentes no texto;
*ideologia presente no texto;
*elementos composicionais do gênero;
*semântica;
*marcas linguísticas;
*vícios de linguagem;
*sintaxe de concordância;
*sintaxe de regência.

Oralidade
*finalidade;
*intencionalidade;
*aceitabilidade do texto;

Arte literária e as outras artes;
História e literatura;
Os gêneros literários e os elementos/ recursos que o compõem;
Periodização e estilo de época da literatura brasileira: Quinhentismo brasileiro (literatura de informação), Barroco, Arcadismo, Romantismo, Realismo e Naturalismo, Parnasianismo, Simbolismo, vanguarda europeia, Pré- Modernismo, Modernismo, Pós-Modernismo.
Os períodos literários e a relação com o período histórico, as artes e o cotidiano.

Através da Lei nº 10.639/03 dá-se a inserção dos conteúdos relacionados à Cultura afro-brasileira, que vem refletir sobre a diversidade cultural e racial, ressaltando os valores numa perspectiva multicultural. E por meio da Lei nº11.645/03/08 a integração da cultura indígena.
Por meio de atividades que envolvam o conteúdo através de oralidade, leitura e escrita.
* leitura, análise escrita e discussão sobre um poema, notícia, conto, texto de opinião, etc.
* produção escrita: poema, texto de opinião, memórias, conto, história em quadrinhos;
* confecção de cartaz, mural, mini-livro, etc.;
* cantar e debater a letra de uma música.

1.3. METODOLOGIA DA DISCIPLINA

Na sala de aula e nos outros espaços de encontro com os alunos, os professores de Língua Portuguesa e Literatura têm o papel de promover o amadurecimento do domínio discursivo da oralidade, da leitura e da escrita, para que os estudantes compreendam e possam interferir nas relações de poder com seus próprios pontos de vista. Esse domínio das práticas discursivas possibilitará que o aluno modifique, aprimore, re-elabore sua visão de mundo e tenha voz na sociedade.

Isso significa a compreensão crítica, pelos alunos, das cristalizações de verdade na língua: o rótulo de erro atribuído às variantes que diferem da norma padrão; a excessiva formatação em detrimento da originalidade; a irracionalidade atribuída aos discursos, dependendo do local de onde são enunciados e, da mesma forma, o atributo de verdade dado aos discursos que emanam dos locais de poder político, econômico ou acadêmico. Entender criticamente essas cristalizações possibilitará aos educandos, a compreensão do poder configurado pelas diferentes práticas discursivo-sociais que se concretizam em todas as instâncias das relações humanas.

Além disso, o aprimoramento linguístico possibilitará ao aluno a leitura dos textos que circulam socialmente, identificando neles o não-dito, o pressuposto, instrumentalizando-o para assumir-se como sujeito cuja palavra manifesta, no contexto de seu momento histórico e das interações aí realizadas, autonomia e singularidade discursiva.

Prática da oralidade

No dia a dia da maioria das pessoas, a fala é a prática discursiva mais utilizada. Nesse sentido, as atividades orais precisam oferecer condições ao aluno de falar com fluência em situações formais; adequar a linguagem conforme as circunstâncias (interlocutores, assunto, intenções); aproveitar os imensos recursos expressivos da língua e, principalmente, praticar e aprender a convivência democrática que supõe o falar e o ouvir. Ao contrário do que se julga, a prática oral realiza-se por meio de operações linguísticas complexas, relacionadas a recursos expressivos como a entonação.

Prática da escrita

O exercício da escrita deve levar em conta a relação entre o uso e o aprendizado da língua, sob a premissa de que o texto é um elo de interação social e os gêneros discursivos são construções coletivas. Assim, entende-se o texto como uma forma de atuar, de agir no mundo. Escreve-se e fala-se para convencer, vender, negar, instruir, etc.

Prática da leitura

A leitura deve ser vista como um ato dialógico, interlocutivo. O leitor, nesse contexto, tem um papel ativo no processo da leitura, e para se efetivar como co-produtor, procura pistas formais, formula e reformula hipóteses, aceita ou rejeita conclusões, usa estratégias baseadas no seu conhecimento lingüístico, nas suas experiências e na sua vivência sócio-cultural.

Literatura

Partindo dos pressupostos teóricos apresentados na Estética da Recepção e na Teoria do Efeito, as professoras Maria da Glória Bordini e Vera Teixeira de Aguiar elaboraram o Método Recepcional, o qual é sugerido pelas DCEs de Língua Portuguesa como encaminhamento metodológico para o trabalho com a Literatura.

Análise Lingüística

É uma prática didática complementar às práticas de leitura, oralidade e escrita, faz parte do letramento escolar, visto que possibilita a reflexão consciente sobre fenômenos gramaticais e textual-discursivos que perpassam os usos linguísticos.

Essa prática abre espaço pra as atividades de reflexão dos recursos linguísticos e seus efeitos de sentido nos textos. É importante ressaltar que, segundo Antunes (2007, p. 130) o texto é a única forma de se usar a língua. “A gramática é constitutiva do texto,o texto é constitutivo da atividade de linguagem. Tudo o que nos deve interessar no estudo da língua culmina com a exploração das atividades textuais e discursivas”.

Assim, faz-se necessário deter-se um pouco nas diferentes formas de entender as estruturas de uma língua e, consequentemente, as gramáticas que procuram sistematizá-la.

Através de atividades envolvendo oralidade, leitura e escrita, o professor diversifica a aula ampliando a visão de mundo do aluno. Para isso, faz-se necessário contar com recursos diversos que possam apresentar o conteúdo atendendo às especificidades da turma. Atualmente a tecnologia vem invadindo todos os meios sociais e faz parte da vida do aluno. A escola pode contar com recursos que estão disponíveis como a internet, a TV , o pendrive e o laboratório Paraná Digital.

1.4. AVALIAÇÃO

A avaliação em Língua Portuguesa e Literatura deve ser um processo de aprendizagem contínuo e que dê prioridade à qualidade e ao desempenho do aluno ao longo do ano letivo e levar em conta a prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais.

A avaliação formativa considera que os alunos possuem ritmos e processos de aprendizagem diferentes e, por ser contínua e diagnóstica, aponta dificuldades, possibilitando que a intervenção pedagógica aconteça a todo tempo. Informa ao professor e ao aluno acerca do ponto em que se encontram e contribui com a busca de estratégias para que os alunos aprendam e participem mais das aulas.

Oralidade

Será avaliada em função da adequação do discurso/texto aos diferentes interlocutores e situações. O professor verificará a participação do aluno nos diálogos, relatos e discussões, a clareza que ele mostra ao expor suas ideias, a fluência da sua fala, a argumentação que apresenta ao defender seus pontos de vista. O aluno também deve se posicionar como avaliador de textos orais com os quais convive, e de suas próprias falas, formais ou informais, tendo em vista o resultado esperado.

Leitura

Serão avaliadas as estratégias que os estudantes empregam para a compreensão do texto lido, o sentido construído, as relações dialógicas entre textos, relações de causa e consequência entre as partes do texto, o reconhecimento de posicionamentos ideológicos no texto, a identificação de ironia e humor em textos variados, a localização das informações tanto explícitas quanto implícitas, o argumento principal, entre outros.

Escrita

É preciso ver o texto do aluno como uma fase de processo de produção, nunca como produto final. O que determina a adequação do texto escrito são as circunstâncias de sua produção e o resultado dessa ação. É a partir daí que o texto escrito será avaliado nos seus aspectos discursivo-textuais, verificando: a adequação à proposta e ao gênero

solicitado, se a linguagem está de acordo com o contexto exigido, a elaboração de argumentos consistentes, a coesão e coerência textual, a organização dos parágrafos.

Análise Lingüística

Os elementos linguísticos usados nos diferentes gêneros precisam ser avaliados sob uma prática reflexiva e contextualizada que lhes possibilitem compreender essas elementos no interior do texto. Dessa forma, o professor poderá avaliar, por exemplo, o uso da linguagem formal e informal, a ampliação lexical, a percepção dos efeitos de sentidos causados pelo uso de recursos linguísticos e estilísticos, as relações estabelecidas pelo uso de operadores argumentativos e modalizadores, bem como as relações semânticas entre as partes do texto.

1.5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PARANÁ. Diretrizes Curriculares de Língua Portuguesa para os anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação e Superintendência da Educação, 2008. PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação e Superintendência de Educação Departamento do Ensino Fundamental. Curitiba: SEED-Pr.2006.

PROJETO Araribá: Português.Moderna; São Paulo: 2006 .

2. DISCIPLINA: LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA: INGLÊS

2.1. APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

O cenário do ensino de Línguas Estrangeiras no Brasil e a estrutura do currículo escolar sofreram constantes mudanças em decorrência da organização social, política e econômica ao longo da história.

Desde o início da colonização do território, que hoje corresponde ao litoral brasileiro, houve a preocupação do Estado português em facilitar o processo de dominação e expandir o catolicismo. Naquele contexto, coube aos jesuítas a responsabilidade de evangelizar e de ensinar o latim aos povos que habitavam o território, como exemplo de língua culta. Mas as reduções jesuíticas acabaram apresentando em sua estrutura organizacional um refúgio para os povos indígenas, em virtude da desumanidade e exploração desses povos pelos colonizadores. Esse foi um dos fatores que contribuiu para a expulsão dos padres jesuítas dos territórios portugueses na América.

Em 1759 o ministro Marquês de Pombal instituiu o sistema régio no Brasil, por meio do qual cabia ao Estado a responsabilidade de contratar professores não-religiosos. As línguas que continuaram a integrar o currículo eram o Grego e o Latim; por meio dessas línguas clássicas ensinavam-se o vernáculo, a História e a Geografia.

Com o objetivo de melhorar a instrução pública e de atender às demandas advindas da abertura dos portos ao comércio, D. João VI, em 1809, assinou o decreto de 22 de junho para criar as cadeiras de Inglês e Francês. A partir daí, o ensino das línguas modernas começou a ser valorizado.

A abordagem pedagógica tradicional de raízes européias, também chamada de gramática- tradução, adotada desde a educação jesuítica com o ensino dos idiomas clássicos – Grego e Latim - , prevaleceu no ensino das línguas modernas. Nessa abordagem a língua era concebida como um conjunto de regras e privilegiava a escrita, sob o pressuposto de que o aluno, ao estudar gramática, teria melhor desempenho tanto na fala quanto na escrita. Essa metodologia vigorou até o princípio do século XX e tinha como objetivos permitir o acesso a textos literários e possibilitar o domínio da gramática normativa.

Com a publicação de Cours de *linguistique générale* de Ferdinand Saussure (1857 – 1913), na Europa, em 1916, os estudos da linguagem assumiram um caráter científico. Os estudos de Saussure forneceram elementos para a definição do objeto de estudo específico da linguística: a língua. Tais estudos fundamentaram o estruturalismo, uma das principais correntes da linguística moderna.

A partir de meados da década de 1910 até a década seguinte, o ideal do nacionalismo passava a ter uma ampla abrangência envolvendo pessoas e instituições de natureza e posições ideológicas diversas. A concepção nacionalista se expressava pela busca de novos padrões culturais e, consequentemente, voltava-se para o campo educacional com vistas, não somente à escolarização, mas à solidificação desse ideal nas futuras gerações. Essa onda nacionalista estendeu-se durante o primeiro governo de Getulio Vargas e foi intensificada a partir do golpe de Estado, em 1937.

Com a Reforma de 1931, intitulada Francisco Campos, pela primeira vez estabelece-se um método oficial de ensino da Língua Estrangeira: o Método Direto. Esse método surgiu na Europa, no final do século XIX e início do século XX, em contraposição ao Tradicional, de modo a atender aos novos anseios sociais impulsionados pela necessidade do ensino das habilidades orais, visando a comunicação na língua alvo. No

método anterior privilegiava-se somente a escrita, visto que a língua não era ensinada como instrumento de comunicação.

Destaca-se que a Segunda Guerra Mundial havia iniciado em 1939, quando o Brasil se posicionou contra a Alemanha no conflito. Neste período, o Ministério da Educação e Saúde privilegiou nos currículos oficiais os conteúdos que favoreciam a valorização da História do Brasil e de seus heróis, e contribuíram para a apropriação da Língua Portuguesa por todos os brasileiros.

A solidificação dos ideais nacionalistas apareceu com muita evidência na Reforma Capanema, em 1942, ao atribuir ao ensino secundário um caráter patriótico por excelência. Com esse propósito, o currículo oficial buscava atrelar todos os conteúdos ao nacionalismo.

Naquela conjuntura, o prestígio das línguas estrangeiras foi mantido no ginásio. O Francês se apresentava ainda com uma ligeira vantagem sobre o Inglês, e o Espanhol foi introduzido como matéria obrigatória alternativa ao ensino do Alemão. Além disso, o Latim permaneceu como língua clássica.

Comprometido com os ideais nacionalistas, o MEC preconizava que a disciplina de Língua Estrangeira deveria contribuir tanto para a formação do aprendiz quanto para o acesso ao conhecimento e à reflexão sobre as civilizações estrangeiras e tradições de outros povos. Isso explica porque o Espanhol passou a ser permitido oficialmente para compor o currículo do curso secundário, uma vez que a presença de imigrantes da Espanha era restrita no Brasil. Mesmo com a valorização do Espanhol no ensino secundário, destaca-se que o ensino de Inglês teve espaço garantido nos currículos oficiais por ser o idioma mais usado nas transações comerciais, enquanto o Francês era mantido pela sua tradição curricular.

A dependência econômica do Brasil em relação aos Estados Unidos se acentuou durante e após a Segunda Guerra Mundial. Com isso, intensificou-se a necessidade de aprender Inglês. Na década de 1940, os professores universitários, militares, cientistas, artistas, imbuídos por missões norte-americanas, vieram para o Brasil e, com eles, a produção cultural daquele país. Assim, falar Inglês passou a ser um anseio das populações urbanas, de modo que o ensino dessa língua ganhou cada vez mais espaço no currículo, no lugar do ensino de Francês.

Desde a década de 1950, o sistema educacional brasileiro se viu responsável pela formação de seus alunos para o mundo do trabalho. Diante das exigências do mercado, o ensino das humanidades foi substituído, paulatinamente, por um currículo cada vez mais técnico, o que fez diminuir a carga horária das Línguas Estrangeiras.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 4024, promulgada em 1941, criou os Conselhos Estaduais de Educação. Cabia-lhes decidir acerca da inclusão ou não da Língua Estrangeira nos currículos. Essa mesma lei determinou a retirada da obrigatoriedade do ensino de Língua Estrangeira nos colegial e instituiu o ensino profissionalizante, compulsório, em substituição aos cursos Clássico e Científico. Ainda assim, identificou-se a valorização da Língua Inglesa devido às demandas de mercado de trabalho que, então, se expandiam no período.

Nos anos de 1950, porém, com o desenvolvimento da ciência linguística e o crescente interesse pela aprendizagem de línguas, surgiram mudanças significativas quanto às abordagens e métodos de ensino. Os linguistas estruturalistas da época, Leonardo Bloomfield (1887-1949), Charles Fries (1854-1940) e Robert Lado (1915-1995), dentre outros, apoiavam-se na psicologia da Escola Behaviorista de Pavlov e Skinner.

O princípio do behaviorismo defende que só é possível teorizar e agir sobre o que é cientificamente observável. Pautado nesta concepção e oriundos de uma visão estruturalista, tais linguistas sistematizaram, em 1942, os Métodos Audiovisual e Áudio-Oral, surgidos nos Estados Unidos por ocasião da Segunda Guerra Mundial, quando era

preciso formar rapidamente pessoas que falassem outras línguas. O Método Áudio-Oral tinha como pressuposto que todo ser humano seria capaz de falar uma segunda língua fluentemente, desde que fosse submetido a uma constante repetição de modelos. Por sua vez, o Método Audiovisual apresentava um pequeno avanço relação ao Áudio-Oral, porque não usava sentenças isoladas, mas sim diálogos contextualizados. Iniciou-se, nesse momento, uma fase do ensino de Língua Estrangeira mais sofisticada quanto aos recursos didáticos.

A partir da década de 1960, quando o Método Áudio-Oral se expandia não apenas no Brasil, mas também na Europa e Estados Unidos, a concepção estruturalista da língua enfraqueceu-se diante dos novos estudos científicos.

Com base na psicologia cognitiva – que estuda os processos de aprendizagem e de aquisição de conhecimentos – a validade da teoria behaviorista passou a ser questionada. No campo da linguística, surgiu o modelo de descrição linguística postulado por Chomsky (1965) – a Gramática Gerativa Transformacional – que reestruturou a visão da língua e de sua aquisição. Para esse estudioso, por ser dinâmica e criativa, a língua não poderia ser reduzida a um conjunto de enunciados a serem memorizados e repetidos de forma automatizada em qualquer situação.

Apesar de revolucionário, este modelo de descrição lingüística demorou a encontrar um caminho que respondesse ao descontentamento em relação ao audiolingualismo, pois nele permanecia a abordagem formal dos fatos linguísticos. Somente mais tarde, com Widdowson, Halliday e Hymes, que se contrapunham às ideias de Chomsky, ocorreu uma contribuição real para as mudanças que ocorreram nas décadas de 70 e 80.

Chomsky retomou a discussão entre língua a fala e propôs a teoria inatista de aquisição da linguagem, a qual postula que o ser humano nasce com determinadas capacidades que serão desenvolvidas com o tempo; que a língua é concebida como parte do sujeito, que nasce com um sistema linguístico internalizado. Trata-se de uma contraposição ao conceito de Saussure, para quem uma língua é sistemática, objetiva e homogênea, é um conjunto de signos ordenados, dos quais se poderiam abstrais sentidos. Portanto, numa visão de caráter estruturalista, a língua é entendida como uma estrutura que faz intermediação entre o indivíduo e o mundo, ou seja, ela é um elemento de ligação entre os dois (KRAUSE-LEMKE, 2004).

Tais teorias de aquisição da linguagem trouxeram grandes influências ao ensino de Língua Estrangeira, pois se passou a permitir o uso da língua materna com o intuito de verificar a compreensão dos conceitos.

Na década de 1970, em oposição ao modelo inatista de aquisição de linguagem, teve início, no Brasil, a discussão das teorias de Piaget sobre a abordagem cognitiva e construtivista. Nessa abordagem, a aquisição da língua é entendida como resultado de interação entre o organismo e o ambiente, em assimilações e acomodações responsáveis pelo desenvolvimento da inteligência.

No mesmo período, como alternativa ao cognitivismo piagetiano e face às questões postas pelo conceito de inatismo postulado por Chomsky, educadores brasileiros passaram a estudar a concepção de Vygostzky (1896-1934), no campo da aquisição da linguagem. Para esse psicólogo, o desenvolvimento da linguagem ocorre em duas instâncias, primeiramente externa ao indivíduo e depois interna. A primeira acontece nas trocas sociais, e a segunda num processo mental, no qual as trocas sociais exercem um movimento de interiorização.

Com a Lei nº 5692/71 e sob a égide de um suposto nacionalismo, o governo militar desobrigou a inclusão de línguas estrangeiras nos currículos de primeiro e segundo graus, sob o argumento de que a escola não deveria se prestar a ser a porta de entrada

de mecanismos de impregnação cultural estrangeira. Assim, evitar-se-ia o aumento da dominação ideológica de outras sociedades e do colonialismo cultural no país.

Predominantemente, na década de 1970, o pensamento nacionalista do regime militar tornava o ensino de línguas estrangeiras um instrumento a mais das classes favorecidas para manter privilégios, já que a grande maioria dos alunos da escola não tinha acesso a esse conhecimento.

Em 1976, o ensino de Língua Estrangeira voltou a ser valorizado, quando a disciplina tornou-se novamente obrigatória somente no segundo grau. Entretanto, não perdeu o caráter de recomendação para o primeiro grau, desde que a escola tivesse condições de oferecê-la. De acordo com o Parecer nº 581/76 do Conselho Federal, a Língua Estrangeira seria ensinada por acréscimo, conforme as condições de cada estabelecimento. Isso fez muitas escolas suprimirem a Língua Estrangeira no segundo grau ou reduzirem seu ensino para uma hora semanal, por apenas um ano, com um único idioma.

O grande interesse despertado pelos métodos audiolinguais, fundamentados na linguística estrutural e no behaviorismo de Skinner, imperava nesse contexto, de modo que o ensino de Inglês tornou-se hegemônico sob a finalidade estritamente instrumental. Nessa perspectiva, deixava-se de ensinar língua e civilização estrangeiras para ensinar apenas a língua como recurso instrumental.

Em meados de 1980, a redemocratização do país era o cenário propício para que os professores, organizados em associações, liderassem um amplo movimento pelo retorno da pluralidade de oferta de Língua Estrangeira nas escolas públicas. No Paraná, em decorrência de tais mobilizações, a Secretaria de Estado da Educação criou, oficialmente, os Centros de Línguas Estrangeiras Modernas (CELEM), em 15 de agosto de 1986, como forma de valorizar o plurilinguismo e a diversidade étnica que marca a história paranaense. Tal oferta tem sido preservada pela SEED há mais de vinte anos.

Nesse contexto histórico, A Abordagem Comunicativa, método de ensino desenvolvido na Europa desde os anos de 1970, começou a ser discutida no Brasil. Em tal abordagem, a língua é concebida como instrumento de comunicação ou de interação social, concentrada nos aspectos semânticos, e não mais no código linguístico; o professor deixa de ser o centro do ensino e passa à condição de mediador do processo pedagógico. Do aluno, é esperado que desempenhe o papel de sujeito de sua aprendizagem. De acordo com essa concepção, as atividades pedagógicas devem priorizar a comunicação, por meio de jogos, dramatizações, etc. O erro integra o processo de ensino e aprendizagem, entendido como um estágio provisório de interlíngua, por meio do qual os alunos podem testar as possibilidades de uso da língua.

Após uma década de vigência no Brasil, principalmente a partir de 1990, a abordagem comunicativa passou a ser criticada por intelectuais adeptos da pedagogia crítica. Tal pedagogia tornou-se fecundo campo de debate e produção de estudos, com o retorno dos primeiros intelectuais ao Brasil devido à anistia, iniciando-se em novembro de 1979 e finalizando-se em 1985, com a legislação da nova constituição.

Além dos estudos realizados no exílio, muitos desses intelectuais foram inspirados pelas ideias de Paulo Freire. Nessa conjuntura, os linguistas começaram “a se referir à história, poder, ideologia, política, classe social, consciência crítica, emancipação, nas discussões acerca da linguagem”, conforme apontado por Cox e Assis-Peterson (2001,p.14-15).

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394 determinou a oferta obrigatória de pelo menos uma língua estrangeira moderna no Ensino Fundamental, a partir da quinta série, e a escolha do idioma foi atribuída à comunidade escolar, conforme suas possibilidades de atendimento (Art. 26 § 5º).

Para o Ensino Médio, a lei determinou que fosse incluída uma Língua Estrangeira Moderna como disciplina obrigatória, escolhida pela comunidade escolar, e uma segunda, em caráter optativo, dentro das disponibilidades da instituição,(Art. 36, inciso III).

Em 1998, como desdobramento da LDB/96, o MEC publicou os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de Língua Estrangeira (PCN), pautados numa concepção de língua como prática social fundamentada na abordagem comunicativa. No entanto, tal documento recomendou um trabalho pedagógico com ênfase na prática de leitura em detrimento das demais práticas — oralidade e escrita.

Em 1999, o MEC publicou os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Estrangeira para o Ensino Médio, cuja ênfase está no ensino da comunicação oral e escrita, para atender as demandas relativas à formação pessoal, acadêmica e profissional. Esta diferença entre as concepções de língua observadas nos dois níveis de ensino influencia os resultados da aprendizagem desta disciplina na Educação Básica.

Em contraposição a isso, linguistas aplicados têm estudado e pesquisado novos referenciais teóricos que atendam às demandas da sociedade brasileira e contribuam para uma consciência crítica da aprendizagem, mais especificamente da língua estrangeira. Muitos desses trabalhos analisam a função da Língua Estrangeira com vistas a um ensino que contribua para reduzir desigualdades sociais e desvelar as relações de poder que as apoiam. Tais estudos e pesquisas têm orientado as propostas mais recentes para o Ensino da Língua Estrangeira no contexto educacional brasileiro e servem de subsídios para as Diretrizes Curriculares de Língua Estrangeira Moderna no Estado do Paraná e fundamentam a presente Proposta Pedagógica Curricular.

A partir dessas reflexões e de suas implicações no ensino da Língua Estrangeira Moderna, serão apresentados alguns dos fundamentos teórico-metodológicos que referenciam as Diretrizes de Língua Estrangeira Moderna e os princípios que orientam essa escolha:

- O atendimento às necessidades da sociedade contemporânea brasileira e a garantia de equidade no tratamento da disciplina de Língua Estrangeira Moderna em relação às demais obrigatórias no currículo;
- O resgate da função social e educacional do ensino de Língua Estrangeira no currículo da Educação Básica;
- O respeito à diversidade (cultural, identitária, linguística), pautado no ensino de línguas que não prioriza a manutenção da hegemonia cultural.

Partindo desses princípios, a pedagogia crítica é o referencial teórico que sustenta o documento de Diretrizes Curriculares e consequentemente essa Proposta Pedagógica, por ser esta a tônica de uma abordagem que valoriza a escola como espaço social democrático, responsável pela apropriação crítica e histórica do conhecimento como instrumento de compreensão das relações sociais e para a transformação da realidade.

Ancorada nos pressupostos da pedagogia crítica, entende-se que a escolarização tem o compromisso de prover aos alunos meios necessários para que não apenas assimilem o saber como resultado, mas aprendam o processo de sua produção, bem como as tendências de sua transformação. Assim, integradas à área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, as Línguas Estrangeiras assumem a condição de serem parte indissolúvel do conjunto de conhecimentos essenciais que permitem ao estudante aproximar-se de várias culturas e, consequentemente, propiciam sua integração num mundo globalizado. Deixa de ter sentido o ensino de línguas que objetiva apenas o conhecimento metalinguístico e o domínio consciente de regras gramaticais que permitem, quando muito, alcançar resultados puramente medianos em exames escritos. Esse tipo de ensino, que acaba por tornar-se uma simples repetição, ano após ano, dos mesmos conteúdos, cede lugar, na perspectiva atual, a uma modalidade em diferentes

situações da vida cotidiana. É fundamental que os professores reconheçam a importância da relação entre língua e pedagogia crítica neste atual contexto global educativo, pedagógico, discursivo, na medida em que as questões do uso da língua, do diálogo, da comunicação, da cultura, do poder, e as questões da política e da pedagogia não se separam.

A proposta adotada nas Diretrizes de Língua Estrangeira Moderna se baseia na corrente sociológica e nas teorias do Círculo de Bakhtin, que concebem a língua como discurso. Busca-se, dessa forma, estabelecer objetivos de ensino para essa disciplina e resgatar sua função social e educacional na Educação Básica.

Segundo Bakhtin (1988), toda enunciação envolve a presença de pelo menos duas vozes, a voz do eu e do outro. Para esse filósofo, não há discurso individual, no sentido de que todo discurso se constrói no processo de interação e em função de outro. E é no espaço discursivo criado na relação entre o eu e o outro que os sujeitos se constituem socialmente. É no engajamento discursivo com o outro que damos forma ao que dizemos e ao que somos. Daí a Língua Estrangeira apresentar-se como espaço para ampliar o contato com outras formas de conhecer, com outros procedimentos interpretativos de construção da realidade.

Todo discurso está vinculado à história e ao mundo social. Dessa forma, os sujeitos estão expostos e atuam no mundo por meio do discurso e são afetados por ele.

No ensino de Língua Estrangeira, a língua, objeto de estudo dessa disciplina, contempla as relações com a cultura, o sujeito e a identidade. Torna-se fundamental que os professores compreendam o que se pretende com o ensino de Língua Estrangeira na Educação Básica, ou seja, ensinar e aprender línguas é também ensinar e aprende percepções de mundo e maneiras de atribuir sentidos, é formar subjetividades, é permitir que se reconheça no uso da língua os diferentes propósitos comunicativos, independentemente do grau de proficiência atingido. Objetiva-se que os alunos analisem as questões sociais-políticas-econômicas da nova ordem mundial, suas implicações e que desenvolvam uma consciência crítica a respeito do papel das línguas na sociedade.

Nesta Proposta Pedagógica, o ensino de Língua Estrangeira Moderna propõe superar os fins utilitaristas, pragmáticos ou instrumentais que historicamente têm marcado o ensino dessa disciplina.

Desta forma, espera-se que o aluno:

- Use a língua em situações de comunicação oral e escrita;
- Vivencie, na aula de Língua Estrangeira, as formas de participação que lhe possibilitem estabelecer relações entre ações individuais e coletivas;
- Compreenda que os significados são sociais e historicamente construídos e, portanto, passíveis de transformação na prática social;
- Tenha maior consciência sobre o papel das línguas na sociedade;
- Reconheça e compreenda a diversidade linguística e cultural, bem como seus benefícios para o desenvolvimento cultural do país.

Um dos objetivos da disciplina de Língua Estrangeira Moderna é que os envolvidos no processo pedagógico façam uso da língua que estão aprendendo em situações significativas, relevantes, isto é, que não se limitem ao exercício de uma mera prática de formas linguísticas descontextualizadas. Trata-se da inclusão social do aluno numa sociedade reconhecidamente diversa e complexa através do comprometimento mútuo. A partir do confronto com a cultura do outro, torna-se capaz de delinear um contorno para a própria identidade. Assim atuará sobre os sentidos possíveis e reconstituirá sua identidade como agente social.

2.2. CONTEÚDO ESTRUTURANTE / CONTEÚDOS BÁSICOS

Os conhecimentos que identificam e organizam os campos de estudos escolares de Línguas Estrangeiras são considerados basilares para a compreensão do objeto de estudo dessa disciplina. Esses saberes são concebidos como Conteúdos Estruturantes, a partir dos quais se abordam os conteúdos específicos no trabalho pedagógico. Os Conteúdos Estruturantes se constituem através da história, são legitimados socialmente e, por isso, são provisórios e processuais.

O Conteúdo Estruturante está relacionado com o momento histórico-social. Ao tomar a língua como interação verbal, como espaço de produção de sentidos, buscou-se um conteúdo que atendesse essa perspectiva. Sendo assim, define-se como Conteúdo Estruturante da Língua Estrangeira Moderna o *Discurso como prática social.* A língua será tratada de forma dinâmica, por meio de leitura, de oralidade e de escrita que são as práticas que efetivam o discurso.

Ao contrário de uma concepção de linguagem que centraliza o ensino na gramática tradicional, o discurso tem como foco o trabalho com os enunciados (orais e escritos). O uso da língua efetua-se em forma de enunciados, uma vez que o discurso só existe na forma de enunciados (RODRIGUES,2005). O discurso é produzido por um “eu”, um sujeito que é responsável por aquilo que fala e/ou escreve.

O professor deve levar em conta que o objeto de estudo da Língua Estrangeira Moderna, a língua, pela sua complexidade e riqueza, permite o trabalho em sala de aula com os mais variados textos de diferentes gêneros. Nesta perspectiva, a proposta de construção de significados por meio do engajamento discursivo e não pela mera prática de estruturas linguísticas estará contemplada. O professor deve ainda considerar a diversidade de gêneros existentes e a especificidade do tratamento da Língua Estrangeira na prática pedagógica, a fim de estabelecer critérios para definir os conteúdos específicos para o ensino.

Os conteúdos específicos contemplam diversos gêneros discursivos, além de elementos linguístico-discursivos, tais como: unidades linguísticas que se configuram como as unidades de linguagem, derivadas da posição que o locutor exerce no enunciado; temáticas que se referem ao objeto ou finalidade discursiva, ou seja, ao que pode tornar-se dizível por meio de um gênero; composicionais, compreendidas como a estrutura específica dos textos pertencentes a um gênero (BAKHTIN,1992).

Recomenda-se que seja dada, aos alunos, a oportunidade para participar da escolha das temáticas dos textos, uma vez que um dos objetivos é justamente possibilitar formas de participação que permitam o estabelecimento de relações entre ações individuais e coletivas. Outro ponto a ser destacado é a atenção, no momento da escolha de textos, para que os mesmos não reforcem uma visão monolítica de cultura, muitas vezes abordada de forma estereotipada. Os conteúdos dos textos deve viabilizar os resultados pretendidos nas diferentes séries de acordo com os objetivos específicos propostos no planejamento do professor.

Sob um perspectiva de inclusão social, as Diretrizes Curriculares Estaduais que fundamentam essa proposta de ensino, consideram o cumprimento da Lei n. 10629/03, que inclui no currículo oficial a obrigatoriedade da História e Cultura Afro-Brasileira, bem como da Lei n. 11645/08, que inclui no currículo oficial a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura dos povos Indígenas do Brasil. A disciplina de LEM trabalhará as temáticas dentro dos conteúdos básicos à medida que surgirem oportunidades.

LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA
ENSINO FUNDAMENTAL: 5ª SÉRIE/6o ANO
CONTEÚDO ESTRUTURANTE: DISCURSO COMO PRÁTICA SOCIAL

CONTEÚDOS BÁSICOS	ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA	AVALIAÇÃO
GENEROS DISCURSIVOS E SEUS ELEMENTOS COMPOSICIONAIS. Caberá ao professor a seleção de gêneros, nas diferentes esferas sociais de circulação, de acordo com a Proposta Pedagógica Curricular e com o Plano de Trabalho Docente, adequando o nível de complexidade a cada série. *Vide relação dos gêneros ao final deste documento. LEITURA • Identificação do tema; • Intertextualidade; • Intencionalidade; • Léxico; • Coesão e coerência; • Funções das classes gramaticais no texto; • Elementos semânticos; • Recursos estilísticos (figuras de linguagem); • Marcas linguísticas: particularidades da língua, pontuação; recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito); • Variedade linguística. • Acentuação gráfica; • Ortografia. ESCRITA • Tema do texto; • Interlocutor; • Finalidade do texto; • Intencionalidade do texto; • Intertextualidade; • Condições de produção; • Informatividade (informações necessárias para a coerência do texto);	LEITURA É importante que o professor: • Propicie práticas de leitura de textos de diferentes gêneros; • Considere os conhecimentos prévios dos alunos; • Formule questionamentos que possibilitem inferências sobre o texto; • Encaminhe discussões sobre: tema, intenções, intertextualidade; • Contextualize a produção: suporte/fonte, interlocutores, finalidade, época; • Relacione o tema com o contexto atual; • Oportunize a socialização das ideias dos alunos sobre o texto. ESCRITA É importante que o professor: • Planeje a produção textual a partir da delimitação do tema, do interlocutor, do gênero, da finalidade; • Estimule a ampliação de leituras sobre o tema e o gênero proposto; • Acompanhe a produção do texto; • Encaminhe e acompanhe a re-escrita textual: revisão dos argumentos das ideias, dos elementos que compõe o gênero; • Analise se a produção textual está coerente e coesa, se há continuidade temática, se atende à	LEITURA Espera-se que o aluno: • Identifique o tema; • Realize leitura compreensiva do texto; • Localize informações explícitas no texto; • Amplie seu horizonte de expectativas; • Amplie seu léxico; • Identifique a ideia principal do texto. ESCRITA Espera-se que o aluno: • Expresse as ideias com clareza; • Elabore/re-elabore textos de acordo com o encaminhamento do professor, atendendo: • às situações de produção propostas (gênero, interlocutor, finalidade...); • à continuidade temática; • Diferencie o contexto de uso da linguagem formal e informal; • Use recursos textuais como coesão e coerência, informatividade, etc; • Utilize adequadamente recursos linguísticos como pontuação, uso e função do artigo, pronome, numeral, substantivo, etc. ORALIDADE • Espera-se que o aluno: • Utilize o discurso de acordo com a situação de produção (formal/ informal); • Apresente suas ideias

• Léxico; • Coesão e coerência; • Funções das classes gramaticais no texto; • Elementos semânticos; • Recursos estilísticos (figuras de linguagem); • Marcas linguísticas: particularidades da língua, pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito); • Variedade linguística; • Ortografia; • Acentuação gráfica. ORALIDADE • Elementos extralinguísticos: entonação, pausas, gestos, etc ...; • Adequação do discurso ao gênero; • Turnos de fala; • Variações linguísticas; • Marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição. • Pronúncia.	finalidade, se a linguagem está adequada ao contexto; • Conduza a uma reflexão dos elementos discursivos, textuais, estruturais e normativos. ORALIDADE É importante que o professor: • Organize apresentações de textos produzidos pelos alunos; • Oriente sobre o contexto social de uso do gênero oral selecionado; • Prepare apresentações que explorem as marcas linguísticas típicas da oralidade em seu uso formal e informal; • Selecione discursos de outros para análise dos recursos da oralidade, como cenas de desenhos, etc.	com clareza, coerência, mesmo que na língua materna. • Utilize adequadamente entonação, pausas, gestos, etc.; • Respeite os turnos de fala.

ENSINO FUNDAMENTAL: 6ª SÉRIE/7o ANO
CONTEÚDO ESTRUTURANTE: DISCURSO COMO PRÁTICA SOCIAL

CONTEÚDOS BÁSICOS	ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA	AVALIAÇÃO
GÊNEROS DISCURSIVOS E SEUS ELEMENTOS COMPOSICIONAIS. Caberá ao professor a seleção de gêneros, nas diferentes esferas sociais de circulação, de acordo com a Proposta Pedagógica Curricular e com o Plano de Trabalho Docente, adequando o nível de complexidade a cada série. * Vide relação dos gêneros ao final deste documento. LEITURA • Identificação do tema; • Intertextualidade; • Intencionalidade; • Léxico; • Coesão e coerência; • Funções das classes gramaticais no texto; • Elementos semânticos; • Recursos estilísticos (figuras de linguagem); • Marcas linguísticas: particularidades da língua, pontuação; recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito); • Variedade linguística; • Acentuação gráfica; • Ortografia. ESCRITA • Tema do texto ; • Interlocutor; • Finalidade do texto; • Intencionalidade do texto; • Intertextualidade; • Condições de produção; • Informatividade (informações necessárias para a coerência do texto); • Léxico;	LEITURA É importante que o professor: • Propicie práticas de leitura de textos de diferentes gêneros, ampliando também o léxico; • Considere os conhecimentos prévios dos alunos; • Formule questionamentos que possibilitem inferências sobre o texto; • Encaminhe discussões sobre tema e intenções; • Contextualize a produção: suporte/ fonte, interlocutores, finalidade, época; • Utilize textos verbais diversos que dialoguem com não-verbais, como: gráficos, fotos, imagens, mapas e outros; • Oportunize a socialização das ideias dos alunos sobre o texto. ESCRITA É importante que o professor: • Planeje a produção textual a partir: da delimitação do tema, do interlocutor, do gênero, da finalidade; • Estimule a ampliação de leituras sobre o tema e o gênero propostos; • Acompanhe a produção do texto; • Acompanhe e encaminhe a re-escrita textual: revisão dos argumentos das ideias, dos elementos que compõe o gênero; • Analise se a produção textual está coerente e coesa, se há continuidade temática, se atende à finalidade, se a	LEITURA Espera-se que o aluno: • Realize leitura compreensiva do texto; • Localize informações explícitas; • Amplie seu horizonte de expectativas; • Amplie seu léxico; • Perceba o ambiente em que circula o gênero; • Identifique a ideia principal do texto; • Identifique o tema; • Deduza os sentidos das palavras e/ou expressões a partir do contexto. ESCRITA Espera-se que o aluno: • Expresse suas ideias com clareza; • Elabore textos atendendo: - às situações de produção propostas (gênero, interlocutor, finalidade...); - à continuidade temática; • Diferencie o contexto de uso da linguagem formal e informal; • Use recursos textuais como: coesão e coerência, informatividade, etc; • Utilize adequadamente recursos linguísticos como: pontuação, uso e função do artigo, pronome, substantivo, etc.

• Coesão e coerência; • Funções das classes gramaticais no texto; • Elementos semânticos; • Recursos estilísticos (figuras de linguagem); • Marcas linguísticas: particularidades da língua, pontuação; recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito); • Variedade linguística; • Ortografia; • Acentuação gráfica. ORALIDADE • Elementos extralinguísticos: entonação, pausas, gestos, etc; • Adequação do discurso ao gênero; • Turnos de fala; • Variações linguísticas; • Marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição. • Pronúncia.	linguagem está adequada ao contexto; • Conduza a uma reflexão dos elementos discursivos, textuais, estruturais e normativos. ORALIDADE É importante que o professor: • Organize apresentações de textos produzidos pelos alunos; • Proponha reflexões sobre os argumentos utilizados nas exposições orais dos alunos; • Oriente sobre o contexto social de uso do gênero oral selecionado; • Prepare apresentações que explorem as Marcas linguísticas típicas da oralidade em seu uso formal e informal; • Selecione discursos de outros para análise dos recursos da oralidade, como: cenas de desenhos, etc.	ORALIDADE Espera-se que o aluno: • Utilize o discurso de acordo com a situação de produção (formal/ informal); • Apresente suas ideias com clareza; • Compreenda os argumentos no discurso do outro; • Organize a sequência de sua fala; • Respeite os turnos de fala; • Analise os argumentos apresentados pelos colegas de classe em suas apresentações e/ou nos gêneros orais trabalhados; • Participe ativamente dos diálogos, relatos, discussões, quando necessário em língua materna.

ENSINO FUNDAMENTAL: 7ª SÉRIE/8o ANO
CONTEÚDO ESTRUTURANTE: DISCURSO COMO PRÁTICA SOCIAL

CONTEÚDOS BÁSICOS	ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA	AVALIAÇÃO
GÊNEROS DISCURSIVOS E SEUS ELEMENTOS COMPOSICIONAIS. Caberá ao professor a seleção de gêneros, nas diferentes esferas sociais de circulação, de acordo com a Proposta Pedagógica Curricular e com o Plano de Trabalho Docente, adequando o nível de complexidade a cada série. * Vide relação dos gêneros ao final deste documento. LEITURA • Identificação do tema; • Intertextualidade; • Intencionalidade; • Vozes sociais presentes no texto; • Léxico; • Coesão e coerência; • Funções das classes gramaticais no texto; • Elementos semânticos; • Recursos estilísticos(figuras de linguagem); • Marcas linguísticas: particularidades da língua, pontuação; recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito); • Variedade linguística; • Acentuação gráfica; • Ortografia. ESCRITA • Tema do texto; • Interlocutor; • Finalidade do texto; • Intencionalidade do texto;	LEITURA É importante que o professor: • Propicie práticas de leitura de textos de diferentes gêneros; • Considere os conhecimentos prévios dos alunos; • Formule questionamentos que possibilitem inferências sobre o texto; • Encaminhe discussões e reflexões sobre tema, intenções, intertextualidade, aceitabilidade, informatividade, situacionalidade; • Contextualize a produção: suporte/ fonte, interlocutores, finalidade, época; • Utilize textos não-verbais diversos que dialoguem com não-verbais, como: gráficos, fotos, imagens, mapas e outros; • Relacione o tema com o contexto atual; • Oportunize a socialização das ideias dos alunos sobre o texto; • Instigue a identificação e reflexão das diferenças decorridas do uso de palavras e/ou expressões no sentido conotativo e denotativo, bem como de expressões que denotam ironia e humor. ESCRITA É importante que o professor: • Planeje a produção textual a partir da delimitação do tema, do interlocutor, do gênero, da finalidade;	LEITURA Espera-se que o aluno: • Realize leitura compreensiva do texto; • Localize informações explícitas e implícitas no texto; • Posicione-se argumentativamente; • Amplie seu horizonte de expectativas; • Amplie seu léxico; • Perceba o ambiente no qual circula o gênero; • Identifique a ideia principal do texto; • Analise as intenções do autor; • Identifique o tema; • Reconheça palavras e/ou expressões que denotem ironia e humor no texto; • Compreenda as diferenças decorridas do uso de palavras e/ou expressões no sentido conotativo e denotativo; • Identifique e reflita sobre as vozes sociais presentes no texto. ESCRITA Espera-se que o aluno: • Expresse suas ideias com clareza; • Elabore textos atendendo: - às situações de produção propostas (gênero, interlocutor, finalidade...); - à continuidade temática; • Diferencie o contexto de uso da linguagem formal

• Intertextualidade; • Condições de produção; • Informatividade (informações necessárias para a coerência do texto); • Vozes sociais presentes no texto; • Léxico; • Coesão e coerência; • Funções das classes gramaticais no texto; • Elementos semânticos; • Recursos estilísticos (figuras de linguagem); • Marcas linguísticas: particularidades da língua, pontuação; recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito); • Variedade linguística; • Ortografia; • Acentuação gráfica.	• Estimule a ampliação de leituras sobre o tema e o gênero propostos; • Acompanhe a produção do texto; • Acompanhe e encaminhe a re-escrita textual: revisão dos argumentos das ideias, dos elementos que compõem o gênero (por exemplo: se for uma narrativa de aventura, observar se há o narrador, quem são os personagens, tempo, espaço, se o texto remete a uma aventura, etc.); • Analise se a produção textual está coerente e coesa, se há continuidade temática, se atende à finalidade, se a linguagem está adequada ao contexto; • Estimule o uso de palavras e/ou expressões no sentido conotativo e denotativo, bem como de expressões que denotam ironia e humor; • Conduza a uma reflexão dos elementos discursivos, textuais, estruturais e normativos.	e informal; • Utilize recursos textuais como: coesão e coerência, informatividade, etc; • Utilize adequadamente recursos linguísticos como pontuação, uso e função do artigo, pronome, substantivo, adjetivo, advérbio, etc; • Empregue palavras e/ ou expressões no sentido conotativo e denotativo, bem como de expressões que indicam ironia e humor, em conformidade com o gênero proposto.

ORALIDADE • Elementos extralinguísticos: entonação, pausas, gestos, etc; • Adequação do discurso ao gênero; • Turnos de fala; • Vozes sociais presentes no texto; • Variações linguísticas; • Marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição; • Diferenças e semelhanças entre o discurso oral e o escrito;	ORALIDADE É importante que o professor: • Organize apresentações de textos produzidos pelos alunos levando em consideração a: aceitabilidade, informatividade, situacionalidade e finalidade do texto; • Oriente sobre o contexto social de uso do gênero oral selecionado; • Prepare apresentações que explorem as marcas linguísticas típicas da oralidade em seu uso formal e informal;	ORALIDADE Espera-se que o aluno: • Utilize o discurso de acordo com a situação de produção (formal/ informal); • Apresente ideias com clareza; • Explore a oralidade, em adequação ao gênero proposto; • Compreenda os argumentos no discurso do outro; • Exponha seus argumentos; • Organize a sequência da fala; • Respeite os turnos de fala;

• Adequação da fala ao contexto; • Pronúncia.	• Estimule contação de histórias de diferentes gêneros, utilizando-se dos recursos extralinguísticos, como: entonação, expressões facial, corporal e gestual, pausas e outros; • Selecione discursos de outros para análise dos recursos da oralidade, como: cenas de desenhos, programas infanto-juvenis, entrevistas, reportagem, entre outros.	• Analise os argumentos apresentados pelos colegas em suas apresentações e/ou nos gêneros orais trabalhados; • Participe ativamente de diálogos, relatos, discussões, etc., mesmo que em língua materna; • Utilize conscientemente expressões faciais corporais e gestuais, pausas e entonação nas exposições orais, entre outros elementos extralinguísticos; • Analise recursos da oralidade em cenas de desenhos, programas infanto-juvenis, entrevistas, reportagem, entre outros.

ENSINO FUNDAMENTAL: 8ª SÉRIE/9o ANO
CONTEÚDO ESTRUTURANTE: DISCURSO COMO PRÁTICA SOCIAL

CONTEÚDOS BÁSICOS	ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA	AVALIAÇÃO
GÊNEROS DISCURSIVOS E SEUS ELEMENTOS COMPOSICIONAIS. Caberá ao professor a seleção de gêneros, nas diferentes esferas sociais de circulação, de acordo com a Proposta Pedagógica Curricular e com o Plano de Trabalho Docente, adequando o nível de complexidade a cada série. * Vide relação dos gêneros ao final deste documento. LEITURA • Identificação do tema; • Intertextualidade; • Intencionalidade; • Vozes sociais presentes no texto;	LEITURA É importante que o professor: • Propicie práticas de leitura de textos de diferentes gêneros; • Considere os conhecimentos prévios dos alunos; • Formule questionamentos que possibilitem inferências sobre o texto; • Encaminhe discussões e reflexões sobre: tema, intenções, intertextualidade, aceitabilidade, informatividade, situacionalidade, temporalidade, vozes sociais e ideologia; • Contextualize a produção: suporte/fonte, interlocutores, finalidade, época;	LEITURA Espera-se do aluno: • Realização de leitura compreensiva do texto; • Localização de informações explícitas e implícitas no texto; • Posicionamento argumentativo; • Ampliação do horizonte de expectativas; • Ampliação do léxico; • Percepção do ambiente no qual circula o gênero; • Identificação da ideia principal do texto; • Análise das intenções do autor; • Identificação do tema; • Dedução dos sentidos de palavras e/ou expressões a partir do contexto;

• Léxico;
• Coesão e coerência;
• Funções das classes gramaticais no texto;
• Elementos semânticos;
• Discurso direto e indireto;
• Emprego do sentido denotativo e conotativo no texto;
• Recursos estilísticos (figuras de linguagem);
• Marcas linguísticas: particularidades da língua, pontuação; recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito);
• Variedade linguística.
• Acentuação gráfica;
• Ortografia.

ESCRITA
• Tema do texto ;
• Interlocutor;
• Finalidade do texto;
• Intencionalidade do texto;
• Intertextualidade;
• Condições de produção;
• Informatividade (informações necessárias para a coerência do texto);
• Vozes sociais presentes no texto;
• Discurso direto e indireto;
• Emprego do sentido denotativo e conotativo no texto;
• Léxico;
• Coesão e coerência;
• Funções das classes gramaticais no texto;
• Elementos semânticos;
• Recursos estilísticos(figuras de linguagem);
• Marcas linguísticas: particularidades da língua, pontuação; recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito);
• Variedade linguística;
• Ortografia;

• Utilize textos não-verbais diversos: gráficos, fotos, imagens, mapas e outros;
• Relacione o tema com o contexto atual;
• Oportunize a socialização das ideias dos alunos sobre o texto;
• Instigue o entendimento/reflexão das diferenças decorridas do uso de palavras e/ou expressões no sentido conotativo e denotativo, bem como de expressões que denotam ironia e humor;
• Estimule leituras que suscitem no reconhecimento do estilo, próprio de diferentes gêneros;
• Incentive a percepção dos recursos utilizados para determinar causa e consequência entre as partes e elementos do texto.

ESCRITA
É importante que o professor:
• Planeje a produção textual a partir da delimitação tema, do interlocutor, intenções, intertextualidade, aceitabilidade, informatividade, situacionalidade, temporalidade e ideologia;
• Estimule a ampliação de leituras sobre o tema e o gênero propostos;
• Acompanhe a produção do texto;
• Acompanhe e encaminhe a re-escrita textual: revisão dos argumentos das ideias, dos elementos que compõem o gênero;
• Instigue o uso de palavras e/ou expressões no sentido conotativo e denotativo, bem como de expressões que denotam ironia e humor.

• Compreensão das diferenças decorridas do uso de palavras e/ ou expressões no sentido conotativo e denotativo.

ESCRITA
Espera-se do aluno:
• Expressão de ideias com clareza;
• Elaboração de textos atendendo:
- às situações de produção propostas (gênero, interlocutor, finalidade...);
- à continuidade temática;
• Diferenciação do contexto de uso da linguagem formal e informal;
• Uso de recursos textuais como: coesão e coerência, informatividade, intertextualidade, etc.;
• Utilização adequada de recursos linguísticas como: pontuação, uso e função do artigo, pronome, substantivo, etc.
• Emprego de palavras e/ ou expressões no sentido conotativo e denotativo, bem como de expressões que indicam ironia e humor, em conformidade com o gênero proposto.

• Acentuação gráfica.

ORALIDADE • Elementos extralinguísticos: entonação, pausas, gestos, etc; • Adequação do discurso ao gênero; • Turnos de fala; • Vozes sociais presentes no texto; • Variações linguísticas; • Marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição; • Diferenças e semelhanças entre o discurso oral e o escrito; • Adequação da fala ao contexto; • Pronúncia.	• Conduza a uma reflexão dos elementos discursivos, textuais, estruturais e normativos. ORALIDADE É importante que o professor: • Organize apresentações de textos produzidos pelos alunos levando em consideração a aceitabilidade, informatividade, situacionalidade e finalidade do texto; • Oriente sobre o contexto social de uso do gênero oral selecionado; • Prepare apresentações que explorem as marcas linguísticas típicas da oralidade em seu uso formal e informal; • Estimule contação de histórias de diferentes gêneros, utilizando-se dos recursos extralinguísticos, como: entonação, expressões facial, corporal e gestual, pausas e outros; • Selecione discursos de outros para análise dos recursos da oralidade, como: cenas de desenhos, programas infanto-juvenis, entrevistas, reportagem entre outros.	ORALIDADE Espera-se do aluno: • Utilização do discurso de acordo com a situação de produção (formal/ informal); • Apresentação de ideias com clareza; • Compreensão de argumentos no discurso do outro; • Exposição objetiva de argumentos; • Organização da sequência da fala; • Respeito aos turnos de fala; • Análise dos argumentos apresentados pelos alunos em suas apresentações e/ou nos gêneros orais trabalhados; • Participação ativa em diálogos, relatos, discussões, quando necessário em língua materna; • Análise de recursos da oralidade em cenas de desenhos, programas infanto-juvenis, filmes, etc.

LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA - ENSINO MÉDIO
CONTEÚDO ESTRUTURANTE: DISCURSO COMO PRÁTICA SOCIAL

CONTEÚDOS BÁSICOS	ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA	AVALIAÇÃO
GÊNEROS DISCURSIVOS E SEUS ELEMENTOS COMPOSICIONAIS. Caberá ao professor a seleção de gêneros, nas diferentes esferas sociais de circulação, de acordo com a Proposta Pedagógica Curricular e com o Plano de Trabalho Docente, adequando o nível de complexidade a cada série. * Vide relação dos gêneros ao final deste documento. LEITURA • Identificação do tema; • Intertextualidade; • Intencionalidade; • Vozes sociais presentes no texto; • Léxico; • Coesão e coerência; • Marcadores do discurso; • Funções das classes gramaticais no texto; • Elementos semânticos; • Discurso direto e indireto; • Emprego do sentido denotativo e conotativo no texto; • Recursos estilísticos (figuras de linguagem); • Marcas linguísticas: particularidades da língua, pontuação; recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito); • Variedade linguística.	LEITURA É importante que o professor: • Propicie práticas de leitura de textos de diferentes gêneros; • Considere os conhecimentos prévios dos alunos; • Formule questionamentos que possibilitem inferências sobre o texto; • Encaminhe discussões e reflexões sobre: tema, intenções, intertextualidade, aceitabilidade, informatividade, situacionalidade, temporalidade, vozes sociais e ideologia; • Proporcione análises para estabelecer a referência textual; • Conduza leituras para a compreensão das partículas conectivas; • Contextualize a produção: suporte/ fonte, interlocutores, finalidade, época; • Utilize textos não-verbais diversos: gráficos, fotos, imagens, mapas e outros; • Relacione o tema com o contexto atual; • Oportunize a socialização das ideias dos alunos sobre o texto; • Instigue o entendimento/reflexão das diferenças decorridas do uso de palavras e/ou expressões no sentido conotativo e denotativo, bem como de expressões que denotam ironia e humor;	LEITURA Espera-se do aluno: • Realização de leitura compreensiva do texto; • Localização de informações explícitas e implícitas no texto; • Posicionamento argumentativo; • Ampliação do horizonte de expectativas; • Ampliação do léxico; • Percepção do ambiente no qual circula o gênero; • Identificação da ideia principal do texto; • Análise das intenções do autor; • Identificação do tema; • Dedução dos sentidos de palavras e/ou expressões a partir do contexto; • Compreensão das diferenças decorridas do uso de palavras e/ou expressões no sentido conotativo e denotativo; • Reconhecimento de palavras e/ou expressões que estabelecem a referência textual; ESCRITA Espera-se do aluno: • Expressão de ideias com clareza; • Elaboração de textos atendendo: - às situações de produção propostas (gênero, interlocutor, finalidade...);

• Acentuação gráfica; • Ortografia. ESCRITA • Tema do texto ; • Interlocutor; • Finalidade do texto; • Intencionalidade do texto; • Intertextualidade; • Condições de produção; • Informatividade (informações necessárias para a coerência do texto); • Vozes sociais presentes no texto; • Vozes verbais; • Discurso direto e indireto; • Emprego do sentido denotativo e conotativo no texto; • Léxico; • Coesão e coerência; • Funções das classes gramaticais no texto; • Elementos semânticos; • Recursos estilísticos(figuras de linguagem); • Marcas linguísticas: particularidades da língua, pontuação; recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito); • Variedade linguística; • Ortografia; • Acentuação gráfica.	• Estimule leituras que suscitem no reconhecimento do estilo, próprio de diferentes gêneros; ESCRITA É importante que o professor: • Planeje a produção textual a partir da delimitação tema, do interlocutor, intenções, intertextualidade, aceitabilidade, informatividade, situacionalidade, temporalidade e ideologia ; • Proporcione o uso adequado de palavras e expressões para estabelecer a referência textual; • Conduza à utilização adequada das partículas conectivas; • Estimule a ampliação de leituras sobre o tema e o gênero propostos; • Acompanhe a produção do texto; • Acompanhe e encaminhe a re-escrita textual: revisão dos argumentos das ideias, dos elementos que compõem o gênero.	- à continuidade temática; • Diferenciação do contexto de uso da linguagem formal e informal; • Uso de recursos textuais como: coesão e coerência, informatividade, intertextualidade, etc; • Utilização adequada de recursos linguísticos como: pontuação, uso e função do artigo, pronome, substantivo, etc; • Emprego de palavras e/ ou expressões no sentido conotativo e denotativo, bem como de expressões que indicam ironia e humor, em conformidade com o gênero proposto.

ORALIDADE • Elementos extralinguísticos: entonação, pausas, gestos, etc ...; • Adequação do discurso ao gênero; • Turnos de fala; • Vozes sociais presentes no texto; • Variações linguísticas; • Marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição; • Diferenças e semelhanças entre o discurso oral e o escrito; • Adequação da fala ao contexto; • Pronúncia.	• Instigue o uso de palavras e/ou expressões no sentido conotativo e denotativo, bem como de expressões que denotam ironia e humor; • Estimule produções em diferentes gêneros; • Conduza a uma reflexão dos elementos discursivos, textuais, estruturais e normativos. ORALIDADE É importante que o professor: • Organize apresentações de textos produzidos pelos alunos levando em consideração a: aceitabilidade, informatividade, situacionalidade e finalidade do texto; • Oriente sobre o contexto social de uso do gênero oral selecionado; • Prepare apresentações que explorem as marcas linguísticas típicas da oralidade em seu uso formal e informal; • Estimule contação de histórias de diferentes gêneros, utilizando-se dos recursos extralinguísticos, como: entonação, expressões facial, corporal e gestual, pausas e outros; • Selecione discursos de outros para análise dos recursos da oralidade, como: cenas de desenhos, programas infanto-juvenis, entrevistas, reportagem entre outros.	ORALIDADE Espera-se do aluno: • Pertinência do uso dos elementos discursivos, textuais, estruturais e normativos; • Reconhecimento de palavras e/ ou expressões que estabelecem a referência textual; • Utilização do discurso de acordo com a situação de produção (formal/ informal); • Apresentação de ideias com clareza; • Compreensão de argumentos no discurso do outro; • Exposição objetiva de argumentos; • Organização da sequência da fala; • Respeito aos turnos de fala; • Participação ativa em diálogos, relatos, discussões, quando necessário em língua materna, etc.; • Utilização consciente de expressões faciais corporais e gestuais, de pausas e entonação nas exposições orais, entre outros elementos extralinguísticos.

ESFERAS SOCIAIS DE CIRCULAÇÃO	EXEMPLOS DE GÊNEROS	
COTIDIANA	Adivinhas Álbum de Família Anedotas Bilhetes Cantigas de Roda	Diário Exposição Oral Fotos Músicas Parlendas

	Carta Pessoal	Piadas
	Cartão	Provérbios
	Cartão Postal	Quadrinhas
	Causos	Receitas
	Comunicado	Relatos de Experiências Vividas
	Convites	Trava-Línguas
	Curriculum Vitae	
	Autobiografia	Letras de Músicas
	Biografias	Narrativas de Aventura
	Contos	Narrativas de Enigma
	Contos de Fadas	Narrativas de Ficção Científica
LITERÁRIA/ARTÍSTICA	Contos de Fadas Contemporâneos	Narrativas de Humor
		Narrativas de Terror
	Crônicas de Ficção	Narrativas Fantásticas
	Escultura	Narrativas Míticas
	Fábulas	Paródias
	Fábulas	Pinturas
	Contemporâneas	Poemas
	Haicai	Romances
	Histórias em Quadrinhos	Tankas
	Lendas	Textos Dramáticos
	Literatura de Cordel	
	Memórias	
	Artigos	Relato Histórico
	Conferência	Relatório
CIENTÍFICA	Debate	Resumo
	Palestra	Verbetes
	Pesquisas	
	Ata	Relato Histórico
	Cartazes	Relatório
	Debate Regrado	Relatos de Experiências
	Diálogo/Discussão	Científicas
ESCOLAR	Argumentativa	Resenha
	Exposição Oral	Resumo
	Júri Simulado	Seminário
	Mapas	Texto Argumentativo
	Palestra	Texto de Opinião
	Pesquisas	Verbetes de Enciclopédias
	Agenda Cultural	Fotos
	Anúncio de Emprego	Horóscopo
	Artigo de Opinião	Infográfico
	Caricatura	Manchete
IMPRENSA	Carta ao Leitor	Mapas
	Carta do Leitor	Mesa Redonda
	Cartum	Notícia
	Charge	Reportagens
	Classificados	Resenha Crítica
	Crônica Jornalística	Sinopses de Filmes
	Editorial	Tiras
	Entrevista (oral e escrita)	

ESFERAS SOCIAIS DE CIRCULAÇÃO	EXEMPLOS DE GÊNEROS	
	Anúncio	Músicas
	Caricatura	Paródia
	Cartazes	Placas
PUBLICITÁRIA	Comercial para TV	Publicidade Comercial
	E-mail	Publicidade Institucional
	Folder	Publicidade Oficial
	Fotos	Texto Político
	Slogan	
	Abaixo-Assinado	Debate Regrado
	Assembleia	Discurso Político “de Palanque”
POLÍTICA	Carta de Emprego	Fórum
	Carta de Reclamação	Manifesto
	Carta de Solicitação	Mesa Redonda
	Debate	Panfleto
	Boletim de Ocorrência	Estatutos
	Constituição Brasileira	Leis
	Contrato	Ofício
JURÍDICA	Declaração de Direitos	Procuração
	Depoimentos	Regimentos
	Discurso de Acusação	Regulamentos
	Discurso de Defesa	Requerimentos
	Bulas	Relato Histórico
	Manual Técnico	Relatório
	Placas	Relatos de Experiências Científicas
PRODUÇÃO E CONSUMO		Resenha
		Resumo
		Seminário
		Texto Argumentativo
		Texto de Opinião
		Verbetes de Enciclopédias
	Blog	Reality Show
	Chat	Talk Show
	Desenho Animado	Telejornal
	E-mail	Telenovelas
MIDIÁTICA	Entrevista	Torpedos
	Filmes	Vídeo Clip
	Fotoblog	Vídeo Conferência
	Home Page	

2.3. METODOLOGIA DA DISCIPLINA

O trabalho com a Língua Estrangeira em sala de aula parte do entendimento do papel das línguas nas sociedades como mais do que meros instrumentos de acesso à informação: as línguas estrangeiras são possibilidades de conhecer, expressar e transformar modos de entender o mundo e de construir significados.

A partir do Conteúdo Estruturante *Discurso como prática social,* serão trabalhadas questões linguísticas, sociopragmáticas, culturais e discursivas, bem como as práticas do uso da língua: leitura, oralidade e escrita. O ponto de partida da aula de Língua

Estrangeira Moderna será o texto, verbal e não-verbal, como unidade de linguagem em uso.

O professor deve abordar os vários gêneros textuais, em atividades diversificadas, analisando a função do gênero estudado, sua composição, a distribuição de informações, o grau de informação presente ali, a intertextualidade, os recursos coesivos, a coerência e, somente depois de tudo isso, a gramática em si. Sendo assim, o ensino deixa de priorizar a gramática para trabalhar com o texto, sem, no entanto, abandoná-la.

Cabe lembrar que disponibilizar textos aos alunos não é o bastante. É necessário provocar uma reflexão maior sobre o uso de cada um deles e considerar o contexto de uso e os seus interlocutores. Por isso os gêneros discursivos têm um papel tão importante na escola. É importante que o aluno tenha acesso a textos de várias esferas sociais: publicitária, jornalística, literária, informativa, etc.

A aula de LEM deve ser um espaço em que se desenvolvam atividades significativas, as quais explorem diferentes recursos e fontes, a fim de que o aluno vincule o que é estudado com o que o cerca.

As discussões poderão acontecer em Língua Materna, pois nem todos os alunos dispõem de um léxico suficiente para que o diálogo se realize em Língua Estrangeira. Elas servirão como subsídio para a produção textual em Língua Estrangeira.

Cabe ao professor criar condições para que o aluno não seja um leitor ingênuo, mas que seja crítico, reaja aos textos com os quais se depare e entenda que por trás deles há um sujeito, uma história, uma ideologia e valores particulares e próprios da comunidade em que está inserido.Da mesma forma, o aluno deve ser instigado a buscar respostas e soluções aos seus questionamentos, necessidades e anseios relativos à aprendizagem.

Para que o aluno compreenda a palavra do outro, é preciso que se reconstrua o contexto sócio-histórico e os valores estilísticos e ideológicos que geraram o texto. O maior objetivo da leitura é trazer um conhecimento de mundo que permita ao leitor elaborar um novo modo de ver a realidade. Para que uma leitura em Língua Estrangeira se transforme realmente em situação de interação, é fundamental que o aluno seja subsidiado com conhecimentos linguísticos, sociopragmáticos, culturais e discursivos.

As estratégias específicas da oralidade têm como objetivo expor os alunos a textos orais, pertencentes aos diferentes discursos, lembrando que na abordagem discursiva, a oralidade é muito mais do que o uso funcional da língua, é aprender a expressar idéias em Língua Estrangeira mesmo que com limitações. Vale explicitar que, mesmo oralmente, há uma diversidade de gêneros que qualquer uso da linguagem implica e existe a necessidade de adequação da variedade lingüística para as diferentes situações, tal como ocorre na escrita e em Língua Materna. Também é importante que o aluno se familiarize com os sons específicos da língua que está aprendendo.

Com relação à escrita, não se pode esquecer que ela deve ser vista como uma atividade sociointeracional, ou seja, significativa. É importante que o professor direcione as atividades de produção textual definindo em seu encaminhamento qual o objetivo da produção e para quem se escreve, em situações reais de uso. É preciso que, no contexto escolar, esse alguém seja definido como um sujeito sócio-histórico-ideológico, com quem o aluno vai produzir um diálogo imaginário, fundamental para a construção do seu texto e de sua coerência. Nesse sentido, a produção deve ter sempre um sentido claro.

Nos textos de literatura, as reflexões sobre a ideologia e a construção da realidade fazem parte da construção do conhecimento, sempre parcial, complexo e dinâmico, dependente do contexto e das relações de poder. Assim, ao apresentar textos literários aos alunos, deve-se propor atividades que colaborem para que ele analise os textos e os perceba como prática social de uma sociedade em um determinado contexto sociocultural.

Outro aspecto importante com relação ao ensino de Língua Estrangeira Moderna é que ele será, necessariamente, articulado com as demais disciplinas do currículo para relacionar os vários conhecimentos. Por exemplo: as relações interdisciplinares da Literatura com a História e com a Geografia podem colaborar para o esclarecimento e a compreensão de textos literários.

As atividades serão abordadas a partir de textos e envolverão, simultaneamente, práticas e conhecimentos mencionados, de modo a proporcionar ao aluno condições para assumir uma atitude crítica e transformadora com relação aos discursos apresentados.

Nesta proposta, para cada texto escolhido verbal e/ou não-verbal, o professor poderá trabalhar levando em conta os itens abaixo sugeridos:

- Gênero: explorar o gênero escolhido e suas diferentes aplicabilidades. Cada atividade da sociedade se utiliza de um determinado gênero;
- Aspecto Cultural/Interdiscurso: influência de outras culturas percebidas no texto, o contexto, quem o escreveu, para quem, com que objetivo e quais outras leituras poderão ser feitas a partir do texto apresentado;
- Variedade Linguística: formal ou informal;
- Análise Linguística: será realizada de acordo com a série. Vale ressaltar a diferença entre o ensino de gramática e a prática da análise linguística:

ENSINO DE GRAMÁTICA	PRÁTICA DE ANÁLISE LINGUÍSTICA
Concepção de língua como sistema, estrutura inflexível e invariável.	Concepção de língua como ação interlocutiva situada, sujeita às interferências dos falantes
Unidade privilegiada: a palavra, a frase e o período.	Unidade privilegiada: o texto
Preferência pelos exercícios estruturais, de identificação e classificação de unidades/funções morfossintáticas e correção.	Preferência por questões abertas e atividades de pesquisa, que exigem comparação e reflexão sobre adequação e efeitos de sentidos.

- Atividades:
- Pesquisa: será proposta para o aluno, acerca do assunto abordado. Lembrando aqui, que pesquisa é entendida como uma forma de saber mais sobre o assunto, isso significa que poderá ser realizada não só nos livros ou na internet. Uma conversa com pessoas mais experientes, uma entrevista, também serão consideradas pesquisas.
- Discussão: conversar na sala de aula a respeito do assunto, valorizando as pesquisas feitas pelos alunos. Aprofundar e/ou confrontar informações. Essa atividade poderá ser feita em Língua Materna.
- Produção de texto: o aluno irá produzir um texto na Língua Estrangeira, com a ajuda dos recursos disponíveis na sala de aula e a orientação do professor.

Os conteúdos poderão ser retomados em todas as séries, porém em diferentes graus de profundidade, levando em conta o conhecimento do aluno.

Além do livro didático o professor utilizará outros materiais disponíveis na escola: dicionários, livros paradidáticos, vídeos, DVD, CDs, CD-RM, Internet, TV pendrive. Além desses recursos serão utilizados jogos didáticos, dramatizações de diálogos etc.

2.4. AVALIAÇÃO

Avaliar implica em apreciação e valoração. No entanto, a avaliação escolar está inserida em um amplo processo, o processo de ensino/aprendizagem.

“A avaliação da aprendizagem necessita, para cumprir o seu verdadeiro significado, assumir a função de subsidiar a construção da aprendizagem bem-sucedida. A condição necessária para que isso aconteça é de que a avaliação deixe de ser utilizada como um recurso de autoridade, que decide sobre os destinos do educando, e assuma o papel de auxiliar do crescimento”. Luckesi (1995,p.166).

É importante, neste processo, que o professor organize o ambiente pedagógico, observe a participação dos alunos e considere que o engajamento discursivo na sala de aula se faz pela interação verbal, a partir da escolha de textos consistentes, e de diferentes formas: entre ao alunos e o professor; entre os alunos na turma; na interação com o material didático; nas conversas em Língua Materna e Língua Estrangeira; no próprio uso da língua, que funciona como recurso cognitivo ao promover o desenvolvimento de ideias (Vygotsky, 1989).

Colaboram como ganhos inegáveis ao trabalho docente, a participação dos alunos no decorrer da aprendizagem e da avaliação, a negociação sobre o que seria mais representativo no caminho percorrido e a consciência sobre as etapas vencidas.

Pretende-se formar um leitor ativo, ou seja, capaz de produzir sentidos na leitura dos textos, tais como: inferir, servindo-se dos conhecimentos prévios; levantar hipóteses a respeito da organização textual; perceber a intencionalidade, etc. Não se trata, portanto, de testar conhecimentos linguísticos- discursivos de um texto — gramaticais, de gêneros textuais, entre outros — mas sim, verificar a construção dos significados na interação com os textos e nas produções textuais dos alunos, tendo em vista que vários significados são possíveis e válidos, desde que apropriadamente justificados.

Busca-se em Língua Estrangeira Moderna, superar a concepção de avaliação como mero instrumento de medição da apreensão de conteúdos. A avaliação formativa é o melhor caminho para garantir a evolução de todos os alunos, pois dá ênfase ao aprender. É um dos aspectos do ensino pelo qual o professor estuda e interpreta os dados da aprendizagem, de seu trabalho, com a finalidade de acompanhar e aperfeiçoar o processo da aprendizagem dos alunos, bem como diagnosticar seus resultados e atribuir-lhes valor.

Na Educação Básica, a avaliação de determinada produção em Língua Estrangeira considera o erro como efeito da própria prática, ou seja, como resultado do processo de aquisição de uma nova língua. Considera-se que, nesse processo, o que difere do simples aprender, é o fato de que adquirir uma língua é uma aquisição irreversível. Sendo assim, o erro deve ser visto como fundamental para a produção de conhecimento pelo ser humano, como um passo para que a aprendizagem se efetive e não como um entrave no processo que não é linear, não acontece da mesma forma e ao mesmo tempo para diferentes pessoas.

A avaliação, enquanto relação dialógica, concebe o conhecimento como apropriação do saber pelo aluno e pelo professor, como um processo de ação- reflexão-ação, que se passa na sala de aula através da interação professor/aluno, carregado de significados e de compreensão. Assim, tanto o professor quanto os alunos poderão acompanhar o percurso desenvolvido até então, e identificar dificuldades, planejar e propor outros encaminhamentos que busquem superá-las.

O processo avaliativo não se limita apenas à sala de aula. O projeto curricular, a programação de ensino em sala de aula e seus resultados, estão envolvidos nesse processo. A concepção de avaliação aqui posta está em consonância com a LDB n.9394/96, regimentada por este estabelecimento de ensino e articulada com os objetivos

do Projeto Político Pedagógico e aos conteúdos definidos na Proposta Pedagógica Curricular, a partir das concepções e encaminhamentos metodológicos das Diretrizes Curriculares Estaduais.

São instrumentos de avaliação para a disciplina de LEM: leituras, diálogos (entre aluno/professor; entre os alunos na turma), provas objetivas, dramatizações, trabalhos em grupo, seminários, produção textual, etc. Não há sentido em processos avaliativos que apenas constatam o que o aluno aprendeu ou não aprendeu e o fazem refém dessa constatações, tomadas como sentenças definitivas. Se a proposição curricular visa à formação de sujeitos que se apropriam do conhecimento para compreender as relações humanas em suas contradições e conflitos, então a ação pedagógica que se realiza em sala de aula precisa contribuir para essa formação.

2.5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PARANÁ. Diretrizes Curriculares de Língua Estrangeira Moderna – Inglês para os anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação e Superintendência da Educação, 2008.

3. DISCIPLINA : EDUCAÇÃO FÍSICA

3.1. APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

Historicamente a Disciplina de Educação Física no Brasil sofreu influências de várias áreas: medicina, pedagogia, psicologia, instrução militar entre outros. As primeiras sistematizações sobre as práticas corporais no Brasil são oriundas da Europa e surgiram principalmente pela preocupação com a saúde, a formação moral e hábitos de higiene.
No início do século XX (1929) a Educação Física tornou-se obrigatória nas instituições de ensino para crianças a partir de 6 anos de idade para ambos os sexos. Isso está relacionado com o esforço de construção de uma unidade nacional contribuindo para a forte influência militar nos métodos de ensino da Educação Física nas escolas brasileiras.
O esporte, a partir da década de 1930, começou a popularizar-se, passando a ser um dos principais conteúdos trabalhados nas aulas de Educação Física, incentivado por uma política nacionalista que promoveu as práticas esportivas criando grandes centros esportivos e importando especialistas que dominavam as técnicas de algumas modalidades esportivas.
Nesta época inicia um intenso processo de difusão do esporte na sociedade brasileira e consequentemente nas escolas começa substituindo a instrução militar nas aulas de Educação Física.
Durante o estado novo (1937 a 1945) com a promulgação da nova Constituição, a prática de exercícios físicos se tornou obrigatória em todos os estabelecimentos de ensino. Os investimentos na Educação Física, neste período, visam formar o cidadão obediente, forte saudável e disciplinado que poderiam engrossar as fileiras militares.
As aulas de Educação Física, então, assumiram as normas esportivas de rendimento, competição, comparação de recordes, regulamentação rígida e racionalização dos meios e técnicas. A escola transformou-se num celeiro de atletas, base da pirâmide esportiva.
Com o golpe militar no Brasil, em 1964 o esporte teve maior investimento. Um acordo entre o Ministério de Educação e Cultura – MEC e United States Agency International for Development – USAID (MEC-USAID) permitiu que muitos professores de Educação Física frequentassem, nos Estados Unidos, curso de pós- graduação cujos fundamentos teóricos pautavam-se na prática esportiva e na aptidão física. Havia o interesse em formar atletas que representariam o país em competições nacionais e internacionais.
No mesmo período surgia a corrente pedagógica da psicomotricidade, que criticava duramente a corrente esportivista. Essa nova visão da disciplina não contribui para sua consolidação como disciplina com conhecimentos e conteúdos próprios, pois a psicomotricidade colocou a Educação Física como elemento colaborador para a aprendizagem dos conteúdos de outras disciplinas.
No início da década de 1980, teve início a abertura política e a redemocratização social, culminando com o fim da ditadura Militar. O sistema educacional brasileiro foi reformulado. Houve um movimento de renovação do pensamento pedagógico da Educação Física surgindo novas proposições e interrogações acerca da disciplina como campo de conhecimento escolar, dirigindo críticas aos paradigmas da aptidão física e da esportivização.
Entre as correntes ou tendências progressistas, destacaram-se as seguintes abordagens:
- *Desenvolvimentista:* defende a ideia de que o movimento é o principal meio e fim da Educação Física. Constitui o ensino de habilidades motoras de acordo com uma sequência de desenvolvimento. Sua base teórica é, essencialmente, a psicologia do desenvolvimento e aprendizagem;

- *Construtivista:* defende a formação integral sob a perspectiva construtivista-interacionista. Inclui as dimensões afetivas e cognitivas ao movimento humano. Essa abordagem se fundamenta também na psicologia do desenvolvimento.
Vinculadas às discussões da pedagogia crítica brasileira e às análises das ciências humanas, sobretudo da Filosofia da Educação e Sociologia, estão as concepções críticas da Educação Física, descritas abaixo. Operam a crítica da Educação Física a partir de sua contextualização na sociedade capitalista.
- *Crítico-superadora:* baseia-se nos pressupostos da pedagogia histórico- crítica e estipula como objeto da Educação Física, a Cultura Corporal a partir de conteúdos como: o esporte, a ginástica, os jogos, as lutas e a dança.
O conceito de **Cultura Corporal** tem como suporte a idéia de seleção, organização e sistematização do conhecimento acumulado historicamente, acerca do movimento humano, para ser transformado em saber escolar, partindo do pressuposto de que os alunos possuem um conhecimento sincrético sobre a realidade, é função da escola, e neste caso também da Educação Física, garantir o acesso às variadas formas de conhecimento produzidas pela humanidade, levando os alunos a estabelecer nexos com a realidade, elevando-os a um grau de conhecimento sintético.
No final da década de 1980 e início de 1990, no estado do Paraná, estabeleceram-se as discussões para a elaboração do Currículo Básico. O reflexo desse contexto para a Educação Física configurou um projeto escolar com um novo entendimento em relação ao movimento humano, como expressão da identidade corporal, como prática social e como uma forma do homem se relacionar com o mundo.
A rigidez na escolha dos conteúdos, a insuficiente oferta de formação continuada para consolidar a proposta e, depois, as mudanças de políticas públicas em educação dificultaram a implementação dos fundamentos teóricos e políticos do Currículo Básico na prática pedagógica. Por isso, o ensino da Educação Física na escola se manteve, em muitos aspectos, em suas dimensões tradicionais, ou seja, com enfoque exclusivamente no desenvolvimento das aptidões físicas, de aspectos psicomotores e na prática esportiva.
Na década de 1990, concomitante a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9394/96), o Ministério da Educação (MEC) apresentou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para a disciplina de Educação Física, que passaram a subsidiar propostas curriculares nos estados e municípios brasileiros. O que deveria ser um referencial curricular tornou-se um currículo mínimo, para além da ideia de parâmetros, e propôs objetivos, conteúdos, métodos, avaliação e temas transversais.
Acusados por alguns críticos de proporem um ecletismo teórico, os PCN não apresentaram uma coerência interna de proposta curricular. Ou seja, continham elementos da pedagogia construtivista piagetiana, da abordagem tecnicista, sob a ideia de eficiência e eficácia, e também, defendiam o conceito de saúde e qualidade de vida do aluno pautada na perspectiva da aptidão física.
As diversas concepções pedagógicas ali apresentadas valorizaram o individualismo e a adaptação do sujeito à sociedade, ao invés de construir e possibilitar o acesso a conhecimentos que possibilitem aos educandos a formação crítica.
Dentro de um projeto mais amplo de educação do Estado do Paraná, entende-se a escola como um espaço que, dentre outras funções, deve garantir o acesso aos alunos ao conhecimento produzido historicamente pela humanidade.

Nesse sentido, partindo de seu objeto de estudo e de ensino, Cultura Corporal, a Educação Física se insere neste projeto ao garantir o acesso ao conhecimento e à reflexão crítica das inúmeras manifestações ou práticas corporais historicamente produzidas pela humanidade, na busca de contribuir com um ideal mais amplo de

formação de um ser humano crítico e reflexivo, reconhecendo-se como sujeito, que é produto, mas também agente histórico, político, social e cultural.

Propõem-se que a Educação Física, na Educação Básica, calcada na concepção de Cultura Corporal, seja fundamentada nas reflexões sobre as necessidades atuais de ensino perante os alunos, na superação de contradições e na valorização da educação.
Por isso é de fundamental importância considerar os contextos e experiências de diferentes regiões, escolas, professores, alunos e da comunidade. Pode e deve ser trabalhada em interlocução com outras disciplinas que permitam entender a Cultura Corporal em sua complexidade, ou seja, na relação com as múltiplas dimensões da vida humana, tratadas tanto pelas ciências humanas, sociais, da saúde e da natureza, de forma articulada com o projeto político- pedagógico da escola.
Nesse sentido, deve-se possibilitar aos alunos o acesso ao conhecimento produzido pela humanidade, relacionando-o às práticas corporais, ao contexto histórico, político, econômico e social, representando uma mudança na forma de pensar o tratamento teórico metodológico dado às aulas de Educação Física, adotando uma prática que contemple a enorme riqueza das manifestações corporais produzidas socialmente pelos diferentes grupos humanos.
Portanto, compreender a Educação Física sob um contexto mais amplo significa entender que ela é composta por interações que se estabelecem nas relações sociais, políticas, econômicas e culturais dos povos.
As DCE's apontam a Cultura Corporal como objeto de estudo e ensino da Educação Física. A ação pedagógica da Educação Física deve estimular a reflexão sobre o acervo de formas e representações do mundo que o ser humano tem produzido, exteriorizadas pela expressão corporal em jogos, brinquedos e brincadeiras, danças, lutas, ginásticas e esportes. Essas expressões podem ser identificadas como formas de representação simbólica de realidades vividas pelo homem (COLETIVO DE AUTORES, 1992, apud PARANÁ, 2008).

3.2. CONTEÚDOS ESTRUTURANTES /CONTEÚDOS BÁSICOS DA DISCIPLINA

Visando romper com a maneira tradicional como os conteúdos têm sido tratados na Educação Física, faz-se necessário integrar e interligar as práticas corporais de forma mais reflexiva e contextualizada, o que é possível por meio dos Elementos Articuladores.
Podemos exemplificar isto através dos seguintes sistemas de complexos temáticos:

I. Cultura Corporal e Corpo;
II. Cultura Corporal e Ludicidade;
III. Cultura Corporal e Saúde;
IV. Cultura Corporal e Mundo do Trabalho;
V. Cultura Corporal e Desportivização;
VI. Cultura Corporal – técnica e tática;
VII. Cultura Corporal e Lazer;
VIII. Cultura Corporal e Diversidade;
IX. Cultura Corporal e Mídia.

Os elementos articuladores alargam a compreensão das práticas corporais, indicam múltiplas possibilidades de intervenção pedagógica em situações que surgem no cotidiano escolar. São, a um só tempo, fins e meios do processo de ensino-aprendizagem, pois devem transitar pelos conteúdos estruturantes e específicos de modo a articulá-los o tempo todo.

a) CULTURA CORPORAL E CORPO

O corpo deve ser entendido em sua totalidade, ou seja, o ser humano é o seu corpo, que sente, pensa e age. Os aspectos subjetivos de valorização – ou não – do corpo devem ser analisados sob uma perspectiva crítica da construção hegemônica do referencial de beleza e saúde, veiculado por mecanismos mercadológicos e midiáticos, que fazem do corpo uma ferramenta produtiva e um objeto de consumo.

Faz parte dessa discussão a reflexão crítica sobre a dicotomia corpo- mente. Todas as discussões que envolvem o corpo devem estar atreladas às manifestações e práticas corporais no interior das aulas de Educação física.

b) CULTURA CORPORAL E LUDICIDADE

Esse elemento articulador ganha relevância porque, ao vivenciar os aspectos lúdicos que emergem das e nas brincadeiras, o aluno torna-se capaz de estabelecer conexões entre o imaginário e o real, e de refletir sobre os papéis assumidos nas relações em grupo. Reconhece e valoriza, também, as formas particulares que os brinquedos e as brincadeiras tomam em distintos contextos e diferentes momentos históricos, nas variadas comunidades e grupos sociais.

Dessa maneira, a ludicidade como elemento articulador, apresenta-se como uma possibilidade de reflexão e vivência das práticas corporais em todos os conteúdos estruturantes, desde que não esteja limitada a uma perspectiva utilitarista, na qual as brincadeiras surgem de modo descontextualizado, em apenas alguns momentos da aula, relegando o lúdico a um papel secundário.

Os aspectos lúdicos representam uma ação espontânea, de fruição, que interfere sobre e na construção da autonomia, que é uma das finalidades da escolarização.

c) CULTURA CORPORAL E SAÚDE

Esse elemento articulador permite entender a saúde numa dimensão histórico-social. Portanto, é contrária à tendência dominante de conceber a saúde como querer individual. Na esteira dessa discussão, propõem-se alguns elementos a serem considerados como constitutivos da saúde:

- *Nutrição*: abordagem das necessidades diárias de ingestão de carboidratos, de lipídios, de proteínas, de vitaminas e de aminoácidos, e também de seu aproveitamento pelo organismo, no processo metabólico que ocorre durante uma determinada prática corporal;
- *Aspectos anátomo- fisiológicos da prática corporal:* trata-se de conhecer o funcionamento do próprio corpo, identificar seus limites na relação entre prática
- corporal e condicionamento físico, e propor avaliação física e seus protocolos;
- *Lesões e primeiros socorros:* abordam-se informações sobre as lesões mais frequentes ocorridas nas práticas corporais e como tratá-las a partir das noções
- de primeiros socorros. Trata-se, ainda, de discutir as consequências ou sequelas do treinamento de alto nível no corpo dos atletas;
- *Doping:* discutem-se as influências das condições econômicas, sociais, políticas e históricas no uso de substâncias ilícitas, por atletas e não- atletas, numa sociedade pautada na competição exacerbada; os motivos, os valores determinantes no uso de esteroides anabolizantes e seus efeitos.

Propõe-se ainda a sexualidade, que pode ser analisada sob, no mínimo, dois aspectos: primeiro, que a entende como fruição, prazer, alegria, encontro; segundo, a respeito do que ela representa em termos de miséria humana: prostituição infantil, dominação sexual,

sexismo, violência sexual, doenças sexualmente transmissíveis entre outros. Na prática pedagógica, para dirimir as diferenças, sugere-se jogos mistos, trazendo a responsabilidade da discussão para o aluno, mostrando a importância do convívio social entre os mesmos, através da mudança de regras.
Nessa perspectiva, ter saúde, estar saudável não pode ser atribuído tão somente a uma responsabilidade do sujeito, mas sim, compreendidos no contexto das relações sociais, por meio de práticas e análises críticas dos discursos a ela relativos.

d) CULTURA CORPORAL E MUNDO DO TRABALHO

O mundo do trabalho torna-se elemento articulador dos Conteúdos Estruturantes da Educação Física, na medida em que concentra as relações sociais de produção/assalariamento vigentes na sociedade em geral e na Educação Física em específico. A profissionalização esportiva, o assalariamento de diversos atletas são exemplos de temas que devem ser abordados.
Outro aspecto a ser abordado é a o caráter utilitarista que a Educação Física tem assumido na formação dos alunos. A Educação Física já esteve associada a formação do trabalhador eficiente, adaptado.
Na crítica a esse processo, o professor poderá propor atividades que alertem os alunos para os reais sentidos de tal prática, como exemplo dos exercícios calistênicos, tão difundidos no interior da escola no período de ditadura militar.

e) CULTURA CORPORAL E DESPORTIVIZAÇÃO

A desportivização deve ser analisada à luz da padronização das práticas corporais. Isso significa que o primeiro objetivo de tornar qualquer atividade um esporte, é colocá-la sob normas e regras padronizadas e subjugadas a federações e confederações, para que sua difusão seja ampla em todo o planeta, deixando o aspecto criativo da expressão corporal num segundo plano.
Isso não significa que a criatividade não está mais presente nos esportes. É só lembrarmos de inúmeras jogadas criadas por jogadores de futsal, ou dos movimentos criativos da ginástica rítmica. Apesar disso, a objetividade é predominante no esporte rendimento e, portanto, priorizada em detrimento da criatividade.
Com esse olhar, o professor poderá discutir com seus alunos as contradições presentes nesse processo de esportivização das práticas corporais pois, no ensino de Educação Física, é preciso compreender o processo pelo qual uma prática corporal é institucionalizada internacionalmente com regras próprias e uma estrutura competitiva e comercial.

f) CULTURA CORPORAL - TÉCNICA E TÁTICA.

Os aspectos técnicos e táticos são elementos que estão presentes nas mais diversas manifestações corporais, especificamente naquelas que constituem os conteúdos da Educação Física na escola. A técnica é, nesse sentido, fundamento central para pensar os diferentes conteúdos da Educação Física, fruto do rigor científico e do desejo humano em criar estratégias e métodos mais eficientes para educar e padronizar gestos das diversas práticas corporais.
Não se trata de negar a importância do aprendizado das diferentes técnicas e elementos táticos, mesmo porque compõem os elementos que constituem e identificam o legado cultural das diferentes práticas corporais. Mas, sim, conceber que o conhecimento sobre estas práticas vai muito além dos elementos técnicos e táticos. Do contrário, corre-se o

risco de reduzir ainda mais as possibilidades de superar as velhas concepções sobre o corpo, baseadas em objetivos focados no desenvolvimento de habilidades motoras e no treinamento físico, por meio das conhecidas progressões pedagógicas.

g) CULTURA CORPORAL E LAZER

A disciplina de Educação Física tem, entre outros, o objetivo de promover experiências significativas no tempo e no espaço, de modo que o lazer se torne um dos elementos articuladores do trabalho pedagógico. Por meio dele, os alunos irão refletir e discutir as diferentes formas de lazer em distintos grupos sociais, em suas vidas, na vida das famílias, das comunidades culturais, e a maneira como cada um deseja e consegue ocupar seu tempo disponível.
O professor de Educação Física pode trabalhar com seus alunos o conceito de lazer, apresentando seus aspectos históricos, proporcionando uma compreensão mais ampla de seu significado. Outra forma de se trabalhar com esse elemento articulador pode ser através de pesquisas relacionadas ao dia-a-dia do aluno, onde o professor propõe algumas indagações, tais como: o que faço no meu tempo livre? Quais são os espaços e equipamentos de que me aproprio? Qual é a minha atitude frente ao tempo/espaço de lazer?
Nesse sentido, trabalhar a questão do lazer nas aulas de Educação Física pode possibilitar aos alunos, no tempo disponível – fora das obrigações escolares, familiares, religiosas ou de trabalho – uma apropriação crítica e criativa de seu tempo, por meio da interiorização do conhecimento historicamente construído e apreendido na escola.

h) CULTURA CORPORAL E DIVERSIDADE

A abordagem sobre a cultura corporal deve conduzir ao reconhecimento e ampliação da diversidade nas relações sociais. Por isso, as aulas de Educação Física podem revelar-se excelentes oportunidades de relacionamento, convívio e respeito entre as diferenças, de desenvolvimento de ideias e de valorização humana, para que seja levado em conta o outro, numa perspectiva em que a inclusão represente uma experiência formativa enriquecida pela pluralidade, pela diferença, pelo aprendizado com o outros.
Ainda quanto ao reconhecimento das diferenças, é preciso valorizar as experiências corporais do campo e dos povos indígenas. Esses registros culturais têm riquíssimos acervos, muitas vezes esquecidos porque predominam os modelos urbanos de educação do corpo. Assim, torna-se pertinente valorizar as práticas corporais de cada segmento social e cultural nas escolas do campo e indígenas, tanto quanto nas escolas urbanas.
Outra experiência que pode contribuir para a formação dos alunos é a participação em esportes adaptados, facilitando a abordagem das dificuldades encontradas pelos portadores de necessidades especiais. Busca-se, com isso, uma conscientização das diferenças existentes entre as pessoas, tendo como pressuposto básico de convivência o respeito e o convívio social.

i) CULTURA CORPORAL E MÍDIA

Esse elemento articulador deve propiciar a discussão das práticas corporais transformadas em espetáculo e, como objeto de consumo, diariamente exibido nos meios de comunicação para promover e divulgar produtos. Para uma análise crítica dessa concepção das práticas corporais, diversos veículos de comunicação podem servir de referência, quais sejam: programas esportivos de radio e televisão, artigos de jornais, revistas, filmes, documentários, entre outros.

A atuação do professor de Educação Física tem sua importância no sentido de aprofundar a abordagem dos conteúdos, considerando as questões veiculadas pela mídia em sua prática pedagógica, de modo a possibilitar ao aluno discussão e reflexão sobre questões como: a supervalorização de modismo, estética, beleza, saúde, consumo; os extremos sobre a questão salarial dos atletas; os extremos de padrões de vida dos atletas; o preconceito e a exclusão; a ética que permeia os esportes de alto nível, entre outros aspectos que são ditados pela mídia.

Os **conteúdos estruturantes** são os conhecimentos de grande amplitude, conceitos ou práticas que identificam e organizam os campos de estudos de uma disciplina escolar, considerados fundamentais para compreender seu objeto de estudo/ensino. Constituem-se historicamente e são legitimados nas relações sociais.

Esses conteúdos devem ser abordados em complexidade crescente, pois cada aluno traz consigo múltiplas experiências que devem ser consideradas no processo ensino-aprendizagem, e podem ser enriquecidos com experiências corporais das mais diferentes culturas, priorizando as particularidades de cada comunidade

Cada um dos conteúdos estruturantes deverá ser tratado sob uma abordagem que contempla os fundamentos da disciplina, em articulação com aspectos políticos, históricos, sociais, econômicos, culturais, bem como elementos da subjetividade representados na valorização do trabalho coletivo, na convivência com as diferenças, na formação social crítica e autônoma.

Os conteúdos estruturantes propostos para a Educação Física na Educação Básica são os seguintes:

- **Esporte;**
- **Jogos e brincadeiras;**
- **Ginástica;**
- **Dança;**
- **Lutas;**

3.3. ESPORTE

- **Coletivos:** futebol; voleibol; basquetebol; handebol; futebol de salão; futevôlei.
- **Individuais:** atletismo; tênis de mesa.

Garantir aos alunos o direito de acesso e de reflexão sobre as práticas esportivas, além de adaptá-las à realidade escolar, devem ser ações cotidianas na rede pública de ensino.

Nesse sentido, a prática pedagógica de Educação Física não deve limitar-se ao fazer corporal, isto é, ao aprendizado única e exclusivamente das habilidades físicas, destrezas motoras, táticas de jogo e regras. Ao trabalhar o conteúdo estruturante *esporte*, os professores devem considerar os determinantes histórico-sociais responsáveis pela constituição do esporte ao longo dos anos, considerando a possibilidade de recriação dessa prática corporal.

Portanto, o ensino do esporte nas aulas de Educação Física deve sim contemplar o aprendizado das técnicas, táticas e regras básicas das modalidades esportivas, mas não se limitar a isso. É importante que o professor organize, em seu plano de trabalho docente, estratégias que possibilitem a análise crítica das inúmeras modalidades esportivas e do fenômeno esportivo que sem dúvida é algo bastante presente na sociedade atual.

3.4. JOGOS E BRINCADEIRAS

- **Jogos e brincadeiras populares:** amarelinha; elástico; caiu no poço; mãe pega; stop; bolinha de gude; bets; corrida de sacos; jogo do pião; jogo dos paus; queimada; polícia e ladrão.
- **Brincadeiras e cantigas de roda:** gato e rato; adoletá; capelinha de melão; caranguejo; atirei um pau no gato; ciranda cirandinha; escravos de jó; lenço atrás; dança da cadeira.
- **Jogos de tabuleiro:** dama; trilha; xadrez; resta um..
- **Jogos dramáticos:** improvisação; imitação; mímica.
- **Jogos cooperativos:** futpar; volençol; cadeira livre; dança das cadeiras cooperativas; salve-se com um abraço.

Os jogos e as brincadeiras são pensados de forma complementar, mesmo apresentando cada qual suas especificidades. Como conteúdo estruturante, ambos compõem um conjunto de possibilidades que ampliam a percepção e a interpretação da realidade.
No caso do jogo, ao respeitarem seus combinados, os alunos aprendem a se mover entre a liberdade e os limites, os próprios e os estabelecidos pelo grupo. Além de seu aspecto lúdico, o jogo pode servir de conteúdo para que o professor discuta as possibilidade de flexibilização das regras e da organização coletiva.
Os trabalhos com os jogos e as brincadeiras são de relevância para o desenvolvimento do ser humano, pois atuam como formas de representação do real através de situações imaginárias, cabendo, por um lado, aos pais e, por outro, à escola fomentar e criar as condições apropriadas para as brincadeiras e jogos. Não obstante, para que sejam relevantes é preciso considerá-los como tal. Tanto os jogos quanto as brincadeiras são conteúdos que podem ser abordados, conforme a realidade regional e cultural do grupo, tendo como ponto de partida à valorização das manifestações corporais próprias desse ambiente cultural.
Almeja-se organizar e estruturar a ação pedagógica da Educação Física, de forma que o jogo seja entendido, apreendido, refletido e reconstruído como conhecimento que constitui um acervo cultural (COLETIVO DE AUTORES, 1992, apud PARANÁ, 2008). Nesta perspectiva, não se pode esquecer dos *brinquedos* que, no seu processo de criação, envolvem relações sociais, políticas e simbólicas que se fazem presentes desde sua invenção.
Oportunizar aos alunos a construção de brinquedos a partir de materiais alternativos discutindo a problemática do meio ambiente através do (re)aproveitamento de sucatas e a experimentação de seus próprios brinquedos e brincadeiras pode dar outro significado a esses objetos e a essas ações respectivamente, enriquecendo-os com vivências e práticas corporais.
Dessa maneira, como conteúdo estruturante da disciplina de Educação Física, os *jogos, brincadeiras e brinquedos* compõem um conjunto de possibilidades que ampliam a percepção e a interpretação da realidade, além de intensificarem a curiosidade, o interesse e a intervenção dos alunos envolvidos nas diferentes atividades.

3.5. GINÁSTICA

- **Ginástica ritmica: corda; arco; bola; maças; fita.**
- **Ginástica circense:** malabares; perna-de-pau.
- **Ginástica geral:** movimentos gimnicos (balancinha; vela; rolamentos; paradas; estrela; ponte).
- **Ginástica artística olímpica:** solo; salto.
- **Ginástica de academia:** alongamentos; ginástica aeróbica; ginástica localizada; pular corda.

A ginástica deve dar condições ao aluno de reconhecer as possibilidades de seu corpo, ou seja, as diferentes formas de representação das ginásticas devem ser objeto de ensino nas aulas de Educação Física.
Ainda, espera-se que os alunos tenham subsídios para questionar os apelos da mídia no que se refere à apologia do culto ao corpo, aos padrões estéticos e aos cenários e materiais que afirmam ser essenciais à prática da ginástica, sem deixar de reconhecê-la como prática corporal sistematizada, ganhou estatuto de disciplina escolar e importância como atividade para educação dos corpos na sociedade atual.
Ampliando esse olhar, é importante entender que a *ginástica* compreende uma gama de possibilidades, desde a ginástica imitativa de animais, as práticas corporais circenses, a Ginástica Geral, até as esportivizadas: artística e rítmica.
Por meio da ginástica, o professor poderá organizar a aula de forma que os alunos se movimentem, descubram e reconheçam as possibilidades e limites do próprio corpo. Com efeito, trata-se de um processo pedagógico que propicia a interação, o conhecimento e a partilha de experiências, que contribuem para ampliar as possibilidades de significação e representação do movimento.

3.6. DANÇA

- **Danças folclóricas:** fandango; quadrilha; dança de fitas; frevo; samba de roda; batuque; baião; cateretê; dança do café; cuá fubá; ciranda; carimbó.
- **Danças de rua:** break; street dance; funk.
- **Danças criativas:** elementos de movimento (tempo, espaço, peso e fluência); qualidade de movimentos; improvisação; atividades de expressão corporal.
- **Danças circulares:** contemporâneas; folclóricas; sagradas.
- **Dança de salão:** valsa; merengue; forró; vanerão; samba; soltinho; xote; bolero; swing; tango.

A dança pode ser considerada o conteúdo responsável por apresentar as possibilidades de superação dos limites e das diferenças corporais, uma manifestação da cultura corporal capaz de levar a reflexão sobre o corpo e suas formas de expressão, que se concretiza em diferentes práticas, como nas danças típicas (nacionais e regionais), danças folclóricas, danças de rua, danças clássicas entre outras.
A dança pode se constituir numa rica experiência corporal, a qual possibilita compreender o contexto em que estamos inseridos. É a partir das experiências vividas na escola que temos a oportunidade de questionar e intervir, podendo superar os modelos pré-estabelecidos, ampliando a sensibilidade no modo de perceber o mundo (SARAIVA, 2005, apud PARANÁ, 2008).
O professor poderá aliar aos aspectos culturais e regionais específicos e vivências dos diferentes estilos de dança, possibilitando a liberdade de recriação coreográfica e a expressão livre dos movimentos. Outra maneira de abordagem da dança, nesta perspectiva crítica proposta pelas diretrizes, seria problematizar a forma como essa manifestação corporal tem se apropriado da erotização do corpo, tornando-se um produto de consumo do público jovem.
Dessa forma, é importante que o professor reconheça que a dança se constitui como elemento significativo da disciplina de Educação Física no espaço escolar, pois contribui para desenvolver a criatividade, a sensibilidade, a expressão corporal, a cooperação, entre outros aspectos.

3.7. LUTAS

- **Lutas de aproximação:** judô; luta olímpica; jiu-jitsu; sumô.
- **Lutas que mantêm a distância:** Karatê; boxe; muay thai; tae kwondo.
- **Lutas com instrumento mediador:** esgrima; kendo.
- **Capoeira:** angola; regional.

As lutas, como cultura humana, historicamente produzidas e repletas de simbologias, possibilitam identificar valores culturais, conforme o tempo e o lugar onde as lutas foram ou são praticadas. Ao abordar o conteúdo lutas, torna-se importante esclarecer os alunos acerca de suas funções, inclusive apresentando às transformações pelas quais passaram ao longo de sua trajetória.
De maneira geral, as lutas estão associadas ao contato corporal, a chutes, socos, disputa, quedas, atitudes agressivas, entre outros. Apesar disso, elas não se resumem apenas a técnicas, que também são importantes de serem transmitidas, pois os alunos devem ter acesso ao conhecimento que foi historicamente construído.
O desenvolvimento desse conteúdo deve ser abordado de forma reflexiva, levando o aluno à uma vivência crítica e consciente. Esse conteúdo pode propiciar além do trabalho corporal, a aquisição de valores e princípios essenciais para a formação do ser humano, como por exemplo, cooperação, solidariedade, o autocontrole emocional, o entendimento da filosofia que geralmente acompanha sua prática e acima de tudo, o respeito pelo outro, pois sem ele a atividade não se realizará.
Uma das possibilidades de se trabalhar com as lutas na escola é a partir dos jogos de oposição, cuja característica é o ato de confrontação que pode ocorrer em duplas, trios ou até mesmo em grupos.

Sob uma perspectiva de inclusão social, essas Diretrizes consideram o cumprimento da Lei nº 10629/03 que inclui no currículo oficial a obrigatoriedade da História e Cultura Afro-brasileira; bem como da Lei nº 11645/08, que inclui no currículo oficial a obrigatoriedade do ensino da história e cultura dos povos indígenas do Brasil. A disciplina trabalhará as temáticas dentro dos conteúdos básicos.

ENSINO FUNDAMENTAL: 5ª SÉRIE

ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA	AVALIAÇÃO
Esporte	Coletivos Individuais	Pesquisar e discutir questões históricas dos esportes, como: sua origem, sua evolução, seu contexto atual. Propor a vivência de atividades pré desportivas no intuito de possibilitar o aprendizado dos fundamentos básicos dos esportes e possíveis adaptações às regras.	Espera-se que o aluno conheça dos esportes: • o surgimento de cada esporte com suas primeiras regras; • sua relação com jogos populares. • seus movimentos básicos, ou seja, seus fundamentos.

Jogos e brincadeiras	Jogos e brincadeiras populares Brincadeiras e cantigas de roda Jogos de tabuleiro Jogos cooperativos	Abordar e discutir a origem e histórico dos jogos, brinquedos e brincadeiras. Possibilitar a vivência e confecção de brinquedos, jogos e brincadeiras com e sem materiais alternativos. Ensinar a disposição e movimentação básica dos jogos de tabuleiro	Conhecer o contexto histórico em que foram criados os diferentes jogos, brinquedos e brincadeiras, bem como apropriar-se efetivamente das diferentes formas de jogar; Reconhecer as possibilidades de vivenciar o lúdico a partir da construção de brinquedos com materiais alternativos.
Dança	Danças folclóricas Danças de rua Danças criativas	Pesquisar e discutir a origem e histórico das danças. Contextualizar a dança. Vivenciar movimentos em que envolvam a expressão corporal e o ritmo.	Conhecimento sobre a origem e alguns significados (místicos, religiosos, entre outros) das diferentes danças; Criação e adaptação tanto das cantigas de rodas quanto de diferentes sequências de movimentos.
Ginástica	Ginástica rítmica Ginástica circense Ginástica geral	Estudar a origem e histórico da ginástica e suas diferentes manifestações. Aprender e vivenciar os Movimentos Básicos da ginástica (ex: saltos, rolamento, parada de mão, roda) Construção e experimentação de materiais utilizados nas diferentes modalidades ginásticas. Pesquisar a Cultura do Circo.	Conhecer os aspectos históricos da ginástica e das práticas corporais circenses; Aprendizado dos fundamentos básicos da ginástica: • Saltar; • Equilibrar; • Rolar/Girar; • Trepar; • Balançar/Embalar; • Malabares.

		Estimular a ampliação da Consciência Corporal.	
Lutas	Lutas de aproximação Capoeira	Pesquisar a origem e histórico das lutas. Vivenciar atividades que utilizem materiais alternativos relacionados as lutas. Experimentar a vivência de jogos de oposição. Apresentação e experimentação da música e sua relação com a luta. Vivenciar movimentos característicos da luta como: a ginga, esquiva e golpes.	Conhecer os aspectos históricos, filosóficos, as características das diferentes manifestações das lutas, assim como alguns de seus movimentos característicos. Reconhecer as possibilidades de vivenciar o lúdico a partir da utilização de materiais alternativos e dos jogos de oposição.

ENSINO FUNDAMENTAL: 6ª SÉRIE/

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA	AVALIAÇÃO
Esporte	Coletivos Individuais	Estudar a origem dos diferentes esportes e mudanças ocorridas com os mesmos, no decorrer da história. Aprender as regras e os elementos básicos do esporte. Vivência dos fundamentos das diversas modalidades esportivas. Compreender, por meio de discussões que provoquem a reflexão, o sentido da competição	Espera-se que o aluno possa conhecer a difusão e diferença de cada esporte, relacionando-as com as mudanças do contexto histórico brasileiro. Reconhecer e se apropriar dos fundamentos básicos dos diferentes esportes. Conhecimento das noções básicas das regras das diferentes manifestações esportivas.

		esportiva.	
Jogos e brincadeiras	Jogos e brincadeiras populares Brincadeiras e cantigas de roda Jogos de tabuleiro Jogos cooperativos	Recorte histórico delimitando tempos e espaços nos jogos, brinquedos e brincadeiras. Reflexão e discussão acerca da diferença entre brincadeira, jogo e esporte. Construção coletiva dos jogos, brincadeiras e brinquedos. Estudar os Jogos, as brincadeiras e suas diferenças regionais.	Conhecer difusão dos jogos e brincadeiras populares e tradicionais no contexto brasileiro. Reconhecer as diferenças e as possíveis relações existentes entre os jogos, brincadeiras e brinquedos. Construir individualmente ou coletivamente diferentes jogos e brinquedos.
Dança	Danças folclóricas Danças de rua Danças criativas Danças circulares	Recorte histórico delimitando tempos e espaços, na dança. Experimentação de movimentos corporais rítmico/expressivos. Criação e adaptação de coreografias. Construção de instrumentos musicais.	Conhecer a origem e o contexto em que se desenvolveram algumas danças Criação e adaptação de coreografia rítmica e expressiva. Reconhecer as possibilidades de vivenciar o lúdico a partir da construção de instrumentos musicais como, por exemplo, o pandeiro e o chocalho.
Ginástica	Ginástica rítmica Ginástica circense Ginástica geral	Estudar os aspectos históricos e culturais da ginástica rítmica e geral. Aprender sobre as posturas e elementos ginásticos. Pesquisar e aprofundar os conhecimentos	Conhecer os aspectos históricos da ginástica rítmica (GR); • Aprendizado dos movimentos e elementos da GR como: • saltos; • piruetas; • equilíbrios.

		acerca da Cultura Circense.	
Lutas	Lutas de aproximação Capoeira	Pesquisar e analisar a origem das lutas de aproximação e da capoeira, assim como suas mudanças no decorrer da história. Vivenciar jogos adaptados no intuito de aprender alguns movimentos característicos da luta, como: ginga, esquiva, golpes, rolamentos e quedas.	Apropriação dos aspectos históricos, filosóficos e as características das diferentes manifestações das lutas de aproximação e da capoeira. Conhecer a história do judô, karatê, taekwondo e alguns de seus movimentos básicos como: as quedas, rolamentos e outros movimentos. Reconhecer as possibilidades de vivenciar o lúdico a partir da utilização de materiais alternativos e dos jogos de oposição.

ENSINO FUNDAMENTAL: 7ª SÉRIE

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA	AVALIAÇÃO
Esporte	Coletivos Individuais	Recorte histórico delimitando tempos e espaços, no esporte. Estudar as diversas possibilidades do esporte enquanto uma atividade corporal, como: lazer, esporte de rendimento, condicionamento físico, assim como os benefícios e os malefícios do mesmo à saúde. Analisar o contexto do Esporte e a interferência da mídia sobre o mesmo.	Entender que as práticas esportivas podem ser vivenciadas no tempo/ espaço de lazer, como esporte de rendimento ou como meio para melhorar a aptidão física e saúde. Compreender a influência da mídia no desenvolvimento dos diferentes esportes. Reconhecer os aspectos positivos e negativos das práticas esportivas.

		Vivência prática dos fundamentos das diversas modalidades esportivas. Discutir e refletir sobre noções de ética nas competições esportivas.	
Jogos e brincadeiras	Jogos e brincadeiras populares Jogos de tabuleiro Jogos dramáticos Jogos cooperativos	Recorte histórico delimitando tempos e espaços, nos jogos, brincadeiras e brinquedos. Organização de Festivais. Elaboração de estratégias de jogo.	Desenvolver atividades coletivas a partir de diferentes jogos, conhecidos, adaptados ou criados, sejam eles cooperativos, competitivos ou de tabuleiro. Conhecer o contexto histórico em que foram criados os diferentes jogos, brincadeiras e brinquedos.
Dança	Danças criativas Danças circulares	Recorte histórico delimitando tempos e espaços, na dança. Análise dos elementos e técnicas de dança Vivência e elaboração de Esquetes (que são pequenas sequências cômicas).	Conhecer os diferentes ritmos, passos, posturas, conduções, formas de deslocamento, entre outros elementos que identificam as diferentes danças. Montar pequenas composições coreográficas.
Ginástica	Ginástica rítmica Ginástica circense Ginástica geral	Recorte histórico delimitando tempos e espaços, na ginástica. Vivência prática das postura e elementos ginásticos. Estudar a origem da Ginástica com enfoque específico nas diferentes modalidades, pensando suas	Manusear os diferentes elementos da GR como: • corda; • fita; • bola; • maças; • arco. Reconhecer as possibilidades de vivenciar o lúdico a partir das atividades circenses como acrobacias de solo e equilíbrios em grupo.

		mudanças ao longo dos anos. Manuseio dos elementos da Ginástica Rítmica. Vivência de movimentos acrobáticos.	
Lutas	Lutas com instrumento mediador Capoeira	Organização de Roda de capoeira Vivenciar jogos de oposição no intuito de aprender movimentos direcionados à projeção e imobilização.	Conhecer os aspectos históricos, filosóficos e as características das diferentes formas de lutas. Aprofundar alguns elementos da capoeira procurando compreender a constituição, os ritos e os significados da roda. Conhecer as diferentes projeções e imobilizações das lutas.

ENSINO FUNDAMENTAL – 8ª SÉRIE

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA	AVALIAÇÃO
Esporte	Coletivos Radicais	Recorte histórico delimitando tempos e espaços. Organização de festivais esportivos. Analise dos diferentes esportes no contexto social e econômico. Pesquisar e estudar as regras oficiais e sistemas táticos. Vivência prática dos fundamentos das diversas modalidades esportivas. Elaboração de tabelas e súmulas de competições esportivas.	Apropriação acerca das regras de arbitragem, preenchimento de súmulas e confecção de diferentes tipos de tabelas. Reconhecer o contexto social e econômico em que os diferentes esportes se desenvolveram.

Jogos e Brincadeiras	Jogos de tabuleiro Jogos dramáticos Jogos cooperativos	Organização e criação de gincanas e RPG (Role-Playing Game, Jogo de Interpretação de Personagem), compreendendo que é um jogo de estratégia e imaginação, em que os alunos interpretam diferentes personagens, vivendo aventuras e superando desafios. Diferenciação dos jogos cooperativos e competitivos.	Reconhecer a importância da organização coletiva na elaboração de gincanas e R.P.G. Diferenciar os jogos cooperativos e os jogos competitivos a partir dos seguintes elementos: • Visão do jogo; • Objetivo; • O outro; • Relação; • Resultado; • Consequência; • Motivação.
Dança	Danças criativas Danças circulares	Recorte histórico delimitando tempos e espaços na dança. Organização de festivais de dança. Elementos e técnicas constituintes da dança.	Reconhecer a importância das diferentes manifestações presentes nas danças e seu contexto histórico. Conhecer os diferentes ritmos, passos, posturas, conduções, formas de deslocamento, entre outros elementos presentes no forró, vanerão e nas danças de origem africana. Criar e vivenciar atividades de dança, nas quais sejam apresentadas

			as diferentes criações coreográficas realizadas pelos alunos.
Ginástica	Ginástica rítmica Ginástica geral	Estudar a origem da Ginástica: trajetória até o surgimento da Educação Física. Construção de coreografias. Pesquisar sobre a Ginástica e a cultura de rua (circo, malabares e acrobacias). Análise sobre o modismo relacionado a ginástica. Vivência das técnicas específicas das ginásticas desportivas. Analisar a interferência de recursos ergogênicos (doping).	Conhecer e vivenciar as técnicas da ginásticas ocidentais e orientais. Compreender a relação existente entre a ginástica artística e os elementos presentes no circo, assim como, a influência da ginástica na busca pelo corpo perfeito.
Lutas	Lutas com instrumento mediador Capoeira	Pesquisar a Origem e os aspectos históricos das lutas.	Conhecer os aspectos históricos, filosóficos e as características das diferentes formas de lutas.

ENSINO MÉDIO

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA	AVALIAÇÃO
Esporte	Coletivos Individuais Radicais	Recorte histórico delimitando tempos e espaços. Analisar a possível relação entre o Esporte de rendimento X qualidade de vida. Análise dos diferentes esportes no contexto social e econômico.	Organizar e vivenciar atividades esportivas, trabalhando com construção de tabelas, arbitragens, súmulas e as diferentes noções de preenchimento. Apropriação acerca das diferenças entre esporte da escola, o esporte de rendimento e a relação entre esporte e lazer.

		Estudar as regras oficiais e sistemas táticos. Organização de campeonatos, torneios, elaboração de Súmulas e montagem de tabelas, de acordo com os sistemas diferenciados de disputa (eliminatória simples, dupla, entre outros). Análise de jogos esportivos e confecção de Scalt. Provocar uma reflexão acerca do conhecimento popular X conhecimento científico sobre o fenômeno Esporte. Discutir e analisar o Esporte nos seus diferenciados aspectos: • enquanto meio de Lazer. • sua função social. • sua relação com a mídia. • relação com a ciência. • doping e recursos ergogênicos e esporte alto rendimento. • nutrição, saúde e prática esportiva. Analisar a apropriação do Esporte pela Indústria Cultural.	Compreender a função social do esporte. Reconhecer a influência da mídia, da ciência e da indústria cultural no esporte. Compreender as questões sobre o doping, recursos ergogênicos utilizados e questões relacionadas a nutrição.
Jogos e brincadeiras	Jogos de tabuleiro Jogos cooperativos	Analisar a apropriação dos Jogos pela Indústria Cultural. Organização de eventos. Analisar os jogos e brincadeiras e suas possibilidades de fruição nos espaços e tempos de lazer. espaço.	Reconhecer a apropriação dos jogos pela indústria cultural, buscando alternativas de superação. Organizar atividades e dinâmicas de grupos que possibilitem aproximação e considerem individualidades.

Dança	Danças folclóricas Danças de salão Danças de rua	Possibilitar o estudo sobre a Dança relacionada a expressão corporal e a diversidade de culturas. Analisar e vivenciar atividades que representem a diversidade da dança e seus diferenciados ritmos. Compreender a dança como mais uma possibilidade de dramatização e expressão corporal. .	Conhecer os diferentes passos, posturas, conduções, formas de deslocamento, entre outros Reconhecer e aprofundar as diferentes formas de ritmos e expressões culturais, por meio da dança. Discutir e argumentar sobre apropriação das danças pela indústria cultural.
Ginástica	Ginástica de Condicio-namento físico Ginástica geral	Analisar a função social da ginástica. Apresentar e vivenciar os fundamentos da ginástica. Pesquisar a interferência da Ginástica no mundo do trabalho (ex. laboral). Estudar a relação entre a Ginástica X sedentarismo e qualidade de vida. , assim como a sistematização e planejamento de treinos. Organização de festival de ginástica.	Organizar eventos de ginástica, na qual sejam apresentadas as diferentes criações coreográficas ou sequência de movimentos ginásticos elaborados pelos alunos. Aprofundar e compreender as as questões biológicas, ergonômicas e fisiológicas que envolvem a ginástica. Compreender a função social da ginástica. . Compreender e aprofundar a relação entre a ginástica e trabalho.

Lutas	Lutas com aproximação Lutas que mantêm à distancia Lutas com instrumento	Pesquisar, estudar e vivenciar o histórico, filosofia, características das diferentes artes marciais, técnicas, táticas/ estratégias, apropriação da Luta pela Indústria Cultural, entre	Conhecer os aspectos históricos, filosóficos e as características das diferentes manifestações das lutas. Compreender a diferença entre lutas e artes marciais, assim como a apropriação

	mediador Capoeira	outros. Analisar e discutir a diferença entre Lutas x Artes Marciais. Estudar o histórico da capoeira, a diferença de classificação e estilos da capoeira enquanto jogo/luta/dança, musicalização e ritmo, ginga, confecção de instrumentos, movimentação, roda etc.	das lutas pela indústria cultural. Apropriar-se dos conhecimentos acerca da capoeira como: diferenciação da mesma enquanto jogo/dança/luta, seus instrumentos musicais e movimentos básicos. Conhecer os diferentes ritmos, golpes, posturas, conduções, formas de deslocamento, entre outros.

3.8. METODOLOGIA DA DISCIPLINA

Considerando o objeto de ensino e de estudo da Educação Física, a Cultura Corporal, por meio dos conteúdos estruturantes propostos – esporte; dança; ginástica; lutas; jogos, brinquedos e brincadeiras – a Educação Física tem a função social de contribuir para que os alunos se tornem sujeitos capazes de reconhecer o próprio corpo, adquirir uma expressividade corporal consciente e refletir criticamente sobre as práticas corporais.

O professor de Educação Física tem, assim, a responsabilidade de organizar e sistematizar o conhecimento sobre as práticas corporais, o que possibilita a comunicação e o diálogo com as diferentes culturas. No processo pedagógico, o senso de investigação e de pesquisa pode transformar as aulas de Educação Física e ampliar o conjunto de conhecimentos que não se esgotam nos conteúdos, nas metodologias, nas práticas e nas reflexões.

Cabe ressaltar que tratar o conhecimento não significa abordar o conteúdo 'teórico', mas, sobretudo, desenvolver uma metodologia que tenha como eixo central a construção do conhecimento pela práxis, isto é, proporcionar ao mesmo tempo a expressão corporal, o aprendizado das técnicas próprias dos conteúdos propostos e, a reflexão sobre o movimento corporal, tudo isso segundo o princípio da complexidade crescente, em que um mesmo conteúdo pode ser discutido tanto no Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio.

Ao pensar o encaminhamento metodológico para as aulas de Educação Física na Educação Básica, é preciso levar em consideração, inicialmente, aquilo que o aluno traz como referência acerca do conteúdo proposto, ou seja, é uma primeira leitura da realidade. Esse momento caracteriza-se como preparação e mobilização do aluno para a construção do conhecimento escolar.

Após o breve mapeamento daquilo que os alunos conhecem sobre o tema, o professor propõe um desafio remetendo-o ao cotidiano, criando um ambiente de dúvidas sobre os conhecimentos prévios. Por exemplo, levantar a seguinte questão sobre o jogo: todo jogo é necessariamente competitivo? Será que existe alguma forma de jogar sem que exista um vencedor no final?

Posteriormente, o professor apresentará aos alunos o conteúdo sistematizado, para que tenham condições de assimilação e recriação do mesmo, desenvolvendo, assim, as

atividades relativas à apreensão do conhecimento através da prática corporal. Ainda neste momento, o professor realiza as intervenções pedagógicas necessárias, para que o jogo não se encaminhe desvinculado dos objetivos estabelecidos.
Finalizando a aula, ou um conjunto de aulas, o professor pode solicitar aos alunos que criem outras formas de jogo, vivenciando-as. Neste momento, é possível também a efetivação de um diálogo que permite ao aluno avaliar o processo de ensino-aprendizagem, transformando-se intelectual e qualitativamente em relação a prática realizada.
Enfim, é preciso reconhecer que a dimensão corporal é resultado de experiências objetivas, fruto de nossa interação social nos diferentes contextos em que se efetiva, sejam eles a família, a escola, o trabalho e o lazer.
Na efetivação das ações do processo de assimilação dos conteúdos o professor deverá utilizar de todos os recursos didáticos possíveis, tais como a utilização do Livro didático Público organizado pela SEED – PR para a disciplina de Educação Física; outros livros, revistas e jornais que exploram o assunto a ser trabalhado e devem ser utilizados como instrumentos de grande motivação; bolas de diversas modalidades e dimensões, redes, arcos, massas, cordas, elásticos, tabuleiros de jogos, petecas, pesos e materiais de sucatas que poderão ser úteis para a execução das atividades práticas.
Também devem ser utilizados os recursos tecnológicos disponíveis na escola tais como: tv multimídia, pendrive, computador, dvds, cds, rádio, etc., todos com o intuito de enriquecer o aprendizado e proporcionar ao educando o acesso a esses modernos meios de comunicação e suas possibilidades como instrumentos de auxílio na compreensão da interação teórico-prática.

3.9. AVALIAÇÃO

No processo de avaliação da aprendizagem, dentro da proposta das DCE's, um dos primeiros aspectos que precisa ser garantido é a não exclusão, isto é, a avaliação deve estar a serviço da aprendizagem de todos os alunos, de modo que permeie o conjunto das ações pedagógicas e não seja um elemento externo a esse processo.
Ainda, a avaliação deve estar vinculada ao projeto político pedagógico da escola, de acordo com os objetivos e a metodologia adotada pelo corpo docente. Com efeito, os critérios para a avaliação devem ser estabelecidos, considerando o comprometimento e envolvimento dos alunos no processo pedagógico: O comprometimento e envolvimento dos alunos pode ser avaliado considerando:

- Se os alunos entregam as atividades propostas pelo professor;
- Se houve assimilação dos conteúdos propostos, por meio da recriação de jogos e regras;
- Se o aluno consegue resolver, de forma criativa, situações problemas sem desconsiderar a opinião do outro, respeitando o posicionamento do grupo e propondo soluções para as divergências;
- Se os alunos se mostram envolvidos nas atividades, seja através de participação nas atividades práticas ou realizando relatórios.

Partindo-se destes critérios, a avaliação deve se caracterizar como um processo contínuo, permanente e cumulativo, tal qual preconiza a LDB nº 9394/96, em que o professor organizará e reorganizará o seu trabalho.
A avaliação deve, ainda, estar relacionada aos encaminhamentos metodológicos, constituindo-se na forma de resgatar as experiências e sistematizações realizadas durante o processo de aprendizagem. Isto é, tanto o professor quanto os alunos poderão revisitar o trabalho realizado, identificando avanços e dificuldades no processo

pedagógico, com objetivo de (re)planejar e propor encaminhamentos que reconheçam os acertos e ainda superem as dificuldades constatadas. Sugere-se os seguinte passos:

- Primeiro momento – início da aula ou bloco de aulas: o professor deve buscar conhecer as experiências individuais e coletivas advindas das diferentes realidades dos alunos, problematizando-as. É a primeira fonte de avaliação, que possibilita ao professor reconhecer as experiências corporais e o entendimento prévio por parte dos alunos sobre o conteúdo que será desenvolvido. Isso pode ser feito de várias formas, como: diálogo em grupos, dinâmicas, jogos, dentre outras.
- Segundo momento: é quando o professor propõe atividades correspondentes à apreensão do conhecimento. A avaliação deve valer-se de um apanhado de indicadores que evidenciem, através de registros de atitudes e técnicas de observação, o que os alunos expressam em relação a sua capacidade de criação, de socialização, os (pré)conceitos sobre determinadas temáticas, a capacidade de resolução de situações problemas e a apreensão dos objetivos inicialmente traçados pelo professor (PALLAFOX e TERRA, 1998, apud PARANÁ, 2008).
- Parte final da aula ou bloco de aulas: é o momento em que o professor realiza, com seus alunos, uma reflexão crítica sobre aquilo que foi trabalhado. Isso pode ocorrer de diferentes formas, dentre elas: a escrita, o desenho, o debate e a expressão corporal. Neste momento, é fundamental desenvolver estratégias que possibilitem aos alunos expressarem-se sobre aquilo que apreenderam, ou mesmo o que mais lhes chamou a atenção.

Ainda, é imprescindível utilizar instrumentos que permitam aos alunos se autoavaliarem, reconhecendo seus limites e possibilidades, para que possam ser agentes do seu próprio processo de aprendizagem.

Durante estes momentos de intervenção pedagógica, o professor pode utilizar-se de outros instrumentos avaliativos, como dinâmicas em grupo, seminários, debates, juri simulado, (re)criação de jogos, pesquisa em grupos, inventário do processo pedagógico entre outros, em que os estudantes possam expressar suas opiniões aos demais colegas.

Por fim, os professores devem ter clareza de que a avaliação não deve ser pensada à parte do processo de ensino aprendizagem da escola. Deve, sim, avançar dialogando com as discussões sobre as estratégias didático- metodológicas entendendo esse processo como algo contínuo, permanente e cumulativo.

3.10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Paraná – SEED - Diretrizes Curriculares da Educação Básica para a Rede Pública Estadual de Ensino- Educação Física. Secretaria de Estado da Educação, maio, 2008.

Coletivo de Autores. Metodologia do ensino da Educação Física. Coleção magistério, 2º grau. São Paulo: Cortez, 1992.

Kishimoto, Tizuko M. Jogo, brinquedo,brincadeira e a educação. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

Huizinga,J. Homo Tudens: o jogo como elemento da cultura, 4ª ed. São Paulo: Perspectiva. 2000.

Assis, de Oliveira Sávio. Reinventando o esporte: possibilidades da prática pedagógica. Coleção educação física e esportes, 2ª ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados-editorial CBCE, 2005.

4. DISCIPLINA: HISTÓRIA

4.1. APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

"História" é uma palavra de origem grega, que significa investigação, informação. Ela surge no século VI a.C.. Para nós, homens do Ocidente, a história, como hoje a entendemos, iniciou-se na região mediterrânea, ou seja, nas regiões do Oriente Próximo, da costa norte-africana e da Europa Ocidental.

Antes disso, porém, vemos que os homens, desde sempre, sentem necessidade de explicar para si próprios sua origem e sua vida. A primeira forma de explicação que surge nas sociedades primitivas é o mito, sempre transmitido em forma de tradição oral. Entre os conhecimento práticos, transmitidos oralmente de geração a geração, essas sociedades incluem explicações oralmente de geração a geração, essas sociedades incluem explicações mágicas e religiosas da realidade. Para nós, homens do século XXI, acostumados a um pensamento dito científico, uma explicação mítica parece pueril, irracional e ligada a superstição. Mas é preciso que reconheçamos no mito uma forma de pensamento primitivo, com sua lógica e coerência próprias, não sendo simples invenção ou engodo. O mito tem uma força muito grande no tipo primitivo de sociedade. Ele fornece uma explicação que para os povos que a aceitam é uma verdade.

É no século passado que a história entra para a Universidade. Ela se torna, então, uma disciplina acadêmica, ou seja, é produzida desde então sobretudo no âmbito das universidades. Nelas domina uma visão filosófica liberal, preocupada somente com a explicação do mundo e com sua transformação. O materialismo histórico não é aí adotado, por estar associado, desde seu surgimento, à crítica e transformação revolucionária da sociedade capitalista.

Aos poucos, porém, vão aparecendo influências dessa teoria da história; elas são parciais e, nos meios universitários, ainda predomina, até o século XX, a história positivista. É sobretudo na França que ocorrem as primeiras transformações dessa história.

Os trabalhos iniciais que revelam essa revisão são os elaborados pelos historiados franceses, professores universitários, da década de 30. Esses trabalhos são publicados na revista Anais: Economias- Sociedades-Civilizações. Esse grupo ficou conhecido como a "escola francesa" ou "escola dos Anais"; seus grandes iniciadores foram Marc Bloch e Lucien Febvre. Embora sem uma unidade teórica, abrem, pelo exemplo de inúmeros trabalhos de análise, além do limitado positivismo. Ao invés do estudo dos fatos singulares, procuram chamar a atenção para a análise de estruturas sociais (econômicas, políticas, culturais, religiosas etc), vendo seu funcionamento e evolução. Aceitam uma história total, que veja os grupos humanos sob todos os seus aspectos e, para tal, uma história que esteja aberta às outras áreas do conhecimento humano, numa visão global: economia, sociologia, política etc. A chamada produção interdisciplinar (onde colaboram as diferentes disciplinar do conhecimento) se torna o lema de seus seguidores.

Perspectivas atuais

A Segunda Guerra Mundial, ao projetar a importância dos EUA, da Rússia e do Japão, mostra aos historiadores europeus a necessidade de rever suas posições eurocentristas. A expansão colonialista tinha levado a Europa a entrar em contato com outros povos, outras formas de vida, outros costumes, outras instituições; mas essas formas de organização social eram sempre comparadas com a forma de organização europeia, que é considerada como o padrão. A expansão imperialista da Europa (ligada ao seu grande desenvolvimento industrial) acentua esses contatos entre povos e culturas. O eurocentrismo, esse privilegiamento, essa colocação da sociedade europeia como modelo das outras, porém, continua. Do ponto de vista do eurocentrismo, a história é

apresentada como um processo de desenvolvimento contínuo, desde a pré-história até o período contemporâneo; ela parece ter como meta final a civilização europeia ocidental conforme esta se apresenta constituída no início do século, com seu grande desenvolvimento técnico, econômico e cultural. É lógico que isto não está assim tão claramente enunciado, mas é o que sente nas entrelinhas da maior parte das obras de história da corrente eurocentrista.

Os acontecimentos da Segunda Guerra Mundial, entretanto, o grande papel desempenhado pelos EUA e pela Rússia na vitória contra Hitler e nas posteriores conversações de paz levam alguns historiadores, em especial o inglês Geoffrey Barraclough, a rever o eurocentrismo. A Europa não pode mais ser vista como o centro do mundo; explicar a história em função da história da civilização ocidental não faz mais sentido. É preciso, para se entender a presente situação, começar a olhar para as outras partes de nosso globo.

As mudanças ocorrem muito vagarosamente, e até hoje temos muita influência dessa visão eurocentrista. Nos EUA, o outro polo da civilização ocidental, o estudo da história não é especialmente desenvolvido; é uma história ainda em grande parte mais preocupada com o factual.

As maiores influências nos trabalhos de história, da metade do século em diante, são, portanto, no mundo ocidental, a visão do materialismo histórico e a visão da história das civilizações, ligada à chamada “escola francesa”. Elas partem de explicações da realidade é basicamente diferente. Aparentemente podem ser feitas algumas aproximações entre essas duas visões. Ambas se preocupam com a sociedade como um todo e com a lenta evolução do processo histórico.

Do ponto de vista das técnicas de pesquisa, a história está em desenvolvimento constante. Desde as primeiras investigações gregas até o uso do computador, as formas de registrar os fatos histórico e de utilizar suas fontes vêm tendo um contínuo aperfeiçoamento.

Os problemas teórico-metodológicos, sobretudo desde meados do século passado, depois do aparecimento do materialismo histórico, centralizam cada vez mais a atenção dos historiadores, do desenvolvimento desses problemas depende uma melhor forma de aprender a realidade.

A história da história chega então ao século XXI; parece-nos que só uma retomada das origens e da evolução dessa história nos podem fazer compreender sua situação atual, que deve ser sempre vista dentro de uma noção de processo.

A história procura especificamente ver as transformações pelas quais passaram as sociedades humanas. A transformação é a essência de sua própria vida, compreenderá isso facilmente. Nós mudamos constantemente; isso é valido para o indivíduo e também é válido para a sociedade. Nada permanece igual, é através do tempo que se percebem as mudanças; por isso se diz que o tempo é a dimensão de análise da história.

Sob uma perspectiva de inclusão social, essas Diretrizes consideram a diversidade cultural e a memória paranaense, de modo que buscam contemplar demandas em que também se situam os movimentos sociais organizados e destacam os seguintes aspectos: o cumprimento da Lei nº 13381/01, que torna obrigatório no Ensino Fundamental e Médio da Rede Pública Estadual, os conteúdos de História do Paraná; o cumprimento da Lei nº 10629/03 que inclui no currículo oficial a obrigatoriedade da História e Cultura Afro-brasileira; bem como da Lei nº 11645/08, que inclui no currículo oficial a obrigatoriedade do ensino da história e cultura dos povos indígenas do Brasil. A disciplina trabalhará as temáticas dentro dos conteúdos básicos.

Justifica-se o ensino da disciplina de História para:

-Edificar a capacidade dos sujeitos de pensar historicamente.

-Conceber a História como construção constante do conhecimento e como prática social.

-Estabelecer a experiência humana como fonte inesgotável de informações.

-Compreender a História como um todo: em sua diversidade e pluralidade no tempo e espaço.

-Trabalhar a História como um processo produtivo de legitimação da sociedade.

-Abordar na História, a diversidade e o caráter multicultural da sociedade brasileira em seu processo evolutivo.

-Formar, através do estudo de História, atitudes e concepções de cidadania.

-Privilegiar a capacidade pessoal do indivíduo de assumir-se como sujeito histórico.

-Reconhecer o saber popular incorporando ao conhecimento histórico científico.

-Comparar e relacionar conteúdos, a fim de desmistificar preconceitos como: noção de primitivo e civilizado; povo e inferior.

-Valorizar a noção de simultaneidade para compreensão dos diversos fazeres históricos num mesmo tempo e em diferentes espaços.

4.2. Conteúdos Estruturantes – Ensino fundamental

Relações de Trabalho.
Relações de Poder
Relações Culturais.

4.3. Conteúdos Básicos

5ª Série

A experiência humana no tempo.
Os sujeitos e suas relações com o outro no tempo.
A cultura local e a cultura comum.

6ª Série

As relações de propriedade.
A Constituição histórica do Mundo do Campo e do Mundo da Cidade.
A relação entre o Campo e a Cidade.
Conflitos e resistências e produção cultural Campo/Cidade.

7ª Série

História das relações da humanidade com o trabalho.
O trabalho e a vida em sociedade.
O trabalho e as contradições da Modernidade.
Os trabalhadores e as conquistas de direito.

8ª Série

A Constituição das instituições sociais.
A formação do Estado.
Sujeitos, Guerras e revoluções.

4.4. Conteúdos Estruturantes - Ensino Médio

Os conteúdos estruturantes no Ensino Médio não serão especificados por série, pois serão trabalhados de acordo com a necessidade e intensidade cabível em cada momento, reconhecendo que o conhecimento não é fragmentado e seus conceitos não são concebidos isoladamente. Importante destacar que estes conteúdos estão em constante relação uns com os outros e que na realidade não se separam; é na inter-relação que se tornam significativos.

Relações de trabalho

A relação que os seres humanos estabelecem entre si e na transformação dos elementos da natureza é expressa pelo trabalho. Estas relações de trabalho permitem inúmeras formas de organização do mundo do trabalho.

Para o estudo das relações de trabalho são fundamentais as contribuições dos historiadores da correntes historiográficas Nova Esquerda Inglesa (como Eric J. Hobsbawn e Edward P. Thompson) que a partir da concepção marxista, passaram a repensar a análise histórica por meio de conceitos, superando a visão economicista e determinista do processo histórico. O estudo das relações de trabalho no Ensino Médio deve contemplar diversos tipos de fontes históricas para que professores e alunos possam, a partir de diferentes visões perceber a História para além dos documentos oficiais.

Trabalho

- relações de trabalho e produções em diferentes sociedades e épocas
- formação de castas e classes sociais
- formações sociais e culturais
-migrações, organizações e lutas trabalhistas
- economia, ciência e tecnologia
- ideologia do trabalho
- globalização

Relações de Poder

As relações de poder não se limitam somente à dimensão política, como comumente nos remete a ideia; essas relações encontram-se também na dimensão econômico-social e na dimensão cultural, ou seja, em todo o corpo social. A Nova Esquerda Inglesa analisa as relações de poder a partir da valorização das condições materiais, das estruturas sócio- econômicas, das classes e grupos sociais, dos movimentos coletivos em geral e reintroduz a ideologia como categoria analítica do discurso histórico. Para a corrente historiográfica Nova História Cultural, o estudo das relações de poder remete às esferas das representações, do imaginário e das práticas sociais.

O entendimento que as relações de poder são exercidas nas diversas instâncias sócio- históricas, como o mundo do trabalho, as políticas públicas e as diversas instituições, permite ao aluno perceber que estas relações fazem parte do seu cotidiano.

Poder

- relações de poder / redes de poder
- formas de dominação/ colonialismo/ neocolonialismo
- poder e ideologia
- religião e poder
- cultura e poder/ invenção das tradições

- propriedade
- violência e poder
- conflitos urbanos e rurais
- inclusão social
- cidadania ao longo da história
- regimes políticos
- Estado, governo, nação e nacionalidade
- guerras e revoluções
- movimentos políticos/ sociais/ contestatórios.

Relações Culturais

O conceito de cultura proposto para este documento, parte de Raymond Willians (2003), o qual afirmava que esta é comum a todos os seres humanos, na medida em que existe uma estrutura comum de modos de pensar, agir e perceber o mundo, que leva à constituição de organizações sociais diferentes. As diferenças culturais existem devido às diversas interpretações construídas por sujeitos históricos que estão inseridos em grupos sociais distintos na divisão social do trabalho.

Os historiadores da Nova Esquerda Inglesa repensaram o conceito de cultura a partir dos sujeitos históricos antes ignorados pela história tradicional. Os historiadores da Nova História Cultural abordam as relações culturais a partir de conceitos que superam a dicotomia entre a cultura de elite e a cultura popular.

Tanto os historiadores da Nova Esquerda Inglesa como os da Nova História Cultural utilizam-se de documentos antes desvalorizados pela historiografia tradicional, tais como: processos judiciais, interrogatórios, boletins de ocorrência, canções populares, relatos de tradições orais, livros populares, etc. O uso destas evidências possibilitou aos historiadores a construção de narrativas históricas que incorporavam olhares alternativos em relação às ações dos sujeitos ao produzir e vivenciar o processo histórico de constituição da humanidade.

Cultura:
- etnia
- religiosidade
- arte, ciência, tecnologia e ideias
- ideologia
- mentalidade e cotidiano
- formação da identidade e alteridade
- movimentos contestatórios
- gênero
- indústria cultural

Categorias de análise: tempo e espaço

O estudo do passado dos seres humanos, investigado por historiadores ou por professores de História e seus alunos, realiza-se no presente à luz de uma expectativa de futuro. Nesse sentido, as noções de tempo e espaço tornam-se categorias de análise e, quando articuladas aos conteúdos estruturantes possibilitam a delimitação e a contextualização dos temas a serem problematizados.

Tempo

- simultaneidade
- cronologia
- relação permanência/ mudança
- relação passado/ presente
- relação ruptura/ continuidade
- memória

Espaço
- localização geográfica
- territorialidade
- paisagem

4.5. METODOLOGIA DA DISCIPLINA

Ensinar e aprender História requer de nós, professores, a retomada de uma velha questão: o papel formativo do ensino de História.

Devemos pensar sobre a possibilidade educativa da História, ou seja, a História como saber disciplinar que tem um papel fundamental na formação da consciência histórica do homem, como uma forma de luta política e cultural.

Em linhas gerais, essa competência diz respeito à percepção da historicidade de todas as coisas, desde a concepção da História como obra humana até a capacidade de avaliar corretamente as determinações, condicionamentos e possibilidades do momento histórico em que se vive. É importante destacar que esta estratégia pedagógica não tem o propósito de transformar os alunos em “pequenos historiadores” capazes de escrever monografias, mas sim de torná-los observadores atentos às realidades ao seu redor, capazes de estabelecer comparações e reflexões sobre a relação presente/passado dentro do espaço em que estão inseridos.

As aulas de História no Ensino Fundamental serão desenvolvidas através de: aulas expositivas; vídeos programados dentro do conteúdo estudado; livro didático como apoio; leitura, interpretação e análise de textos históricos; trabalhos em grupo com apresentação dos mesmos para a classe; textos complementares para análise dos momentos históricos (ontem/ hoje); estudo de mapas (cartografia, localização,história e geografia do local); uso de imagens (gravuras, fotos, filmes); relatório das aulas (conteúdos trabalhados); atividades diversificadas (pesquisas bibliográficas, dramatização, música, desenho), dentre outras.

Quanto à metodologia proposta pelas diretrizes do Ensino Médio, encontra-se como base a utilização dos conteúdos estruturantes, os quais deverão estar articulados com a fundamentação teórica e os temas selecionados pelos professores. O professor, ao elaborar o problema e selecionar o conteúdo estruturante que melhor responde à problemática, constitui o tema. E este se desdobra nos conteúdos específicos que fundamentam a resposta para a problemática, na compreensão de que não é possível representar o passado em toda sua complexidade.

Como as correntes historiográficas tomadas como referência nessa Diretriz romperam com a ideia do documento escrito como única fonte confiável para o estudo do passado, as imagens, livros, jornais, histórias em quadrinhos, fotografias, pinturas, gravuras, museus, filmes, músicas, etc. são documentos que podem ser transformados em materiais didáticos de grande valia na constituição do conhecimento histórico. Podem ser utilizados em sala de aula na elaboração de biografias, confecção de dossiê, representação de danças folclóricas, exposição de objetos sobre o passado.

A proposta da seleção de temas é também pautada em relações interdisciplinares, considerando que é na disciplina, no caso a História, que ocorre a articulação de conceitos e metodologias entre as diversas áreas do conhecimento, fazendo com que narrativas, imagens, sons, etc. de outras disciplinas relacionadas sejam tratadas como documentos a serem abordados historiograficamente.

4.6. AVALIAÇÃO

A avaliação da aprendizagem será diagnóstica e contínua; instrumento de compreensão do estágio de aprendizagem em que se encontra o aluno, onde devem ser priorizados os aspectos qualitativos aos quantitativos.

A partir dessa avaliação diagnóstica, professor e aluno poderão revisitar as práticas desenvolvidas para identificar lacunas no processo de ensino e aprendizagem, bem como planejar e propor outros encaminhamentos que visem a superação das dificuldades constatadas.

Caberá ao professor planejar situações diferenciadas de avaliação, tendo como referência os conteúdos efetivamente tratados em sala de aula e que são essenciais para o desenvolvimento da consciência histórica nos alunos.

Quanto ao Ensino Médio, ao longo desse nível de ensino, o aluno deverá entender que as relações de trabalho, as relações de poder e as relações culturais se articulam e constituem o processo histórico; e compreender que o estudo do passado se realiza a partir de questionamentos feitos no presente por meio da análise de diferentes documentos históricos. A avaliação do ensino de História nesta Diretriz considera três aspectos importantes: a apropriação de conceitos históricos e o aprendizado dos conteúdos estruturantes e dos conteúdos específicos Esses três aspectos são entendidos como complementares e indissociáveis. Para isso serão utilizadas diferentes atividades como: leitura, interpretação e análise de textos historiográficos; mapas e documentos históricos; produção de narrativas históricas; pesquisas bibliográficas; sistematização de conceitos históricos; apresentação de seminários, dentre outras.

4.7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Diretrizes Curriculares de História para Ensino Fundamental SEED. Curitiba, 2008.
- Diretrizes Curriculares de História para o Ensino Médio. SEED. Curitiba,2008.

5. DISCIPLINA: ARTE

5.1. APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

Desde o século XVI, com a ação dos jesuítas, encontramos o ensino da Arte presente no Brasil, cujo objetivo principal era a catequização dos grupos que aqui habitavam. Este ensino incluía a Retórica, a Literatura, a Escultura, a Pintura, a música e as Artes Manuais. Com a expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal, o pensamento iluminista e positivista foi preponderante no ensino público brasileiro.

A Reforma Educacional Brasileira – Reforma Pombalina (1792- 1800) – fez com que o ensino da Arte perdesse a importância. O desenho, por exemplo, foi associado à matemática na forma de Desenho Geométrico.

No início do século XIX, D. João VI incentivava o ensino da Arte - o que resultou na Academia de Belas Artes do Rio de Janeiro (1826) – porém, o ensino ainda era influenciado pelo iluminismo, priorizando a área cientifica. Essa visão foi ratificada na 1º Reforma Educacional do Brasil República em 1890, realizada por Benjamin Constant, cujo objetivo ainda era valorizar a Ciência e a Geometria.

A partir de 1931, por influência de Heitor Villa – Lobos, o ensino de Arte fez-se presente no primeiro projeto de educação pública de massa por meio do Canto Orfeônico imprimindo na escola uma primeira noção da Arte como linguagem.

Com a lei 5692 de 1971, foi fundada uma nova visão tecnicista e entendendo o educador de Artes como um profissional polivalente, o ensino da Arte passa a ser obrigatório no currículo das escolas brasileiras, porém como forma de atividade e não disciplina. Somente em 1996, a Lei nº 9394/96 de Diretrizes e Bases da Educação ratifica a obrigatoriedade do ensino da Arte na Educação Básica e a Arte passa a compor a Área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias. Em 1997, com a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais e dos Referenciais, a Música, Artes Visuais, Dança e Teatro foram indicados como áreas de conhecimento autônomas dentre da disciplina de Arte.

Esse breve passeio pela história nos dá uma ideia dos conceitos que permeiam a educação na área do ensino da Arte no Brasil e que abrangeram desde um caráter religioso, com a catequização dos nativos pelos jesuítas, até o ensino com fins puramente tecnicistas, fundado num pensamento iluminista.

Atualmente, o trabalho na disciplina de Arte exige do educador reflexões que contemplem a arte efetivamente como área do conhecimento e não como meio “dom”,entretenimento ou terapia. O objetivo da proposta pedagógica para o ensino de Arte no Ensino fundamental e Médio no Estado do Paraná, através das diretrizes curriculares, é o aprendizado da Arte como linguagem, visando a formação de um ser reflexivo, autônomo e inserido criticamente na realidade em que vive.

A Arte — fruto da percepção e da necessidade da expressão humana — é concretizada utilizando-se de elementos próprios da linguagem artística. A Arte nos fornece uma simbologia própria e, portanto, outras leituras do mundo que nos cerca; ou seja, “as diversas leituras de mundo via diferentes linguagens — não somente a verbal — possibilitam-nos conhecer, reconhecer, re-significar e expressar o sentido da vida em sociedade.” (Marques e Brasil, 2005).

A Arte como linguagem utiliza – se de símbolos e de elementos próprios que estão presentes na Dança (movimento e não movimento), na Música (sons), no Teatro (dramatização) e nas Artes Visuais (forma e luz). Essa discussão em torno da Arte como linguagem pondera o entendimento de que a arte não apenas suscita sentimentos, mas pressupõe diálogo, comunicação e conhecimento.

Na cultura escolar, os saberes são apropriados pela escola de maneira singular, dando-lhes um sentido pedagógico (Sacristan, J. G. 2001). Na escola, esse trabalho ressignifica

os saberes e os conceitos científicos produzidos na sociedade. Assim sendo, um dos elementos essenciais que caracteriza o ensino da Arte no ambiente escolar é o fato de que, na escola, temos a responsabilidade de relacionar, questionar, experimentar, refletir e contextualizar os trabalhos artísticos, a fim de que façam sentido em nossas próprias vidas e na construção da sociedade brasileira.
A partir das concepções da arte e de seu ensino já abordadas, esta proposta considera alguns pontos conceituais que contribuem para as reflexões a respeito do objeto de estudo desta disciplina:
* o conhecimento estético está relacionado à apresentação do objeto artístico em seus aspectos sensíveis e cognitivos. O pensamento, a sensibilidade e a percepção articulam-se numa organização que expressa esses pensamentos e sentimentos, sob a forma de representações artísticas como, por exemplo, palavras na poesia; sons melódicos na música; expressões corporais na dança ou no teatro; cores, linhas e formas nas artes visuais.
* o conhecimento artístico está relacionado com o fazer e com o processo criativo. Considera desde o imaginário, a elaboração e a formalização do objeto artístico até o contato com o público. Durante esse processo, as formas resultantes das sínteses emocionais e cognitivas expressam saberes específicos a partir da experienciação com materiais, com técnicas e com os elementos formais básicos constitutivos das Artes Visuais, da Dança, da Música e do Teatro.
* o conhecimento contextualizado envolve o contexto histórico (político, econômico e sócio- cultural) dos objetivos artísticos e contribui para a compreensão de seus conteúdos explícitos e implícitos, possibilitando um aprofundamento na investigação desse objeto.
Norteada pelo conjunto desses campos conceituais, a construção do conhecimento em arte se efetiva na inter-relação de saberes que se concretiza na experienciação estética por meio da percepção, da análise, da criação/ produção e da contextualização histórica. Apesar de suas especificidades, esses campos conceituais são interdependentes e articulados entre si; abrangem todos os aspectos do objeto de estudo.
A arte é criação e manifestação do poder criador do homem. Criar é transformar e, nesse processo, o sujeito também se recria. A arte, quando cria uma nova realidade reflete a essência do real. O sujeito, por meio de suas criações artísticas amplia e enriquece a realidade já humanizada pelo trabalho. Nas sociedades capitalistas, o sujeito não se identifica com o produto de seu trabalho, pois se separa o trabalho da criação, transformando-o em trabalho alienado. No ensino de Arte, contrapondo-se a essa alienação, há possibilidades de resgatar o processo de criação, permitindo que os alunos reconheçam a importância de criar. É com base nesses pressupostos que trataremos a Arte como linguagem. Linguagem Artística.

5.2. OBJETIVOS GERAIS

O objetivo da Arte no Ensino Fundamental e Médio é propiciar ao aluno o acesso aos conhecimentos presentes nos bens culturais, por meio de um conjunto de saberes em Arte que lhe permitam utilizar-se desses conhecimentos na compreensão das realidades e amplie o seu modo de vê-las.
Analisar, respeitar, preservar, produzir e contextualizar as diversas manifestações da arte em suas múltiplas linguagens utilizadas por grupos sociais e étnicos, desenvolvendo a fruição considerando o momento sócio/ histórico/ cultural de cada conteúdo.
Investigar produções artísticas e articular os componentes de forma estética/ científico
Para o Ensino Fundamental as formas de relação da arte com a sociedade serão tratadas numa dimensão ampliada, enfatizando a associação da arte com a cultura e da arte com a linguagem. Para o Ensino Médio, a partir de uma verticalização e de um

aprofundamento dos conteúdos, a ênfase será maior na associação da arte com o conhecimento, da arte com o trabalho criador e da arte com a ideologia. Dessa forma, o aluno da educação básica terá acesso ao conhecimento presente nessas diferentes formas de relação da arte com a sociedade, de acordo com a proximidade das mesmas com o seu universo. O professor, por sua vez, ao selecionar os conteúdos específicos que irá desenvolver, enfocará essas formas de relação da arte com a sociedade com maior ou menor ênfase, abordando o objeto de estudo por meio dos conteúdos estruturantes.
A Cultura - Afro é colocada artisticamente nos conteúdos estruturantes, para que se faça conhecimento desta cultura de forma aberta e amplificada; as influências africanas em nossas vidas, onde os negros não são vistos somente como descendentes de escravos.

5.3. CONTEÚDOS ESTRUTURANTES/CONTEÚDOS BÁSICOS

Conteúdos Estruturantes

A disciplina de Arte no Ensino Fundamental e no Ensino Médio contempla as linguagens das artes visuais, da dança, da música, e do teatro. Os conteúdos estruturantes selecionados para essa disciplina vêm constituir a base para a prática pedagógica. Articulados entre si, esses conteúdos estruturantes compreendem todos os aspectos do objeto de estudos e oferecem possibilidades de organização dos conteúdos específicos.

Conteúdos Estruturantes para Ensino Fundamental

ÁREAS	ELEMENTOS FORMAIS	CONTEÚDOS ESPECÍFICOS	MOVIMENTOS E PERÍODOS
ARTES VISUAIS	*Imagem *Ponto *Linha *Forma *Textura *Luz *Sombra *Movimento	*Espaço visual *Espaço material *Leitura *Bidimensional/Tridimensional *Contraste *Ritmo *Equilíbrio *Decomposição da cor *Cor e pigmento *Simetria *Tons e Matrizes	*Pré- História *Arte Indígena (Paranaense) *Modernismo (Tarsila do Amaral e Portinari) *Impressionismo *Movimentos do século XX *Cultura Afro
MÚSICA	*Percepção Rítmica *Sons *Qualidade do som *Estrutura Musical	*Manusear, Classificar, Experimentar. *Sons naturais e culturais *Intensidade, Duração e Altura. *Gêneros *Improvisação	
DANÇA	*Movimento	*Espaço *Ação corporal *Saltar, Deslocar, Gesticular. *Ritmo *Espaço	

		*Tempo *Fluência *Técnicas *Coreografia *Gêneros	
TEATRO	*Personagem (representação) *Espaço cênico	*Expressão Corporal *Expressão Gestual *Expressão Vocal *Expressão Facial *Cenografia *Iluminação *Sonoplastia *Envio de roteiro	

Conteúdos Estruturantes para Ensino Médio

ÁREAS	ELEMENTOS FORMAIS	COTEÚDOS ESPECÍFICOS	MOVIMENTO E PERÍODO
ARTES VISUAIS	*Ponto *Linha *Superfície *Textura *Volume *Luz *Cor	*Figurativa *Abstrata *Figura/fundo *Bidimensional/Tridimensional *Semelhanças *Contrastes *Ritmo visual *Gêneros *Técnicas	*Arte Pré-História *Arte no Egito Antigo *Arte Grego-Romana *Arte Pré-Colombiana nas Américas *Arte Oriental *Arte Africana *Arte Medieval *Renascimento
MÚSICA	*Altura *Duração *Timbre *Intensidade *Densidade	*Ritmo *Melodia *Harmonia *Intervalo melódico *Intervalo Harmônico *Tonal *Modal *Gêneros *Técnicas *Improvisação	*Barroco *Neoclassicismo *Romantismo *Realismo *Impressionismo *Expressionismo *Fauvismo *Cubismo *Abstracionismo *Dadaísmo *Surrealismo
TEATRO	*Personagem: Expressões corporais, vocais, gestuais e faciais. *Ação *Espaço cênico	*Representação *Sonoplastia/iluminação/cenografia/ Figurino/caracterização/maquiagem/ Adereços *Jogos teatrais *Roteiro *Enredo *Gêneros *Técnicas	*Op-art *Pop-art *Teatro Pobre *Teatro do Oprimido *Música Serial *Música Eletrônica *Rap, Funk,Techo
	*Movimento corporal	*Ponto de apoio *Salto e queda *Rotação	*Música Minimalista *Arte Engajada *Hip hop

DANÇA	*Tempo *Espaço	*Formação *Deslocamento *Sonoplastia *Coreografia *Gêneros *Técnicas	*Dança Moderna *Vanguarda Artística *Arte Brasileira *Arte paranaense *Indústria Cultural *Cultura Afro

Sob uma perspectiva de inclusão social, essas Diretrizes consideram o cumprimento da Lei nº 10629/03 que inclui no currículo oficial a obrigatoriedade da História e Cultura Afro-brasileira; bem como da Lei nº 11645/08, que inclui no currículo oficial a obrigatoriedade do ensino da história e cultura dos povos indígenas do Brasil e a Lei n. 13381/2001 que inclui no currículo oficial a História do Paraná. A disciplina trabalhará as temáticas dentro dos conteúdos básicos.
Quanto à especificidade da Educação do Campo, esta Proposta Pedagógica é desenvolvida e avaliada com base nas orientações das diretrizes curriculares nacionais para educação básica, e contempla a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia (art. 5º e seu § único). Isso significa que, permanentemente, devemos avaliar a prática educacional numa perspectiva de que todos os seus envolvidos sejam avaliados por diferentes instrumentos e em diversos espaços.

5.4. METODOLOGIA DA DISCIPLINA

A Metodologia é o elemento da pedagogia que está mais intimamente ligado à prática em sala de aula. Este trabalho deve ser pautado pela relação que o ser humano tem com a arte; essa relação é de produzir arte, desenvolver um trabalho artístico ou de sentir e perceber as obras artísticas.
Na metodologia do ensino de arte, devemos contemplar três momentos de organização pedagógica: o sentir e perceber, o conhecimento e o trabalho artístico.

- **Sentir e perceber**:

É possibilitar aos alunos o acesso às obras artísticas de música, teatro, dança e artes visuais para que os mesmos possam familiariza-se com as diversas formas de produção da arte, bem como envolver a apreciação dos objetos da natureza e da cultura.
O trabalho do professor é o de possibilitar o acesso e mediar essa apreciação apropriação com o conhecimento sobre arte, para que o aluno possa interpretar as obras e a realidade, transcendendo as aparências, aprendendo parte da totalidade da realidade humano- social.

- **Conhecimento em Arte**:

O conhecimento em arte, na perspectiva desta proposta e materializa-se no trabalho escolar com os conteúdos estruturastes (elementos formais, composição, movimentos e períodos, tempo e espaço) da disciplina e como eles se constituem nas artes visuais, dança música e teatro.
É imprescindível que o professor considere a origem cultural e o grupo social dos alunos, trabalhando em suas aulas os conhecimentos produzidos na comunidade e as manifestações artísticas que produzem significado de vida para estes alunos, tanto na produção como na fruição.

A abordagem dos conteúdos (conhecimentos) não deve ser feita somente como aula teórica e sim contida no sentir e perceber e no trabalho artístico, pois o conhecimento em arte se efetiva somente quando esses três momentos são trabalhados.

Arte é um campo do conhecimento humano, produto da criação e do trabalho de indivíduos, histórica e socialmente datados, onde cada conteúdo tem sua origem e história, que devem ser conhecidas para melhor compreensão por parte do aluno.

Este conhecimento transforma-se, através do tempo, em função dos modos de produção social, o que implica, para o aluno, conhecer como se organizam as várias formas de produzir arte, como também, a maneira pela qual a sociedade estrutura-se historicamente.

- **Trabalho artístico:**

A prática artística (trabalho criador) é expressão privilegiada do aluno e momento do exercício as imagens e criação. Apesar das dificuldades que a escola encontra para desenvolver estas práticas, elas são fundamentais, pois a arte não pode ser apreendida somente de forma abstrata, o processo de produção do aluno acontece quando ele interioriza e se familiariza com os processos artísticos e humanizados os sentidos.

Essa abordagem metodológica é essencial no processo ensino-aprendizagem em arte. Esses três momentos metodológicos são importantes para o trabalho em sala de aula, pois apesar de serem interdependentes, é preciso planejar a aula com recursos e metodologia específica para cada um desses momentos.

O encaminhamento pode iniciar-se por qualquer desses momentos, mas o fundamental é que no processo o aluno tenha realizado trabalhos referentes ao sentir e perceber, ao conhecimento e ao trabalho artístico.

5.5. AVALIAÇÃO

A avaliação em Artes deverá levar em conta as relações estabelecidas pelo aluno entre os conhecimentos em arte e a sua realidade, evidenciadas tanto no processo, quanto na produção individual e coletiva desenvolvida a partir desses saberes. É necessário referir-se ao conhecimento específico das linguagens artísticas tanto em seus aspectos experimentais (práticos), quanto conceituais (teóricos), pois a avaliação consistente e fundamentada permite ao aluno posicionar-se em relação aos trabalhos artísticos estudados e produzidos.

A avaliação significativa exige fundamentação, para que abra portas e aponte caminhos para o redimensionamento das práticas pedagógicas, pois o professor participa do processo e compartilha a produção do aluno.

A avaliação em arte supera, dessa forma, o papel de mero instrumento de medição de apreensão de conteúdos; busca propiciar aprendizagens socialmente significativas para o aluno. Sendo processual e sem estabelecer parâmetros comparativos entre os alunos, estará discutindo dificuldades e progressos de cada um a partir de sua própria produção. Assim sendo, considerará o desenvolvimento do pensamento estético, levando em conta a sistematização dos conhecimentos para a leitura da realidade. Avaliar exige, acima de tudo, que se defina aonde se quer chegar, que se estabeleçam critérios para, em seguida, escolherem-se os procedimentos, inclusive aqueles referentes à seleção dos instrumentos que serão utilizados no processo de ensino e de aprendizagem.

5.6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PARANÁ. Diretrizes Curriculares de Arte para os anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação e Superintendência da Educação, 2008.

6. DISCIPLINA: ENSINO RELIGIOSO

6.1. APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

A disciplina visa proporcionar aos educandos a oportunidade de identificação, de entendimento, de conhecimento, de aprendizagem em relação às diferentes manifestações religiosas presentes na sociedade, de tal forma que tenham a amplitude da própria cultura em que se insere. O Ensino Religioso ao abordar o fenômeno religioso, contribui para a formação da cidadania e construção do conhecimento historicamente produzido pela humanidade. Este ensino promove a reflexão e a informação, propiciando aos estudantes a possibilidade de interagir positivamente uns com os outros de modo respeitoso no convívio social.

O objeto de estudo da disciplina é o estudo das diferentes manifestações do sagrado no coletivo. A partir da observância dos aspectos que marcam o sagrado e as relações que se estabelecem em decorrência dele nas diferentes manifestações religiosas a serem tratadas pelo Ensino Religioso, propõe-se como conteúdos estruturantes (saberes, conhecimentos de grande amplitude, conceitos ou práticas que identificam e organizam os campos de estudos de uma disciplina): A Paisagem Religiosa. O Símbolo. O Texto Sagrado.

Sob uma perspectiva de inclusão social, essas Diretrizes consideram o cumprimento da Lei nº 10629/03 que inclui no currículo oficial a obrigatoriedade da História e Cultura Afro-brasileira; bem como da Lei nº 11645/08, que inclui no currículo oficial a obrigatoriedade do ensino da história e cultura dos povos indígenas do Brasil. A disciplina trabalhará as temáticas dentro dos conteúdos básicos.

6.2. OBJETIVOS GERAIS

I. Superar modelos lineares e fragmentados de compreensão da realidade e a busca de outros referenciais que permitam uma análise mais complexa da sociedade.
II. Levar a uma compreensão ampla da diversidade cultural; de manifestações religiosas, dos seus ritos, das suas paisagens e símbolos, sem perder de vista as relações culturais, sociais, políticas e econômicas de que são impregnadas.
III. Reafirmar o compromisso da escola com o conhecimento, sem excluir do horizonte os valores éticos que fazem parte do processo educacional.
IV. Analisar e compreender o sagrado como o cerne da experiência religiosa do cotidiano que o contextualiza no universo cultural.
V. Desenvolver a vivência do diálogo e do respeito às diferenças pessoais, culturais e religiosas em seu convívio social, através da identificação dessas diferenças e semelhanças a fim de firmar atitudes de paz, compreensão, solidariedade e superação de toda forma de preconceito.
VI. Conhecer as normas de conduta, os limites éticos e os preceitos propostos pelas tradições religiosas, construindo um referencial ético para o estabelecimento de relações justas e humanizadoras, bem como atitudes de compromisso com a defesa e valorização da vida de todos os seres.
VII. Identificar a diversidade cultural religiosa na realidade social e conhecer a origem histórica das diferentes religiões, bem como a sua influência na cultura dos povos, analisando o fenômeno religioso como um dado de cultura, situando-se nele e desenvolvendo o diálogo, o sentido da tolerância e do convívio respeitoso para com as religiões africanas presentes no Brasil.

VIII. Conhecer os textos sagrados verbais e não-verbais, os contextos históricos, sociais e culturais que determinaram a sua revelação e construção, as formas de interpretação, entendendo que esses textos se constituem em referencial de fé, conforme as culturas religiosas.

IX. Conhecer a importância dos ritos sociais, culturais e religiosos na vida das pessoas, bem como os símbolos, os rituais e as espiritualidades das diferentes tradições religiosas que orientam a vivência da fé dos adeptos, sua experiência e relação com o Transcendente, desenvolvendo respeito pela expressão religiosa da cultura afro no Brasil.

6.3. CONTEÚDOS ESTRUTURANTES/CONTEÚDOS BÁSICOS

Paisagem Religiosa
Universo Simbólico Religioso
Textos Sagrados

5ª SÉRIE

CONTEÚDOS BÁSICOS:
Organizações religiosas
Lugares Sagrados
Textos Sagrados orais ou escritos
Símbolos Religiosos

6ª SÉRIE

Temporalidade Sagrada
Festas Religiosas
Ritos
Vida e Morte

6.4. METODOLOGIA DA DISCIPLINA

Os Conteúdos Básicos devem ser tratados sob a ótica dos três Conteúdos Estruturantes.

A linguagem utilizada deve ser a científica e não a religiosa, a fim de superar as tradicionais aulas de religião.

É vedada toda e qualquer forma de proselitismo e doutrinação,entendendo que os conteúdos do Ensino Religioso devem ser trabalhados enquanto conhecimento da diversidade sociopolítico e cultural.

6.5. AVALIAÇÃO

O Ensino Religioso não se constitui como objeto de reprovação, bem como não terá registro de notas ou conceitos na documentação escolar. Isso se justifica pelo caráter facultativo da matrícula na disciplina.

Espera-se que o aluno:

-Estabeleça discussões sobre o Sagrado numa perspectiva laica;

-Desenvolva uma cultura de Respeito à diversidade religiosa e cultural;

-Reconheça que o fenômeno religioso é um dado de cultura e de identidade de cada grupo social.

6.6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Diretrizes Curriculares de Ensino Religioso para o Ensino Fundamental. SEED – Curitiba, 2008.

7. DISCIPLINA: CIÊNCIAS

7.1. APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

A disciplina de Ciências tem como objeto de estudo o conhecimento científico que resulta da investigação da Natureza. Do ponto de vista científico, entende-se por Natureza o conjunto de elementos integradores que constitui o Universo em toda sua complexidade. Ao Homem cabe interpretar racionalmente os fenômenos observados na Natureza, resultantes das relações entre elementos fundamentais como tempo, espaço, matéria, movimento, força, campo, energia e vida.

De acordo com as DCEs; a Natureza legitima, então, os objetos de estudo das ciências naturais e da disciplina de Ciências. Denominar uma determinada ciência de natural é uma maneira de enunciar tal forma de legitimação. Chauí (DCEs) corrobora tal afirmação ao lembrar que no século XIX, sob influência dos filósofos franceses e alemães, dividiu-se o conhecimento científico a partir de critérios como: tipo de objeto estudado, tipo de método empregado e tipo de resultado obtido. Assim, as chamadas ciências naturais passaram a ser tomadas como um saber distinto das ciências matemáticas, das ciências sociais e das ciências aplicadas, bem como dos conhecimentos filosóficos, artísticos e do saber cotidiano. As relações entre os seres humanos com os demais seres vivos e com a Natureza ocorrem pela busca de condições favoráveis de sobrevivência. Contudo, a interferência do Homem sobre a Natureza possibilita incorporar experiências, técnicas, conhecimentos e valores produzidos na coletividade e transmitidos culturalmente. Sendo assim, a cultura, o trabalho e o processo educacional asseguram a elaboração e a circulação do conhecimento científico, estabelecem novas formas de pensar, de dominar a Natureza, de compreendê-la e se apropriar dos seus recursos.

Segundo KNELLER, a historicidade da ciência está ligada não somente ao conhecimento científico, mas também às técnicas pelas quais esse conhecimento é produzido, as tradições de pesquisa que o produzem e as instituições que as apoiam. Nesses termos, analisar o passado da ciência e daqueles que a construíram, significa identificar as diferentes formas de pensar sobre a *Natureza,* interpretá-la e compreendê-la*,* nos diversos momentos históricos.

Dentre os epistemólogos contemporâneos, Gaston Bachelard (1884-1962) contribuiu de forma significativa com reflexões voltadas à produção do conhecimento científico, apontando caminhos para a compreensão de que, na ciência, rompe-se com modelos científicos anteriormente aceitos como explicações para determinados fenômenos da natureza. Para esse autor existem três grandes períodos do desenvolvimento do conhecimento científico: estado pré-científico, estado científico e novo espírito científico.

No **estado pré-científico**, esse pensamento representa, segundo Bachelard (1996), um período marcado pela construção racional e empírica do conhecimento científico.

Este estado representa a busca da superação das explicações míticas, com base em sucessivas observações empíricas e descrições técnicas de fenômenos da natureza, além de intenso registro dos conhecimentos científicos desde a Antiguidade até fins do séc. XVIII.

RONAN afirma, com o pensamento mítico, o ser humano se preocupava com a divindade dos acontecimentos e não com as causas desses fenômenos. Pelo mito e pelas divindades o ser humano expressava o entendimento do mundo natural sob o ponto de vista “de um mundo divino operando no mundo da natureza” .

Outra possibilidade de explicação do mundo ocorreu a partir da proposição de modelos científicos que valorizavam a observação das regularidades dos fenômenos da Natureza para compreendê-los por meio da razão, em contraposição à simples crença.

A magia foi um modo legítimo de expressar uma síntese do mundo natural e do seu relacionamento com o homem.

Modelo construídos a partir de observações realizadas diretamente sobre os fenômenos da natureza, permitiram ao ser humano afastar-se do *mythos* e aproximar-se da *physis*.

Contrapondo-se à ideia animista, filósofos naturalistas explicavam a Natureza a partir de outro modelo ao atribuir à sua estrutura e constituição material porções imutáveis e indivisíveis, os átomos. Pelo modelo atomista, os átomos podem se mover e se combinar no espaço vazio e, assim, construir uma multiplicidade de sistemas maiores que, por sua vez, evoluem por meio de recombinações atômicas.

Aristóteles (século III a.C.), ao propor um modelo de Universo único, finito e eterno, composto por esferas que se dispunham em círculos concêntricos em relação à Terra, descrevendo movimentos circulares perfeitos,formulou as bases para o modelo geocêntrico. A explicação para a dinâmica do Universo, sistematizada por Aristóteles, pressupunha a existência de um quinto elemento da *Natureza*, o éter, constituinte da lua, dos planetas e das estrelas fixas; essas esferas consideradas superiores à esfera da Terra, referência imóvel e central (modelo geocêntrico).

Contemporâneos de Aristóteles, como por exemplo, Aristarco de Samos (século III a.C.), posicionavam-se com outras possibilidades de entendimento dos movimentos dos corpos celestes (RONAN, 1997a). Neste modelo, propunha-se o Sol como centro do Universo, regido por movimentos circulares (modelo heliocêntrico).

Provenientes das sistematizações dos pensadores gregos dizem respeito à descrição das partes anatômicas, ao modo indutivo de atribuir funções aos órgãos (modelo organicista) e à organização dos seres vivos presentes na natureza. Tais tradições preocupavam-se em identificar e organizar os seres da Escala Natural, privilegiando a sua perfeição e tendo como critérios a descrição das estruturas anatômicas e comportamentais.

Os critérios para identificação e organização permaneceram como base do sistema de classificação dos seres vivos até os séculos XVII e XVIII, quando a grande diversidade de espécies coletadas em diferentes regiões do planeta não permitia mais tal organização com base somente nesses critérios. Nesse sentido, os seres vivos passaram a ser vistos não mais como imutáveis e integrantes de uma natureza estática (modelo fixista), mas mutáveis, evolutivos, integrantes de uma natureza dinâmica (modelo evolutivo).

O pensamento grego também influenciou na descrição das funções dos órgãos do corpo humano (modelo organicista) Aristóteles, por exemplo, acreditava no coração como sendo o centro da consciência e no cérebro como o centro de refrigeração do sangue. Esse modelo organicista passou a sofrer interferências das relações provenientes do período renascentista, onde os conhecimentos físicos sobre a mecânica passaram a ser utilizados como analogia ao funcionamento dos sistemas do organismo (modelo mecanicista). Tal modelo foi sistematizado pelos anatomistas do século XVI, entre eles, o médico Willian Harvey (1578-1657).

O modelo mecanicista, utilizado pela ciência até os dias atuais para explicar o funcionamento dos sistemas do organismo, superou o modelo organicista, pois comparava, por analogias, o corpo humano às máquinas. Por exemplo, a analogia do coração com uma bomba hidráulica e o funcionamento do sistema respiratório com a ideia de combustão.

Relacionado à ideia de combustão, partia-se do princípio que o ar era necessário para manter o “fogo da vida”. Posteriormente, dentre as novas ideias sobre o assunto,

surgiu a do flogisto ou o “princípio do fogo”, que se relacionava a uma vasta gama de fenômenos dentre eles a combustão e a respiração.

As sistematizações de Lavoisier (1743-1794), no final do século XVIII, marcaram um importante momento para a ciência porque contribuíram para superar as ideias do flogisto que levaram a novas pesquisas científicas, culminando com a reorganização de toda nomenclatura à luz dos estudos voltados à nova teorização dos átomos e à química orgânica, no século XIX.

A alquimia, por sua vez, desde a Antiguidade, era uma prática que objetivava, principalmente, a transmutação dos metais e a busca pelo elixir da vida eterna, com a cura de todas as doenças (RONAN, 1997c). Outra interpretação da finalidade da alquimia relacionava-a com uma prática de investigação a respeito da constituição da matéria para dividir os compostos em elementos e estudar sua recombinação. Tal interpretação foi superada no século XVIII.

No **estado científico**, o século XIX foi, segundo Bachelard (1996), um período histórico marcado pelo estado científico, em que um único método científico é constituído para a compreensão da Natureza.

No período do estado científico buscou-se a universalidade do método cartesiano de investigação dos fenômenos da natureza, com maior divulgação do conhecimento científico em obras caracterizadas por uma linguagem mais compreensível.

No estado científico o mundo passa e ser entendido como mutável e o Universo como infinito. Novos estudos permitiram considerar a evolução das estrelas, as evidências de mudanças na crosta terrestre e a extinção de espécies, bem como a transformação da matéria e a conservação de energia.

Além dos conhecimentos produzidos a partir das pesquisas sobre a constituição da matéria, desenvolveram-se estudos sobre a transformação e a conservação dessa matéria na Natureza. Tais estudos, associados aos conhecimentos relativos à lei da conservação da energia, contribuíram para o entendimento de que na Natureza ocorrem ciclos de energia, o que se contrapôs à ideia de criação e destruição e estabeleceu modelos de transformação da energia na Natureza.

Nesse mesmo contexto, a mecânica clássica e o modelo “newtoniano-cartesiano” influenciaram fortemente o pensamento científico que se apropriou das “verdades” mecanicistas para explicar o funcionamento dos seres vivos, a dinâmica da natureza, o movimento dos corpos celestes e os fenômenos ligados à gravitação.

O período do estado científico foi marcado, também, por publicações de cunho científico não- literárias, com linguagem menos apropriada à divulgação, voltadas a uma elite intelectual que as acessava por meio dos cursos universitários.

No estado do **novo espírito científico** configura-se também, como um período fortemente marcado pela aceleração da produção científica e a necessidade de divulgação, em que a tecnologia influenciou e sofreu influências dos avanços científicos.

A preocupação crescente com a educação científica vem sendo defendida não só por educadores em ciências, mas por diferentes profissionais; seus objetivos têm tido uma grande abrangência. Nesse sentido, torna-se importante discutir os diferentes significados e funções que se têm atribuído à educação científica com o intuito de levantar referenciais para estudos na área de currículo, filosofia e política educacional que visem analisar o papel da educação científica na formação do cidadão.

Devemos estar centrados no compreender o conteúdo científico e no compreender a função social da ciência.

Pela natureza do conhecimento científico, não se pode pensar no ensino de seus conteúdos de forma neutra, sem que se contextualize o seu caráter social, nem há como discutir a função social do conhecimento científico sem uma compreensão do seu conteúdo.

Adota-se a diferenciação entre alfabetização e letramento, pois na tradição escolar a alfabetização científica tem sido considerada na acepção do domínio da linguagem científica, enquanto o letramento científico, no sentido do uso da prática social, parece ser um mito distante da prática de sala de aula. Ao empregar o termo letramento, busca-se enfatizar a função social da educação científica contrapondo-se ao restrito significado de alfabetização escolar.

Letramento científico, nessa perspectiva, consiste na formação técnica do domínio das linguagens e ferramentas mentais usadas em ciência para o desenvolvimento científico. Para isso, os estudantes deveriam ter amplo conhecimento das teorias científicas e ser capazes de propor modelos em ciência. Isso exige não só o domínio vocabular mas a compreensão de seu significado conceitual e o desenvolvimento de processos cognitivos de alto nível de elaboração mental de modelos explicativos para processos e fenômenos.

Os conteúdos de Ciências valorizam conhecimentos científicos das diferentes ciências de referência – Biologia, Física, Química, Geologia, Astronomia, entre outras. O ensino de Ciências deve promover inter-relações entre os conteúdos selecionados, de modo a promover o entendimento do objeto de estudo da disciplina de Ciências. Essas inter-relações devem ser fundamentar nos Conteúdos Estruturantes (ciência atividade humana).

É necessário ensinar ciências para contribuir para a formação do aluno quanto: conhecimento do conteúdo científico e habilidade em distinguir ciência de não- ciência; compreensão da ciência e de suas aplicações; conhecimento do que vem a ser ciência; independência no aprendizado de ciência; habilidade para pensar cientificamente; habilidade de usar conhecimento científico na solução de problemas; conhecimento necessário para participação inteligente em questões sociais relativas à ciência; compreensão da natureza da ciência, incluindo as suas relações com a cultura; apreciação do conforto da ciência, incluindo apreciação e curiosidade por ela; conhecimento dos riscos e benefícios da ciência; ou habilidade para pensar criticamente sobre ciência e negociar com especialistas.

A disciplina de ciências tem como objetivos gerais:

- Resgatar no contexto histórico como se desenvolveu o conhecimento científico,
- Abordar os conhecimentos científicos escolares, orientando que eles tem origem nos modelos construídos a partir da investigação da Natureza.
- Propiciar o acesso ao conhecimento da história da ciência, associando os conhecimentos científicos com os contextos políticos, éticos, econômicos e sociais que originaram sua construção.
- Propagar os conhecimentos científicos recentes, convictos que a produção científica não deve ser entendida como uma verdade absoluta.
- Apropriar-se das informações referentes os avanços científicos e tecnológicos, as questões sociais e ambientais.
- Propiciar o enriquecimento da cultura científica do aluno, rompendo com obstáculos conceituais e adquirindo maiores condições de estabelecer relações conceituais, interdisciplinares e contextucionalização fragmentada do conhecimento.
- Compreender: origem e evolução do Universo (Astronomia); a constituição dos corpos (Matéria); a constituição dos sistemas orgânicos e fisiológicos (Sistemas Biológicos); a conservação e transformação de energia (Energia); o conceito de biodiversidade (Biodiversidade).
- Utilizar uma linguagem que permita comunicar-se com o outro e que possa fazer da aprendizagem dos conceitos científicos algo significativo no seu cotidiano.

- Propiciar acesso aos conteúdos científicos escolares que tenham significados para estabelecer relações “substantivas e não arbitrárias” entre o que conhece de aprendizagem anteriores e o que aprende de novo.
- Propiciar a integração conceitual que estabeleça relações conceituais, interdisciplinares e contextuais; superando a construção fragmentada do conhecimento.
- Compreender: origem e evolução do Universo (Astronomia); a constituição dos corpos (Matéria); a constituição dos sistemas orgânicos e fisiológicos (Sistemas Biológicos); a conservação e transformação de energia (Energia); o conceito de biodiversidade (Biodiversidade).

7.2. CONTEÚDOS ESTRUTURANTES/CONTEÚDOS BÁSICOS

5ª série – Ensino Fundamental

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES: Astronomia, Matéria, Sistemas Biológicos, Energia, Biodiversidade.

1. Conteúdos Básicos de Astronomia
Universo – Galáxias, Movimento do Universo.
Movimentos Terrestres e Celestes – Eclipse do Sol, eclipse da Lua, fases da Lua, constelações, dias e noites.
Movimentos Terrestres e Celestes – Rotação, translação, estações do ano.
Astros – Estrelas, planetas, planetas anões, satélites naturais, anéis, meteoros,meteoritos, cometas.

2. Conteúdos Básicos de Matéria
Constituição da matéria - Conceito de matéria, atmosfera terrestre primitiva, camadas atmosféricas, solos, rochas, minerais, água.

3. Conteúdos Básicos de Sistemas Biológicos
Níveis de Organização – Organismo, sistemas, órgãos, tecidos, células, unicelular, pluricelular, procarionte, eucarionte, autótrofo, heterótrofo.

4. Conteúdos Básicos de Energia
Formas de Energia - Energia elétrica, energia eólica.
Conversão de Energia - Fontes de energia renováveis e não- renováveis.
Transmissão de Energia – Mudanças de estado físico.

5. Conteúdos Básicos de Biodiversidade
Organização dos Seres Vivos – Deriva continental, Diversidade das espécies, extinção de espécies, comunidade, população.
Ecossistemas – Conceito de biodiversidade, ecossistemas (dinâmica e características)

Os conteúdos específicos estão presentes nos conceitos fundamentais de Ciências que podem estar relacionados com conceitos de mais de um conteúdo estruturante, de acordo com o encaminhamento e as preferências do autor, garantindo a articulação entre eles. Para tal, é necessário que os conteúdos específicos da disciplina de Ciências sejam entendidos na sua complexidade de relações, envolvendo a integridade de natureza

científica, não dissociada em áreas de conhecimento físico, químico ou biológico, mas acrescida das possíveis relações conceituais, interdisciplinares e contextuais.

POSSÍVEIS RELAÇÕES

RELAÇÕES CONCEITUAIS: vulcões, tsunamis, terremotos, desertos, chuva ácida, fósseis, efeito estufa, ação do vento, luminosidade, tornados, camada de ozônio, gases, fontes de energia renováveis e não renováveis, entre outras.

RELAÇÕES INTERDISCIPLINARES: territórios brasileiros, lendas indígenas, leituras de diferentes narrativas (língua portuguesa e língua estrangeira moderna), medidas de grandezas, pinturas rupestres, renascença, esportes aquáticos, literatura brasileira e os casos de doenças, influência da altitude na prática de esportes, medidas de grandezas, localização geográfica, distribuição dos seres vivos no planeta, Revolta da Vacina, crescimento da população humana, as doenças e as condições sociais de moradias, representação da natureza em obras de arte, evolução cultural do ser humano, formas de comunicação humana, o ser humano e suas relações com o sagrado, mitos e outras explicações sobre a origem da vida, distribuição da população humana, importação e exportação de alimentos, práticas esportivas, taxas de natalidade, mortalidade e fecundidade, medidas de grandezas, o contexto da Revolução científica, instrumentos musicais, órgãos sensoriais e a arte, entre outras.

RELAÇÕES DE CONTEXTO: instrumentos astronômicos, história da astronomia, contaminação da água, desertificação, minerais e a tecnologia: jóias, relógios e outros, mineração, sismógrafos, poluição do solo, poluição da água, queimadas, desmatamento, manejo do solo para agricultura, compostagem, contaminação do solo, conservação dos aquíferos, tratamento da água, lixo tóxico, aquecimento global, biotecnologia, plástico biodegradável, fibra ótica, elevadores hidráulicos, lixo e o ambiente, coleta seletiva de lixo, reservas ambientais – APA, código florestal brasileiro, fauna brasileira ameaçada de extinção, ação humana nos ecossistemas, desmatamento, poluição do ar, balões e aviões, instrumentos de vôo , aquecimento global, saneamento básico, questões de higiene, alimentos transgênicos, aterro sanitário, coleta seletiva e reciclagem, usinas geradoras de energia, forno micro-ondas, lâmpadas, chuveiro elétrico, consumo de energia elétrica residencial, bússola, microfone e alto-falante, paraquedas e asa deltas, tecnologia da comunicação, pilhas, baterias e questões ambientais, Código de Trânsito – acidentes de trânsito, educação ambiental, educação do campo, agricultura e tecnologia, entre outras.

6ª série

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES: Astronomia, Matéria, Sistemas Biológicos, Energia, Biodiversidade.
1. Conteúdos Básicos de Astronomia

A**stros** – Constituição físico-química dos astros.
Sistema solar – Geocentrismo, heliocentrismo.

2. Conteúdos Básicos de Matéria
Constituição da matéria - Composição do planeta Terra primitivo, a Terra antes do surgimento da vida, atmosfera terrestre primitiva, crosta terrestre, manto terrestre,núcleo terrestre, estrutura química da célula.

3. Conteúdos Básicos de Sistemas Biológicos

Célula - Teoria celular, tipos celulares, mecanismos celulares, estrutura celular, fotossíntese, reserva energética.

Morfologia e Fisiologia dos Seres Vivos – Características gerais dos seres vivos, órgãos e sistemas animais e vegetais,

4. Conteúdos Básicos de Energia

Formas de Energia - Energia luminosa, energia térmica

Conversão de Energia - A interferência da energia luminosa nos seres vivos, sistemas ectotérmicos, sistemas endotérmicos,

5. Conteúdos Básicos de Biodiversidade

Organização dos Seres Vivos – , diversidade das espécies, extinção de espécies.

Sistemática – Classificação dos seres vivos, categorias taxonômicas, filogenia, populações.

Ecossistemas – Eras geológicas.

Interações Ecológicas – Interações ecológicas, sucessões ecológicas, cadeia alimentar, seres autótrofos e heterótrofos.

Origem da Vida – Conceito de biodiversidade, biogênese, teorias sobre o surgimento da vida, geração espontânea.

Evolução dos Seres Vivos – Teorias evolutivas

Sistemática – Classificação dos seres vivos, categorias taxonômicas, filogenia,populações.

Os conteúdos específicos estão presentes nos conceitos fundamentais de Ciências que podem estar relacionados com conceitos de mais de um conteúdo estruturante, de acordo com o encaminhamento e as preferências do autor, garantindo a articulação entre eles. Para tal, é necessário que os conteúdos específicos da disciplina de Ciências sejam entendidos na sua complexidade de relações, envolvendo a integridade de natureza científica, não dissociada em áreas de conhecimento físico, químico ou biológico, mas acrescida das possíveis relações conceituais, interdisciplinares e contextuais.

POSSÍVEIS RELAÇÕES

RELAÇÕES CONCEITUAIS: ação do vento, luminosidade, tornados, camada de ozônio, a ação de substâncias químicas no organismo, gases, fontes de energia renováveis e não renováveis, Ilhas de calor, entre outras.

RELAÇÕES INTERDISCIPLINARES: territórios brasileiros, lendas indígenas, leituras de diferentes narrativas (língua portuguesa e língua estrangeira moderna), medidas de grandezas, pinturas rupestres, renascença, esportes aquáticos, literatura brasileira e os casos de doenças, influência da altitude na prática de esportes, medidas de grandezas, localização geográfica, distribuição dos seres vivos no planeta, Revolta da Vacina, crescimento da população humana, as doenças e as condições sociais de moradias, representação da natureza em obras de arte, evolução cultural do ser humano, formas de comunicação humana, o ser humano e suas relações com o sagrado, mitos e outras explicações sobre a origem da vida, distribuição da população humana, importação e exportação de alimentos, práticas esportivas, taxas de natalidade, mortalidade e fecundidade, medidas de grandezas, o contexto da Revolução científica, instrumentos musicais, órgãos sensoriais e a arte, entre outras.

RELAÇÕES DE CONTEXTO: Inovação tecnológica, fermentação, contaminação da água, poluição do solo, poluição da água, queimadas, desmatamento, manejo do solo para agricultura, contaminação do solo, tratamento da água, lixo tóxico, elevadores hidráulicos, lixo e o ambiente, unidades de conservação, ocupação da mata atlântica, exploração da Amazônia, conservação da mata ciliar, exploração da mata das araucárias, tráfico de animais, ação humana nos ecossistemas, espécies exóticas, desenvolvimento industrial, impactos ambientais, desmatamento, exploração da caça e pesca, tráfico de animais e vegetais, poluição do ar , aquecimento global, resíduos químicos no ambiente, uso de agrotóxicos na agricultura, Instituições governamentais e ONG, tecnologia na produção vegetal – estufas, bactérias e degradação de petróleo, dengue e saúde pública no Brasil, vigilância epidemiológica, biotecnologia dos fungos, automedicação: antibióticos, polinização provocada pelo homem, hidroponia, interferência do ser humano na produção de frutos de comercialização, comercialização da carnes exóticas, vacinas e soros, raças e preconceitos raciais, fome e desnutrição, questões de higiene, tecnologia e testes diagnósticos, saneamento básico, medicamentos, influência da alimentação na saúde, aterro sanitário, corantes e tingimento de tecidos, projeto Genoma Humano, gravidez precoce, DSTs, pilhas, baterias e questões ambientais, Código de Trânsito – acidentes de trânsito, educação ambiental, educação do campo, agricultura e tecnologia, entre outras.

7ª série

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES: Astronomia, Matéria, Sistemas Biológicos, Energia, Biodiversidade.

1. Conteúdos Básicos de Astronomia

Movimentos Terrestres e Celestes – a esfera terrestre e seu sistema de coordenadas, a esfera celeste e seu coordenadas.
Origem e evolução do Universo – Teorias sobre a origem do Universo (Teorias Cosmogônicas), modelos de Universo finito, modelos de Universo infinito, modelos de Universo inflacionário, modelos de Universo em expansão, a teoria da relatividade e a cosmologia moderna.

2. Conteúdos Básicos de Matéria

3. Conteúdos Básicos de Sistemas Biológicos

Célula - Mecanismos celulares, estrutura celular, respiração celular, fotossíntese, reserva energética.
Morfologia e Fisiologia dos Seres Vivos – Órgãos e sistemas animais e vegetais, estrutura e funcionamento dos tecidos, tipos de tecidos, mecanismos biológicos de diferentes seres vivos, sistemas comparados (aspectos evolutivos), sistemas exclusivos de algumas espécies, diversidade de estruturas e sistemas de acordo com os diferentes grupos de seres vivos e suas particularidades, como por exemplo, sistema digestório, sistema cardiovascular, sistema excretor, sistema urinário.
Mecanismos Morfologia e Fisiologia dos Seres Vivos – sistema sensorial , sistema reprodutor , sistemade Herança Genética – Noções de hereditariedade, cromossomos, gene,
DNA, RNA, mitose, meiose.

4. Conteúdos Básicos de Energia

Formas de Energia - Energia mecânica, energia térmica, energia luminosa, energia nuclear, energia elétrica, energia química, energia eólica.

5. Conteúdos Básicos de Biodiversidade

Evolução dos Seres Vivos – Teorias evolutivas

Os conteúdos específicos estão presentes nos conceitos fundamentais de Ciências que podem estar relacionados com conceitos de mais de um conteúdo estruturante, de acordo com o encaminhamento e as preferências do autor, garantindo a articulação entre eles. Para tal, é necessário que os conteúdos específicos da disciplina de Ciências sejam entendidos na sua complexidade de relações, envolvendo a integridade de natureza científica, não dissociada em áreas de conhecimento físico, químico ou biológico, mas acrescida das possíveis relações conceituais, interdisciplinares e contextuais.

POSSÍVEIS RELAÇÕES

RELAÇÕES CONCEITUAIS: a ação de substâncias químicas no organismo, gases, fontes de energia renováveis e não renováveis, entre outras.

RELAÇÕES INTERDISCIPLINARES: territórios brasileiros, lendas indígenas, leituras de diferentes narrativas (língua portuguesa e língua estrangeira moderna), medidas de grandezas, pinturas rupestres, renascença, esportes aquáticos, literatura brasileira e os casos de doenças, influência da altitude na prática de esportes, medidas de grandezas, localização geográfica, distribuição dos seres vivos no planeta, Revolta da Vacina, crescimento da população humana, as doenças e as condições sociais de moradias, representação da natureza em obras de arte, evolução cultural do ser humano, formas de comunicação humana, o ser humano e suas relações com o sagrado, mitos e outras explicações sobre a origem da vida, distribuição da população humana, importação e exportação de alimentos, práticas esportivas, taxas de natalidade, mortalidade e fecundidade, medidas de grandezas, o contexto da Revolução científica, instrumentos musicais, órgãos sensoriais e a arte, entre outras.

RELAÇÕES DE CONTEXTO: tecnologia na produção vegetal – estufas, bactérias e degradação de petróleo, dengue e saúde pública no Brasil, vigilância epidemiológica, biotecnologia dos fungos, automedicação: antibióticos, polinização provocada pelo homem, hidroponia, interferência do ser humano na produção de frutos de comercialização, saneamento básico, comercialização da carnes exóticas, vacinas e soros, raças e preconceitos raciais, fome e desnutrição, questões de higiene, tecnologia e testes diagnósticos, saneamento básico, obesidade, anorexia e bulimia, melhoramento genético e transgenia, alimentos transgênicos, exames sanguíneos, transfusões e doações sanguíneas, soros e vacinas, medicamentos, hemodiálise, terapia gênica, CTNBio, influência da alimentação na saúde, consumo de drogas, métodos contraceptivos, Organização Mundial da Saúde, reprodução humana assistida, projeto Genoma Humano, gravidez precoce, DSTs, pilhas, baterias e questões ambientais, Código de Trânsito – acidentes de trânsito, educação ambiental, educação do campo, agricultura e tecnologia, entre outras.

8ª série

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES: Astronomia, Matéria, Sistemas Biológicos, Energia, Biodiversidade.

1. Conteúdos Básicos de Astronomia
Gravitação Universal – Leis de Kepler, leis de Newton.

2. Conteúdos Básicos de Matéria
Constituição da matéria - Conceito de matéria, átomos, modelos atômicos, elementos químicos, íons, ligações químicas substâncias, reações químicas, funções químicas inorgânicas ácidos, sais, bases, óxidos,lei da conservação da massa,compostos orgânicos.

Propriedades da matéria –Massa ,volume densidade , compressibilidade,elasticidade,divisibilidade,indestrutibilidade, impenetrabilidade ,maleabilidade ,ductibilidade, flexibilidade, elasticidade, permeabilidade, condutibilidade, dureza,tenacidade, cor, brilho, sabor, textura, odor.

3. Conteúdos Básicos de Sistemas Biológicos
– Noções de hereditariedade, cromossomos, gene,DNA, RNA, mitose, meiose.

4. Conteúdos Básicos de Energia
Conversão de Energia - Sistemas semi- conservativos, ciclos de matéria, eletromagnetismo, movimentos, velocidade, aceleração, colisões, trabalho, potência,eletromagnetismo, conversão de energia potencial em cinética.
Transmissão de Energia – Irradiação, convecção, condução, sistemas de transmissão de energia, leis de Newton, máquinas simples, sistemas mecânicos, equilíbrio de forças.
5. Conteúdos Básicos de Biodiversidade
Interações Ecológicas – Ciclos biogeoquímicos, relações interespecíficas, relações intraespecíficas.

Os conteúdos específicos estão presentes nos conceitos fundamentais de Ciências que podem estar relacionados com conceitos de mais de um conteúdo estruturante, de acordo com o encaminhamento e as preferências do autor, garantindo a articulação entre eles. Para tal, é necessário que os conteúdos específicos da disciplina de Ciências sejam entendidos na sua complexidade de relações, envolvendo a integridade de natureza científica, não dissociada em áreas de conhecimento físico, químico ou biológico, mas acrescida das possíveis relações conceituais, interdisciplinares e contextuais.

POSSÍVEIS RELAÇÕES

RELAÇÕES CONCEITUAIS: gases, fontes de energia renováveis e não renováveis, Ilhas de calor, máquinas simples - alavancas, polia, engrenagens, entre outras.

RELAÇÕES INTERDISCIPLINARES: territórios brasileiros, lendas indígenas, leituras de diferentes narrativas (língua portuguesa e língua estrangeira moderna), medidas de grandezas, pinturas rupestres, renascença, esportes aquáticos, literatura brasileira e os casos de doenças, influência da altitude na prática de esportes, medidas de grandezas, localização geográfica, distribuição dos seres vivos no planeta, Revolta da Vacina, crescimento da população humana, as doenças e as condições sociais de moradias, representação da natureza em obras de arte, evolução cultural do ser humano, formas de comunicação humana, o ser humano e suas relações com o sagrado, mitos e outras explicações sobre a origem da vida, distribuição da população humana, importação e exportação de alimentos, práticas esportivas, taxas de natalidade, mortalidade e

fecundidade, medidas de grandezas, o contexto da Revolução científica, instrumentos musicais, órgãos sensoriais e a arte, entre outras.

RELAÇÕES DE CONTEXTO: lixo e o ambiente, biotecnologia, plástico biodegradável, elevadores hidráulicos, panela de pressão, ultrassonografia, máquina fotográfica, óculos, telescópios , aquecimento global, resíduos químicos no ambiente, tecnologia na produção vegetal – estufas, bactérias e degradação de petróleo, influência da alimentação na saúde, consumo de drogas, métodos contraceptivos, Organização Mundial da Saúde, instrumentos de medidas, tecnologias em produtos de eletrônica, dessanilização, panela de pressão, ligas metálicas, aterro sanitário, biodiesel, corantes e tingimento de tecidos, estações de tratamento de esgoto, biogás, adubos e fertilizantes químicos, coleta seletiva e reciclagem, usinas geradoras de energia, instrumentos e escalas termométricas, acidentes, forno micro-ondas, lâmpadas, chuveiro elétrico, consumo de energia elétrica residencial, bússola, microfone e alto-falante, paraquedas e asa deltas, tecnologia da comunicação, pilhas, baterias e questões ambientais, Código de Trânsito – acidentes de trânsito, educação ambiental, educação do campo, agricultura e tecnologia, entre outras.

Em nosso trabalho será contemplada a legislação vigente: Lei 10639/03 –história e cultura afro-brasileira e africana, Lei 11645/08 – história e cultura dos povos indígenas, Lei 9795/99 – política nacional de educação ambiental.

Dessa forma, serão inseridos temas relacionados a História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena através de análise e reflexão sobre a diversidade cultural e racial reconhecendo os afro-brasileiros como sujeitos na construção da sociedade e do país, ressaltando os valores que precisam ganhar amplitude e status de conhecimento, na perspectiva de uma sociedade multicultural e pluri-étnica , lei 11.645/03/08 que integra a História e Cultura afro-brasileira e Indígena ao Currículo de Ensino Fundamental e Médio.

7.3. METODOLOGIA DA DISCIPLINA

Na metodologia, nós, professores nos embasamos na teoria da aprendizagem de Ausubel que propõe que os conhecimentos prévios dos alunos sejam valorizados, para que possam construir estruturas mentais utilizando, como meio, mapas conceituais que permitem descobrir e redescobrir outros conhecimentos, caracterizando, assim, uma aprendizagem prazerosa e eficaz.

A aprendizagem é muito mais significativa à medida que o novo conteúdo é incorporado às estruturas de conhecimento de um aluno e adquire significado para ele a partir da relação com seu conhecimento prévio. Ao contrário, ela se torna mecânica ou repetitiva, uma vez que se produziu menos essa incorporação e atribuição de significado, e o novo conteúdo passa a ser armazenado isoladamente ou por meio de associações arbitrárias na estrutura cognitiva. Quando o conteúdo escolar a ser aprendido não consegue ligar-se a algo já conhecido, ocorre o que Ausubel chama de aprendizagem mecânica, ou seja, quando as novas informações são aprendidas sem interagir com conceitos relevantes existentes na estrutura cognitiva. Assim, a pessoa decora fórmulas, leis, mas esquece após a avaliação.

Para haver aprendizagem significativa são necessárias duas condições. Em primeiro lugar, o aluno precisa ter uma disposição para aprender: se o indivíduo quiser memorizar o conteúdo arbitrária e literalmente, então a aprendizagem será mecânica. Em segundo, o conteúdo escolar a ser aprendido tem que ser potencialmente significativo, ou seja, ele tem que ser lógica e psicologicamente significativo: o significado lógico depende somente da natureza do conteúdo, e o significado psicológico é uma experiência que cada indivíduo tem. Cada aprendiz faz uma filtragem dos conteúdos que têm significado ou não para si próprio.

Ao selecionarmos os conteúdos a serem ensinados, organizaremos nosso trabalho docente tendo como referências: o tempo disponível para o trabalho pedagógico (horas/aula semanais); o Projeto Político Pedagógico da escola, os interesses da realidade local e regional onde a escola está inserida, a análise crítica dos livros didáticos de Ciências disponíveis e informações atualizadas sobre os avanços da produção científica.

Na organização do plano de trabalho docente faremos reflexões a respeito das relações a serem estabelecidas entre os conteúdos, dos recursos pedagógicos disponíveis, das estratégias de ensino que podem ser utilizadas e das expectativas de aprendizagem para um bom resultado final.

Em nosso ensino de Ciências, alguns aspectos serão considerados essenciais tanto para a nossa formação quanto para nossa atividade pedagógica. Abordaremos, assim três aspectos importantes, a saber: a história da ciência, a divulgação científica e a atividade experimental.

Assim, no momento da seleção dos conteúdos, das estratégias e dos recursos instrucionais, dentre outros critérios, levaremos em consideração o desenvolvimento cognitivo dos estudantes.

Entretanto, sabemos e consideraremos outras variáveis que interferem no processo ensino-aprendizagem de conceitos científicos, dentre elas o enraizamento das concepções alternativas, as apropriações culturais locais ou regionais, a concepção de ciência do professor e a qualidade de sua prática de ensino.

Utilizaremos em nossa prática para garantir o processo ensino-aprendizagem de forma bem articulada os seguintes itens:

· recursos pedagógicos/tecnológicos que enriquecem a prática docente, tais como: livro didático, texto de jornal, revista científica, figuras, revista em quadrinhos, música, quadro de giz, mapa (geográficos, sistemas biológicos, entre outros), globo, modelo didático (torso, esqueleto, célula, olho, desenvolvimento embrionário, entre outros), microscópio, lupa, jogo, televisor, computador, retroprojetor, entre outros;

· de recursos instrucionais como organogramas, mapas conceituais, mapas de relações, diagramas V, gráficos, tabelas, infográficos, entre outros;

· de alguns espaços de pertinência pedagógica, dentre eles, feiras, laboratórios, exposições de ciência, seminários e debates.

As estratégias de ensino e os recursos pedagógico- tecnológicos e instrucionais são
fundamentais para nossa prática docente. Além disso, contribuem de forma significativa para melhorar as condições de aprendizagem aos estudantes.

Diante de todas essas considerações propõem-se alguns encaminhamentos metodológicos que serão valorizados em nosso ensino de Ciências, tais como: a problematização, a contextualização, a interdisciplinaridade, a pesquisa, a leitura científica, a atividade em grupo, a observação, a atividade experimental, os recursos instrucionais e o lúdico.

Abordagem problematizadora

A ação de problematizar é mais do que a mera motivação para se iniciar um novo conteúdo. Essa ação possibilita a aproximação entre o conhecimento alternativo dos estudantes e o conhecimento científico escolar que se pretende ensinar. A problematização como estratégia de ensino pode ser efetuada, evidenciando-se duas dimensões: na primeira, levaremos em conta o conhecimento de situações significativas apresentadas pelos estudantes, problematizando-as; na segunda, realizaremos a problematização de forma que o estudante sinta a necessidade do conhecimento científico escolar para resolver os problemas apresentados.

Relações contextuais

Contextualizar é uma forma de articular o conhecimento científico com o contexto histórico e geográfico do nosso aluno, com outros momentos históricos, com os interesses políticos e econômicos que levaram à sua produção para que o conhecimento disciplinar seja potencialmente significativo. A contextualização pode ser um ponto de partida, de modo a abordar o conteúdo de modo mais concreto e próximo à realidade do nosso aluno para uma posterior abordagem abstrata e específica. A contextualização pode, também, ser utilizada como ponto de chegada caso façamos a opção por iniciar a nossa prática com conteúdos mais abstratos e reflexivos.

Nesse caso, contextualizar significa aproximar os conteúdos científicos escolares das estruturas sociais, políticas, éticas, tecnológicas, econômicas, entre outras. Esta aproximação, no âmbito pedagógico, se estabelece por meio de metodologias que fazem uso, necessariamente, de conceitos teóricos precisos e claros, voltados para a abordagem das experiências sociais dos sujeitos históricos produtores do conhecimento.

Relações interdisciplinares

A abordagem interdisciplinar como pressuposto metodológico considera que muitos conteúdos, ainda que específicos, se articulam permanentemente com outros conteúdos e isso torna necessária uma aproximação entre eles, mesmo entre os tratados por diferentes disciplinas escolares. As relações interdisciplinares se estabelecem quando conceitos, modelos ou práticas de uma dada disciplina são incluídos no desenvolvimento do conteúdo de outra. Em Ciências, as relações interdisciplinares podem ocorrer quando buscamos nos conteúdos específicos de outras disciplinas, contribuições para o entendimento do objeto de Ciências, o conhecimento científico resultante da investigação da Natureza.

Pesquisa

A pesquisa é uma estratégia de ensino que visa à construção do conhecimento. Essa estratégia inicia-se na procura de material de pesquisa, passa pela interpretação desse material e chega à construção das atividades. A pesquisa pode ser apresentada na forma escrita e/ou oral, entretanto, para que os objetivos pedagógicos sejam atingidos, se faz necessário que seja construída com redação do próprio aluno, pois ao organizar o texto escrito ele precisará sistematizar ideias e explicitar seu entendimento sobre o conteúdo com recursos do vocabulário que domina. Na apresentação oral o aluno deve superar a simples leitura e repetição, evidenciando a compreensão crítica do conteúdo pesquisado e explicitando a sua interpretação.

Divulgação científica

A leitura científica como estratégia de ensino, permite aproximação entre alunos e nós, professores, pois propicia o trabalho interdisciplinar e proporciona um maior aprofundamento de conceitos. Cabe analisarmos o material a ser trabalhado, levando em conta o grau de dificuldade da abordagem do conteúdo, o rigor conceitual e a linguagem utilizada. Dentre os diversos materiais de divulgação que podem ser utilizados como recursos pedagógicos, sugerem-se:

1. Revistas Ciência Hoje e Ciência Hoje para as Crianças – Publicação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – www.sbpcnet.org.br

2. Revista Eletrônica Café Orbital – Publicação do Observatório Nacional – Disponível em www.on.br (Ministério da Ciência e Tecnologia).

3. Revistas Scientific American e Scientific American Brasil – Publicação da Editora Duetto – Disponível em www.sciam.com.br

4. Portal dia-a-dia educação - Projeto Folhas – Disponível em www.diaadiaeducacao.pr.gov.br
5. Coleção Explorando o Ensino – Educação Básica, Ministério da Educação – Disponível em www.mec.gov.br

Atividade em grupo

No trabalho em grupo, o aluno tem a oportunidade de trocar experiências, apresentar suas proposições aos outros alunos, confrontar idéias, desenvolver espírito de equipe e atitude colaborativa. Esta atividade permite aproximar o estudo de Ciências dos problemas reais, de modo a contribuir para a construção significativa de conhecimento pelo estudante.

Observação

A estratégia da observação estimula nosso aluno, a capacidade de observar fenômenos em seus detalhes para estabelecer relações mais amplas sobre eles. Por outro lado, permite que nós, professores, perceber as dificuldades individuais de interpretar tais fenômenos devido à falta de atenção e as lacunas teórico- conceituais. Esta estratégia é uma alternativa viável e coerente com a própria natureza da disciplina, pois o aluno pode desenvolver observações e superar a simples constatação de resultados, passando para construção de hipóteses que a própria observação possibilita.

Atividade Experimental

A inserção de atividades experimentais em nossa prática docente apresenta-se como uma importante estratégia de ensino e aprendizagem, quando mediada por nós, professores, de forma a desenvolver o interesse nos alunos e criar situações de investigação para a formação de conceitos. Tais atividades não têm como único espaço possível o laboratório escolar, visto que podem ser realizadas em outros espaços pedagógicos, como a sala de aula, e utilizar materiais alternativos aos convencionais. Entretanto, é importante que nossas práticas proporcionem discussões, interpretações e se coadunem com os conteúdos trabalhados na sala. Não devemos, portanto, propiciar apenas momento de comprovação de leis e teorias, ou meras ilustrações das aulas teóricas.

Recursos instrucionais

Os recursos instrucionais (mapas conceituais, organogramas, mapas de relações, diagramas V, gráficos, tabelas, infográficos, entre outros) podem e devem ser usados na análise do conteúdo científico escolar, no trabalho pedagógico/tecnológico e na avaliação da aprendizagem. Esses recursos são instrumentos potencialmente significativos para sala de aula porque se fundamentam na aprendizagem significativa e subsidiam nosso trabalho com o conteúdo científico escolar, porque são compostos por elementos extraídos da observação, da experimentação, da contextualização, da interdisciplinaridade, entre outros. Assim, ampliam a possibilidade do nosso aluno criar sentido para o que está aprendendo e tornam a aprendizagem significativa, seja no momento da aula, seja no momento da avaliação.

Os recursos instrucionais não possuem modelo único e não existem regras fixas a serem utilizadas na sua construção. Por exemplo, mapas de conceitos podem ter estruturas diversas, pois ultrapassam a idéia de serem apenas sínteses conceituais.

Lúdico

O lúdico é uma forma de interação do aluno com o mundo, podendo utilizar-se de instrumentos que promovam a imaginação, a exploração, a curiosidade e o interesse, tais como jogos, brinquedos, modelos, exemplificações realizadas habitualmente por nós, professores. O lúdico permite uma maior interação entre os assuntos abordados e, quanto mais intensa for esta interação, maior será o nível de percepções e re-estruturações cognitivas realizadas pelo estudante. O lúdico será considerado nas estratégias de ensino independentemente da série e da faixa etária do aluno, porém, adequaremos a elas quanto ao encaminhamento, à linguagem e aos recursos utilizados como apoio.

7.4. AVALIAÇÂO

A avaliação é atividade essencial do processo ensino-aprendizagem dos conteúdos científicos e, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/96 deve ser contínua e cumulativa em relação ao desempenho do estudante, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

INSTRUMENTOS

A diversificação dos instrumentos de avaliação está indissociavelmente ligada à concepção de avaliação contínua e formativa.

Se a avaliação contínua e formativa visa a aprendizagem, a formação do aluno, então essa continuidade precisa se concretizar, de fato, nas diferentes atividades de ensino/aprendizagem que acontecem na sala de aula.

INSTRUMENTO 1

ATIVIDADE DE LEITURA COMPREENSIVA DE TEXTOS

A avaliação da leitura de textos é uma das possibilidades para que verifiquemos a compreensão dos conteúdos abordados em aula, analisando o conhecimento prévio do aluno e aquele adquirido na Educação Básica. Assim, devemos considerar algumas situações para esse tipo de avaliação: a escolha do texto, o roteiro de análise e os critérios de avaliação.

Os textos utilizados para leitura devem se referir ao conteúdo e à discussão atual apresentada em aula. São importantes a adequação ao nível de ensino, bem como à faixa etária do aluno. A escolha criteriosa dos textos é relevante para não se perder o foco do conteúdo abordado, de modo a permitir, com a reflexão e a discussão, a ampliação dos horizontes de conhecimento.

Critérios de Avaliação

Neste contexto são utilizaremos critérios que possibilitem avaliar os conhecimentos dos alunos, de forma clara e adequada, na especificidade de cada disciplina.

Ao avaliar a leitura dos alunos devemos considerar:

- houve compreensão das ideias presentes no texto, com o aluno interagindo com o texto por meio de questionamentos, concordâncias ou discordâncias;

- o aluno, ao falar sobre o texto, expressou suas ideias com clareza e sistematizou o conhecimento de forma adequada;
- foram estabelecidas relações entre o texto e o conteúdo abordado em sala de aula.

INSTRUMENTO 2

PROJETO DE PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

O Projeto de pesquisa bibliográfica, para os alunos da Educação Básica, constitui-se numa consulta bibliográfica que tem como finalidade proporcionar ao aluno o contato com o que já foi escrito ou pensado sobre o tema que ele está pesquisando. Esse contato, entretanto, não poderá se resumir à mera cópia. O aluno precisa construir esse conhecimento e, para isso, não é suficiente apenas o título da pesquisa.

O projeto de pesquisa bibliográfica demanda nosso papel de orientador. Isso requer que tenhamos conhecimento do acervo da Biblioteca Escolar, tanto dos livros quanto periódicos ou outros materiais, para podemos fazer indicações de leituras para nossos alunos. Além da Biblioteca Escolar, podemos e devemos indicar artigos ou textos, e mesmo sites, ampliando o leque de opções de leitura para que nosso aluno tenha subsídios de qualidade para fundamentar a produção de seu texto.

A solicitação de uma pesquisa exige enunciado claro e recortes precisos do que se propõe ao aluno.

Passos para uma consulta bibliográfica:

1.Contextualização

Significa abordar o tema de forma a identificar a situação, o contexto (espaço / temporal) no qual o problema a seguir será identificado. É uma introdução ao tema.

2. Problema

Uma questão levantada sobre o tema, uma situação problema, apresentados de forma clara, objetiva e delimitando o foco da pesquisa na busca de solução para o problema.

3. Justificativa

Argumentar sobre a importância da pesquisa para o contexto em que alunos e professores encontram-se inseridos.

4. Revisão bibliográfica/ consulta bibliográfica

É o texto escrito pelo aluno, a partir das leituras que fez. Na escrita, o aluno deve remeter-se aos textos lidos, através de citações ou paráfrases, referenciando-os adequadamente.

Critérios de avaliação:

Para avaliarmos analisaremos os passos da consulta bibliográfica se estão atendendo as orientações.

INSTRUMENTO 3

PRODUÇÃO DE TEXTO

As atividades de produção escrita devem considerar a característica dialógica e interativa da linguagem e o processo interlocutivo. Isso significa compreender que a linguagem – e, por conseguinte, os textos – se constroem justamente nas práticas de linguagem que se concretizam nas atividades humanas. Qualquer texto produzido é sempre uma resposta a outros textos, está sempre inserido num contexto dialógico.

Consideraremos, então, as circunstâncias de produção dos textos que solicitaremos aos nossos alunos para que eles possam assumir-se como locutor e, desta forma, conforme propõe Geraldi (1997), ter o que dizer; razão para dizer; como dizer, interlocutores para quem dizer.

As propostas de produção textual precisam “corresponder àquilo que, na verdade, se escreve fora da escola – e, assim, sejam textos de gêneros que têm uma função social determinada, conforme as práticas vigentes na sociedade”.

Há diversos gêneros , nas diferentes disciplinas da Educação Básica, que podem e devem ser trabalhados em sala de aula para aprimorarmos a prática de escrita numa abrangência maior de esferas de atividade.

Na prática da escrita, há três etapas articuladas:

- planejar o que será produzido, tendo em vista a intenção;
- escrever a primeira versão sobre a proposta apresentada;
- revisar, re-estruturar e re-escrever o texto, na perspectiva da intencionalidade definida.

Critérios de avaliação:

- Produzir textos atendendo às circunstâncias de produção (gênero, interlocutor, finalidade, etc.);

- Expressar as ideias com clareza (coerência e coesão);

- Adequar a linguagem às exigências do contexto de produção, dando-lhe diferentes graus de formalidade ou informalidade, atendendo especificidades da disciplina em termos de léxico, de estrutura;

- Elaborar argumentos consistentes;

- Produzir textos respeitando o tema;

- Estabelecer relações entre as partes do texto;

- Estabelecer relação entre a tese e os argumentos elaborados para sustentá-la.

INSTRUMENTO 4

PALESTRA/ APRESENTAÇÃO ORAL

A apresentação oral é uma atividade que nos possibilita avaliar a compreensão do aluno a respeito do conteúdo abordado; a qualidade da argumentação; a organização e exposição das ideias. Tanto pode ser a apresentação oral de um trabalho que foi escrito como pode ter a forma de uma palestra, logicamente adequada em questões como tempo de duração (Não se vai pedir a um aluno da Educação Básica que pronuncie uma palestra de grande duração, esgotando as possibilidades de um conteúdo).

Os critérios de avaliação que utilizaremos nessa atividade são:

- Conhecimento do conteúdo;

- Argumentos selecionados;

- Adequação da linguagem;
- Sequência lógica e clareza na apresentação;
- Produção e uso de recursos;

INSTRUMENTO 5

Atividades Experimentais

São aquelas atividades que têm, de fato, a característica de experimentação. São práticas que dão espaço para que o aluno crie hipóteses sobre o fenômeno que está ocorrendo.

Com as atividades experimentais levaremos em consideração as dúvidas, o erro, o acaso, a intuição. Não devemos, portanto, antecipar para o nosso aluno os resultados ou os próprios caminhos da observação, uma vez que, na construção do conhecimento, o processo que ocorre é tão importante quanto o produto.

É fundamental que o experimento seja significativo no contexto daquele conhecimento com o qual nossos alunos estão envolvidos, entendemos que esta significação está diretamente relacionada a uma discussão teórica consistente, muito mais do que com a sofisticação dos equipamentos.

A atividade experimental nos possibilita que avaliemos o aluno quanto à sua compreensão do fenômeno experimentado, do conceito a ser construído ou já construído, a qualidade da interação quando o trabalho se realiza em grupo, entre outras possibilidades. Ressaltaremos que o uso adequado e conveniente dos materiais, só poderá ser avaliado de fato se as atividades de experimentação forem sistemáticas. Não conseguiremos uma utilização apropriada do ambiente e do instrumental se estas atividades forem apenas eventuais.

A proposição de uma atividade experimental requer clareza no enunciado, para que o aluno compreenda o que vai fazer, que recursos vai utilizar. O registro das hipóteses e dos passos seguidos no procedimento são importantes para avaliarmos juntos a atividade.

Critérios de avaliação:

- quanto à sua compreensão do fenômeno experimentado,
- do conceito a ser construído ou já construído,
- a qualidade da interação quando o trabalho se realiza em grupo, entre outras possibilidades.

INSTRUMENTO 6

PROJETO DE PESQUISA DE CAMPO

O trabalho de campo é um método capaz de nos auxiliar na busca de novas alternativas para o processo de ensino-aprendizagem, colaborando com eficácia a construção de conhecimentos e para a formação dos nossos alunos como agentes sociais. Silva (Texto Grupo de Estudos – 2º encontro) descreve o trabalho de campo como: a revelação de novos conteúdos decorre da descoberta de que a observação investigativa proporciona, paralelamente à interpretação, à análise reflexiva e crítica que possibilita a formulação de noções ou conceitos; a realização das ações, notadamente no trabalho docente, insere na dimensão pedagógica como o ato de fazer, refutada a

reprodução, e como ação compartilhada, refutado o protagonismo exclusivo de nós, professores, (ou do livro didático) que coloca nosso aluno no papel de protagonista da própria aprendizagem.

Uma pesquisa de campo deve ter um planejamento prévio que demande a busca de informações nos lugares que se pretende trabalhar, o que propicia uma experiência educacional insubstituível.

Encaminhamento que utilizaremos para a pesquisa de campo:

- Preparar o conteúdo a ser desenvolvido, definir tanto o conteúdo estruturante como o específico, discutindo com os alunos em sala de aula. É importante investigar os interesses do alunos e suas expectativas;
- Escolher o local, fazer o reconhecimento do mesmo antecipadamente;
- Elaborar um roteiro de trabalho com todas as instruções necessárias, questionamentos ou problematização;
- Os alunos devem ser orientados para registrarem as informações, no local;
- Definir o material necessário para a pesquisa de campo;
- Escolher a data, horário e instruir alunos de como devem proceder, o que levar;
- Em classe o trabalho de organização dos dados e exame do material coletado, concluindo assim o trabalho prático.

O projeto de pesquisa de campo nos possibilita avaliar o desempenho dos alunos durante todo o processo, observando a adequação de seus procedimentos em relação ao tema da pesquisa e aos dados que se quer coletar.

A conclusão do projeto ocorrerá na forma de relatórios, elaboração de croquis, produção de texto, cartazes, avaliação escrita, entre outros, nos quais os alunos avaliaram sua compreensão a respeito do conhecimento construído, sua capacidade de análise dos dados coletados, sua capacidade de síntese.

Critérios de avaliação:

- Avaliaremos analisando o encaminhamento da pesquisa de campo

INSTRUMENTO 7

Relatório

O Relatório é um conjunto de descrições e análise da atividade desenvolvida. Os relatórios auxiliam no aprimoramento da habilidade nesta área específica da comunicação escrita. É, também, um instrumento de ensino, pois possibilita ao aluno a reflexão sobre o que foi realizado, reconstruindo seu conhecimento, o qual foi desenvolvido na aula de campo, pesquisa, laboratório, atividade experimental, entre outras.

O relatório deve apresentar quais dados ou informações foram coletadas ou desenvolvidas e como esses dados foram analisados, bem como quais resultados podem-se extrair deles.

Este é um instrumento que pode ser utilizado a partir de quaisquer atividades desenvolvidas durante o processo de ensino e aprendizagem.

O relatório deve apresentar os dados ou informações coletadas, ou procedimentos desenvolvidos, que análises foram feitas e a quais resultados obtivemos.

São elementos do relatório:

1. Introdução: Informações iniciais que apresentem o trabalho que deu origem ao relatório, apontando quais são os objetivos desta atividade, bem como a relevância do conteúdo abordado, dos conceitos construídos.

2. Metodologia e materiais : descreve, objetiva e claramente, como realmente se deu o trabalho ou atividade desenvolvida. Embora seja uma descrição suscinta, não pode omitir informações que sejam relevantes para que o leitor compreenda a respeito do que se está falando, ou para uma reflexão que permita que se aprimore a atividade.

3. Análise: é a descrição dos dados coletados durante os procedimentos e dos resultados que foram obtidos. Na análise podem constar os elementos e situações interessantes que tenham acontecido. Nesta parte do relatório, o estudante pode utilizar tabelas, gráficos, imagens, que permitam uma visualização melhor dos resultados. É importante, na análise, que se estabeleçam as relações entre a atividade, os procedimentos realizados e o objeto de estudo e as discussões teóricas que deram origem à atividade em questão.

Considerações Finais: Neste item do relatório será possível observar se a atividade desenvolvida foi significativa na construção do conhecimento, já que, aqui, o aluno vai apresentar os resultados obtidos de forma crítica, confrontando-os com os objetivos da atividade realizada. Este é um item importante, pois vai possibilitar ao estudante a apreciação sobre o trabalho realizado, seus objetivos, a aprendizagem alcançada.

Critérios de avaliação:

- - Avaliaremos analisando os elementos do relatório.

INSTRUMENTO 8

<u>Seminário</u>

O seminário é um procedimento metodológico que tem por objetivos a pesquisa, a leitura e a interpretação de textos. Trata-se de uma discussão rica de ideias, onde cada um participa questionando, de modo fundamentado, os argumentos apresentados.

A elaboração de um seminário, além de aprofundar e complementar as explicações feitas em aula, cria, ainda, a possibilidade de colocar o aluno em contato direto com a atividade científica e engajá-lo na pesquisa.

Segundo Frota- Pessoa, os seminários não devem ser trabalhados como se fossem aulas expositivas dadas pelos alunos, onde relatam sobre assuntos estudados em livros. Os seminários devem trazer, também, o relato de atividades realizadas pela equipe, tais como experimentos, observações, coleta de dados, entrevista com especialistas, entre outros. Além disso, esta atividade permite que o aluno fale em público, ordene as ideias para expô-las, ouça críticas debatendo-as, perca a inibição e fale aos colegas com seriedade.

Essa forma de avaliação em seminário merece atenção especial por nossa parte, pois podemos cometer erros em relação aos alunos que têm dificuldade em se expressar. É importante que a a avaliação do seminário seja dividida em itens, com valores específicos para cada um deles. Entre algumas possibilidades, é importante que avaliemos: a consistência dos argumentos, tanto na apresentação quanto nas réplicas; a compreensão do conteúdo abordado (a leitura compreensiva dos textos utilizados); a adequação da linguagem; a pertinência das fontes de pesquisa; os relatos trazidos para enriquecer a apresentação; a adequação e relevância das intervenções dos integrantes do grupo que assiste a apresentação.

O aluno precisa saber como foi realizada essa avaliação, para que veja onde falhou e possa melhorar em outras oportunidades. Os itens devem ser discutidos com os alunos na ocasião em que o seminário for proposto.

Critérios de avaliação:

- a consistência dos argumentos, tanto na apresentação quanto nas réplicas;
- a compreensão do conteúdo abordado (a leitura compreensiva dos textos utilizados);
- a adequação da linguagem; a pertinência das fontes de pesquisa;
- os relatos trazidos para enriquecer a apresentação;
- a adequação e relevância das intervenções dos integrantes do grupo que assiste a apresentação.

INSTRUMENTO 9
DEBATE

É no debate que podemos expor nossas ideias e, ouvindo os outros, nos tornarmos capazes de avaliar nossos argumentos. Mas, para que isso ocorra, é preciso garantir a participação de todos. Na tentativa de assegurar a ética e a qualidade do debate, os participantes devem atender as seguintes normas, que constituem-se em possíveis critérios de avaliação:

1. Aceitar a lógica da confrontação de posições, ou seja, existem pensamentos divergentes;
2. Estar dispostos e abertos a ultrapassar os limites das suas posições pessoais;
3. Explicitar racionalmente os conceitos e valores que fundamentam a sua posição;
4. Admitir o caráter, por vezes contraditório, da sua argumentação;
5. Buscar, na medida do possível, por meio do debate, da persuasão e da superação de posições particulares, uma posição de unidade, ou uma maior aproximação possível entre as posições dos participantes;
6. Registrar, por escrito, as ideias surgidas no debate.

Além disso, o debate nos possibilita avaliar:

- o uso adequado da língua portuguesa em situações formais;
- o conhecimento sobre o conteúdo da disciplina envolvido no debate;
- a compreensão sobre o assunto específico debatido e sua relação com o conteúdo da disciplina.

INSTRUMENTO 10

Atividades com textos literários

Ao utilizar textos literários como recurso de aprendizagem poderemos, entre várias possibilidades, enriquecer as discussões acerca do conteúdo que está sendo discutido; apresentar o conteúdo no contexto de outra linguagem; utilizá-lo como metáfora do que está sendo exposto.

O trabalho com o texto literário passa por três momentos necessários para sua efetivação: a escolha do texto, a elaboração da atividade em si (seja através de questões, seja por um roteiro de leitura), os critérios de avaliação.

Na escolha do texto, devemos nos atentar para adequação do mesmo, tanto no que tange ao nível de ensino do aluno, quanto à faixa etária do mesmo, ou ainda a linguagem utilizada.

Na elaboração da atividade, devemos considerar a especificidade da nossa disciplina, porém, vale lembrar que dela poderão resultar trabalhos escritos, orais ou expressos por meio de recursos artísticos tais como colagens, charges, gravuras, etc.

A atividade com o texto literário possibilita avaliarmos:

- a compreensão e interpretação da linguagem utilizada no texto;
- a articulação do conceito/conteúdo/tema discutido nas aulas com o texto literário lido.
- o reconhecimento dos recursos expressivos específicos do texto literário.

INSTRUMENTO 11

Atividades a partir de recursos Audiovisuais

Os recursos audiovisuais permitem situações de ensino/aprendizagem que podem enriquecer o trabalho com os conteúdos das disciplinas.

O trabalho com filmes, documentários, músicas, teatro, entre outros, demanda a nossa pesquisa sobre o recurso a ser levado para os alunos.

Qualquer que seja o recurso escolhido, é preciso considerar que o conteúdo abordado naquela mídia não está didatizado, vem apresentado em linguagem específica e com intencionalidade diferente daquela que existe na escola. A didatização do conteúdo cabe a nós, professores.

As atividades efetivadas com os recursos audiovisuais nos possibilita avaliar, entre outros critérios:

- a compreensão e interpretação da linguagem utilizada;
- a articulação do conceito/conteúdo/tema discutido nas aulas com o conteúdo apresentado pelo audiovisual;
- o reconhecimento dos recursos expressivos específicos daquele recurso;

INSTRUMENTO 12

TRABALHO EM GRUPO

O objetivo do trabalho em grupo é desenvolver dinâmicas com pequenos grupos, na tentativa de proporcionar, aos alunos, experiências que facilitem o processo de aprendizagem. A perspectiva para o trabalho em grupo é aquela em que as ações pedagógicas envolvam o aluno, seja nas tarefas realizadas por seu grupo, seja na definição de atitudes que promovam uma interação social; é aquela em que as ações de um aluno o conduzem a compartilhar conhecimento, contribuindo de forma significativa para a sua aprendizagem. Nesta prática pedagógica, nossas ações são as de um orientador que acompanha o trabalho do grupo e que, na medida da necessidade, redireciona as atividades.

Quando se considera que os alunos se aproximam do objeto de estudo de formas e com intensidades diferentes, a realização do trabalho em grupo apresenta-se como ocasião de enriquecimento desta aproximação, tendo em vista o trabalho coletivo. Além

disso, perguntas ou observações que muitos alunos não colocam para nós, são socializadas no grupo.

O trabalho em grupo pode ser proposto a partir de diferentes atividades, sejam elas, escritas, orais, gráficas, corporais, construção de maquetes, painéis, mural, jogos e outros, abrangendo os conhecimentos artísticos, filosóficos e científicos.

Nessas atividades, poderemos avaliar se cada aluno:

- Demonstra os conhecimentos formais da disciplina, estudados em sala de aula, na produção coletiva de trabalhos na sala de aula ou em espaços diferenciados

- Compreende a origem da construção histórica dos conteúdos trabalhados e sua relação com a contemporaneidade e o seu cotidiano.

INSTRUMENTO 13

QUESTÕES DISCURSIVAS

Essas questões fazem parte do cotidiano escolar dos alunos e possibilitam verificar a qualidade da interação do aluno com o conteúdo abordado em sala de aula. Uma questão discursiva nos possibilita avaliar o processo de investigação e reflexão realizado pelo aluno durante a exposição/discussão do conteúdo, dos conceitos. Além disso, a resposta a uma questão discursiva permite que identifiquemos com maior clareza o erro do aluno, para que possamos dar a ele a importância pedagógica que tem no processo de construção do conhecimento.

Este tipo de questão exige resposta clara, concisa e completa e estas características decorrem da compreensão que o aluno tenha sobre o conteúdo abordado pela questão e de sua capacidade de análise e síntese, uma vez que escrever muito não garante uma resposta completa. Alguns critérios devem ser considerados:

- * Verificar se o aluno compreendeu o enunciado da questão. Se não houve esta compreensão, é preciso considerar se está havendo falha na leitura do aluno ou se o próprio enunciado carece de clareza e objetividade.
- * Observar, quando for o caso, se o aluno planejou a solução, e se essa tentativa foi adequada.
- * Capacidade do aluno se comunicar por escrito, com clareza, utilizando-se da norma padrão da língua portuguesa.
- * Observar se houve a sistematização do conhecimento de forma adequada.

Na elaboração destas questões devemos apresentar um enunciado de forma clara, com qualidade e linguagem adequada. O bom planejamento da questão, o grau de dificuldade e os critérios previamente considerados são pontos importantes que constituem o processo de avaliação.

INSTRUMENTO 14

QUESTÕES OBJETIVAS

Este tipo de questão deverá ser utilizada como um componente da avaliação, nunca deve ser aplicada como a única ou principal forma avaliativa, pois seu principal objetivo é a fixação do conteúdo.

Uma questão objetiva deve apresentar um enunciado objetivo e esclarecedor, usando um vocabulário conceitual adequado, possibilitando ao aluno a compreensão do que foi solicitado. Para a construção desse tipo de questão devemos definir o grau de dificuldade de cada questão direcionada para cada série com vistas a não cometer injustiças.

A questão objetiva possibilita avaliarmos a leitura compreensiva do enunciado; a apropriação de alguns aspectos definidos do conteúdo; a capacidade de se utilizar de conhecimentos adquiridos.

7.5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO BÁSICA, Grupos de Estudos 2008, 2º Encontro, Avaliação – um processo Intencional e Planejado

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ, Superintendência da Educação - Diretrizes Curriculares de Ciências para o Ensino Fundamental - 2008

REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO V 12 N 36 SET/DEZ 2007 **-** Universidade de Brasília, Programa de Pós- Graduação em Educação e Programa de Pós- Graduação em Ensino de Ciências; Educação científica na perspectiva de letramento como prática social: funções, princípios e desafios, Wildson Luiz Pereira dos Santos.

Rev. PEC, Curitiba, v.2, n.1, p.37-42, jul. 2001-jul. 2002, TEORIA DA APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA SEGUNDO AUSUBEL, Adriana Pelizzari, Maria de Lurdes Kriegl, Márcia Pirih Baron, Nelcy Teresinha Lubi Finck, Solange Inês Dorocinski.

8. DISCIPLINA: MATEMÁTICA

8.1. APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

A história da Matemática nos revela que os povos das antigas civilizações conseguiram desenvolver os rudimentos de conhecimentos matemáticos que vieram a compor a matemática que se conhece hoje.

Como ciência, a matemática emergiu somente mais tarde na Grécia entre os séculos IV e V a.C. Foi através dos pitagóricos, que ocorreram as preocupações sobre a importância e o papel da matemática no ensino e na formação de pessoas.

Embora o objeto de estudo da Educação Matemática, ainda encontre-se em processo de construção, pode-se dizer que ele está centrado na prática pedagógica da matemática, de forma a envolver-se com as relações entre o ensino, a aprendizagem e o conhecimento matemático.

Outra finalidade apontada pelos autores “é fazer com que o estudante construa, por intermédio do conhecimento matemático, valores e atitudes de natureza diversa, visando a formação integral do ser humano e, particularmente, do cidadão, isto é, do homem público”.

A concepção da Educação Matemática não pode ser tomada por práticas autoritárias. Sendo assim, o ensino da Matemática, como todo ensino, contribui para as transformações sociais não apenas através da socialização do conteúdo matemático, mas também através de uma dimensão política que é intrínseca a essa socialização. Trata-se da dimensão política, contida na própria relação entre o conteúdo matemático e a forma de sua transmissão – assimilação.

Pensar numa prática docente a partir da Educação Matemática, implica pensar na sociedade em que vivemos, constituindo-se assim, o ato de ensinar, numa ação reflexiva e política.

Esta é a Educação Matemática proposta para estas Diretrizes Curriculares de Matemática. Este campo de investigação prevê a formação de um estudante crítico, capaz de agir com autonomia nas suas relações sociais. Para isso, é necessário que ele se aproprie de conhecimentos e, dentre eles, o matemático.

A educação matemática proposta por estas Diretrizes Curriculares, resgata para o processo de ensino e aprendizagem de Matemática a importância do conteúdo matemático e da disciplina de Matemática. É imprescindível que o estudante se aproprie do conhecimento matemático de forma que “compreenda os conceitos e princípios matemáticos, raciocine claramente e comunique ideias matemáticas, reconheça suas aplicações e aborde problemas matemáticos com segurança”. (LORENZATO e VILA, 1993, p. 41).

Assume-se a Matemática como campo de estudos que possibilita ao professor balizar sua ação docente, fundamentado numa ação crítica, que conceba a Matemática como atividade humana em construção. Assim, almeja-se um ensino que possibilite aos estudantes análises, discussões, conjecturas, apropriação de conceitos e formulação de ideias. Aprende-se Matemática para que, a partir dela, o homem amplie seu conhecimento e, por conseguinte, contribua para o desenvolvimento da sociedade.

Conforme a Lei nº 11645, de 10 de março de 2008, diante das influências culturais (africana e indígena) e das mais diversas situações que demonstram suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil, a Educação Matemática aparece com dados estatísticos, que revelam a discriminação existente entre esses povos.

A Estatística tem uma ampla utilidade para divulgar dados de pesquisas e assim, fazer conexões entre assuntos variados. Ela é utilizada nos estudos das condições

sociais, e dessa forma, poderá contemplar Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, Educação do Campo e Desafios Educacionais Contemporâneos.

8.2. OBJETIVOS GERAIS:

São objetivos da disciplina:

- Possibilitar aos estudantes análises, discussões, conjecturas, apropriação de conceitos e formulação de ideias.

- Desenvolver a educação matemática enquanto campo de investigação e de produção de conhecimentos — natureza científica — e a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem da Matemática – natureza pragmática.

- Ensinar matemática para que o aluno amplie seu conhecimento e, por conseguinte, contribua para o desenvolvimento da sociedade, fazendo com que se amplie por meio de uma visão histórica em que os conceitos serão apresentados, discutidos, construídos e reconstruídos, influenciando na formação do pensamento humano e na produção de sua existência por meio das ideias e das tecnologias.

Nesse contexto, o ensino da Matemática é visto como instrumento para a compreensão, a investigação, a inter-relação com o ambiente e agente de modificações do indivíduo, provocando mais que simples acúmulo de conhecimento técnico, mas o progresso do discernimento político.

8.3. CONTEÚDOS ESTRUTURANTES/CONTEÚDOS BÁSICOS

Entende-se por Conteúdos Estruturantes os conhecimentos de grande amplitude , os conceitos e as práticas que identificam e organizam os campos de estudos de uma disciplina escolar, considerados fundamentais para a sua compreensão. Constituem-se historicamente e são legitimados nas relações sociais.
Os Conteúdos Estruturantes propostos para o Ensino Fundamental e Médio são:

- Números e Álgebra
- Grandezas e Medidas
- Geometrias
- Funções
- Tratamento da Informação

ENSINO FUNDAMENTAL

Números e Álgebra
Para o Ensino Fundamental, o Conteúdo Estruturante Números e Álgebra se desdobra nos seguintes conteúdos:

- conjuntos numéricos e operações
- equações e inequações
- polinômios
- proporcionalidade

Justificativa: Os conteúdos específicos do Ensino Fundamental estão permeados pelos conjuntos numéricos, os quais serão inicialmente abordados através da

classificação e seriação pelos agrupamentos, pelas bases de contagem, pelo sistema de numeração decimal, pelas operações e pelos algorítimos.

O estudo dos números tem como meta primordial, no campo da aritmética, a resolução de problemas e a investigação de situações concretas relacionadas ao conceito de quantidades.

Grandezas e Medidas

Para o Ensino Fundamental, o Conteúdo Estruturante Grandezas e Medidas englobam os seguintes conteúdos:

- sistema monetário
- medidas de comprimento
- medidas de massa
- medidas de tempo
- medidas derivadas: áreas e volumes
- medidas de ângulos
- medidas de temperatura
- medidas de velocidade
- trigonometria: relações métricas no triângulo retângulo e relações trigonométricas nos triângulos

Justificativa: No Ensino Fundamental, propõe-se o uso de medidas como elemento de ligação entre os conteúdos de numeração e os conteúdos de geometria. Medir é essencialmente comparar. É fundamental considerar as noções de medida como um conteúdo matemático e a proposição de atividades significativas para compreensão da ideia de comparação da unidade que está sendo usada com a grandeza a ser medida.

Geometrias

Para o Ensino Fundamental, o Conteúdo Estruturante Geometrias se desdobra nos seguintes conteúdos:

- geometria plana
- geometria espacial
- geometria analítica
- noções básicas de geometrias não-euclidianas

Justificativa: Os conteúdos de Geometrias do Ensino Fundamental deverão partir da realidade do estudante explorando seus espaços para situar-se nele e analisá-lo percebendo os objetos neste espaço para poder representá-los. É importante sempre utilizar objetos que tenham relação com as formas geométricas mais usadas, como por exemplo: casquinha de sorvete, cones, embalagens e diversas formas. Ao final do Ensino Fundamental, espera-se que o aluno tenha elementos para partir de situações problema, generalizar noções importantes como congruência e semelhança de figuras planas.

Funções

Para o Ensino Fundamental, o Conteúdo Estruturante Funções engloba os seguintes conteúdos:

- * função afim
- * função quadrática

Justificativa: O papel desse Conteúdo Estruturante é o de instrumento que permeia as diversas áreas do conhecimento, modelando matematicamente situações que, a partir

de resolução de problemas possam auxiliar as atividades humanas. Enquanto conteúdo da disciplina de matemática deve ser visto como uma construção histórica e dinâmica, capaz de provocar, por conta da noção de variedades e da possibilidade, as explorações matemáticas. Assim, a partir das funções, esta mobilidade alcança patamares ligados a modelos geométricos e algébricos, propiciando a leitura do objeto matemático.

O caráter de articulação e inter-relacionamento proveniente do conceito de funções, pode levar a constatações de regularidades matemáticas, generalizações e formação de uma linguagem adequada para descrever e interpretar fenômenos ligados à matemática e a outras áreas do conhecimento.

Tratamento da Informação

Para o Ensino Fundamental, o Conteúdo Estruturante Tratamento da Informação engloba os seguintes conteúdos:

- * noções de probabilidade
- * estatística
- * matemática financeira
- * noções de análise combinatória

Justificativa: Os diferentes meios de comunicação apresentam lista de dados, tabelas e gráficos de vários tipos, portanto, para aprender e interpretar esses dados é importante conhecer fundamentos básicos de matemática. Essa linguagem de informação possibilita o aluno a compreender a dinâmica da sociedade e refletir sobre o mundo sócio-econômico em seu redor.

5ª SÉRIE
CONTEÚDO ESTRUTURANTE: NÚMEROS E ÁLGEBRA
CONTEÚDOS BÁSICOS:

- Sistema de numeração
- Números naturais
- Múltiplos e divisores
- Potenciação e radiciação
- Números fracionários
- Números decimais

Critérios de Avaliação:

- conheça os diferentes sistemas de numeração;
- identifique o conjunto dos números naturais, comparando e reconhecendo seus elementos;
- realize operações com números naturais;
- expresse matematicamente, oral ou por escrito, situações- problema que envolvam (as) operações com números naturais;
- estabeleça relação de igualdade e transformação entre fração e número decimal, fração e número misto;
- reconheça o MMC e o MDC entre dois ou mais números naturais;
- reconheça as potências como multiplicação de mesmo fator e a radiciação como sua operação inversa;
- relacione as potências e as raízes quadradas e cúbicas com padrões numéricos e geométricos.

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: GRANDEZAS E MEDIDAS
CONTEÚDOS BÁSICOS:

- Medidas de comprimento
- Medidas de massa
- Medidas de área
- Medidas de volume
- Medidas de tempo
- Medidas de ângulos
- Sistema monetário

Critérios de Avaliação:

- identifique o metro como unidade- padrão de medindo a área de uma superfície usando unidades de medidas de superfície padronizada de comprimento;
- reconheça e compreenda os diversos sistemas de medidas;
- opere com múltiplos e submúltiplos do quilograma;
- calcule o perímetro usando unidades de medida padronizadas;
- compreenda e utilize o metro cúbico como padrão de medida de volume;
- realize transformações de unidades de medida de tempo envolvendo seus múltiplos e submúltiplos;
- reconheça e classifique ângulos (retos, agudos e obtusos);
- relacione a evolução do Sistema Monetário Brasileiro com os demais sistemas mundiais;
- calcule a área de uma superfície usando unidades de medidas de superfície padronizada.

CONTÉUDO ESTRUTURANTEURANTE: GEOMETRIA
CONTEÚDOS BÁSICOS:

- Geometria Plana
- Geometria Espacial

Critérios de Avaliação:

- reconheça e represente ponto, reta, plano, semi- reta e segmento de reta;
- conceitue e classifique polígonos;
- identifique corpos redondos;
- identifique e relacione os elementos geométricos que envolvem o cálculo de área e perímetro de diferentes figura planas;
- diferencie círculo e circunferência, identificando seus elementos;
- reconheça os sólidos geométricos em sua forma planificada e seus elementos.

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO
CONTEÚDOS BÁSICOS:

- Dados, tabelas e gráficos
- Porcentagem

Critérios de avaliação:

- interprete e identifique os diferentes tipos de gráficos: gráficos e compilação de dados, sendo capaz de fazer a leitura desses recursos nas diversas formas em que se apresentam;

- resolva situações- problema que envolvam porcentagem e relacione-as com os números na forma decimal e fracionária.

6ª SÉRIE

CONTEÚDO ESTRURANTE: NÚMEROS E ÁLGEBRA

CONTEÚDOS BÁSICOS:

- Números inteiros
- Números racionais
- Equação e Inequação do 1º Grau
- Razão e Proporção
- Regra de três simples

Critérios de avaliação:

- reconheça números inteiros em diferentes contextos;
- realize operações com números inteiros;
- reconheça números racionais em diferentes contextos;
- realize operações com números racionais;
- compreenda o princípio de equivalência da igualdade e desigualdade;
- compreenda o conceito de incógnita;
- utilize e interprete a linguagem algébrica para expressar valores numéricos através de incógnitas;
- compreenda a razão como uma comparação entre duas grandezas numa ordem determinada e a proporção como uma igualdade entre duas razões;
- reconheça sucessões de grandezas direta e inversamente proporcionais;
- resolva situações- problema aplicando regra de três simples.

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: GRANDEZAS E MEDIDAS

CONTEÚDOS BÁSICOS:

- Medidas de temperatura
- Medidas de ângulos

Critérios de avaliação:

- compreenda as medidas de temperatura em diferentes contextos;
- compreenda o conceito de ângulo
- classifique ângulos e faça uso do transferidor e esquadros para medi-los.

CONTEÚDO ESTRUTURANTE:GEOMETRIA

CONTEÚDOS BÁSICOS:

- Geometria Plana
- Geometria Espacial
- Geometrias não-euclidianas

Critérios de avaliação:

- classifique e construa, a partir de figuras planas, sólidos geométricos;

- compreenda noções topológicas através do conceito de interior, exterior, fronteira, vizinhança, conexidade, curvas e conjuntos abertos e fechados.

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO
CONTEÚDOS BÁSICOS:

- Pesquisa Estatística
- Média Aritmética
- Moda e Mediana
- Juros simples

Critérios de avaliação:

- analise e interprete informações de pesquisas estatísticas;
- leia, interprete, construa e analise gráficos;
- calcule a média aritmética e a moda de dados estatísticos;
- resolva problemas envolvendo cálculo de juros simples.

7ª SÉRIE
CONTEÚDO ESTRURANTE: NÚMEROS E ÁLGEBRA
CONTEÚDOS BÁSICOS:

- Números Racionais e Irracionais
- Sistemas de Equações do 1º Grau
- Potências
- Monômios e Polinômios
- Produtos Notáveis

Critérios de avaliação:

- extraia a raiz quadrada exata e aproximada de números racionais;
- reconheça números irracionais em diferentes contextos;
- realize operações com números irracionais;
- compreenda, identifique e reconheça o número π (pi) como um número irracional especial;
- compreenda o objetivo da notação científica e sua aplicação;
- opere com sistemas de equações do 1º Grau;
- identifique monômios e polinômios e efetue suas operações;
- utilize as regras de Produtos Notáveis para resolver problemas que envolvam expressões algébricas.

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: GRANDEZAS E MEDIDAS
CONTEÚDOS BÁSICOS:

- Medidas de comprimento;
- Medidas de área;
- Medidas de volume;
- Medidas de ângulos

Critérios de avaliação:

- calcule o comprimento da circunferência;
- calcule o comprimento e área de polígonos e círculo;

- identifique ângulos formados entre retas paralelas interceptadas por transversal;
- realize cálculo de área e volume de poliedros.

CONTEÚDO ESTRUTURANTE:GEOMETRIA
CONTEÚDOS BÁSICOS:

- Geometria Plana
- Geometria Espacial
- Geometria Analítica
- Geometrias não-euclidianas

Critérios de avaliação:

- reconheça triângulos semelhantes;
- identifique e some os ângulos internos de um triângulo e de polígonos regulares;
- desenvolva a noção de paralelismo, trace e reconheça retas paralelas num plano;
- compreenda o Sistema de Coordenadas Cartesianas, marque pontos, identifique os pares ordenados (abcissa e ordenada) e analise seus elementos sob diversos contextos;
- conheça os fractais através da visualização e manipulação de materiais e discuta suas propriedades.

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO
CONTEÚDOS BÁSICOS:

- Gráfico e Informação
- População e amostra

Critérios de avaliação:

- interprete e represente dados em diferentes gráficos;
- utilize o conceito de amostra para levantamento de dados.-

8ª SÉRIE
CONTEÚDO ESTRUTURANTE: NÚMEROS E ÁLGEBRA
CONTEÚDOS BÁSICOS:

- Números Reais
- Propriedades dos radicais
- Equação do 2º Grau
- Teorema de Pitágoras
- Equações Irracionais
- Equações Biquadradas
- Regra de três composta

Critérios de avaliação:

- opere com expoentes fracionários;

- identifique a potência de expoente fracionário como um radical e aplique as propriedades para a sua simplificação;
- extraia uma raiz usando fatoração;
- identifique uma equação do 2º grau na forma completa e incompleta reconhecendo seus elementos;
- determine as raízes de uma equação do 2º Grau utilizando diferentes processos;
- interprete problemas em linguagem gráfica e algébrica;
- identifique e resolva equações irracionais;
- resolva equações biquadradas através das equações do 2º Grau;
- utilize a regra de três composta em situações- problema.

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: GRANDEZA E MEDIDAS
CONTEÚDOS BÁSICOS:

- Relações Métricas no Triângulo Retângulo
- Trigonometria no Triângulo Retângulo

Critérios de avaliação:

- conheça e aplique as relações métricas e trigonométricas no triângulo retângulo;
- utilize o Teorema de Pitágoras na determinação das medidas dos lados de um triângulo retângulo.

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: FUNÇÕES
CONTEÚDOS BÁSICOS:

- Noção Intuitiva de Função Afim;
- Noção Intuitiva de Função Quadrática

Critérios de avaliação:

- expresse a dependência de uma variável em relação à outra;
- reconheça uma função afim e sua representação gráfica, inclusive sua declividade em relação ao sinal da função;
- reconheça a função quadrática e sua representação gráfica e associe a concavidade da parábola em relação ao sinal da função;
- analise graficamente as funções afins;
- analise graficamente as funções quadráticas.

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: GEOMETRIAS
CONTEÚDOS BÁSICOS:

- Geometria Plana
- Geometria Espacial
- Geometria Analítica
- Geometrias não-euclidianas

Critérios de avaliação:

- verifique se dois polígonos são semelhantes estabelecendo relações entre eles;
- compreenda e utilize o conceito de semelhança de triângulos para resolver situações- problema.
- Conheça e aplique os critérios de semelhança dos triângulos;
- aplique o Teorema de Tales em situações- problema;
- noções básicas de geometria projetiva;
- desenvolva o raciocínio combinatório por meio de situações- problema que envolvam contagens, aplicando o princípio multiplicativo;
- descreva o espaço amostral em um experimento aleatório;
- calcule as chances de ocorrência de um determinado evento;
- resolva situações- problema que envolvam cálculos de juros compostos.

ENSINO MÉDIO

NÚMEROS E ÁLGEBRA

Para o Ensino Médio, o Conteúdo Estruturante Números e Álgebra se desdobra nos seguintes conteúdos:

- Números Reais
- Números Complexos
- Sistemas Lineares
- Matrizes e determinantes
- Equações e Inequações exponenciais, logarítmicas e modulares
- Polinômios

Justificativa: Por conta da necessidade prática, necessidade de facilitar a elaboração de calendários, administrar colheitas, organizar obras públicas e cobrar impostos surge uma tendência baseada na vivência e no cotidiano das pessoas: aritmética prática e a medição que com o passar do tempo passou a ser denominada álgebra.

Trabalhar com o conteúdo estruturante Álgebra é estabelecer o pensamento algébrico enquanto linguagem é produzir significado para situações em termos de números e operações aritméticas.

Por isso é necessário que a álgebra seja compreendida de forma ampla no sentido de analisar e descrever relações em vários contextos onde se situam as abordagens matemáticas, partindo do pensamento algébrico e dos significados que este produz.

Critérios de Avaliação:

- amplie os conhecimentos sobre conjuntos numéricos e aplique em diferentes contextos;
- compreenda os números complexos e suas operações;
- conceitue e interprete matrizes e suas operações;
- conheça e domine o conceito e as soluções de problemas que se realizam por meio de determinante;
- identifique e realize operações com polinômios;
- identifique e resolva equações, sistemas de equações e inequações, inclusive as exponenciais, logarítmicas e modulares.

GRANDEZAS E MEDIDAS

Para o Ensino Médio, o Conteúdo Estruturante Grandezas e Medidas se desdobra nos seguintes conteúdos:

- Medidas de massa
- Medidas derivadas: área e volume
- Medidas de informática
- Medidas de energia
- Medidas de grandezas vetoriais
- Trigonometria: relações métricas e trigonométricas no triângulo retângulo e a trigonometria na circunferência.

Justificativa: O ensino de Grandezas e Medidas deve permitir ao estudante reconhecer que as unidades de medidas são utilizadas para a determinação de diferentes grandezas e que, essas grandezas estão diretamente ligadas às relações matemáticas.

A padronização dos sistemas de medidas surgiu devido à intensificação das relações sociais e econômicas e, dessa forma, esse conteúdo estruturante possui importância fundamental por favorecer o diálogo entre as pessoas, entre os Estados, entre os diferentes países e entre as instituições interna.

Critérios de Avaliação:

- perceba que as unidades de medidas são utilizadas para a determinação de diferentes grandezas e compreenda as relações matemáticas existentes nas suas unidades;
- aplique a lei dos senos e a lei dos cossenos de um triângulo para determinar elementos desconhecidos.

GEOMETRIAS

Para o Ensino Médio, o Conteúdo Estruturante Geometrias se desdobra nos seguintes conteúdos:

- Geometria Plana
- Geometria Espacial
- Geometria Analítica
- Noções básicas de geometrias não-euclidianas

Justificativa: O ensino de Geometria deve permitir que o estudante realize leituras que exijam a percepção, linguagem e raciocínio geométrico, fatores estes que influenciam diretamente na relação que envolve a construção e apropriação de conceitos abstratos e aqueles que se referem ao objetivo geométrico em si.

A geometria é a mais eficiente conexão didático-pedagógico que a matemática possui: ela se interliga com a aritmética e com a álgebra porque os objetos e relações dela correspondem aos das outras; assim sendo, conceitos, propriedades e questões aritméticas ou algébricas podem ser clarificadas pela geometria, que realiza uma verdadeira tradição para o aprendiz.

Critérios de Avaliação:

- amplie e aprofunde os conhecimentos de Geometria Plana e Espacial;
- determine posições e medidas de elementos geométricos através da Geometria Analítica;

- perceba as necessidades das geometrias não-euclidianas para a compreensão de conceitos geométricos, quando analisados em planos diferentes do Plano de Euclides;;
- compreenda a necessidade das geometrias não-euclidianas para o avanço das teorias científicas;
- articule ideias geométricas em planos de curvatura nula, positiva e negativa;
- conheça os conceitos básicos da Geometria Elíptica, Hiperbólica e Fractal.

FUNÇÕES

Para o Ensino Médio, o Conteúdo Estruturante Funções se desdobra nos seguintes conteúdos:

- Função Afim
- Função Quadrática
- Função Polinomial
- Função Exponencial
- Função Trigonométricas
- Função Modular
- Progressão Aritmética
- Progressão Geométrica

Justificativa: O conteúdo estruturante **Funções** abrange os conteúdos específicos: função trigonométrica, função modular, função afim, função quadrática, função logarítmica, progressão aritmética e progressão geométrica.

O papel desse conteúdo estruturante é o de instrumento que permeia as diversas áreas do conhecimento, modelando matematicamente situações que, a partir de resolução de problemas possam auxiliar as atividades humanas. Enquanto conteúdo da disciplina de matemática deve ser visto como uma construção histórica e dinâmica, capaz de provocar, por conta da noção de variedades e da possibilidade, as explorações matemáticas. Assim, a partir das funções, esta mobilidade alcança patamares ligados a modelos geométricos e algébricos, propiciando a leitura tanto algébrica como geométrica inserindo, assim, a noção analítica de leitura do objeto matemático.

O caráter de articulação e inter-relacionamento proveniente do conceito de funções, pode levar a constatações de regularidades matemáticas, generalizações e formação de uma linguagem adequada para descrever e interpretar fenômenos ligados à matemática e a outras áreas do conhecimento.

Critérios de Avaliação:

- identifique diferentes funções e realize cálculos envolvendo-as;
- aplique os conhecimentos sobre funções para resolver situações-problema;
- realize análise gráfica de diferentes funções;
- reconheça nas sequências numéricas particularidades que remetam ao conceito das progressões aritméticas e geométricas;
- generalize cálculos para a determinação de termos de uma sequência numérica.

TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

Para o Ensino Médio, o Conteúdo Estruturante Tratamento da Informação se desdobra nos seguintes conteúdos:

- Análise Combinatória
- Binômio de Newton

- Estatística
- Probabilidade
- Matemática Financeira

Justificativa: Este conteúdo estruturante encontra-se desdobrado em: Análise Combinatória, Estatística, Probabilidade, Matemática Financeira e Binômio de Newton.
O Tratamento da Informação é visto como meio para resolver problemas que exigem análises e interpretações; surge da necessidade do estudante dominar um conhecimento que lhe dê condições de realizar leituras críticas dos fatos que ocorrem em seu entorno, interpretando informações que se expressem por meio de tabelas, gráficos, dados percentuais, indicadores e conhecimento das possibilidades e chances de ocorrência de eventos. Com este conteúdo estruturante desenvolve-se a capacidade de analisar e de tomar decisões diante de diversas situações da vida em sociedade.

Critérios de Avaliação:

- recolha, interprete e analise dados através de cálculos, permitindo-lhe uma leitura crítica dos mesmos;
- realize cálculos utilizando Binômio de Newton;
- compreenda a ideia de probabilidade;
- realize estimativas, conjecturas a respeito de dados e informações estatísticas;
- compreenda a Matemática Financeira aplicada aos diversos ramos da atividade humana;
- perceba, através da leitura, a construção e interpretação de gráficos a transição da álgebra para a representação gráfica e vice-versa.

Em nosso trabalho será contemplada a legislação vigente: a Lei nº 10639/03 – História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e a Lei nº 11645/08 – História da Cultura Afro-Brasileira e Indígena.

No Ensino Fundamental e Médio, de acordo com a Lei nº 10639/03 serão trabalhadas as seguintes atividades:

- análise dos dados do IBGE sobre a composição da população brasileira por cor, renda e escolaridade no país e município;
- análise de pesquisas relacionadas ao negro e mercado de trabalho no país;
- realização com os alunos, de pesquisas de dados no município com relação à população negra.

Dessa forma, serão inseridos temas relacionados à História da Cultura Afro-Brasileira e Indígena através de análise e reflexão sobre a diversidade cultural e racial, reconhecendo os afro-brasileiros como sujeitos participantes na construção da sociedade e do país, ressaltando valores que precisam ganhar amplitude e status de conhecimento na perspectiva de uma sociedade multicultural e pluriétnica.

8.3. METODOLOGIA DA DISCIPLINA

De acordo com estas diretrizes curriculares, existe uma ordem necessária para a apresentação dos conteúdos matemáticos. O trabalho docente precisa ser pensado numa perspectiva de romper com abordagens que apregoam a fragmentação de tais conteúdos, como se eles existissem em patamares distintos e sem vínculos.
A postura metodológica deve inspirar-se e expressar-se em articulações entre os conteúdos específicos pertencentes a conteúdos estruturantes diferentes, de forma que

as significações sejam intercomunicadas, partindo do enriquecimento e das construções de novas relações.
Os conteúdos propostos devem ser abordados por meio de tendências metodológicas da Educação Matemática que fundamentam a prática docente das quais destacamos:

• - Resolução de problemas: possibilita aos estudantes compreender os argumentos matemáticos e ajuda a ver tais argumentos como um conhecimento passível de ser aprendido por todos os sujeitos presentes no processo de ensino e da aprendizagem.
- Etnomatemática: seu papel é reconhecer e registrar questões de relevância social que produzam conhecimento matemático. Esta tendência leva em consideração que não existe um único saber, mas vários saberes distintos e nenhum menos importante que o outro. É um campo que prioriza um ensino que valoriza a história dos estudantes através do reconhecimento e respeito de suas raízes culturais.
• - Modelagem matemática: propõe a valorização do aluno no contexto social; procura levantar problemas que sugiram questionamentos sobre situações de vida. Consiste na arte de transformar problemas reais em problemas matemáticos e resolvê-los interpretando suas soluções na linguagem do mundo real.

- Mídias tecnológicas: os recursos tecnológicos, sejam eles o software, a televisão, as calculadoras, o aplicativo da internet, entre outros, têm favorecido as experimentações matemáticas, potencializando formas de resolução de problemas. De posse dos recursos tecnológicos, os estudantes conseguem desenvolver argumentos e conjecturas, resultado dessa experimentação. Enfim, esse trabalho insere formas diferenciadas de ensinar e aprender e valorizar o processo de produção de conhecimento.
A dobragem dos conteúdos específicos pode transitar por todas as tendências da educação matemática. Portanto, sugere-se que as tendências sejam articuladas entre si, com o foco nos conteúdos matemáticos.

- História da Matemática: é importante entender a História da Matemática no contexto da prática escolar como componente necessário de um dos objetivos primordiais da disciplina, qual seja, que os estudantes compreendam a natureza da Matemática e sua relevância na vida da humanidade.

A abordagem histórica deve vincular as descobertas matemáticas aos fatos sociais e políticos, às circunstâncias históricas e às correntes filosóficas que determinaram o pensamento e influenciaram o avanço científico de cada época.

A História da Matemática é um elemento orientador na elaboração de atividades, na criação das situações-problema, na busca de referências para compreender melhor os conceitos matemáticos. Possibilita ao aluno analisar e discutir razões para aceitação de determinados fatos, raciocínios e procedimentos.

A História deve ser o fio condutor que direciona as explicações dadas aos porquês da Matemática. Assim, pode promover uma aprendizagem significativa, pois propicia ao estudante entender que o conhecimento matemático é construído historicamente a partir de situações concretas e necessidades reais.(MIGUEL E MIORIM, 2004).

- Investigações Matemáticas: as Investigações Matemáticas são recomendadas para uma melhor compreensão matemática e é realizada a partir da resolução de exercícios e problemas. O aluno é chamado a pensar, argumentar, levantar hipóteses em um problema aberto, e assim, naturalmente, envolve conceitos, procedimentos e representações matemáticas que verificam qual é a conjectura mais adequada à questão investigada.

Essas propostas metodológicas serão utilizadas pelo professor de acordo com sua necessidade, servindo como recurso para a apropriação de um conhecimento fundado em análises, discussões, conjecturas, apropriação de conceitos e formulação de ideias.

8.4 AVALIAÇÃO

As pesquisas em Educação Matemática têm permitido a discussão e reflexão sobre a prática docente e o processo de avaliação. Historicamente, as práticas avaliativas têm sido marcadas pela pedagogia do exame em detrimento da pedagogia do ensino e da aprendizagem (LUCKESI,2002).

A avaliação deve-se fazer presente, tanto como meio de diagnóstico do processo ensino-aprendizagem quanto como instrumento de investigação da prática pedagógica. Assim a avaliação assume uma dimensão formadora, uma vez que, o fim desse processo é a aprendizagem, ou a verificação dela, mas também permitir que haja uma reflexão sobre a ação da prática pedagógica.

A avaliação formativa, diagnóstica, processual, é o melhor caminho para garantir a evolução de todos os alunos, pois dá ênfase ao aprender. É um dos aspectos do ensino pelo qual o professor estuda e interpreta os dados da aprendizagem, de seu trabalho, com a finalidade de acompanhar e aperfeiçoar o processo da aprendizagem dos alunos, bem como diagnosticar seus resultados e atribuir-lhes valor. No cotidiano escolar é parte do trabalho dos professores, pois se a proposição curricular visa à formação de sujeitos que se apropriam do conhecimento para compreender as relações humanas em suas contradições e conflitos, então a ação pedagógica que se realiza em sala de aula precisa contribuir para essa formação.

Para que isso aconteça, é preciso que o professor estabeleça critérios de avaliação claros e que os resultados sirvam para intervenções no processo ensino-aprendizagem, quando necessárias.

É importante que o professor de matemática, ao propor atividades em suas aulas, insista com os alunos para que explicitem os procedimentos adotados e que tenham a oportunidade de explicar oralmente ou por escrito as suas afirmações, quando estiverem tratando algorítimos, resolvendo problemas, entre outras. Além disso, é necessário que o professor reconheça que o conhecimento matemático não é fragmentado e seus conceitos não são concebidos isoladamente, o que pode limitar as possibilidades do aluno expressar seus conhecimentos.

Cabe ao professor considerar no contexto das práticas de avaliação encaminhamentos diversos como: a observação, a intervenção, a revisão de noções, subjetividade, manifestações escritas, orais e de demonstração, inclusive por meio de ferramentas e equipamentos, tais como materiais manipuláveis, computador e calculadora. A avaliação deve ser uma orientação para o professor na condução de sua prática docente e jamais um instrumento para reprovar ou reter alunos na construção de seus esquemas de conhecimento teórico e prático. Selecionar, classificar, filtrar, reprovar e aprovar indivíduos para isto ou aquilo não são missões de um educador.

Alguns critérios devem orientar as atividades avaliativas propostas pelo professor. Essas práticas devem possibilitar ao professor verificar se o aluno:

- comunica-se matematicamente, oral ou por escrito (BURIASCO, 2004);
- compreende, por meio da leitura, o problema matemático;
- elabora um plano que possibilite a solução do problema;
- encontra meios diversos para a resolução de um problema matemático;
- realiza o retrospecto da solução de um problema.

Dessa forma, no processo pedagógico, o aluno de ser estimulado a:

- partir de situações- problena internas ou externas à matemática;
- pesquisar acerca de conhecimentos que possam auxiliar na solução dos problemas;
- elaborar conjecturas, fazer afirmações sobre elas e testá-las;
- perseverar na busca de soluções, mesmo diante de dificuldades;
- sistematizar o conhecimento construído a partir da solução encontrada, generalizando, abstraindo e desvinculado-o de todas as condições particulares;
- socializar os resultados obtidos, utilizando, para isso, uma linguagem adequada;
- argumentar a favor ou contra os resultados (PAVANELLO & NOGUEIRA, 2006, P.29).

O professor deve considerar as noções que o estudante traz, decorrentes da sua vivência, de modo a relacioná-las com os novos conhecimentos abordados nas aulas de Matemática.

Instrumentos de avaliação:

- prova escrita
- atividades em grupo
- pesquisas
- participação em sala de aula

8.5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PARANÁ. Diretrizes Curriculares de Matemática para os anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação e Superintendência da Educação, 2008.

9. DISCIPLINA: GEOGRAFIA

9.1. APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

As diretrizes curriculares apresentam-se, hoje, como documento norteador para um repensar da prática pedagógica aos professores de Geografia. Nelas estão o caminho para a superação da dicotomia Geografia Física e Humana, com a qual os professores da disciplina convivem há muito tempo.

Ressalta-se a importância da discussão acerca do objeto de estudo do ensino de Geografia: O Espaço Geográfico e sua composição conceitual básica — lugar, paisagem, região, território, natureza, sociedade, dentre outros. O conceito adotado nessas diretrizes curriculares para Espaço Geográfico é o espaço (LEFEBVRE, 1974) produzido e apropriado pela sociedade, composto por objetos (naturais, culturais e técnicos) e ações (relações sociais, culturais, políticas e econômicas) inter-relacionados (SANTOS, 1996).

Os objetos geográficos são indissociáveis das ações humanas, mesmo sendo eles naturais. Segundo Santos, *a ação é o próprio homem. O espaço geográfico deve ser considerado como algo que participa igualmente da condição do social e do físico, um misto, um híbrido.*

Inúmeros autores têm se dedicado a pensar o significado da Geografia nos níveis de ensino e pesquisa. Nesta diretriz, considera-se que o ensino deve subsidiar os alunos a pensar e agir criticamente, buscando elementos que permitam compreender e explicar o mundo (CALLAI, 2001), cabendo assim à Geografia, a função de preparar o aluno para uma leitura crítica da produção social do espaço, negando a “naturalidade” dos fenômenos que imprimem uma certa passividade aos indivíduos (CASSETI, 2002).

Cabe à escola, como um dos lugares onde se analisa, produz e sistematiza-se conhecimentos, subsidiar os alunos no enriquecimento e sistematização dos saberes para que sejam sujeitos capazes de interpretar, com olhar crítico, o mundo que os cerca.

O professor deve ter uma postura investigativa de pesquisa, recusando uma visão receptiva e reprodutiva do mundo — não somente de sua parte, mas em conjunto com os alunos — tendo em vista sua função enquanto agente transformador do ensino e da escola e, em decorrência disso, da própria sociedade.

A importância da ciência geográfica está no fato de que todos os acontecimentos do mundo têm uma dimensão espacial, onde o espaço é a materialização dos tempos da vida social. Portanto, há que se empreender um ensino capaz de fornecer aos alunos conhecimentos específicos da geografia, com os quais ele possa ler e interpretar criticamente o espaço, sem deixar de considerar a diversidade das temáticas geográficas e suas diferentes formas de abordagem.

É importante ressaltar que o professor de Geografia deve abordar de acordo com as novas orientações e tendo em vista as Diretrizes Curriculares, temas que envolvam a Lei 11645 – Cultura Afro Brasileira, Africana e Indígena. Sendo assim, professor de geografia pode abordar essa temática nas diferentes séries, através de mapas, maquetes, textos, imagens, fotos, entre outros, que tragam conhecimento sobre: a população brasileira/miscigenação dos povos, a distribuição espacial da população afro-descendentes no Brasil e no mundo, a contribuição do negro na construção da nação brasileira entre outros.

No ensino da Geografia a inserção do tema A Educação do Campo nos conteúdos do ensino fundamental e médio visa através das diferentes expressões culturais, organizar a vida, convivência preparando as crianças tanto para o meio urbano quanto rural. Entendemos o processo educativo como um conjunto de ações pedagógicas, de organizações curriculares, envolvendo todos os responsáveis pela construção de conhecimentos e afirme enquanto direito de cidadania, até hoje negada a grande parte das chamadas minorias, e que na verdade,é a imensa maioria dos povo brasileiro.

Os Desafios Educacionais contemporâneos inseridos no Ensino Fundamental e Médio relacionado a Drogadição, Preservação Ambiental e Combate a violência devem ser tratados dentro da Geografia enfatizando o necessário envolvimento da sociedade como sujeito, elementos, parte fundamental relativos à problemática ambiental contemporânea, bem como das transformações dos comportamentos humanos no combate a drogadição e a violência no trabalho pedagógico em sala deve-se haver uma problematização inicial tendo por objetivo mobilizar o aluno para o conhecimento. Por isso deve-se constituir de questões que estimulem o raciocínio, as reflexões, a crítica, delegando-lhe o papel de sujeito do seu processo de aprendizagem.

Portanto, essa diretriz propõe a retomada do trabalho pedagógico a partir das teorias críticas da educação e da Geografia, sem ortodoxias, possibilitando o ensino de Geografia com base na análise e na crítica das relações sócio- espaciais, nas diversas escalas geográficas, do local ao global, retornando ao local. Esta opção teórica é coerente com a concepção de currículo e com a identidade que esta reformulação curricular quer atribuir à Educação.

Assim, sendo o espaço geográfico o objeto de estudo da Geografia, foram estabelecidos os conteúdos estruturantes desta disciplina. É importante destacar que conteúdos estruturantes são os saberes e conhecimentos de grande amplitude que identificam e organizam os campos de estudos de uma disciplina escolar considerados como bases fundamentais para a compreensão de seu objeto de estudo e ensino. A partir deles derivam conteúdos específicos, a serem trabalhados na relação de ensino e aprendizagem no cotidiano escolar.

Conteúdos estruturantes:

- A dimensão econômica da produção do / no espaço
- A dimensão sócio ambiental
- A dinâmica demográfica
- A questão geopolítica

Importante destacar que os conteúdos estruturantes estão em constante relação uns com os outros e que na realidade nunca se separam, ou seja, eles se inter-relacionam tornando-se significativos e contribuindo para a compreensão do espaço geográfico. Na escola, os conteúdos específicos são organizados a partir de cada conteúdo estruturante apenas como estratégia de ensino, ora com ênfase em um deles, ora em outro; porém, a articulação entre eles deve ser sempre mencionada pelo professor para evitar a compreensão equivocada de que esses conteúdos não dialogam entre si.

A dimensão econômica da produção do / no espaço

Este conteúdo estruturante pode ser considerado a principal forma de análise para entender como se constitui o Espaço Geográfico – afinal, as relações sociedade- natureza são movidas pela produção de toda materialidade necessária para a existência humana e pelas relações sociais e de trabalho que organizam essa produção. A dimensão econômica da produção do /no espaço articula-se com os demais conteúdos estruturantes, pois a apropriação da natureza e sua transformação em produtos para o consumo humano envolve as sociedades em relações geopolíticas, ambientais e culturais fortemente direcionadas por interesses sócio- econômicos locais, regionais, nacionais e globais.

Os conteúdos específicos serão detalhados quando da elaboração do plano de trabalho escolar, entretanto podemos apresentar alguns deles: globalização, agroindústria, êxodo rural, blocos econômicos, migrações por motivos econômicos, subemprego/ desemprego, dependência tecnológica, entre outros.

A questão Geopolítica

O real é complexo, dinâmico e contraditório; compreendê-lo pressupõe conhecimentos histórico/geográficos que unem principalmente espaço e poder (território) como conceitos chave. Trata-se do avanço do meio técnico científico informacional, da ação das Organizações Internacionais (FMI, ONU), dos Estados Nacionais, das grandes multinacionais e suas ações, das ações da sociedade civil que, consequentemente, refletem tanto no espaço local quanto global.

Assim, traz como proposta pedagógica uma reflexão sobre os fatos históricos que resultam de artimanhas geopolíticas. Esse conteúdo, apesar de presente no ensino Fundamental, se concretiza verticalmente no Ensino Médio, onde é abordado como tal. Alguns dos possíveis conteúdos específicos que derivam desse conteúdo estruturante: Blocos econômicos, Globalização, Guerra Fria, Desigualdade dos países norte/ sul, Recursos energéticos, entre outros.

A dimensão sócio – ambiental

A questão sócio ambiental apresenta possibilidades de abordagem complexa do temário geográfico, visto que não se restringe apenas aos estudos fragmentados da flora e da fauna, mas à interdependência das relações entre sociedade, ambientes físicos, químicos, biológicos; aspectos econômicos, sociais e culturais. Assim, pretende-se que essas reflexões se façam presentes no ensino da Geografia, em particular no Ensino Fundamental, contribuindo para o aumento da capacidade de compreensão e intervenção da / na realidade dos alunos, lembrando que não basta citar ou descrever os fenômenos; deve-se antes de tudo, problematizá-los e contextualizá-los. Alguns conteúdos específicos: desmatamento, chuva ácida, aquecimento global, entre outros.

A dinâmica Cultural Demográfica

Este conteúdo estruturante, mais do que estudar e descrever particularidades, preocupa-se com os estudos da constituição geográfica das diferentes sociedades, com os motivos que levam os homens a migrar, dentro e fora do território, ou seja, analisar as informações que imprimem marcas nos territórios e produzem (novas) territorialidades e com as relações político – econômicas que influenciam essa dinâmica. Alguns conteúdos específicos: Estrutura etária, Movimentos sociais, Estudos de gênero, êxodo rural, Urbanização, favelização, entre outros.

Considerada por alguns como uma das mais antigas disciplinas acadêmicas, a Geografia surgiu na Antiga Grécia, sendo no começo chamada de historia natural ou filosofia natural. A geografia se propõe a algo mais que descrever paisagens, pois a simples descrição não nos fornece elementos suficientes para uma compreensão global daquilo que pretendemos conhecer geograficamente.

Ir além das aparências significa considerar que por trás de toda paisagem temos, necessariamente, uma dinâmica particular que determina, que a constrói, que a mantém com determinada aparência. Estudar geograficamente o mundo, no todo ou em parte, é buscar entender como e por que as paisagens apresentam as características que observamos. A geografia deve propor-se a investigar, principalmente, o modo pelo qual a sociedade produz espaço geográfico. O espaço geográfico não se revela apenas na aparência das coisas, mas, sobretudo na investigação das razões que determinam essa aparência. Podemos compreender que o espaço geográfico inclui a natureza e o homem.

A geografia está na forma historicamente diferenciada de existência na relação visivelmente distinta com as condições materiais de existência, na forma específica da ligação orgânica entre o homem e a natureza de posse do produto do trabalho, na articulação das relações de conjunto e nas transfigurações espaço- formais.

A geografia em sua busca de novos caminhos e de novas interpretações do mundo se posiciona de uma forma crítica, direcionando sua contribuição para resgatar a importância do espaço no mundo atual. A fragmentação científica é sem dúvida a força que promove o primeiro impacto na existência da geografia.

9.2. OBJETIVOS GERAIS

- Identificar e avaliar as ações dos homens em sociedade abordando as consequências na construção do espaço, de modo que construa referenciais que possibilitam uma participação prepositiva e nativa nas questões sócio ambientais locais, bem como apontar um caminho que propicia a unificação com a realidade;
- Conhecer o funcionamento da natureza em suas múltiplas relações, de modo que compreenda o papel das sociedades na construção do território, da paisagem e do lugar, tendo como prioridade sensibilizar a população da importância da preservação;
- Compreender a espaçalidade e temporalidade dos fenômenos geográficos estudados em suas dinâmicas interações, envolvendo aspectos físicos e naturais numa leitura atrativa e dinâmica;
- Compreender que as melhorias nas condições de vida, os direitos políticos, os avanços tecnológicos e as transformações sócio- culturais conquistadas ainda não são usufruídas por todos os seres humanos e, dentro de suas possibilidades, empenhar-se em democratizá-las, para que num futuro próximo, seja direito de todos;
- Conhecer e saber utilizar procedimentos de pesquisa da geografia para compreender o espaço geográfico, seus processos de construção, identificando suas relações, problemas e contradições;
- Orientar os educandos a compreenderem a importância das diferentes linguagens na leitura da paisagem, bem como documentos de diferentes informações, de modo que percebam a inter-relação existente entre os mesmos;
- Saber utilizar a linguagem gráfica para obter informações e representar a espaçalidade dos fenômenos geográficos, partindo do local para o global e também do global para o local;
- Valorizar o patrimônio sociocultural e respeitar a sócio diversidade, reconhecendo-os como direitos dos povos e indivíduos e elemento de fortalecimento da democracia;
- Trabalhar a diversidade racial, cultural, étnica, religiosa e social, sem caracterizar discriminação e amenizando os conflitos que possam vir a surgir dos resultados dessa diversidade;
- Conhecer o mundo atual em sua diversidade física, social e política, mantendo uma visão local, regional e global;
- Ampliar a consciência espacial e o raciocínio geográfico a partir do aprofundamento das reflexões acerca dos conteúdos desenvolvidos em sala de aula;
- Formar e fortalecer valores sociais e democráticos, de respeito ao outro em seus diversos aspectos, sejam eles culturais, religiosos, políticos, socioeconômicos e outros;
- Compreender a organização sócio- espacial e refletir sobre ela a partir das categorias de análise da Geografia (relações espaço- temporais e relações sociedade-natureza);

- Formar conceitos geográficos;
- Reconhecer a importância da preservação das terras e dos povos indígenas no Brasil;
- Reconhecer as mais diversas formas de produção da vida de agricultores, familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da Reforma agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas e outros;
- Analisar as diversas paisagens produzidas pelos seres humanos nas suas relações entre si com os outros elementos da natureza, em diferentes escalas;
- Analisar a dinâmica política e social que ocorre no processo de construção dos territórios e das diversas territorialidades, considerando os vários momentos históricos e as conjunturas políticas.

9.3. CONTEÚDOS ESTRUTURANTES/ CONTEÚDOS BÁSICOS.

A Dimensão Econômica da Produção do / no espaço

- Os setores da economia;
- Sistemas de circulação de mercadorias, pessoas, capitais e informações;
- Sistemas de produção industrial;
- Agroindústria;
- O processo de industrialização e o trabalho;
- As mudanças territoriais provocadas pela indústria;
- As políticas agrícolas e a agroindústria;
- Regionalização dos continentes;
- Critérios para a classificação dos países;
- IDH;
- Desigualdades dos países norte / sul;
- Blocos econômicos;
- Órgãos Internacionais;
- Neoliberalismo;
- Biopirataria;
- Movimentos sociais;
- Narcotráfico;
- Políticas ambientais;
- Ocupação de áreas irregulares;
- O ambiente urbano e rural;
- A construção e a formação do território brasileiro;
- O êxodo rural;
- Urbanização e favelização;
- As regiões brasileiras;
- O Paraná e seu quadro econômico;
- Apartheid ;
- A formação e conflitos étnico – racial no continente africano;
- Cartografia
- A economia brasileira e as desigualdades sociais;
- Concentração renda e injustiça social no Brasil e no mundo;
- A atividade industrial no mundo;
- Turismo;
- O comércio, os transportes e as comunicações;

- A produtividade agrícola das terras indígenas;
- Agricultura familiar, orgânica, agroindústria.

A questão geopolítica

- Blocos econômicos;
- Formação do estados nacionais;
- Globalização;
- Desigualdades dos países norte / sul;
- Recursos energéticos;
- O espaço mundial pós – Segunda Guerra Mundial;
- Guerra Fria;
- Conflitos mundiais;
- Políticas ambientais;
- Órgãos Internacionais;
- Neoliberalismo;
- Biopirataria;
- Meio Ambiente e Desenvolvimento;
- Estado , Nação e Território;
- Movimentos Sociais;
- Terrorismo;
- Narcotráfico;
- Cartografia;
- Migrações;
- Os limites, as fronteiras e a divisão política do Brasil e do mundo;
- A formação do território brasileiro;
- A regionalização no Brasil;
- A divisão regional oficial do IBGE;
- Os três complexos regionais;
- A invasão das terras indígenas no Brasil;
- Organização familiar e trabalho

A Dimensão Sócio- ambiental

- As eras geológicas;
- A origem do Universo e da Terra;
- Localização e orientação;
- Os movimentos da Terra no Universo e suas influências (rotação e translação);
- As rochas e os minerais / Camadas da Terra;
- O ambiente urbano / rural;
- Movimentos sócio- ambientais;
- Classificação, fenômenos atmosféricos e mudanças climáticas;
- Rios e bacias hidrográficas;
- Sistemas de energia;
- Circulação e poluição atmosférica;
- Desmatamento;
- Chuva ácida;
- Buraco na camada de ozônio;

- Efeito estuda (aquecimento global)
- Cartografia;
- Ocupação de áreas irregulares;
- Desigualdades sociais e problemas ambientais;
- O quadro natural do Paraná;
- As paisagens e o espaço geográfico;
- Os grandes biomas terrestres;
- As atividades agropecuárias e os sistemas agrários;
- O lixo urbano e os impactos ambientais causados pela poluição;
- Recursos naturais e o desenvolvimento sustentável;
- Recursos hídricos;
- Reciclagem;

A Dinâmica Cultural Demográfica

- A identidade brasileira;
- A construção e a formação do território brasileiro;
- As origens culturais do povo brasileiro;
- Êxodo rural;
- Urbanização e favelização;
- Fatores e tipos de migração e imigração e suas influências no espaço geográfico;
- História das migrações mundiais;
- Estrutura etária;
- Formações e conflitos étnicos – religiosos e raciais;
- Consumo e consumismo;
- Movimentos sociais;
- Meios de comunicação;
- Estudos dos gêneros (masculino , feminino, entre outros);
- A identidade nacional e processo de globalização;
- Concentração de renda e injustiça social no Brasil e no mundo;
- Distribuição da população brasileira pelo território: evolução histórica e transformações espaciais;
- A distribuição populacional indígena no Brasil;
- A distribuição populacional no campo.

Observação referente aos conteúdos do Ensino Fundamental

Espera-se que o aluno, ao iniciar seus estudos na 5ª série do Ensino Fundamental, amplie as suas noções espaciais; por isso o professor abordará os conhecimentos necessários para o entendimento das inter– relações entre as paisagens naturais e artificiais. Aprofundando os conceitos de lugar e paisagem introduzirá os conceitos de região e território. Além disso, o espaço geográfico deve ser compreendido como resultado da integração entre dinâmica físico / natural e dinâmica humano / social; junto disso, os diferentes níveis de escalas de análise podem transitar entre o local, regional, nacional e global ou o oposto. Assim como, promover uma abordagem da linguagem cartográfica, usando-a para mostrar como os fenômenos se distribuem e se relacionam nesse espaço.

Ao aprofundar tais conhecimentos, o aluno pode com mais propriedade e profundidade, já na 6ª série, analisar os fenômenos citados na escala nacional (Brasil), relacionando – os quando possível, com a realidade mundial.

Quando as especificidades do território nacional estiverem compreendidas, na 7ª e 8ª série, o aluno ampliará e aprofundará suas análises espaciais com relação aos continentes: América, Europa, África, Ásia, Oceania e Regiões Polares. Ou seja, conhecer os continentes, como os diferentes países se relacionam política e economicamente, e suas especificidades naturais / sociais. Para isso, nada impede que o professor faça relações entre os continentes (países), podendo retornar ao espaço local sempre que for possível, para maior compreensão do espaço no processo de globalização.

É importante ressaltar que o professor de Geografia deve abordar temas que envolvam a temática de história e cultura Afro – brasileira e Africana. Sendo assim, professor de Geografia pode abordar essa temática nas diferentes séries, através de mapas, maquetes, textos, imagens, fotos, entre outros, que tragam conhecimento sobre: a população brasileira / miscigenação dos povos, a distribuição espacial da população afro – descendente no Brasil e no mundo, a contribuição do negro na construção da nação brasileira, entre outros.

Observação referente aos conteúdos do Ensino Médio

Os quatro Conteúdos Estruturantes serão o ponto de partida e de chegada para a seleção e organização dos conteúdos específicos por série. Como dimensões estruturadoras do ensino dos conteúdos específicos de Geografia, os Conteúdos Estruturantes deverão ser contemplados em todas as séries do Ensino Médio em que a disciplina fizer parte do currículo da escola. Caberá ao professor realizar a seleção dos conteúdos específicos a serem abordados em cada série, considerando a realidade curricular da escola.

No Ensino Médio os conteúdos que foram trabalhados no Ensino Fundamental serão aprofundados em abordagens que considerem o princípio da complexidade crescente, enfatizando um tratamento relacional dos conteúdos, respeitando a crescente capacidade de abstração do aluno agora adolescente e a consequente possibilidade de formações conceituais mais amplas. O aluno do Ensino Médio já foi apresentado ao Planeta Terra no Ensino Fundamental, portanto caberá à Geografia do Ensino Médio, abordar os conteúdos de maneira a articular os aspectos naturais, econômicos, sociais, políticos culturais que os compõem, transitando nas diversas escalas geográficas, considerando as relações entre o nacional / global e o local, e as relações urbano – rurais.

9.4. METODOLOGIA DA DISCIPLINA

Estas diretrizes propõem que os conteúdos específicos sejam trabalhados de uma forma crítica e dinâmica, interligando teoria, prática e realidade, mantendo uma coerência dos fundamentos teóricos aqui propostos, utilizando a cartografia como ferramenta essencial, possibilitando assim transitar em diferentes escalas espaciais, ou seja, do local ao global e vice – versa. Lembrando que os conteúdos estruturantes estão inter – relacionados, garantindo uma totalidade de abordagens dos conhecimentos específicos que não podem ser vistos isoladamente.

Importante ressaltar a importância do papel do professor, enquanto pesquisador, na formação de futuros pesquisadores. Essa iniciação pode ocorrer através da construção e desenvolvimento, em conjunto com os alunos, de projetos que busquem estimular e ampliar os conteúdos específicos.

Propõe –se que os conteúdos geográficos sejam trabalhados de um forma crítica e dinâmica, mantendo coerência com os fundamentos teóricos aqui propostos. Lembrando que os conteúdos específicos deverão ser abordados a partir do enfoque de cada conteúdo estruturante e que esses enfoques perpassam uns aos outros constantemente.
Além de trabalhar os conteúdos específicos de geografia em sala de aula, o professor, quando necessário, pode promover aulas de campo, desde aquela ao redor da escola, até outras de maior distância, pois a compreensão da realidade será mais completa quanto maior for o contato do aluno com a concretude do real, o que lhe permitirá perceber a complexidade do mundo. Durante a visita de campo , sugerem-se alguns passos a serem seguidos, tais como : observação sistemática orientada; descrição,seleção, ordenação e organização de informações; registro das informações de forma criativa (maquetes, desenhos, produção de textos, etc.) Além da aula de campo, destaca-se ainda o uso da linguagem cartográfica, pois esta resulta de uma construção teórico e prática que vem desde as séries iniciais e que deve seguir até o final da Educação Básica.
No retorno à sala de aula, o professor deve problematizar os fenômenos estudados pelos alunos. Estes, por sua vez, devem buscar fontes que expliquem forma e função da paisagem da área visitada e identificar as transformações que ocorreram no trajeto percorrido fazendo uma aproximação com a História (relações espaço temporais)
Pode –se usar recursos áudio visuais nas aulas de Geografia, desde que sejam explorados à luz de seus fundamentos teórico – conceituais. Além disso deve-se evitar que o uso de recursos áudio visuais sirvam apenas para confirmação da verdade. É necessário que os recursos sejam colocados sob suspeita, que sejam questionados pelos professores e alunos. Deve–se usar este recurso como problematizador, estimulador para pesquisas mais aprofundadas sobre assuntos que, provocados pelo filme assistido pode desvelar preconceitos superficiais, ideias ideológicas e estereotipadas sobre os lugares e povos.
Também o uso de imagens não animadas (fotografias, posters, cartões postais, entre outras) com recurso didático pode auxiliar o trabalho com a formação de conceitos geográficos, diferenciando paisagem de espaço e, dependendo da abordagem dada ao conteúdo, desenvolver os conceitos de região, território e lugar. Destacando que esse trabalho deve ser sempre acompanhado de pesquisas mas aprofundadas que investiguem e busquem uma maior compreensão do objeto estudado.
Por fim, nestas Diretrizes Curriculares, propõe-se que os mapas e seus conteúdos sejam lidos pelo estudantes, como textos que são passíveis de interpretação, problematização e análises críticas,. Que jamais sejam meros instrumentos de localização dos eventos e acidentes geográficos, pois ao final do Ensino Médio espera-se que os alunos sejam capazes, por exemplo, de “ correlacionar duas cartas simples, ler uma carta regional simples, (...) saber levantar hipóteses reais sobre a origem de uma paisagem, analisar uma carta temática que apresente vários fenômenos, (...)”. (SIMIELLI in CARLOS, 1999, p. 104).

O Ensino da Geografia deve propiciar a formação de um aluno consciente das relações sócio – espaciais de seu tempo contribuindo no resgate e construção da cidadania, na formação intelectual e ética dos jovens e na consciência de sua dignidade humana, bem como no exercício da prática interdisciplinar banindo os conteúdos fragmentados e desenvolvendo convicções sócio – políticas e pedagógicas através do diálogo, projetos escolares e de estudo, dentro de cada disciplina, com conteúdos que destaquem a relevância social como requisito indispensável para a compreensão do espaço geográfico como um “conjunto indissociável solidário e também contraditório de sistemas, de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como um todo”.

9.5. AVALIAÇÃO

A avaliação do aluno deve ser feita de maneira formativa, diagnóstica e contínua, como um processo de construções e reconstruções, assentado na interação e na relação dialógica que acontece entre os sujeitos do processo: professor e aluno. A mesma deve priorizar a formação dos conceitos geográficos e a compreensão dos fenômenos nas diversas escalas geográficas: usar instrumentos de avaliação que contemplem várias formas de expressão dos alunos, como: provas e testes; leitura e interpretação de textos; produção de textos; leitura e interpretação de fotos, imagens, gráficos, tabelas e mapas, atividades de campo, construção e análise de maquetes, apresentação de seminários, entre outros.

Esse processo deve ser visto como um sistema diferenciado a partir de uma consistente análise dos conteúdos trabalhados; o aluno deve ter uma postura investigativa e comprometida com as mudanças ocorridas no espaço geográfico, estabelecendo diferentes relações entre as mesmas.

9.6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PARANÁ. Diretrizes Curriculares de Geografia para os anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação e Superintendência da Educação, 2008.

10. DISCIPLINA: QUÍMICA

10.1. APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

A química está ligada intimamente a todo o desenvolvimento das civilizações, a partir das necessidades do homem pré – histórico, tais como: necessidades de sobrevivência, de comunicação, de desenvolvimento de técnicas de domínio de fogo, etc. Também não se pode falar da história da química sem se reportar a fatos políticos, religiosos e sociais. O poder, representado pela riqueza, e a cura de todas as doenças, sinônimo da vida eterna, são buscas incessantes da humanidade. Sendo assim as primeiras citações acerca da química são provenientes da alquimia, que buscava o elixir da vida eterna e a pedra filosofal.

O século XIX foi o período no qual a ciência se consolidou e passou a definir as marcas na caminhada da humanidade. As primeiras atividades qual a de caráter educativo envolvendo a química no Brasil, surgiram também neste século, provenientes das transformações de ordem política e econômica que ocorriam na Europa.

Dentre as descobertas e avanços científicos, nas últimas quatro décadas do século XX passou-se a conviver com a crescente miniaturização dos sistemas de computação. Com o aumento de sua eficiência e ampliação do seu uso, o que constitui uma era de transformações nas ciências que vêm modificando a maneira de se viver. Esse período, marcado pela: descoberta de novos materiais, engenharia genética, exploração da biodiversidade, obtenção de diferentes combustíveis, pelos estudos espaciais e pela farmacologia; marca o processo de consolidação científica, com destaque à Química, que participa das diferentes áreas das ciências e colabora no estabelecimento de uma cultura científica, cada vez mais arraigada no capitalismo e presente na sociedade, e, por conseguinte, na escola.

Muito embora existam, atualmente, formas distintas de conceber o ensino de Ciências e de Química, a pedagogia sócio- histórica já é um referencial teórico na prática de alguns professores.

Qual seria a concepção de ensino de QUÍMICA que romperia com as abordagens tradicionais do objetivo de estudo da disciplina?

Chassot propõe “alternativas para um ensino com utilidade onde se busca mostrar uma educação, através da Química, que: contribua para a alfabetização científica do cidadão; faça a migração do esoterismo ao exorcismo e, facilite a leitura do mundo”. (CHASSOT,1995,p.151).

Nessas diretrizes propõe-se que a compreensão e apropriação do conhecimento químico aconteçam por meio do contato do aluno com o objeto de estudo da química, que é o estudo da matéria e suas transformações. Este processo deve ser planejado, organizado e dirigido pelo professor, numa relação dialógica, onde a aprendizagem dos conceitos químicos se realize no sentido da organização do conhecimento científico.

Acredita-se, pois, que o ensino de Química que leve à alfabetização científica do sujeito, e deve estar centrado na inter – relação de dois componentes básicos: conhecimento químico e o contexto social.

A abordagem no ensino da Química, será norteada , pela construção/ reconstrução de significados de conceitos científicos, vinculada aos contextos históricos, políticos, econômicos, sociais e culturais, e estará fundamentada em teóricos como: Chassot, Mortimer, Maldaner, Bernadelli.

Educação do Campo: Pensar a educação desde ou junto com uma concepção de campo significa assumir uma visão de totalidade dos processos sociais; significa no campo da política pública, por exemplo, pensar a relação entre uma política agrária, e uma política de educação; entre política agrícola, política da saúde, a política da

educação, e assim por diante. E na dimensão da reflexão pedagógica significa discutir a arte de educar, e os processos de formação humana, a partir dos parâmetros de um ser humano concreto e historicamente situado.

Desafios Educacionais Contemporâneos: numa perspectiva histórica, para o entendimento destas discussões em sua totalidade, é preciso, em primeiro lugar, que o professor busque outros referenciais que possibilitem outra representação sobre os fatos e sobre o passado. É importante perceber, Segundo Savoia (2008), que na impossibilidade de resgatar o passado tal como foi, construímos sempre em relação a ele uma representação. É preciso então que os conhecimentos universais como os desafios do cotidiano tornam-se parte do conteúdo sobre os fatos e sobre a história que nos indicam que as questões sociais, econômica, sexualidade, meio ambiente, educação fiscal, suscitando a busca por suportes concretos, dada a compreensão dos mesmos em sua concretude.

10.2 OBJETIVOS GERAIS

São objetivos gerais da disciplina:
- Possibilitar o entendimento do mundo e sua interação.
- Enfatizar o histórico da química
- Contextualizar a química no meio ambiente
- Identificar a presença da química à nossa volta
- Aplicar os conhecimentos químicos na tecnologia
- Relacionar farmacologia dentro da saúde pública
- Manipular aparelhos laboratoriais
- Experimentar vários tipos de combinações químicas.

10.3. CONTEÚDOS ESTRUTURANTES/ CONTEÚDOS BÁSICOS

Entende-se por conteúdos estruturantes os conhecimentos de grande amplitude que identificam e organizam os campos de estudos de uma disciplina escolar, considerados fundamentais para a compreensão de seu objeto de estudo e ensino. os conteúdos estruturantes da Química devem considerar, em sua abordagem teórico-metodológica, as relações que estabelecem entre si e entre os conteúdos específicos. A partir deles derivam conteúdos específicos a serem trabalhados na relação de ensino aprendizagem no cotidiano escolar. Os conteúdos estruturantes estão em constante relação uns com os outros e que na realidade nunca se separam; precisam se inter-relacionar para se tornarem significativos, nesta proposta serão ministrados nas três séries, aprofundados em abordagens que considerem o princípio da complexidade crescente.

São conteúdos estruturantes de química:
- Matéria e sua natureza;
- Biogeoquímica;
- Química sintética.

MATÉRIA E SUA NATUREZA

É o conteúdo estruturante que dá início ao trabalho pedagógico da disciplina de Química por se tratar especificamente de seu objeto de estudo: a matéria e sua natureza. É ele que abre o caminho para um melhor entendimento dos demais conteúdos estruturantes.

BIOGEOQUÍMICA

Biogeoquimica é a parte da Geoquímica que estuda a influência dos seres vivos sobre a composição química da terra, caracteriza-se pelas interações existentes entre hidrosfera, litosfera e atmosfera e pode ser bem explorada a partir dos ciclos biogeoquímicos (RUSSEL, 1986, p.2).

QUÍMICA SINTÉTICA

Esse conteúdo estruturante tem sua origem na síntese de novos produtos e materiais químicos e permite o estudo dos produtos farmacêuticos, da indústria alimentícia (conservantes, acidulantes, aromatizantes, edulcorantes), dos fertilizantes e dos Agrotóxicos.

CONTEÚDOS BÁSICOS

MATÉRIA
Constituição da matéria;
Estados de agregação;
Natureza elétrica da matéria
Modelos atômicos (Rutherford, Thomson, Dalton, Bohr...).
Tabela Periódica.
SOLUÇÃO
Substância: simples e composta;
Misturas;
Métodos de separação;
Solubilidade
Concentração;
Forças intermoleculares;
Temperatura e pressão;
Densidade;
Dispersão e suspensão;
Tabela Periódica.

VELOCIDADE DAS REAÇÕES

Reações químicas;
Lei das reações químicas;
Representação das reações químicas;
Condições fundamentais para ocorrência das reações químicas. (natureza dos reagentes, teoria da colisão)
Fatores que interferem na velocidade das reações (superfície de contado, temperatura, catalisador, concentração dos reagentes);
Lei da velocidade das reações químicas;
Inibidores das reações químicas;
Tabela Periódica.

EQUILÍBRIO QUÍMICO

Reações químicas reversíveis;
Concentração;
Relações matemáticas e o equilíbrio químico (constante de equilíbrio)
Deslocamento de equilíbrio (princípio de Le Chatelier):
Catalizadores;
Equilíbrio químico em meio aquoso (pH, constante de ionização,Ks).

Tabela Periódica.

LIGAÇÃO QUÍMICA

Tabela periódica;
Propriedade dos materiais;
Tipos de ligações químicas em relação as propriedades dos materiais;
Solubilidades e as ligações químicas;
Interações intermoleculares e as propriedades dos materiais;
Ligações de Hidrogênio;
Ligação metálica;
Ligações sigma e Pi ;
Ligações polares e apolares
Alotropia.

REACÕES QUÍMICAS

FUNCÕES QUIMICAS

Princípios da termodinâmica;
Calorias;
Reações exotérmicas e endotérmicas
Variação de entalpia;
Equações termoquímicas;
Lei de Hess;
Entropia de energia livre;
Diagrama das reações exotérmica e endotérmicas;
Calorimetria;
Tabela periódica.

RADIOATIVIDADE

Modelos atômicos (Rutherford);
Elementos químicos (radioatividade);
Tabela periódica;
Reações químicas;
Velocidades das reações;
Emissões radioativas;
Leis da radioatividades;
Cinética das reações químicas;
Fenômenos radioativos (fusão e fissão nuclear);

ÓXIDO-REDUÇÃO

Estudos dos metais (tabela periódica, propriedades...);
Ligações metálicas (elétrons semi-livres);
Reações químicas;
Número de oxidação;
Balanceamento de reações de óxido-redução;
Reações de óxido-redução: bafômetro de dicromato, fotografia em preto e branco (redução da prata e oxidação do anion presente).
Tabela periódica.

GASES

Estados físicos da matéria;
Tabela periódica;

Propriedades dos gases (densidade/difusão e efusão, pressão x temperatura, pressão x volume e temperatura x volume);
Modelos de partículas para os materiais gasosos;
Misturas gasosas;
Diferença entre os gás e vapor;
Leis dos gases.

10.4. METODOLOGIA DA DISCIPLINA

É importante que o processo pedagógico parta do conhecimento prévio dos estudantes, no qual se incluem ideias pré-concebidas sobre o conhecimento da Química, ou as concepções espontâneas, a partir das quais será elaborado um conceito científico. A escola é, por excelência, o lugar onde se lida com o conhecimento científico historicamente produzido.

Entretanto, quando os estudantes chegam à escola, não estão desprovidos de conhecimento. Uma sala de aula reúne pessoas com diferentes costumes, tradições e ideias que dependem também de suas origens; isso dificulta a adoção de um mesmo encaminhamento metodológico para todos os alunos, além disso, o professor deve abordar a cultura afro-brasileira (Lei n. 10639/03, sendo obrigatório a abordagem de conteúdos que envolvam a temática de história e cultura afro-brasileira e africana), história e cultura dos povos indígenas respaldado pela Lei n. 11645/08 e educação ambiental com base na Lei n.9795/99, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, relacionando-os aos conteúdos estruturantes de modo contextualizado.

A utilização de modelos no ensino de química para descrever comportamentos microscópicos, não palpáveis, é um dos fundamentos dessa ciência. Deve–se lembrar, contudo, que eles são apenas aproximações necessárias. Considera-se, ainda, que esses modelos são válidos para alguns contextos e não para todos, ou seja, são localizados e seus limites são determinados quando a teoria não consegue explicar fatos novos que eventualmente surjam.

Os modelos são, portanto, propostas provisórias para explicar determinados fenômenos e atendem a interesses desses grupos de cientistas que investigam a matéria e sua natureza. É importante destacar que a referência aos modelos não é apenas para os modelos atômicos, mas também diz respeito aos modelos de moléculas, de reações químicas, de ligações químicas, de intermoleculares, os modelos quânticos e matemáticos, etc. Desse modo, a Química é uma ciência que é construída tendo por base o uso de diferentes modelos para o entendimento teórico dos diversos fenômenos que investiga o campo macroscópico.

Os professores de Química devem saber qual modelo utilizar e o porquê na explicação dos fenômenos abordados; ajudar os alunos elegerem o mais adequado, possibilitando-os pensar na provisoriedade e na limitação dessas representações.

Muitos trabalhos resultados de pesquisas em ensino de Química são unânimes em considerar a importância da experimentação para uma melhor compreensão dos fenômenos químicos.

Numa concepção mecanicista a ciência é considerada verdade absoluta, não cabe ao aluno questioná-la, mas somente aceitá-la; o conhecimento químico não é construído, é descoberto. Nas Diretrizes Curriculares Estaduais, que fundamentam essa proposta, considera-se que esse tipo de encaminhamento metodológico não contribui para a compreensão da atitude científica e deve ser superado.

As atividades experimentais, utilizando ou não o ambiente de laboratório escolar convencional, podem ser o ponto de partida para a apreensão de conceitos e sua relação com as ideias a serem discutidas em sala de aula. Assim, são estabelecidas relações

entre a teoria e a prática e, ao mesmo tempo oportunidade de expressão das dúvidas ao professor.

Textos científicos também são recomendados por pesquisadores em educação, no entanto, é preciso selecioná-los considerando alguns critérios: linguagem, conteúdo, o aluno a quem se destina o texto e, principalmente, o que se pretende atingir ao propor a atividade de leitura.

O texto não deve ser visto como se todo o conteúdo estivesse nele presente, mas como instrumento de mediação na sala de aula, entre aluno- aluno, aluno- conteúdo e aluno- professor, para que aconteçam novas questões e discussões. Também é necessário considerar que as diferentes histórias de vida dos leitores, bem como seu repertório de leituras interferem na possibilidade de compreensão dos textos científicos. Literatura e Arte podem se tornar ótimos instrumentos de abordagens interdisciplinares no ensino de Química.

Sugere-se para o trabalho com textos:

- fazer a leitura do texto e apresentação por escrito com questões e dúvidas ou a leitura do texto para discussão em outro momento;
- solicitar que os alunos tragam textos de sua preferência, de qualquer natureza (jornal, revista, rótulos de vidros de remédios, etc.) e relacioná-los com o conteúdo químico a ser trabalhado;
- assistir um filme, por exemplo, Óleo de Lorenzo e relacionar a produção e o acúmulo de ácidos graxos no organismo com as doenças degenerativas. Na sequência, fazer a leitura de um texto de divulgação científica sobre o mesmo assunto. É uma maneira de motivar o aluno para a leitura e um recurso que favorece questionamentos.

10.5. AVALIAÇÃO

A Avaliação Formativa e Processual leva em conta todo o conhecimento prévio do aluno e deve subsidiar e redirecionar o curso da ação dos professores no ensino aprendizagem, garantindo a qualidade do processo educacional desenvolvido no coletivo da escola.

Espera-se que o aluno;

- Entenda e questione a Ciência de seu tempo e os avanços tecnológicos na área de química;
- Construa e reconstrua o significado dos conceitos químicos;
- Problematize a construção dos conceitos químicos;
- Tome posições frente as situações sociais e ambientais desencadeadas pela produção do conhecimento químico.

A avaliação deve ser diagnostica e contínua, podendo o professor utilizar-se dos seguintes instrumentos: avaliação escrita e oral, leitura, interpretação de textos, leitura e interpretação da tabela periódica, pesquisas bibliográficas, apresentação de seminários, conferências, simpósios experimentação no laboratório etc. Esses instrumentos devem ser selecionados de acordo com cada conteúdo e objetivo de ensino na consecução do Plano de Trabalho Docente.

A disciplina tem como objeto de estudo: o estudo da matéria e suas transformações. Os conteúdos estruturantes colocados nesta proposta — Matéria e energia. Biogeoquímica. Química sintética — buscam identificar a disciplina como campo do conhecimento que se constitui historicamente, nas relações políticas, econômicas, sociais e culturais das diferentes sociedades. Esses são pressupostos fundamentais para uma abordagem pedagógica crítica da disciplina, que ultrapassa a postura subserviente da educação ao mercado de trabalho. O objetivo é formar um aluno que se aproprie dos

conhecimentos químicos e também seja capaz de refletir criticamente sobre o período histórico atual.

Cabe destacar sobre Ciência, que o conhecimento químico, assim como todo conhecimento, não é algo pronto, acabado e inquestionável, mas em constante transformação. Esse processo de elaboração e transformação do conhecimento ocorre a partir das necessidades humanas, uma vez que a Ciência é construída pelo homens e mulheres, falível e inseparável dos processos sociais, políticos e econômicos.

A proposta volta-se para uma abordagem fundamentada nas diretrizes curriculares da disciplina, à “construção/ reconstrução de significados dos conceitos científicos” (Maldaner, 2003, p.144) no contexto da sala de aula. Isso implica na compreensão do conhecimento científico e tecnológico para além do domínio estrito dos conceitos de Química, por meio do contato do aluno com o objeto de estudo da disciplina.

Para que isso se concretize, é vital a importância da experimentação para a realização da atividade pedagógica. A importância da abordagem experimental se caracteriza no seu papel investigativo e de sua função pedagógica em auxiliar os educandos na explicitação, problematização, discussão, enfim, significação dos conceitos químicos. No entendimento que não se deve dicotomizar teoria e prática: é clara a necessidade dos educandos se relacionarem com os fenômenos a que se referem os conceitos a serem formados e significados no processo ensino-aprendizagem; no entendimento do mundo e a sua interação com ele.

A prática do ensino de Química nessa postura essencialmente humanista e filosófica, busca formar o aluno- cidadão para sobreviver e atuar nesta sociedade científico- tecnológica, onde a Química aparece como relevante instrumento de investigação, de produção de bens, desenvolvimento sócio- econômico e interfere diretamente no cotidiano de todas as pessoas.

10.6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Diretrizes Curriculares de Química para o Ensino Médio. SEED. Curitiba, 2008.

11. DISCIPLINA: BIOLOGIA

11.1. APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

A Biologia, como ciência, ao longo da história da humanidade, vem construindo modelos para tentar explicar e compreender o fenômeno VIDA.

A preocupação com a descrição dos seres vivos e dos fenômenos naturais levou o homem a diferentes concepções de vida, de mundo e de seu papel enquanto parte deste mundo, apresentando-as a partir da concepção de Ciência como construção humana, buscando na História e na Filosofia da Ciência a fundamentação necessária para a compreensão da construção do pensamento biológico.

Na disciplina de Biologia, a observação é considerada um procedimento de investigação que consiste na atenção sistemática de um fato natural, de mecanismos biológicos, de processos que ocorrem no âmbito da biodiversidade; considerando a intencionalidade do observador, uma vez que ele é sujeito do processo de observação, com a subjetividade do processo, pois o ensino deve ser considerado como instrumento de transformação dos mecanismos de reprodução social para melhor compreender a realidade experimental, tornando o espaço de organização, discussão e reflexão a partir de modelos que reproduzem o real. Redimensiona-se a importância dada ao processo para contribuir e dar ao aluno uma visão mais realista e inteligível da ciência.

A incursão pela História e Filosofia da Ciência permite identificar a concepção de ciência presente em cada momento histórico e as relações estabelecidas com o próprio momento em que se destaca, as interferências que sofre e provoca nesses momentos e que influencia o processo de construção de conceitos sobre o fenômeno VIDA. Reafirma-se, assim, o conceito VIDA como objeto de estudo da Biologia.

Os marcos conceituais da construção do pensamento biológico foram utilizados como critérios para escolha dos conteúdos estruturantes e dos encaminhamentos metodológicos presentes em cada contexto, os quais sempre estiveram sujeitos às interferências, determinações, tendências e transformações da sociedade, aos valores e ideologias, às necessidades materiais do homem em cada momento histórico.

Nas diretrizes curriculares da disciplina de Biologia são apresentados quatro modelos interpretativos do fenômeno VIDA, como base estrutural para o currículo da disciplina no Ensino Médio. Cada um deles deu origem a um conteúdo estruturante, que permite conceituar Vida em diferentes momentos da história da humanidade e, desta forma, auxiliar no entendimento do homem no momento histórico atual, já que este faz parte da Ciência como construção humana. Os Conteúdos Estruturantes foram assim definidos: Organização dos Seres Vivos. Mecanismos Biológicos. Biodiversidade. Manipulação Genética.

Sob uma perspectiva de inclusão social, essas Diretrizes consideram o cumprimento da Lei nº 10629/03 que inclui no currículo oficial a obrigatoriedade da História e Cultura Afro-brasileira; bem como da Lei nº 11645/08, que inclui no currículo oficial a obrigatoriedade do ensino da história e cultura dos povos indígenas do Brasil. A disciplina trabalhará as temáticas dentro dos conteúdos básicos.

11.2. OBJETIVO GERAL

- Desenvolver o pensamento biológico de forma a permitir a reflexão sobre a origem, o significado, a estrutura orgânica e as relações do objeto de estudo da disciplina.

11.3. CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: ORGANIZAÇÃO DOS SERES VIVOS

Justificativa:

Este conteúdo torna possível a compreensão da organização celular como característica fundamental de todas as formas vivas, relacionando a existência de características comuns entre os seres vivos e sua origem única.

O estudo dos organismos — vírus, bactérias, protozoários, fungos, animais e vegetais, possibilita a compreensão da vida como manifestação de sistemas organizados e integrados em constante interação com o ambiente físico-químico, permitindo classificar os seres vivos para a análise da diversidade biológica existente e das características e fatores que determinaram o aparecimento e/ou extinção de alguma espécie ao longo da história.

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: MECANISMOS BIOLÓGICOS

Justificativa:

O conteúdo estruturante “Mecanismos Biológicos” apresenta uma proposta que privilegia o estudo dos mecanismos que explicam como os sistemas orgânicos dos seres vivos funcionam.

Para compreender o funcionamento das estruturas que compõem os seres vivos, fez-se necessário, ao longo da construção do pensamento biológico, pensar o organismo de forma fragmentada, separada, permitindo análises especializadas de cada função biológica, numa visão microscópica do mundo natural. O que se pretende neste conteúdo estruturante é partir da visão mecanicista do pensamento biológico ampliando-se a discussão sobre o organismo dos seres vivos, que está baseada na visão macroscópica e descritiva desta natureza, para uma visão evolutiva, com o propósito de compreender a construção de conceitos científicos na Biologia.

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: BIODIVERSIDADE

Justificativa:

Este conteúdo apresenta uma proposta que torna possível a reflexão e indução à busca de novos conhecimentos na tentativa de compreender o conceito biodiversidade.

Entende-se por biodiversidade um sistema complexo de conhecimentos biológicos interagindo num processo integrado, dinâmico, envolvendo a variabilidade genética, a diversidade de seres vivos, as relações ecológicas estabelecidas entre eles e com a natureza, e os processos evolutivos pelos quais os seres vivos têm sofrido transformações.

Pretende-se com esse conteúdo estruturante discutir à respeito dos processos pelos quais os seres vivos sofrem modificações, perpetuam uma variabilidade genética e estabelecem relações ecológicas, garantindo a diversidade de seres vivos. Destaca-se, assim, a construção do pensamento biológico evolutivo, considerando também, os pensamentos descritivo e mecanicista.

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: MANIPULAÇÃO GENÉTICA

Justificativa:

A proposta desse Conteúdo Estruturante é voltada para as implicações da engenharia genética sobre a VIDA, considerando-se que, com os avanços da biologia molecular, há possibilidade de manipular o material genético dos seres vivos. Neste contexto poderão ser estudados os avanços da genética molecular; as biotecnologias aplicadas e aspectos bioéticos dos avanços biotecnológicos, como a fertilização *in vitro* e células-tronco, clonagem, eutanásia, transgênicos, entre outros.

A abordagem dos conteúdos específicos deste Conteúdo Estruturante permite perceber como a aplicação do conhecimento biológico, através dos conhecimentos da Ciência e da Tecnologia, interfere e modifica o contexto de vida da humanidade, necessitando assim, da participação e da crítica de cidadãos responsáveis pela VIDA; estes conteúdos devem se ligar à significação humana e social, pois desta forma, não estabelecem as posições entre cultura popular/ conhecimentos espontâneos e cultura erudita, mas uma relação de continuidade em que o conhecimento sistematizado supera a apreensão da realidade realizada pela experiência imediata.

Diante desta postura pedagógica, onde se admite um conhecimento relativamente autônomo, assume-se que o saber tende a um conhecimento objetivo, mas ao mesmo tempo, a possibilidade de realização crítica frente a esse conteúdo.

11.4. CONTEÚDOS ESTRUTURANTES / BÁSICOS

1º ANO
CONTEÚDO ESTRUTURANTE: ORGANIZAÇÃO DOS SERES VIVOS
CONTEÚDOS BÁSICOS:

- Classificação dos seres vivos: critérios taxonômicos e filogenéticos
- Sistemas biológicos: anatomia, morfologia e fisiologia

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: MECANISMOS BIOLÓGICOS
CONTEÚDOS BÁSICOS:

- Mecanismos de desenvolvimento embriológico.
- Mecanismos celulares biofísicos e bioquímicos.

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: BIODIVERSIDADE
CONTEÚDOS BÁSICOS:

- Teorias evolutivas
- Transmissão das características hereditárias.

2º ANO
CONTEÚDO ESTRUTURANTE: ORGANIZAÇÃO DOS SERES VIVOS
CONTEÚDOS BÁSICOS:

- Classificação dos seres vivos: critérios taxonômicos e filogenéticos
- Sistemas biológicos: anatomia, morfologia e fisiologia

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: MECANISMOS BIOLÓGICOS
CONTEÚDOS BÁSICOS:

- Mecanismos de desenvolvimento embriológico.
- Mecanismos celulares biofísicos e bioquímicos.

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: BIODIVERSIDADE
CONTEÚDOS BÁSICOS:

- Teorias evolutivas
- Transmissão das características hereditárias.

3º ANO
CONTEÚDO ESTRUTURANTE: ORGANIZAÇÃO DOS SERES VIVOS
CONTEÚDOS BÁSICOS:

- Classificação dos seres vivos: critérios taxonômicos e filogenéticos
- Sistemas biológicos: anatomia, morfologia e fisiologia

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: MECANISMOS BIOLÓGICOS
CONTEÚDOS BÁSICOS:

- Mecanismos de desenvolvimento embriológico.
- Mecanismos celulares biofísicos e bioquímicos.

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: BIODIVERSIDADE
CONTEÚDOS BÁSICOS:

- Teorias evolutivas
- Transmissão das características hereditárias.

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: MANIPULAÇÃO GENÉTICA
CONTEÚDOS BÁSICOS:

- Dinâmica dos ecossistemas: relações entre os seres vivos e interdependência com o ambiente
- Organismos geneticamente modificados.

11.5. METODOLOGIA DA DISCIPLINA

Esta proposta curricular para o ensino de Biologia firma-se na construção a partir da práxis do professor.

O desenvolvimento dos Conteúdos Estruturantes deve ocorrer de forma integrada, levando-se em conta que para discutir determinado conteúdo específico, necessita-se de conhecimentos contidos em outro modelo interpretativo, para se chegar à compreensão do porquê determinados fenômenos acontecem e como a VIDA se organiza na Terra e quais implicações dos avanços biológicos são decorrentes. Pretende-se compreender o processo de construção do pensamento biológico presente na História da Ciência e reconhecer a Ciência como uma construção humana, enquanto luta de ideias, solução de problemas e proposição de novos modelos interpretativos, não atendendo somente para seus resultados.

Torna-se importante, então, considerar a necessidade de se conhecer e respeitar a diversidade cultural, social e as ideias primeiras do aluno, como elementos que também podem constituir obstáculos à aprendizagem dos conceitos científicos que levam à compreensão do conceito VIDA.

O ensino dos conteúdos específicos de Biologia apontam para as seguintes estratégias metodológicas de ensino: prática social, problematização, instrumentalização, catarse e retorno à prática social (GASPARIN, 2002; SAVIANI,1997).

Prática social: uma primeira leitura da realidade, um contrato social com o tema a ser estudado.

Problematização: criação de uma necessidade para que o educando, por meio de sua ação, busque o conhecimento. Momento em que a prática social é posta em questão, analisada, interrogada, levando em consideração o conteúdo a ser trabalhado e as exigências sociais de aplicações desse conteúdo.

Instrumentalização: momento em que o conteúdo sistematizado é posto à disposição dos alunos para que o assimilem e o recriem e, ao incorporá-lo, transformem-no em instrumento de construção pessoal.
Catarse: é a fase em que o educando sistematiza e manifesta o que assimilou, isto é, que assemelhou a si mesmo, os conteúdos e os métodos de trabalho usados na fase anterior. Este traduz oralmente ou por escrito a compreensão que teve de todo o processo de trabalho e é capaz de entendê-lo num novo patamar, mais elevado, mais consistente e melhor estruturado.
Retorno à prática social: é o ponto de chegada do processo pedagógico na perspectiva histórico- crítica. Representa a transposição do teórico para o prático dos objetivos da unidade de estudo, das dimensões do conteúdo e dos conceitos adquiridos. Professor e aluno modificam-se intelectualmente e qualitativamente em relação às suas concepções sobre o conteúdo que reconstruíram, passando de um estágio de menor compreensão científica para uma fase de maior clareza.

Assim, ao utilizar-se desta estratégia metodológica e retomando as metodologias que favoreceram a determinação dos marcos conceituais apresentados nas diretrizes curriculares para o ensino de Biologia, propõe-se a utilização das estratégias acima citadas e considerar os princípios metodológicos utilizados naqueles momentos históricos, porém, adequados ao ensino neste momento histórico.

O encaminhamento metodológico fará uso de recursos como a aula dialogada, a leitura, a escrita, a experimentação, as analogias, dentre outros, sempre de maneira a favorecer a participação do aluno, a expressão de seus pensamentos, suas percepções, significações, interpretações, uma vez que aprender envolve a produção/ criação de novos significados, tendo em vista que esse processo provoca o encontro e o confronto das diferentes ideias que circulam na sala de aula.

A leitura e a escrita merecem atenção especial, pois são propagadoras de repetição e/ou de deslizamentos de significado dados ao conhecimento científico.

O uso de diferentes imagens como vídeo, transparências, slides, fotos e atividades experimentais são recursos que devem ser frequentes nas aulas de Biologia e requerem uma problematização em torno da questão demonstração- interpretação.

A atividade prática, como resolução de problemas ou de hipóteses, pode trazer uma concepção de Ciência diferente, como interpretação da realidade, sendo as teorias e hipóteses, consideradas explicações provisórias.

Outra atividade que integra conhecimentos e veicula uma concepção sobre a relação homem- ambiente e possibilita novas elaborações por meio de pesquisa, é o estudo do meio como parques, praças, terrenos baldios, bosques, rios, hortas, zoológicos, lixões, mercados, fábricas etc.

Os jogos didáticos contribuem para gerar desafios, agrega conteúdos culturais a serem veiculados na escola ou com finalidade de desenvolver habilidades de resolução de problemas.

11.6. AVALIAÇÃO

É preciso compreender a avaliação como prática emancipadora. Desse modo, a avaliação na disciplina de Biologia passa a ser entendida como instrumento com finalidade de obter informações necessárias sobre o desenvolvimento da prática pedagógica para nela intervir e reformular os processos de aprendizagem.

A avaliação como instrumento reflexivo prevê um conjunto de ações pedagógicas pensadas e realizadas pelo professor durante o ano letivo, de modo que professor e aluno tornem-se observadores das dificuldades e avanços acontecidos: conceber e utilizar a avaliação como instrumento capaz de fornecer um feedback adequado para promover o

avanço necessário; ampliar o conceito e a prática da avaliação ao conjunto de saberes, destrezas e atitudes que interesse contemplar na aprendizagem de conceitos biológicos, superando sua habitual limitação à rememoração receptiva de conteúdos conceituais;introduzir formas de avaliação da prática docente como instrumento de melhoria do ensino.

1º ANO

Conteúdo estruturante: Organização dos seres vivos

Expectativas de aprendizagem:

- -identifique e compare as características dos diferentes grupos de seres vivos;
- -estabeleça as características específicas dos micro-organismos vegetais e animais e dos vírus;
- -classifique os seres vivos quanto ao número de células (unicelular e pluricelular), tipo de organização celular (procarionte e eucarionte), forma de obtenção de energia (autótrofo e heterótrofo) e tipo de reprodução (sexuada e assexuada);
- -reconheça e compreenda a classificação filogenética (morfológica, estrutura e molecular) dos seres vivos.

Conteúdo estruturante: Mecanismos Biológicos

Expectativas de aprendizagem:

- -compreenda a anatomia, morfologia, fisiologia e embriologia dos sistemas biológicos (digestório, reprodutor, cardiovascular, respiratório, endócrino, muscular, esquelético, excretor, sensorial e nervoso);
- -identifique a estrutura e o funcionamento das organelas citoplasmáticas;
- -reconheça a importância e identifique os mecanismos bioquímicos e biofísicos que ocorrem no interior das células;
- -compreenda os mecanismos de funcionamento de uma célula: digestão, reprodução, respiração, excreção, sensorial, transporte de substâncias;
- -compare e estabeleça diferenças morfológicas entre os tipos celulares mais frequentes nos sistemas biológicos (histologia).

Conteúdo estruturante: Biodiversidade

Expectativas de aprendizagem:

- -reconheça e analise as diferentes teorias sobre a origem da vida e a evolução das espécies;
- -reconheça a importância da estrutura genética para manutenção da diversidade dos seres vivos;
- -compreenda o processo de transmissão das características hereditárias entre os seres vivos.

2º ANO

Conteúdo estruturante: Organização dos seres vivos

Expectativas de aprendizagem:

- -identifique e compare as características dos diferentes grupos de seres vivos;
- -estabeleça as características específicas dos micro-organismos vegetais e animais e dos vírus;
- -classifique os seres vivos quanto ao número de células (unicelular e pluricelular), tipo de organização celular (procarionte e eucarionte), forma de obtenção de energia (autótrofo e heterótrofo) e tipo de reprodução (sexuada e assexuada);

- -reconheça e compreenda a classificação filogenética (morfológica, estrutura e molecular) dos seres vivos.

Conteúdo estruturante: Mecanismos Biológicos

Expectativas de aprendizagem:

- -compreenda a anatomia, morfologia, fisiologia e embriologia dos sistemas biológicos (digestório, reprodutor, cardiovascular, respiratório, endócrino, muscular, esquelético, excretor, sensorial e nervoso);
- -identifique a estrutura e o funcionamento das organelas citoplasmáticas;
- -reconheça a importância e identifique os mecanismos bioquímicos e biofísicos que ocorrem no interior das células;
- -compreenda os mecanismos de funcionamento de uma célula: digestão, reprodução, respiração, excreção, sensorial, transporte de substâncias;
- -compare e estabeleça diferenças morfológicas entre os tipos celulares mais frequentes nos sistemas biológicos (histologia).

Conteúdo estruturante: Biodiversidade

Expectativas de aprendizagem:

- -reconheça e analise as diferentes teorias sobre a origem da vida e a evolução das espécies;
- -reconheça a importância da estrutura genética para manutenção da diversidade dos seres vivos;
- -compreenda o processo de transmissão das características hereditárias entre os seres vivos.

3º ANO

Conteúdo estruturante: Organização dos seres vivos

Expectativas de aprendizagem:

- -identifique e compare as características dos diferentes grupos de seres vivos;
- -estabeleça as características específicas dos micro-organismos vegetais e animais e dos vírus;
- -classifique os seres vivos quanto ao número de células (unicelular e pluricelular), tipo de organização celular (procarionte e eucarionte), forma de obtenção de energia (autótrofo e heterótrofo) e tipo de reprodução (sexuada e assexuada);
- -reconheça e compreenda a classificação filogenética (morfológica, estrutura e molecular) dos seres vivos.

Conteúdo estruturante: Mecanismos Biológicos

Expectativas de aprendizagem:

- -compreenda a anatomia, morfologia, fisiologia e embriologia dos sistemas biológicos (digestório, reprodutor, cardiovascular, respiratório, endócrino, muscular, esquelético, excretor, sensorial e nervoso);
- -identifique a estrutura e o funcionamento das organelas citoplasmáticas;
- -reconheça a importância e identifique os mecanismos bioquímicos e biofísicos que ocorrem no interior das células;
- -compreenda os mecanismos de funcionamento de uma célula: digestão, reprodução, respiração, excreção, sensorial, transporte de substâncias;
- -compare e estabeleça diferenças morfológicas entre os tipos celulares mais frequentes nos sistemas biológicos (histologia).

Conteúdo estruturante: Biodiversidade

Expectativas de aprendizagem:

- -reconheça e analise as diferentes teorias sobre a origem da vida e a evolução das espécies;
- -reconheça a importância da estrutura genética para manutenção da diversidade dos seres vivos;
- -compreenda o processo de transmissão das características hereditárias entre os seres vivos.

Conteúdo estruturante: Manipulação Genética

Expectativas de aprendizagem:

- -identifique os fatores bióticos e abióticos que constituem os ecossistemas e as relações existentes entre estes;
- -compreenda a importância e valorize a diversidade biológica para manutenção do equilíbrio dos ecossistemas;
- -reconheça as relações de interdependência entre os seres vivos e destes com o meio em que vivem;
- -identifique algumas técnicas de manipulação de material genético e os resultados decorrentes de sua aplicação/utilização;
- -compreenda a evolução histórica da construção dos conhecimentos biotecnológicos aplicados à melhoria da qualidade de vida da população e à solução de problemas sócio- ambientais;
- -relacione os conhecimentos biotecnológicos as alterações produzidas pelo homem na diversidade biológica;

-analise e discuta interesses econômicos, políticos, aspectos éticos e bioéticos da pesquisa científica que envolvem a manipulação genética.

11.7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Diretrizes Curriculares de Biologia para o Ensino Médio. SEED. Superintendência da Educação. Curitiba, 2008.

- M. Elisa Marcondes Helene; B. Marcondes. Evolução e biodiversidade: o que nós temos com isso? São Paulo. Scipione, 2005.

- Santos, Maria Angela. Biologia Educacional. São Paulo. Ed. Parma Ltda, 2005.

- L.C.Junqueira, José Carneiro- 8.ed.- Rio de Janeiro: Guanabara. Koogan, 2005.

12. DISCIPLINA: FÍSICA

12.1. APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

A Física é uma ciência básica, pois os conceitos de que ela trata, passaram a ser indispensáveis para a melhor compreensão tanto de qualquer ciência quanto das técnicas que delas foram se originando. Por outro lado, muitos conceitos estudados na Química, na Matemática, Biologia, Sociologia e em vários ramos do conhecimento, são importantes e necessários para uma melhor compreensão da Física.

Entende-se que o ensino da Física deve estruturar os conhecimentos que permitem a compreensão dos fenômenos físicos, com redução da ênfase na formulação Matemática, contudo sem perder a consistência teórica; vendo a importância da compreensão da evolução dos sistemas físicos e suas aplicações na sociedade contemporânea, lembrando que a Física é uma ciência em processo de construção e, tem como objeto de estudo *o universo* em toda a sua complexidade. Por isso, a disciplina de Física propõe o estudo da natureza, que permite elaborar modelos de evolução cósmica, investigar os mistérios do mundo macroscópico e microscópico das partículas que compõem a matéria, ao mesmo tempo que permite desenvolver novas fontes de energia e criar novos materiais, produtos e tecnologias com suas transformações, evoluções e interações.

Os conteúdos estruturantes de Física foram propostos nas diretrizes curriculares almejando garantir o objeto de estudo da disciplina. São eles: Movimento. Termodinâmica. Eletromagnetismo.

A inserção da Lei 11.645/08 que trata da Cultura Afro– Brasileira e Indígena, bem como os Desafios Educacionais Contemporâneos, a disciplina trabalhará dentro dos conteúdos básicos e extra classe.

12.2. OBJETIVOS GERAIS

Promover um ensino que esteja voltado à formação de sujeitos que, em sua formação e cultura, agreguem a visão da natureza, das produções e das relações humanas, isto é, o ensino da Física deve levar os alunos à compreensão, à investigação, à inter-relação com o ambiente, pois é seu papel o de agente de modificações do indivíduo, provocando mais que simples acúmulo de conhecimento técnico, mas buscando desenvolver um sujeito crítico, capaz de admirar a produção científica e compreender a necessidade desse conhecimento para a compreensão do universo de fenômenos que o cerca, bem como dos aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais da disciplina.

Levar os alunos a interpretar, criar significados, construir seus próprios instrumentos para resolver problemas e estar preparado para perceber esses mesmos problemas; desenvolver o raciocínio lógico, a capacidade de perceber, projetar e transcender o imediatamente impossível.

Os alunos devem reconhecer o papel da Física nos sistemas produtivos, compreendendo a evolução dos meios tecnológicos e sua relação dinâmica com a evolução do conhecimento científico; reconhecer a Física enquanto construção humana, aspectos de sua história e suas relações com o contexto cultural, social, político e econômico.

12.3. CONTEÚDOS ESTRUTURANTES/CONTEÚDOS BÁSICOS

Os três conteúdos estruturantes: Movimento, Termodinâmica e Eletromagnetismo foram escolhidos como estruturantes porque indicam campos de estudo da Física que, a

partir desdobramentos em conteúdos pontuais, possam garantir os objetos de estudo da disciplina da forma mais abrangente possível. Foram indicados a partir da história da Física enquanto campo de conhecimento devidamente constituído ao longo do tempo e o entendimento, pelos professores, de que o ensino Médio deve estar voltado à formação de sujeitos que, em sua formação e cultura, agreguem a visão da natureza, das produções e das relações humanas. Além disso, permitem o aprofundamento, as contextualizações e relações interdisciplinares, os avanços da Física nos últimos anos e as perspectivas de futuro.

Esses conteúdos são interdependentes e não passíveis de hierarquização.

MOVIMENTOS:
- Quantidade de movimento (momentum) e inércia
- A conservação do momentum
-Variação da quantidade de movimento e impulso: 2ª. Lei de Newton
- Conceito de equilíbrio e 3ª. Lei de Newton
- Potência Movimentos retilíneos e curvilíneos
- Gravitação Universal
- A energia e o principio da conservação da energia
- Sistemas oscilatórios: movimentos periódicos,oscilações num sistema de massa mola, ondulatória, acústica.
- Movimentos dos fluídos: propriedades físicas da matéria, estados de agregação, viscosidade dos fluídos, comportamento de superfícies e as interações mecânicas.
- Introdução aos sistemas caóticos.

TERMODINÂMICA:
- Leis da Termodinâmica: Lei Zero da Termodinâmica, equilíbrio térmico, propriedades termométricas, medidas de temperatura;
- 1ª. Lei da Termo:máquinas térmicas, á ideia de entropia,processos irreversíveis/reversíveis;
- 3ª. Lei da Termo: as hipóteses da sua formulação, o comportamento da matéria nas proximidades do zero absoluto.
- A ideia da Termodinâmica desenvolvidas no âmbito da Mecânica Quântica e da Mecânica Estatística. A quantização da energia no contexto da Termodinâmica.
ELETROMAGNETISMO:
- Conceitos de carga elétrica e polos magnéticos;
- As Leis de Maxwell: Lei de Coulomb, Lei de Gaus, Lei de Faraday, Lei de Ampere e Lei de Lenz;
- Campos elétrico e magnético, as linhas de campo;
- Força elétrica e magnética, Força de Lorentz;
- Circuitos elétricos e magnéticos: elementos do circuito, fontes de energia num circuito;
- As ondas eletromagnéticas: a luz como onda eletromagnética;
- Propriedades da luz como onda e como partícula: A Dualidade onda- partícula; - Óptica Física e Geométrica. A dualidade da matéria;
- As interações eletromagnéticas, a estrutura da matéria.

12.4. METODOLOGIA DA DISCIPLINA

Ao serem abordados numa prática docente, os conteúdos estruturantes evocam outros conteúdos que são os conteúdos específicos, priorizando relações e interdependências que, consequentemente, enriquecem os processos pelos quais acontecem as aprendizagens em Física.

O trabalho docente deve ser direcionado de forma que o mesmo se paute em abordagens a partir dos inter-relacionamentos e articulações entre os conceitos de cada conteúdo específico e também do conhecimento prévio trazido pelos alunos, mostrando as ideias e conceitos na atualidade e sua aplicabilidade no cotidiano.

Existe uma ordem necessária para apresentação dos conteúdos, porém o conhecimento em Física não deve ser submetido a caracterizações a partir de elementos constitutivos expressos, simplesmente, por ordenações e procedimentos algorítmicos.

Os recursos tecnológicos, sejam eles software, televisão, calculadoras, aplicativos da Internet, entre outros, podem favorecer as experimentações físicas, potencializando formas de resolução de problemas. A Internet, em sua especificidade, é um recurso que pode favorecer a formação de várias comunidades virtuais que, relacionadas entre si, promovem trocas e ganhos de aprendizagem. O trabalho com as mídias tecnológicas insere formas diferenciadas de ensinar e de aprender, além de valorizar o processo de produção de conhecimentos.

Considera-se no processo de ensino e aprendizagem, a História da Física como um elemento orientador na elaboração de atividades, na criação das situações-problema, na fonte de busca, na compreensão e esclarecimento de conceitos físicos.

Existem muitas pesquisas no ensino de Física sobre a experimentação. Os resultados são unânimes em considerar a importância dessa prática para melhorar a compreensão acerca dos fenômenos físicos. Uma atividade experimental privilegia as interações entre os estudantes e entre eles e o professor. Os experimentos podem suscitar a compreensão de conceitos ou a percepção da relação de um conceito com as ideias discutidas em aula, para que os estudantes reflitam sobre a teoria e a prática e para que o professor perceba as dúvidas dos alunos.

Além disso, os experimentos privilegiam o confronto entre as concepções prévias e a concepção científica, o que facilita a formação de um conceito científico. Para que isso seja possível, antes do experimento, devem ser acolhidas as ideias espontâneas dos alunos em questões verbais ou escritas. Depois, o próprio estudante pode comparar as suas concepções iniciais com a concepção científica.

Uma das formas de o professor verificar a aprendizagem do aluno é retomar as questões anteriores ao experimento, compará-las às novas respostas para, assim, perceber a medida de assimilação dos conceitos trabalhados e, conforme o caso,intervir.

12.5. AVALIAÇÃO

Se o objetivo é garantir o entendimento do objeto de estudo da Física, ao se avaliar deve-se considerar a apropriação do conteúdo pelos estudantes. Considerar o progresso destes quanto à compreensão dos aspectos históricos, conceituais e culturais; a evolução das ideias e a não neutralidade da ciência.

Deve-se buscar sempre uma avaliação do processo de aprendizagem como um todo, não só para verificar o aprendizado, mas para a partir dela, o professor encontrar subsídios para intervir.

suscitar a compreensão de conceitos ou a percepção da relação de um conceito com as ideias discutidas em aula, para que os estudantes reflitam sobre a teoria e a prática e para que o professor perceba as dúvidas dos alunos.

Expectativas de aprendizagem

Conteúdo estruturante: Movimento

- espera-se que o aluno compreenda, do ponto de vista clássico, o conceito de movimento na concepção de intervalo de tempo, deslocamento, referenciais e, o conceito de velocidade, relacionando estes conceitos à visão de mundo atual.

Conteúdo estruturante: Termodinâmica

- espera-se que o aluno compreenda o quadro teórico da termodinâmica, composto por ideias expressas nas suas leis e em seus conceitos fundamentais: temperatura, calor e entropia.

Conteúdo estruturante: Eletromagnetismo

- espera-se que o aluno encontre na Física um campo teórico com conceitos fundamentais que dão sustentação ao eletromagnetismo, bem como o domínio das ideias, das leis, dos conceitos e definições presentes na teoria e sua linguagem científica.

Instrumentos de avaliação:

- pesquisas, prova escrita, atividades em grupo, participação em sala de aula, experiências em laboratório.

12.6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Diretrizes Curriculares de Física para o Ensino Médio. SEED, Curitiba. 2008.

13. DISCIPLINA: SOCIOLOGIA

13.1. APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

A Sociologia, ciência que se constitui no século XIX, na Europa, está ligada diretamente ao desenvolvimento e consolidação da sociedade capitalista. As Revoluções Industrial e Francesa marcaram definitivamente a configuração das sociedades em nível mundial, provocando profundas e intensas transformações, onde a mudança torna-se fator chave na moldagem das relações sociais.

Com o objetivo de compreender as alterações nas relações sociais e, ao mesmo tempo, a permanência de determinados elementos que permitem a existência de um conjunto social, E. Durkheim, amplamente influenciado por A. Comte, estabelece as bases desta ciência ao definir seu objeto de estudo e metodologia. À Sociologia caberia, de acordo este pensador, o estudo dos fatos sociais, modos de ser, pensar e agir que são exteriores ao indivíduo, a eles se impõem e independem de suas vontades para se manifestarem. Por meio de uma análise objetiva, afastando-se as pré-noções, as instituições sociais poderiam ser compreendidas, explicadas e, em caso de eventuais desequilíbrios sociais, restaurados os padrões normais de equilíbrio e harmonia, inerentes às sociedades.

No entanto, se é com Durkheim que as bases científicas da Sociologia são consolidadas, outros pensadores contribuem com o desenvolvimento desta ciência, à medida que introduzem outros elementos na análise do social. Karl Marx, nesse sentido, em seus escritos, realiza uma análise que mescla elementos sociológicos, econômicos, políticos, culturais, sem segmentá-los em uma ou outra direção. Considerando que as relações sociais só podem ser compreendidas a partir dos interesses diferenciados e contraditórios que as classes sociais, formadas por proprietários e não proprietários apresentam, Marx constata que não basta apenas explicar essas relações, para ele essencialmente de exploração, mas antes modificá-las. Não há um suposto equilíbrio social, mas conflitos, latentes ou explícitos, que só serão superados com a revolução proletária, quando os resultados do trabalho serão igualmente apropriados por todos os trabalhadores, e não apenas por aqueles que detêm os meios de produção.

Nessas duas visões, opostas entre si, as relações sociais são vislumbradas como se impondo aos indivíduos, embora para Durkheim essa imposição seja inevitável e incapaz o indivíduo de resistir, enquanto que para Marx há a necessidade de modificá-las, possibilidade concreta a partir da organização da classe trabalhadora.

Para Max Weber, no entanto, não existe *a* sociedade, mas indivíduos que, por meio da ação social, conferem sentido as suas ações. A sociedade nada mais seria do que um conjunto de relações sociais, estabelecidas por meio do compartilhar de sentido estabelecido por meio das ações sociais. Para se *compreender* a sociedade, torna-se necessário considerar as motivações individuais, já que os indivíduos são os únicos portadores de sentido, possibilitando o entendimento dessa “teia de significados”.

Essas linhas teóricas diferenciadas, e apresentadas brevemente, configuram o pensamento sociológico em seu desenvolvimento inicial e posterior. Considerados os fundadores da Sociologia, Durkheim, Marx e Weber são clássicos, ou seja, permanece a atualidade do seu pensamento. T. Parsons, P. Bordieu, J. Habermas, A. Touraine, R. Kurz, e tantos outros, nos países desenvolvidos, assim como Fernando Azevedo, Caio Prado Jr., Gilberto Freyre, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, no Brasil, estarão comumente atualizando, contextualizando ou mesmo se contrapondo aos pressupostos dos fundadores da Sociologia.

Ciência marcada pela análise e eventuais intervenções na realidade social, os métodos específicos da disciplina não impedem que discordâncias apaixonadas sobre o que é, e o que deve ser a realidade, aflorem no debate científico.

Assim como cada pessoa percebe algumas coisas que para outras são imperceptíveis, a Sociologia não é uma ciência monolítica, comportando interpretações diversas e opostas, todas elas referenciais teóricos válidos para a análise do social.

Essa pluralidade analítica influiu na sua inserção e permanência no conjunto das disciplinas oferecidas no sistema oficial de ensino brasileiro.

Introduzida como disciplina oficial nos cursos secundários no início do período republicano, foi excluída no início do século XX e, no decorrer deste, a inconstância foi uma das marcas, ora sendo obrigatória, ora retirada conforme o contexto social político mais amplo.

A promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9394/96) abre novas perspectivas para a inclusão da Sociologia nas grades curriculares, uma vez que dita no art.36, §1º, inciso III, a importância do "domínio da Filosofia e Sociologia como necessários ao exercício da cidadania". No entanto, durante a regulamentação da Lei, a seguinte interpretação deste artigo foi feita: a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (DCNEM, Parecer CNE/CEB 03/98) tanto o artigo 36, quanto o artigo 35 da LDB, ambos relativos ao Ensino Médio, tiveram alterados profundamente o seu sentido, pois as "Diretrizes" apresentaram como proposta o tratamento interdisciplinar, por outras disciplinas das Ciências Humanas, dos conteúdos de Sociologia, esvaziando, portanto, o seu caráter de obrigatoriedade.

Ensino de Filosofia e Sociologia

O Parecer nº 38/06 altera a redação do Art.10 da Resolução CNE/CEB nº 03/98 que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio e dispõe para que seja incluído o § 3º, com a seguinte redação no que se refere a estas disciplinas:

§ 3º - No caso de escolas que adotarem organização curricular estruturada por disciplinas, deverão ser incluídas as de Filosofia e Sociologia.

Essa trajetória do ensino da Sociologia, caracterizada por frequentes interrupções, trouxe marcas a esta disciplina, as quais não podem ser ignoradas quando se reflete a respeito da sua inserção no cenário educacional. Alguns aspectos originários dessas intermitências irão contribuir para que a disciplina apresente dificuldades em impor-se nas escolas. No entanto, em alguns estados, como Minas Gerais e Paraná, políticas públicas voltadas à inserção da Sociologia na grade curricular têm obtido sucesso, promovendo a conscientização da comunidade escolar a respeito da importância do conhecimento sociológico para o aluno do Ensino Médio.

A Sociologia no presente tem o papel histórico que vai muito além da leitura e explicações teóricas da sociedade. Não cabem mais as explicações e compreensões das normas sociais e institucionais para a melhor adequação social, ou mesmo para a mera crítica social, mas sim a desconstrução e a desnaturalização do social no sentido de sua transformação. É tarefa inadiável da escola a formação de novos valores, de uma nova ética e de novas práticas sociais que apontem para a possibilidade de construção de novas relações sociais, no que a Sociologia pode oferecer importante contribuição.

A disciplina tem como objeto o conhecimento e a explicação da sociedade através da compreensão das diversas formas pelas quais os seres humanos vivem em grupos, das relações que se estabelecem no interior e entre esses diferentes grupos, bem como a compreensão das consequências dessas relações para indivíduos e coletividades.

São conteúdos estruturantes da disciplina de Sociologia propostos pelas diretrizes curriculares: O Surgimento da Sociologia e Teorias Sociológicas. O Processo de

Socialização e as Instituições Sociais. Cultura e Indústria Cultural. Trabalho, Produção e Classes Sociais. Poder, Política e Ideologia. Direito, Cidadania e Movimentos Sociais.

13.2. OBJETOS DA DISCIPLINA

- Contribuir para o desenvolvimento da argumentação do aluno, estimulando o senso crítico por meio de questionamentos concernentes à realidade social, cooperando para a sua constituição como sujeito da história e, consequentemente, para o exercício da cidadania ativa.
- É o conhecimento e a explicação da sociedade pela compreensão das diversas formas pelas quais os seres humanos vivem em grupos, das relações que se estabelecem no interior e entre diferentes grupos, bem como a compreensão das consequências dessas relações para indivíduos e coletividades.
- Desnaturalização das ações que se estabelecem na sociedade.
- Percepção de que a realidade social é histórica e socialmente construída.
- Explicitar e explicar problemáticas sociais concretas e contextualizadas, desconstruindo pré- noções e pré- conceitos.
- Questionamento quanto à existência de verdades absolutas, sejam elas na compreensão do cotidiano, ou na constituição da ciência.
- Inserção do aluno como sujeito social que compreende sua realidade imediata, mas também percebe o que se estabelece além dela.

13.3. CONTEÚDOS ESTRUTURANTES E CONTEÚDOS BÁSICOS

As diretrizes curriculares propõem que o ensino de Sociologia seja metodologicamente fundamentado em conteúdos estruturantes. Estes são conteúdos representativos dos grandes campos do saber, da cultura e do conhecimento universal e devem ser compreendidos a partir da práxis pedagógica como construção histórica. Em Sociologia eles representam os conhecimentos de grande amplitude, os conceitos e as práticas que identificam e organizam os campos de estudo da Sociologia, considerados centrais e básicos para a compreensão dos processos de construção social.

Os conteúdos estruturantes serão basilares na seleção, organização e problematização dos conteúdos específicos a partir das necessidades locais, mas na verdade eles nunca se separam; se inter-relacionam e dialogam com a totalidade à qual se referem e com as transformações sociais, culturais, econômicas e políticas emergentes do mundo contemporâneo.

Os conteúdos estruturantes não respondem pela totalidade da Sociologia, nem pelos desdobramentos em conteúdos específicos, pois a sociedade e o conhecimento científico têm suas dinâmicas próprias, as quais não podem ser ignoradas, quando o objetivo é uma análise crítica das problemáticas sociais.

Por isso, os conteúdos estruturantes indicados abaixo, bem como os subtemas específicos, não serão, necessariamente, trabalhados de forma sequencial, dada a dinâmica societária e as especificidades sociológicas.

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: O SURGIMENTO DA SOCIOLOGIA E TEORIAS SOCIOGICAS

CONTEÚDOS BÁSICOS:

- Formação e consolidação da sociedade capitalista e o desenvolvimento do pensamento social.

- Teorias sociológicas clássicas: Comte, Durkheim, Engels, Marx e Weber
- O desenvolvimento da Sociologia no Brasil.

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: O PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO E AS INSTITUIÇÕES SOCIAIS
CONTEÚDOS BÁSICOS:

- O processo de socialização
- Instituições Sociais: Familiares; Escolares; Religiosas
- Instituições de Reinserção: prisões, manicômios, educandários, asilos, etc...

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: CULTURA E INDÚSTRIA CULTURAL
CONTEÚDOS BÁSICOS:

- Desenvolvimento antropológico do conceito de cultura e sua contribuição na análise das diferentes sociedades.
- Diversidade cultural.
- Identidade.
- Indústria cultural.
- Meios de comunicação de massa.
- Sociedade de consumo.
- Indústria cultural no Brasil.
- Questões de gênero.
- Cultura afro-brasileira e africana.
- Culturas indígenas.

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: TRABALHO, PRODUÇÃO E CLASSES SOCIAIS
CONTEÚDOS BÁSICOS:

- O conceito de trabalho nas diferentes sociedades.
- Desigualdades sociais: estamentos, castas, classes sociais.
- Organização do trabalho nas sociedades capitalistas e suas contradições.
- Globalização e Neoliberalismo.
- Relações de trabalho.
- Trabalho no Brasil.

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: PODER, POLÍTICA E IDEOLOGIA
CONTEÚDOS BÁSICOS:

- Formação e desenvolvimento do Estado Moderno.
- Democracia, autoritarismo, totalitarismo.
- Estado no Brasil.
- Conceitos de Poder.
- Conceitos de Ideologia.
- Conceitos de dominação e legitimidade.
- As expressões da violência nas sociedades contemporâneas.

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: DIREITO, CIDADANIA E MOVIMENTOS SOCIAIS

CONTEÚDOS BÁSICOS:

Direitos: civis, políticos e sociais.

- Direitos Humanos.
- Conceito de cidadania.
- Movimentos sociais.
- Movimentos sociais no Brasil.
- A questão ambiental e os movimentos ambientalistas.
- A questão das ONG's.
-

13.4. METODOLOGIA DA DISCIPLINA

Os conteúdos estruturantes e os conteúdos específicos estão articulados entre si e não devem ser pensados ou trabalhados de maneira autônoma, como se bastassem por si próprios, mas não exigem uma obediência sequencial, isto é, é possível a apreensão de um conteúdo sem a necessidade de fundamentá-lo com os demais.

Os instrumentos metodológicos para o ensino de Sociologia devem ser variados, mas adequados aos objetivos que se pretende atingir, pois assim como os conteúdos estruturantes e os específicos deles desdobrados, os encaminhamentos metodológicos e o processo de avaliação ensino-aprendizagem devem estar relacionados à própria construção histórica da Sociologia crítica, caracterizada por posturas teóricas e práticas favorecedoras ao desenvolvimento de um pensamento criativo e instigante. Por isso as diretrizes sugerem que o ensino da disciplina seja iniciado com uma breve contextualização da construção histórica da Sociologia e das teorias sociológicas fundamentais, que devem ser constantemente retomadas durante o curso, no sentido de fundamentar os conteúdos específicos.

Nesse sentido, as problemáticas sociais devem ser explicitadas e explicadas de maneira concreta e contextualizada, desconstruindo pré- noções que os alunos possam trazer e que dificultam o desenvolvimento da autonomia intelectual e de ações políticas direcionadas à transformação social.

Para que os conteúdos trabalhados e a metodologia usada possam atender às necessidades do grupo social atendido, nesse caso o aluno do ensino Médio, este deve ser considerado em sua especificidade etária e em sua diversidade cultural, além de aspectos como: a linguagem, interesses pessoais e profissionais e necessidades materiais. Outro aspecto importante a ser levado em conta são as peculiaridades da realidade em que a escola está inserida e a origem social do aluno. O ensino de Sociologia pressupõe metodologias que coloquem o aluno como sujeito de seu aprendizado; que este aluno seja constantemente provocado a relacionar a teoria com o vivido, a rever conhecimentos e reconstruir coletivamente novos saberes.

Sejam quais forem as práticas pedagógicas no ensino de Sociologia, se não forem trabalhadas com método e rigor em nada contribuirão para a construção do pensamento científico. Dois encaminhamentos metodológicos são próprios do conhecimento sociológico: a *pesquisa de campo* e o uso de recursos *áudio- visuais*, especialmente vídeos e filmes.

Pesquisa de campo:

- discussão com o grupo para definição do tema e enfoque a ser privilegiado;
- elaboração de pré-projeto de pesquisa a partir de revisão bibliográfica;
- elaboração de roteiro de observação e/ou entrevistas;
- ida a campo para levantamento de dados;
- organização dos dados coletados;
- organização de tabelas ou gráficos;

- análise e articulação com a teoria.

Filme:

O filme deve ser entendido como “texto” e como tal, passível de “leitura” pelo aluno; “leitura” esta reflexiva, inserida num contexto, afinal cinema e TV têm linguagens próprias e compreendê-las não significa apenas apreciar imagens e sons:

-escolha do filme - que atenda aos interesses do conteúdo, faixa etária e repertório cultural do aluno;

- discussão da ficha técnica do filme;

- elaboração de roteiro com aspectos fundamentais para o conteúdo em estudo;

- exibição do filme;

- discussão e articulação das temáticas contempladas com a teoria sociológica;

- sistematização através da produção de texto e/ou outra linguagem (visual, musical, literária).

É importante ressaltar a importância do Livro Didático Público de Sociologia como suporte teórico às aulas, podendo este ser usado como ponto de partida para professores e alunos, embora o ensino da disciplina não estará esgotado ou suprido com seu uso.

Sob uma perspectiva de inclusão social, essas Diretrizes consideram o cumprimento da Lei nº 10629/03 que inclui no currículo oficial a obrigatoriedade da História e Cultura Afro-brasileira; bem como da Lei nº 11645/08, que inclui no currículo oficial a obrigatoriedade do ensino da história e cultura dos povos indígenas do Brasil. A disciplina trabalhará as temáticas dentro dos conteúdos básicos.

13.5. AVALIAÇÃO

Considerando as especificidades da Sociologia e os objetivos que se pretende atingir, a avaliação nesta disciplina deve perpassar todas as atividades relacionadas a ela, necessitando para isso de um tratamento metódico e sistemático.

Os critérios estabelecidos para a avaliação devem ser debatidos, criticados e acompanhados por todos os envolvidos pela disciplina. São critérios passíveis de observação no decorrer do curso:

- apreensão de alguns conceitos básicos da ciência, articulados com a prática;
- a capacidade de argumentação fundamentada teoricamente;
- a clareza e coerência na exposição das ideias, seja no texto oral ou escrito.

As formas de avaliação em Sociologia devem acompanhar as próprias práticas de ensino e de aprendizagem da disciplina, seja a reflexão crítica nos debates derivadas de textos ou filmes; a participação nas pesquisas de campo quando estas forem possíveis; a produção de textos que demonstrem capacidade de articulação entre teoria e prática, tudo no sentido da apreensão/ compreensão/ reflexão dos conteúdos pelo aluno.

13.6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GOVERNO do Estado do Paraná; Secretaria de Estado da Educação. *Diretrizes curriculares de Sociologia para o Ensino Médio*. Paraná: 2008.

14. DISCIPLINA: FILOSOFIA

14.1. APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

Constituída como pensamento há mais de 2600 anos, a história da Filosofia traz consigo o problema de seu ensino.

A preocupação maior com a delimitação de metodologias para o ensino de Filosofia, é garantir que os métodos de ensino não lhe deturpem o conteúdo. Ela é feita de ausência de conclusões; é uma das características da Filosofia, a qual Russel (2001, p.146) respondeu:

[...] se perguntardes a um matemático, a um mineralogista, a um historiador, ou a qualquer classe de cientista, que definido corpo de verdades foi pela sua ciência estabelecido, a sua exposição durará tanto tempo quanto estiverdes disposto a dar-lhe ouvidos. Se fizerdes, porém, essa mesma pergunta a um filósofo, terá ele de confessar-vos, se for sincero, que os estudos a que ele se dedica não chegaram a resultados de valor positivo que se possam comparar aos das demais ciências.

Embora a Ciência e a Filosofia tratem dos mesmos problemas, a abordagem filosófica é diferente. Esta se ocupa de questões cujas respostas estão longe de se obter pela Ciência.

Dada a amplitude da Filosofia com seus conteúdos, sua história, seus filósofos e a oferta de aulas na matriz curricular, é necessário recortes — conteúdos estruturantes — mas sem que se esgote seus conteúdos. Os conteúdos estruturantes propostos pelas diretrizes curriculares: Mito e Filosofia. Teoria do Conhecimento. Ética. Filosofia e Política. Filosofia da Ciência. Estética, estão presentes em todos os períodos da história da filosofia — no antigo, medieval, moderno e no contemporâneo. Em cada um desses períodos os conteúdos estruturantes recebem tratamento diferenciado.

A característica essencial da disciplina, que é a capacidade de dialogar de forma crítica e mesmo provocativa com o presente, não seria possível com uma abordagem estritamente cronológica dos conteúdos.

Na Filosofia Antiga, há um cosmocentrismo marcante na produção do conhecimento; há uma tendência para explorar as questões relativas à natureza: o princípio originário (arché); as leis que regem o universo; os fenômenos atmosféricos; o movimento e a estática; questões gerais no campo antropológico; procura de uma moral adequada à felicidade humana; religiosidade.

Na Idade Média, a Filosofia é marcada pelo teocentrismo. O medievo é marcado pela inspiração divina da Bíblia; pelo monoteísmo; pelo criacionismo; pelo pecado original; pelo conceito cristão de amor (ágape) e por nova concepção de homem, na qual este tem uma condição de real igualdade em consequência do Criador. Tem dois grandes períodos: Patrística (séc. II ao VII) e Escolástica (séc. IX ao XIV).

Na modernidade os discursos são pelo pensamento antropocêntrico — esforço para superar o complexo humano de inferioridade, isto é, ser moderno significa valorizar o homem, ser crítico, valorizar a experimentação, separar os campos da fé e da razão, confiar na razão. O homem descobre sua importância dominando a natureza da natureza, da sociedade e do universo; a Filosofia declara sua autonomia diante da Teologia; pensadores tratam de questões exclusivamente filosófico- científicas (Racionalismo, Empirismo, Criticismo).

No pensamento contemporâneo, o homem sente-se capaz de resolver todos os seus problemas sem apelar aos mitos, aos deuses, à autoridade, à tradição. Este pensamento é resultado da preocupação do homem no tocante à sua historicidade,

sociabilidade, secularização da consciência e antidogmatismo. A partir do Séc. XIX a história da Filosofia é marcada pelo pluralismo filosófico, o que permite pensar de maneira bastante específica cada um dos conteúdos estruturantes apresentados pelas diretrizes, já que na opção por estes conteúdos é feita a defesa do trabalho com textos clássicos e sua relação com a história da Filosofia.

A Filosofia na escola pode significar o espaço de experiência filosófica, espaço de criação e provocação do pensamento original, da busca, da compreensão, da imaginação, da investigação e da criação de conceitos. O que se espera é que o estudante, ao tomar contato com os problemas e textos filosóficos, possa pensar e argumentar criticamente e que nesse processo crie e recrie para si os conceitos filosóficos.

Sob uma perspectiva de inclusão social, essas Diretrizes consideram o cumprimento da Lei nº 10629/03 que inclui no currículo oficial a obrigatoriedade da História e Cultura Afro-brasileira; bem como da Lei nº 11645/08, que inclui no currículo oficial a obrigatoriedade do ensino da história e cultura dos povos indígenas do Brasil. A disciplina trabalhará as temáticas dentro dos conteúdos básicos.

Justifica-se o ensino da disciplina para conhecer e compreender os conteúdos de forma crítica e construtiva, tendo como referência a contribuição da disciplina durante o processo de escolarização ao longo de toda a educação básica, oferecendo aos estudantes possibilidades de compreensão das complexidades do mundo contemporâneo com suas múltiplas particularidades e especializações, e que se manifestam quase sempre, de forma fragmentada. A explicação racional se obtém ampliando o conhecimento e raciocinando sobre os princípios filosóficos, compreendendo seu significado e os desdobramentos de cada um em nossa vida pessoal e social.

14.2. CONTEÚDOS ESTRUTURANTES / CONTEÚDOS BÁSICOS

As diretrizes curriculares, ao propor a organização do ensino de Filosofia por conteúdos estruturantes, objetiva estimular o trabalho da mediação intelectual, o pensar, a busca da profundidade dos conceitos e das relações históricas em oposição ao caráter imediatista que assedia e permeia a experiência do conhecimento e as ações dela resultantes.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES:

- Mito e Filosofia
- Teoria do Conhecimento
- Ética
- Filosofia Política
- Filosofia da Ciência
- Estética

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: MITO E FILOSOFIA

O homem pode ser identificado e caracterizado como um ser que pensa e cria explicações. Esse fato não pode deixar de ser considerado, pois é a partir dele que o homem desenvolve ideias, inventa sistemas, elabora leis, códigos, práticas.

O conhecimento de como isso se deu e quais foram as condições que permitiram a relação do pensamento mítico com o pensamento racional elucida uma das questões fundamentais para a compreensão das grandes linhas de força que dominam todas as nossas tradições culturais. Dessa forma, é de fundamental importância que o estudante do Ensino Médio conheça o contexto histórico e político do surgimento da Filosofia e o

que ele significou para a cultura helênica; também importante é que o estudante perceba que os mesmos conflitos vividos pelos gregos entre mito e razão são problemas presentes ainda hoje em nossa sociedade.

CONTEÚDOS BÁSICOS:

- Saber mítico
- Saber filosófico
- Relação mito e filosofia
- Atualidade do mito
- O que é filosofia?

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: TEORIA DO CONHECIMENTO

A teoria do conhecimento ocupa-se de forma sistemática com a origem a essência e a certeza do conhecimento humano. O estudante do Ensino Médio, deparando-se e questionando a realidade que o cerca, pode exercer a atividade reflexiva tentando encontrar caminhos e respostas diferentes para elas.

Além de evidenciar para o estudante os limites do conhecimento, a teoria do conhecimento possibilita-lhe perceber fatores históricos e temporais que influíram na sua elaboração e assim retomar problemáticas já pensadas na perspectiva de novas soluções relativas a seu tempo.

CONTEÚDOS BÁSICOS:

- Possibilidade do conhecimento
- As formas do conhecimento
- O problema da verdade
- A questão do método
- Conhecimento e lógica

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: ÉTICA

Ética é o estudo dos fundamentos da ação humana. Um dos grandes problemas do campo da ética é o da relação entre o sujeito e a norma. A ética possibilita análise crítica para atribuição de valores

A reflexão ética no espaço escolar tem por foco a ação individual ou coletiva na perspectiva da Filosofia. No Ensino Médio importa importa chamar a atenção para os novos desafios da reflexão ética na vida moderna.

CONTEÚDOS BÁSICOS:

- Ética e moral
- Pluralidade ética
- Ética e violência
- Razão, desejo e vontade
- Liberdade: autonomia do sujeito e a necessidade das normas

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: FILOSOFIA E POLÍTICA

Regimes democráticos são exceção no espaço e no tempo. Temos de reconhecer que a modernidade trouxe conquistas fundamentais, como a valorização da subjetividade e da liberdade individual.

A Filosofia Política busca discutir as relações de poder e compreender os mecanismos que estruturam e legitimam os diversos sistemas políticos. No Ensino Médio, A Filosofia Política tem por objetivo problematizar conceitos como o de cidadania, democracia, soberania, justiça, igualdade e liberdade, dentre outros, preparando o estudante para uma ação política efetiva.

CONTEÚDOS BÁSICOS:

- Relações entre comunidade e poder
- Liberdade e igualdade política
- Política e ideologia
- Esfera pública e privada
- Cidadania formal e/ou participativa

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: FILOSOFIA DA CIÊNCIA

Filosofia da Ciência é o estudo crítico dos princípios, das hipóteses e dos resultados das diversas ciências. Consiste em refletir criticamente o conhecimento científico, para conhecer e analisar todo o processo de construção da ciência do ponto de vista lógico, linguístico, sociológico, interdisciplinar, político, filosófico e histórico. Ele nos mostra que o conhecimento científico é provisório, sempre tributário de fundamentos ideológicos, religiosos, econômicos, políticos e históricos.

No contexto do Ensino Médio, portanto, importa estudar a Filosofia da Ciência na perspectiva da produção do conhecimento científico, problematizando o método, possibilitando o contato com o modo como os cientistas trabalham e pensam.

CONTEÚDOS BÁSICOS:

- Concepções de ciência
- A questão do método científico
- Contribuições e limites da ciência
- Ciência e ideologia
- Ciência e ética

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: ESTÉTICA

As atitudes problematizadora e investigativa, características da Filosofia, voltam-se também para a realidade sensível. Compreender a sensibilidade, a representação criativa, a apreensão intuitiva do mundo concreto e a forma como elas determinam as relações do homem com o mundo e consigo mesmo é objeto do conteúdo estruturante de Estética.

Aos estudantes do Ensino Médio, a Estética possibilita-lhes compreender a apreensão da realidade pela sensibilidade, perceber que o conhecimento não é apenas resultado da atividade intelectual, mas também da imaginação, da intuição e da fruição, que contribuem para a constituição dos sujeitos críticos e criativos.

CONTEÚDOS BÁSICOS:

- Natureza da arte
- Filosofia e arte
- Categorias estéticas :feio, belo, sublime, trágico, cômico, grotesco, gosto, etc.
- Estética e sociedade.

14.3. METODOLOGIA DA DISCIPLINA

O ensino de Filosofia distingue-se de qualquer outro tipo de ensino, pois é um ensino filosófico. Mais importante que o conteúdo em si será a postura que orientará a prática pedagógica do professor de filosofia no dia-a-dia da sala de aula; trata-se de uma ruptura com as concepções do senso comum, mostrando que a Filosofia começa com a problematização daquilo que parece óbvio no mundo cotidiano. Para isso, o ensino se dará por meio da mobilização para o conhecimento, da problematização, da investigação e da criação/ recriação de conceitos, ajudando os jovens nesta sua busca natural, sem tirar a naturalidade e espontaneidade do processo investigativo, para que isto resulte na produção de conhecimento com significado e em bases racionais.

O Livro Didático Público de Filosofia incorporou, dentro de seus limites e possibilidades, os quatro momentos do ensino de Filosofia: a mobilização para o conhecimento, a problematização, a investigação e a criação de conceitos. O livro didático será sempre um ponto de partida e nunca um fim em si mesmo. Outros recursos poderão ser usados para enriquecer a investigação filosófica: consulta ao acervo da Biblioteca do Professor para subsidiar a pesquisa do professor e dos alunos e/ ou acesso ao Portal Dia-a- dia Educação para exploração dos recursos de estudo e pesquisa disponíveis.

14.4. AVALIAÇÃO

O momento em que o aluno experiencia o pensamento filosófico, na discussão com o outro, na construção de conceitos, é o momento da Filosofia como prática. É um acontecimento que o educador pode propiciar aos seus alunos, mas não avaliar ou medir. Ao avaliar, o professor deve respeitar as posições do aluno mesmo não estando de acordo com elas, pois o que vai ser avaliado é sua capacidade de argumentação e de identificar os limites dessas posições.

O estudante do Ensino Médio deve ser avaliado em sua capacidade de trabalhar e criar conceitos: qual conceito trabalhou e criou; qual discurso tinha antes e qual discurso tem após o estudo da Filosofia.

A avaliação deve ser vista como processo, concebida como diagnóstica, sem finalidade em si mesma, mas com a função de subsidiar e redirecionar o curso da ação do processo de ensino e de aprendizagem.

Na complexidade do mundo contemporâneo, com suas múltiplas particularidades e especializações, espera-se que o estudante possa compreender, pensar e problematizar os conteúdos básicos dos conteúdos estruturantes da disciplina, elaborando respostas aos problemas suscitados e investigados. Com a problematização e investigação, o estudante desenvolverá a atividade filosófica com os conteúdos básicos e poderá formular suas respostas quando toma posições e, de forma escrita ou oral, argumenta, ou seja, cria conceitos. Portanto, terá condições de ser construtor de ideias com caráter inusitado e criativo, cujo resultado pode ser avaliado pelo próprio estudante e pelo professor.

Critérios de avaliação para os conteúdos básicos de Filosofia:

- Na complexidade do mundo contemporâneo, com suas múltiplas particularidades e especializações, espera-se que o estudante possa compreender, pensar e problematizar os conteúdos básicos do conteúdo estruturante Mito e Filosofia, elaborando respostas aos problemas suscitados e investigados. Com a problematização e investigação, o estudante desenvolverá a atividade filosófica com os conteúdos básicos e poderá formular suas respostas quando toma posições e, de forma escrita ou oral, argumenta, ou seja, cria conceitos. Portanto, terá condições de ser construtor de ideias

com caráter inusitado e criativo, cujo resultado pode ser avaliado pelo próprio estudante ou professor.

14.5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

• Governo do Estado do Paraná; Secretaria de Estado da Educação. Diretrizes curriculares de Filosofia para o Ensino Médio. Curitiba: 2008.

15. PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR

CELEM

15.1 LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA – ESPANHOL

15.2 APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

O espanhol é de suma relevância para a comunidade mundial da atualidade, não somente pelo fato de ser a língua mãe de mais de 332 milhões de pessoas, na sua maioria concentradas em dois dos mais importantes continentes da nossa era (Europa e América), mas também por desempenhar um papel crucial em vários aspectos do mercado mundial contemporâneo. Depois do inglês, o espanhol é a segunda língua mais usada no comércio internacional, especialmente no eixo que liga a América do Norte, Central e do Sul e verifica-se também várias razões para que os brasileiros dominem o espanhol.

Entender a comunicação como uma ferramenta imprescindível no mundo moderno, com vista a formação profissional ou pessoal, deve ser a grande meta do ensino de língua estrangeira moderna.

No âmbito do processo de ensino e aprendizagem das Línguas Estrangeiras Modernas (doravante LEM) às Diretrizes da Educação Básica (doravante DCE) para Língua Estrangeira Moderna, afirmam que “as propostas curriculares e os métodos de ensino são instigados a atender às expectativas e demandas sociais e contemporâneas e a propiciar a aprendizagem dos conhecimentos historicamente produzidos às novas gerações” (DCE, 2008, p. 38).

Face a isto, observa-se que “na atualidade vem ocorrendo modificações significativas no campo da ciência, principalmente no âmbito dos estudos linguísticos no que diz respeito à aquisição de língua estrangeira (LE)” (WOGINSKI, 2005, S/P).

A Resolução nº 3904/2008 de 27 de agosto de 2008, reitera,

a importância que a aprendizagem de Línguas estrangeiras Modernas (LEM) tem no desenvolvimento do ser humano quanto a compreensão de valores sociais e a aquisição de conhecimento sobre outras culturas (SUED/SEED, 2008).

O ensino de LEM, se justifica com prioridade, pelo objetivo de desenvolver a competência comunicativa (linguística, textual, discursiva e sociocultural) ou seja, este desenvolvimento deve ser entendido como a progressiva capacidade de realizar a adequação do ato verbal às situações de comunicação.

Se a comunicação sempre ocorre por meio de textos, pode-se dizer que o objetivo do ensino de LEM corresponde ao desenvolvimento da capacidade de produzir e compreender textos nas mais diversas situações de comunicação. Contudo,

um dos objetivos da disciplina de Língua Estrangeira Moderna é que os envolvidos no processo pedagógico façam o uso da língua que estão aprendendo em situações significativas relevantes, isto é, que não se limitem ao exercício de uma mera prática de formas linguísticas descontextualizadas. Trata-se da inclusão social do aluno numa

sociedade reconhecidamente diversa e complexa através do comprometimento mutuo (DCE, 2008, p. 57)

Atualmente, a grande maioria das escolas baseia as aulas de línguas estrangeiras no domínio do sistema formal da língua objeto, isto é, pretende-se levar o aluno a entender, falar, ler e escrever, acreditando que a partir daí, ele será capaz de usar o idioma em situações reais de comunicação.

Espera - se que o aluno use a língua em situações de comunicação oral e escrita e compreenda que os significados são sociais e historicamente construídos e, portanto, passíveis de transformação na prática social e que o professor seja capaz de :

* Oportunizar aos alunos a acesso aos diversos discursos que circulam globalmente a fim que percebam que há várias formas de produção e circulação de textos em nossa cultura e em outras e sejam capazes de lhes conferir sentidos.

* Possibilitar aos alunos o uso da língua estrangeira em situações de comunicação oral e escrita;

* Compreender que os significados são sociais e historicamente construídos e, portanto passiveis de transformação na prática social;

* Reconhecer a importância das línguas na sociedade e seus benefícios para o desenvolvimento cultural do país;

De acordo com as Diretrizes (2008), o que se pretende com o ensino da Língua Estrangeira na Educação Básica é a compreensão de que ensinar e aprender língua é ensinar e aprender percepções de mundo e maneiras de atribuir sentido, é formar subjetividades, é permitir que se reconheça no uso da língua os diferentes propósitos comunicativos, independentemente do grau de proficiência atingido. Ao possibilitar o trabalho com gêneros, aos quais os alunos dificilmente teriam acesso em outro ambiente, a escola estará promovendo um trabalho inclusivo.

Observando as especificidades do estabelecimento de ensino e dos alunos atendidos no CELEM o Colégio Estadual Edith proporcionará aos alunos aprendizes uma real aproximação com a Língua Espanhola, visto que aprender este idioma é de fundamental importância, já que estamos rodeados de países hispanofalantes, e estimular e despertar o discente para o aprendizado e importância de uma segunda língua. Outro ponto alvo é resgatar a autoestima dos discentes buscando o desenvolvimento e inclusão social através do ensino/aprendizagem de Língua Espanhola de forma prazerosa e lúdica. Conhecer e saber se expressar nessa língua significa participar ativamente da vida social, econômica e cultural no mundo de hoje.

Desta forma o estudo da disciplina será realizado através de atividades lúdicas as quais contribuem para melhor conhecimento interno do grupo, além de desenvolver cooperação, interação, desinibição e socialização.

Para alcançar os objetivos propostos este estabelecimento de ensino proporcionará aos alunos matriculados no CELEM situações reais de comunicação em que o mesmo possa fazer uso do que aprende, ter contatos com publicações, filmes, músicas, trocar correspondências, analisar textos, dramatizar, enfim, garantir o máximo de interação com as mais variadas expressões linguísticas.

O estudo da disciplina será realizado através da construção de conceitos e no desenvolvimento de procedimentos para que o aluno possa ter condições de escolher o vocabulário que melhor reflita a ideia que se pretende transmitir, por meio de recursos audiovisuais que simulem a comunicação de forma que o aluno seja capaz de compreender como determinada maneira de expressão pode ser literalmente interpretada em razão de aspectos sociais ou culturais. A música será um recurso importante para uma associação da teoria e da prática da língua espanhola falada no cotidiano da cultura espanhola. Além desses recursos serão utilizados livros, textos, dicionários, vídeos,

anúncios, propagandas, painéis expositivos, dramatizações de diálogos, jogos, etc. Visando enaltecer o contexto em que o aluno está inserido, ressaltando o seu conhecimento, traçando o caminho em que o educando sinta-se livre para criar significados, posto que estes não venham prontos na linguagem.

A proposta adotada nestas Diretrizes se baseia na corrente sociológica e nas teorias do Círculo de Bakhtin, tendo como conteúdo estruturante o Discurso como prática social e caracteriza os gêneros (textuais e discursivos) como conteúdos básicos abordados dentro das práticas discursivas.

Portanto, pode-se afirmar que a implantação da lei nº 11161/05 vem auxiliar os educandos a possuir conhecimentos referentes à Língua Espanhola.

15.3. CONTEÚDOS

Para o ensino e aprendizagem de Língua Estrangeira Moderna, as discussões pertinentes aos conteúdos encontram-se imbricadas em seu conteúdo estruturante, bem como nos conteúdos básicos , propostos pelas Diretrizes Curriculares da Educação Básica para LEM.

A disciplina de LEM concebe como conteúdo estruturante o Discurso como prática social e ao mesmo tempo caracteriza os gêneros (textuais, do texto, discursivos, do discurso) como conteúdos básicos abordados dentro das práticas discursivas.

"Os gêneros do discurso segundo Bakhtin (1952, p. 279), são definidos como "tipos relativamente estáveis e heterogêneos de enunciados dentro de uma esfera de utilização da língua" e ainda caracterizados por três elementos: o conteúdo temático, o estilo e a construção composicional.

Para Marcuschi (2006, p. 35), os gêneros textuais "são um tipo de gramática social [grifo do autor] isto é, uma gramática da enunciação" Sendo assim,

são definidos como textos orais ou escritos materializados em situações comunicativas recorrentes [portanto] organizam nossa fala e escrita assim como a gramática organiza as formas linguísticas (MARCUSCHI, 2006, p. 35)

Não cabe mais a escola apenas ensinar o aluno a ler e escrever em e/ou na LEM é preciso instruí-lo a relacionar a língua às suas práticas sociais

Reitera-se a necessidade de explorar as práticas da oralidade, leitura e escrita a partir da seleção dos gêneros textuais. Conforme Bakhtin (1952), o indivíduo primeiro define o seu propósito, para então decidir o gênero textual que utilizará.

Com relação as práticas da oralidade, percebe-se a necessidade de trabalhar a língua falada oportunizando o aluno a perceber sua função social na qual o próprio aluno utilizará os diferentes gêneros de acordo com seus próprios interesses.

Diante disto, Marcushi (2001) argumenta que,

o trabalho com a oralidade pode, ainda ressaltar a contribuição da fala na formação cultural e na preservação de tradições não escritas que persistem mesmo em culturas em que a escrita já entrou de forma decisiva (…) Dedicar-se ao estudo da fala é também uma oportunidade singular para esclarecer aspectos relativos ao preconceito e à discriminação linguística, bem como suas formas de disseminação (MARCUSCHI, 2001, P. 83)

O trabalho com a oralidade nas aulas de LEM, "têm como objetivo expor os alunos a textos orais pertencentes aos diferentes discursos (…) é aprender a expressar ideais em Língua estrangeira mesmo que com limitações (…) também é importante que o

aluno se familiarize com os sons específicos da língua que está aprendendo" (DCE, 2008, p. 66)

Pretende-se valorizar a importância que a oralidade tem na sala de aula de LEM, bem como explorar aqueles gêneros textuais próprios da oralidade como a publicidade da televisão e da rádio, por exemplo.

No que diz respeito à prática da leitura, observa-se que o papel primordial da utilização dos gêneros textuais na aprendizagem de LEM, torna a aquisição do conhecimento mais significativa e mais próxima das práticas sociais das quais o aluno interage.

De acordo com as DCE (2008), a respeito da leitura discursiva,

na medida em que os alunos reconheçam que os textos são representações da realidade, são construções sociais eles terão uma posição mais crítica em relação a tais textos. Poderão rejeitá-los ou reconstrui-los a partir de seu universo de sentido, o qual lhes atribui coerência pela construção de significados (DCE, 2008, p. 65)

Koch e Elias (20077, p. 37), apontam para o ato de leitura ser "uma atividade de construção de sentido que pressupõe a interação autor-texto-leitor, é preciso considerar que, nessa atividade, além das pistas e sinalizações que o texto oferece, entram em jogo os conhecimentos do leitor".

Ainda, o processo de leitura a partir dos gêneros textuais considerando que estes são constituídos de um determinado modo e com uma certa função dentro de um domínio discursivo, requer a construção de sentidos dos textos considerando que,

a escrita/fala baseiam-se em formas padrão e relativamente estáveis de estruturação e é por essa razão que, cotidianamente, em nossas atividades comunicativas, são incontáveis as vezes em que não somente lemos textos diversos, como também produzimos ou ouvimos enunciados (KOCH, ELIAS, 2007, p. 101)

Para Foucambert (2008, p. 25), "não se pode mais esquecer que ao aprender o mecanismo da leitura conquista-se também um instrumento de comunicação"

No que tange as práticas da escrita, "não pode pode esquecer que ela deve ser vista como uma atividade sociointeracional, ou seja, significativa" (DCE, 2008, p. 66)

As condições dessa produção escrita e o uso de variados gêneros textuais desenvolverão no aluno,

a possibilidade ou necessidade de usar a língua escrita como forma de comunicação de interlocução em situações na qual a expressão escrita se apresente como uma resposta a um desejo ou uma necessidade de comunicação, de interação, e que o aluno tenha, pois, objetivos para escrever e destinatários (leitores) para quem escrever (SOARES, 1999 APUD WOGINSKI, 2008, p. 63)

No ensino de LEM, salienta-se a importância de desvincular-se (pelo menos parcialmente) das questões de adequação formal no processo da escrita para focar-se também à adequação comunicativo- discursiva do texto.

Conforme Koch e Elias (2009), a produção escrita recorre a conhecimentos armazenados na memória. Esses conhecimentos resultam das inúmeras atividades em que o produtor se envolveu ao longo da vida, bem como são concebidos pela ativação de

modelos cognitivos sobre as práticas interacionais , histórica e culturalmente constituídas, portanto,

para a atividade de escrita, o produtor precisa ativar"modelos" que possui sobre práticas comunicativas configuradas em textos, levando em conta elementos que entram em sua composição (modo de organização), além de aspectos do conteúdo, estilo, função e suporte de veiculação (KOCH, ELIAS, 2009, P. 43)

A elaboração de atividades que envolvam a diversidade dos gêneros textuais, como a (re) produção de uma carta (formal ou informal) ou um bilhete certamente atenderão a demanda das práticas linguísticas da escrita, bem como oportunizarão a reflexão sobre os mecanismos linguísticos que envolvem o processo da escrita.

Portanto, é necessário considerar " o que os alunos precisam aprender sobre a ação da linguagem configurada no gênero?" (WOGINSKI, 2008, P. 65)

De acordo com as DCE o Ensino de Língua estrangeira Moderna, deve contemplar vários gêneros textuais.

Sendo assim serão abordados no **1º ano (P1)** do CELEM, os seguintes gêneros:

– Da esfera cotidiana de circulação são os seguintes: bilhete, carta pessoal, cartão felicitações, cartão postal, convite, letra de música e receita culinária;
– Da esfera publicitária de circulação: anúncio, comercial para rádio, folder, paródia, placa, publicidade comercial e slogan:
– Da esfera produção de circulação: bula, embalagem, placa, regra de jogo, rótulo:
– Da esfera jornalística de circulação: anúncio classificados, cartum, charge, entrevista, horóscopo, reportagem, sinopse de filme;
– Da esfera artística de circulação: autobiografia, biografia:
– Da esfera escolar de circulação: cartaz, diálogo, exposição oral, mapa, resumo;
– Da esfera literária de circulação: conto, crônica, fábula, história em quadrinhos e poema:
– Da esfera midiática de circulação: correio eletrônico (e-mail), mensagem de texto (SMS), telejornal, telenovela, videoclipe.

No **2º ano (P2)** serão trabalhados os seguintes gêneros:

– Da esfera cotidiana de circulação são os seguintes: comunicado, curriculum vitae, exposição oral, ficha de inscrição, lista de compras, piada, telefonema;
– Da esfera publicitária de circulação: anúncio, comercial para televisão, folder, inscrições em muro, propaganda, publicidade institucional e slogan;
– Da esfera produção de circulação: artigo de opinião, boletim do tempo, carta do leitor, entrevista, notícia, obituário e reportagem;
– Esfera jornalística de circulação: artigo de opinião, boletim do tempo, carta do leitor, entrevista, notícia, obituário, reportagem;
– Da esfera jurídica de circulação: boletim de ocorrência, contrato, lei, ofício, procuração e requerimento;
– Da esfera escolar de circulação: aula de vídeo, ata de reunião, exposição oral, palestra, resenha e texto de opinião;

– Da esfera literária de circulação: contação de história, conto, peça de teatro, romance e sarau de poema;
– Da esfera midiática de circulação: aula virtual, conversação, chat, correio eletrônico (e-mail), mensagem de texto (SMS) e videoclipe.

Esses gêneros textuais ora mencionados serão desenvolvidos através de uma metodologia que leve em consideração as características dos alunos, as especificidades de cada turma, os objetivos do plano de trabalho docente do professor(a) e o PPP do estabelecimento. Também serão utilizados as práticas discursivas da leitura, oralidade e da escrita de modo que os textos se tornem mais significativos e que o aluno possa interagir com os mesmos, posicionando-se de forma crítica e reflexiva perante a eles.

1º Ano (P1)

PRÁTICA DISCURSIVA: Oralidade

Fatores de textualidade centrados no leitor

– Tema do texto;
– Aceitabilidade do texto;
– Finalidade de texto;
– Informatividade de texto;
– Intencionalidade de texto;
– Situacionalidade do texto;
– Papel do locutor e interlocutor:
– Conhecimento de mundo;
– Elementos extralinguísticos: entonação, pausas e gestos;
– Adequação do discurso ao gênero;
– Turnos de fala;
– Variações linguísticas.

Fatores de textualidade centradas no texto

– Marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição, recursos semânticos;

– Adequação na fala ao contexto (uso de distintivos formais e informais como conectivos, gírias repetições);
– Diferenças e semelhanças entre o discurso oral ou escrito.

PRÁTICA DISCURSIVA: Leitura

Fatores de textualidade centrados no leitor

– Tema do texto;
– Conteúdo temático do gênero;
– Elementos composicionais do gênero;
– Propriedades estilísticas do gênero;
– Aceitabilidade do texto;
– Finalidade do texto;

– Informatividade do texto;
– Intencionalidade do texto;
– Situacionalidade do texto;
– Papel do locutor e interlocutor;
– Conhecimento de mundo;
– Temporalidade;
– Referência textual.

Fatores de textualidade centradas no texto

– Intertextualidade;
– Léxico: repetição, conotação, denotação, polissemia;
– Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, figuras de linguagem, recursos gráficos (aspas, travessão, negrito);
– Partículas conectivas básicas do texto.

PRÁTICA DISCURSIVA: Escrita

Fatores de textualidade centradas no leitor

– Tema do texto;
– Conteúdo temático do texto;
– Elementos composicionais do gênero;
– Propriedades estilísticas do gênero;
– Aceitabilidade do texto;
– Finalidade do texto;
– Informatividade do texto;
– Intencionalidade do texto;
– Situacionalidade do texto;
– Papel do locutor e interlocutor;
– Conhecimento de mundo;
– Temporalidade;
– Referência textual.

Fatores de textualidade centradas no texto

– Intertextualidade;
– Partículas conectivas básicas do texto;
– Vozes do discurso: direto e indireto;
– Léxico: emprego de repetições, conotação, denotação, polissemia, formação de palavras, figuras de linguagem;
– Emprego de palavras e/ou expressões com mensagens implícitas e explícitas;
– Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, figuras de linguagem, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito);
– Acentuação gráfica;
– Ortografia;
– Concordância verbal e nominal.

2º Ano (P2)

PRÁTICA DISCURSIVA: Oralidade

Fatores de textualidade centradas no leitor

– Tema do texto;
– Aceitabilidade do texto;
– Finalidade de texto;
– Informatividade do texto;
– Intencionalidade do texto;
– Situacionalidade do texto;
– Papel do locutor e interlocutor;
– Conhecimento de mundo;
– Elementos extralinguísticos: entonação, pausas, gestos;
– Adequação do discurso ao gênero;
– Turnos de fala;
– Variações linguísticas.

Fatores de textualidade centradas no texto

– Marcas linguísticas: coerência, gírias, repetição, recursos semânticos;
– Adequação na fala ao contexto (uso de distintivos formais e informais como conectivos, gírias repetições);
– Diferenças e semelhanças entre o discurso oral ou escrito.

PRÁTICA DISCURSIVA: Leitura

Fatores de textualidade centradas no leitor

– Tema do texto;
– Conteúdo temático do gênero;
– Elementos composicionais do gênero;
– Propriedades estilísticas do gênero;
– Aceitabilidade do texto;
– Finalidade do texto;
– Informatividade do texto;
– Intencionalidade do texto;
– Situacionalidade do texto;
– Papel do locutor e interlocutor;
– Conhecimento de mundo;
– Temporalidade;
– Referência textual.

Fatores de textualidade centradas no texto

– Intertextualidade;

– Léxico: repetição, conotação, denotação, polissemia;
– Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, figuras de linguagem, recursos gráfico (aspas, travessão, negrito);
– Partículas conectivas básicas do texto;
– Elementos textuais: levantamento lexical de palavras italicizadas, negritadas, sublinhadas, números, substantivos próprios;
– Interpretação da rede de relações semânticas existentes entre itens léxicas recorrentes no título, subtítulo, legendas e textos.

PRÁTICA DISCURSIVA: Escrita

Fatores de textualidade centradas no leitor

– Tema do texto;
– Conteúdo temático do texto;
– Elementos composicionais do gênero;
– Propriedades estilísticas do gênero;
– Aceitabilidade do texto;
– Finalidade do texto;
– Informatividade do texto;
– Intencionalidade do texto;
– Situacionalidade do texto;
– Papel do locutor e interlocutor;
– Conhecimento de mundo;
– Temporalidade;
– Referência textual.

Fatores de textualidade centradas no texto

– Intertextualidade;
– Partículas conectivas básicas do texto;
– Vozes do discurso: direto e indireto;
– Léxico: emprego de repetição, conotação, denotação, polissemia, formação das palavras, figuras de linguagem;
– Emprego de palavras e/ou expressões com mensagens implícitas e explícitas;
– Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, figuras de linguagem, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito);
– Acentuação gráfica;
– Ortografia;
– Concordância verbal e nominal.

15.4 – METODOLOGIA DA DISCIPLINA

A metodologia referente à disciplina de Língua Estrangeira Moderna, está pautada na seguinte afirmação de que,
o trabalho com a Língua Estrangeira em sala de aula parte do entendimento do papel das línguas nas sociedades como mais do que meros instrumentos de acesso à informação:

as línguas estrangeiras são possibilidades de conhecer, expressar e transformar modos de entender o mundo e de construir significados (DCE, 2008, p. 63).

Dessa forma, os procedimentos teórico- metodológicos possibilitarão atender as necessidades do aluno enfatizando em demasia os aspectos e as experiências cotidianas.

Logo, “o ponto de partida da aula de Língua Estrangeira Moderna será o texto, verbal e não-verbal, como unidade de linguagem em uso” (DCE, 2008, p. 63), bem como afirma Marcuschi (2003, p. 22), de que “ é impossível se comunicar verbalmente a não ser por algum gênero, assim como é impossível se comunicar verbalmente a não ser por algum texto”. Portanto, a principal ferramenta de ensino é justamente a funcionalidade da língua de estudo na qual o aluno é conduzido a vivenciar situações concretas (reais) de fala e escrita e a desempenhar funções linguísticas a partir do uso de textos.

Assim, as práticas do ensino de LEM estarão subsidiadas pela apropriação pela apropriação dos,

vários gêneros textuais, em atividades diversificadas, analisando a função de gênero estudado, sua composição, a distribuição de informações, o grau de informação presente ali, a intertextualidade, os recursos coesivos, a coerência e, somente depois de tudo isso, a gramática em si. (DCE, 2008, p. 61).

Observa-se que os estabelecimentos de ensino sempre utilizaram textos para o desenvolvimento de atividades de compreensão leitora e produção escrita. No entanto, o que se abordava a partir do uso desses textos eram os aspectos gramaticais visando os elementos puramente estruturais da língua, isto é, concebendo-se como código e desconsiderando-a enquanto discurso.

Ao utilizar-se dos diferentes gêneros textuais com fins educacionais, obtem-se textos didatizados, ou seja, textos muitas vezes elaborados para atender determinadas necessidades da sala de aula como a exploração de algum aspecto gramatical.

No que se refere à didatização de gêneros textuais, Woginski (2008, p. 63), reitera que,

devemos lembrar, de que o uso e o manejo de um gênero textual, qualquer que seja ele, **deve provocar no aluno a curiosidade e a busca pela pela expressão, atribuição e (re) construção de sentidos com os textos.** [grifo do autor]

O ensino de LEM deverá abordar também as questões relacionadas às Literaturas de Línguas Estrangeiras, pois os textos literários são materiais muito ricos não se limitando a aspectos estruturais da língua, bem como estes textos literários divulgam, aproximam e valorizam a cultura de um povo.

Sobre a questão do potencial didático dos gêneros textuais do domínio literário, observa-se que

a literatura é um meio ideal para desenvolver a consciência e a apreciação do uso da linguagem em suas diferentes manifestações, já que aquela apresenta a linguagem em um contexto autêntico, em registros e dialetos variados, dentro de um marco social(MCKAY, 1982 apud WOGINSKI, 2004, s/p).

As DCEs (2008, p. 67) demonstram que “ao apresentar textos literários aos alunos, devem-se propor atividades que colaborem para que ele analise os textos e os perceba como prática social de uma sociedade em um determinado contexto sociocultural”.

De acordo com Woginski (2008, p. 64), fundamentado nos estudos de Lopes-Rossi (2006), "*o trabalho com os gêneros desenvolvidos através de projetos pedagógicos é ideal para melhorar a apropriação das características típicas dos gêneros".*

Assim sendo, é necessário que estes projetos pedagógicos sejam organizados em "módulos didáticos", objetivando a aquisição da língua-alvo partindo do gênero textual como conteúdo básico da disciplina de LEM, conforme abaixo:

a) **módulo didático de leitura**, no qual o aluno será levado a caracterizar o gênero de estudo e a reconhecê-lo na sociedade tendo como base uma necessidade (ou motivo) de produção (de interação) escrita ou oral, bem como discutir e conhecer as propriedades discursivas, *temáticas,* (o que geralmente é dito nesses mesmos gêneros), *estilísticas* (o que geralmente é registrado como marca enunciativa do produtor desses gêneros, o que é utilizado como recurso linguístico e a análise linguística: recursos gramaticais, lexicais e recursos não-verbais) e *composicionais* (como geralmente é organizado esse gênero, qual é a sua característica e a sua sequência tipológica) do gênero selecionado.

b) **módulo didático de produção escrita,** no qual o aluno e professor poderão planejar a produção e coletar informações para a primeira versão escrita do texto. Na sequência revisar e re-escrever o texto, produzido em colaboração (aluno e professor), e por fim a produção final procurando aproximá-lo daqueles gêneros que circulam na sociedade.

c) **módulo didático de divulgação ao público,** no qual aluno e professor poderão indicar o suporte (meio) para a circulação do gênero produzido, bem como realizar ações para efetivar esta circulação fora da sala de aula e se possível da escola.

As atividades desenvolvidas através de "módulos didáticos" deverão se caracterizar como uma **sequência didática,** a qual é definida como*"um conjunto de atividades escolares organizadas, de maneira sistemática, em torno de um gênero textual oral ou escrito"* (DOLZ; NOVERRAZ; SCHNEUWLY, 2004, P.97).

Salienta-se que as atividade elaboradas para o ensino de LEM, deverão ser desenvolvidas em três etapas:

a) **etapa de pré – leitura,** na qual pretende-se ativar os conhecimentos prévios do aluno, bem como discutir questões referentes à temática, construir hipóteses e antecipar elementos do texto que poderão ser tratados a partir do texto, antes mesmo da leitura;

b) **etapa da leitura**, na qual pretende-se comprovar ou desconsiderar as hipóteses anteriormente apresentadas;

c) **etapa pós – leitura**, na qual pretende-se explorar a compreensão de leitura e expressão escrita, bem como atividades que explorem a compreensão e expressão oral e a elaboração de atividades variadas, não necessariamente ligadas aos elementos gramaticais.

Por último, salienta-se que na sala de aula de Língua Estrangeira Moderna, o aspecto cultural deverá caracterizar-se como prática e hábito no processo de aquisição de uma LEM, pois segundo Giovannini (1996) citado por Woginski (2001, s/p), "uma língua desvinculada de sua cultura converte-se em um instrumento estéril e carente de significados". Portanto, ensinar os elementos linguísticos dessa língua favorecem além da aquisição da língua, também a aquisição do modo de viver daqueles que a falam.

É necessário esclarecer que o ensino da língua espanhola não atenderá a profissionalização na área, mas sim um contato maior e incentivo para despertar a aquisição de um idioma global.

ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA

P1 - Oralidade

- Organizar apresentações de textos produzidos pelos alunos;
- Orientar sobre o contexto social de uso do gênero oral trabalhado;
- Propor reflexões sobre os argumentos utilizados nas exposições orais dos alunos;
- Preparar apresentações que explorem as marcas linguísticas típicas da oralidade em seu uso formal e informal;
- Estimular a expressão oral (contação histórias), comentários, opiniões sobre os diferentes gêneros trabalhados, utilizando-se dos recursos extralinguísticos, como: entonação, expressões facial, corporal e gestual, pausas e outros;
- Selecionar os discursos de outros para análise dos recursos da oralidade, como: cenas de desenhos, programas infanto-juvenis, entrevista, reportagem entre outros.

ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA

P1 - Leitura

- Práticas de leitura de textos de diferentes gêneros atrelados à esfera social de circulação;
- Considerar os conhecimentos prévios dos alunos;
- Desenvolver atividades de leitura em três etapas: pré-leitura (ativar conhecimentos prévios, discutir questões referentes a temática, construir hipóteses e antecipar elementos do texto, antes mesmo da leitura), leitura (comprovar ou desconsiderar as hipóteses anteriormente construídas), pós- leitura (explorar as habilidades de compreensão e expressão oral e escrita objetivando a atribuição e construção de sentidos com o texto).
- Formular questionamentos que possibilitem inferências sobre o texto;
- Encaminhar as discussões sobre: tema, intenções, intertextualidade;
- Contextualizar a produção: suporte/fonte, interlocutores, finalidade, época;
- Utilizar de textos verbais diversos que dialoguem com textos não verbais, como:gráficos, fotos, imagens e mapas;
- Socializar as ideias dos alunos sobre o texto;
- Estimular leituras que suscitem no reconhecimento das propriedades próprias de diferentes gêneros: temáticas (o que é dito nesses gêneros), estilísticas (o registro das marcas enunciativas do produtor e os recursos linguísticos) e composicionais (a organização, as características e a sequência tipológica).

ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA

P1 - Escrita

– Planejar a produção textual a partir da delimitação do tema, do interlocutor, do gênero, da finalidade;
– Estimular a ampliação de leituras sobre o tema e o gênero proposto;
– Acompanhar a produção de texto;

– Encaminhar e acompanhar a re-escrita textual: revisão dos argumentos (ideais), dos elementos que compõem o gênero;
– Analisar a produção textual quanto à coerência e coesão, continuidade temática, à finalidade, adequação da linguagem ao contexto;
– Conduzir à reflexão dos elementos discursivos, textuais, estruturais e normativos.
– Oportunizar o uso adequado de palavras e expressões para estabelecer a referência textual;
– Conduzir a utilização adequada das partículas conectivas básicas;
– Estimular as produções nos diferentes gêneros trabalhados.
– Encaminhar as discussões sobre: tema, intenções, finalidade, intertextualidade;

ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA

P2 - Oralidade

- Organizar apresentações de textos produzidos pelos alunos;
- Orientar sobre o contexto social de uso do gênero oral trabalhado;
- Propor reflexões sobre os argumentos utilizados nas exposições orais dos alunos;
- Preparar apresentações que explorem as marcas linguísticas típicas da oralidade em seu uso formal e informal;
- Estimular a expressão oral (contação histórias), comentários, opiniões sobre os diferentes gêneros trabalhados, utilizando-se dos recursos extralinguísticos, como: entonação, expressões facial, corporal e gestual, pausas e outros;
- Selecionar os discursos de outros para análise dos recursos da oralidade, como: cenas de desenhos, programas infanto-juvenis, entrevista, reportagem entre outros.

ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA

P2 - Leitura

- Práticas de leitura de textos de diferentes gêneros atrelados à esfera social de circulação;
- Utilizar estratégias de leitura que possibilite a compreensão textual significativa de acordo com o objetivo proposto no trabalho com o gênero textual selecionado;
- Desenvolver atividades de leitura em três etapas: pré-leitura (ativar conhecimentos prévios, discutir questões referentes a temática, construir hipóteses e antecipar elementos do texto, antes mesmo da leitura), leitura (comprovar ou desconsiderar as hipóteses anteriormente construídas), pós- leitura (explorar as habilidades de compreensão e expressão oral e escrita objetivando a atribuição e construção de sentidos com o texto).
- Formular questionamentos que possibilitem inferências sobre o texto;
- Encaminhar as discussões sobre: tema, intenções, intertextualidade;
- Contextualizar a produção: suporte/fonte, interlocutores, finalidade, época;
- Utilizar de textos verbais diversos que dialoguem com textos não verbais, como:gráficos, fotos, imagens e mapas;
- Relacionar o tema com o contexto cultural do aluno e o contexto atual;
- Demonstrar o aparecimento dos modos e tempos verbais mais comuns em determinados gêneros textuais;
- Estimular leituras que suscitem no reconhecimento das propriedades próprias de diferentes gêneros: temáticas (o que é dito nesses gêneros), estilísticas (o registro das

marcas enunciativas do produtor e os recursos linguísticos) e composicionais (a organização, as características e a sequência tipológica).

ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA

P2- Escrita

– Planejar a produção textual a partir da delimitação do tema, do interlocutor, do gênero, da finalidade;
– Estimular a ampliação de leituras sobre o tema e o gênero proposto;
– Acompanhar a produção de texto;
– Encaminhar e acompanhar a re-escrita textual: revisão dos argumentos (ideais), dos elementos que compõem o gênero;
– Analisar a produção textual quanto à coerência e coesão, continuidade temática, à finalidade, adequação da linguagem ao contexto;
– Conduzir à reflexão dos elementos discursivos, textuais, estruturais e normativos.
– Oportunizar o uso adequado de palavras e expressões para estabelecer a referência textual;
– Conduzir a utilização adequada das partículas conectivas básicas;
– Estimular as produções nos diferentes gêneros trabalhados.

15.5 - AVALIAÇÃO

A avaliação do rendimento escolar será ampla e continua no sentido de revelar o aproveitamento e o grau de desenvolvimento atingido pelo aluno, bem como, de proceder à apuração para fins de aprovação:

a) proporcionar ao aluno a possibilidade de fazer uma síntese das experiências educacionais vivenciadas;

b) possibilitar através de registro de dados, controle e a identificação das dificuldades e deficiências do aluno no processo de aprendizagem.

Na apuração do rendimento escolar levar-se-á em conta as diversas formas de avaliação. A avaliação será constante, tendo um caráter de diagnóstico das dificuldades e de assessoramento na superação das mesmas e deverá abranger:

a) Avaliação de Aprendizagem Escrita – com referência aos conteúdos básicos da disciplina de LEM;

b) Avaliação da Aprendizagem Oral – conhecimento da forma estandard da língua de estudo, bem como o conhecimento e a valorização das variantes linguísticas (escolhas, estilos, criatividade e variação da língua) a partir dos conteúdos básicos da disciplina de LEM;

c c)Atividades Avaliativas – trabalhos escritos e/ou orais desenvolvidos individualmente e/ou em grupos como recurso para a fixação dos conteúdos básicos da disciplina de LEM;

d) Atividades Extraclasse - trabalhos de pesquisa, exercícios de caráter prático, materiais de apoio e projetos interculturais resultantes dos conteúdos básicos da disciplina de LEM, objetivando a complementação dos estudos da língua -alvo e de acordo com o Plano de Trabalho Docente .

1.

Ao final das avaliações de aprendizagem (escrita e oral), bem como das atividades avaliativas e das atividades extraclasse de cada bimestre de acordo com Projeto Político Pedagógico, será atribuída uma média bimestral, e posteriormente, uma média anual a cada aluno.

2.

Conforme a Instrução Normativa nº 019/2008 de 31 de outubro de 2008, 6.11 A avaliação da aprendizagem terá os registros de notas expressos em uma escala de 0,0 (zero vírgula zero) a 10,0 (dez vírgula zero). (…) 6.16 Os alunos do CELEM que apresentarem frequência mínima de 75% do total de horas letivas e a média igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero) serão considerados aprovados ao final do ano letivo (SUED/SEED, 2008, p. 5)

A avaliação do rendimento escolar deverá ser ampla e contínua, no sentido de promover o aproveitamento e o desenvolvimento atingido pelo aluno, assim como proceder à apuração para fins de aprovação.

O sistema de avaliação deste estabelecimento é composto pela somatória da nota 4,0 (quatro) referente às atividades diversificadas, adicionada à nota 6,0 (seis) resultante de no mínimo 2 (duas) avaliações (instrumentos diversificados) totalizando nota final 10,0 (dez vírgula zero).

Salienta-se que ao estabelecer critérios para a avaliação,

a seleção de conteúdos, os encaminhamentos metodológicos e a clareza dos critérios de avaliação elucidam a intencionalidade do ensino, enquanto a diversidade de instrumentos e técnicas de avaliação possibilita aos estudantes variadas oportunidades e maneiras de expressar seu conhecimento (DCE, 2008, p.33).

Por fim, de : com as DCE(2008, p. 32), “os instrumentos de avaliação devem ser pensados e definidos de acordo com as possibilidades teórico-metodológicas que oferecem para avaliar os critérios estabelecidos”.

Critérios de Avaliação – P1
Prática discursiva: Oralidade
Espera-se que o aluno:

- Utilize o discurso de acordo com a situação de produção (formal e/ou informal);
- Apresente suas ideias com clareza, coerência;
- Utilize adequadamente entonação, pausas, gestos;
- Organize a sequência de sua fala;
- Respeite turnos de fala;
- Explore a oralidade, em adequação ao gênero proposto;

- Exponha seus argumentos;
- Compreenda os argumentos no discurso do outro;
- Participe ativamente dos diálogos, relatos, discussões (quando necessário em língua materna);
- Utilize expressões faciais corporais e gestuais, pausas e entonação nas exposições orais, entre outros elementos extralinguísticos que julgar necessário.

Critérios de Avaliação
Prática discursiva: Leitura
Espera-se que o aluno:

- Realize leitura compreensiva do texto;
- Identifique o conteúdo temático;
- Identifique a ideia principal do texto;
- Deduza os sentidos das palavras e/ou expressões a partir do contexto;
- Perceba o ambiente (suporte) no qual circula o gênero textual;
- Compreenda as diferenças decorridas do uso de palavras e/ou expressões no sentido conotativo e denotativo.
- Analise as intenções do autor;
- Identifique e reflita sobre as vozes sociais presentes no texto;
- Faça o reconhecimento de palavras e/ou expressões que estabelecem a referência textual;
- Amplie seu léxico, bem como as estruturas da língua (aspectos gramaticais) e elementos culturais.

Critérios de Avaliação
Prática discursiva: Escrita
Espera-se que o aluno:

- Expresse as ideias com clareza;
- Elabore e re-elabore textos de acordo com o encaminhamento do professor, atendendo: as situações de produções propostas (gênero, interlocutor, finalidade e a continuidade temática);
- Diferencie o contexto de uso da linguagem formal e informal;
- Use recursos textuais como: coesão e coerência, informatividade, etc
- Utilize adequadamente recursos linguísticos como: pontuação, uso e função do artigo, pronome, numeral, substantivo, adjetivo, adverbio, etc;
- Empregue palavras e/ou expressões no sentido conotativo e denotativo, em conformidade com o gênero proposto;
- Use apropriadamente elementos discursivos, textuais, estruturais e normativos atrelados aos gêneros trabalhados;
- Reconheça palavras e/ou expressões que estabelecem a referência textual;

Critérios de Avaliação – P2
Prática discursiva: Oralidade
Espera-se que o aluno:

- Utilize o discurso de acordo com a situação de produção (formal e/ou informal);
- Apresente suas ideias com clareza, coerência;
- Utilize adequadamente entonação, pausas, gestos;

- Organize a sequência de sua fala;
- Respeite turnos de fala;
- Explore a oralidade, em adequação ao gênero proposto;
- Exponha seus argumentos;
- Compreenda os argumentos no discurso do outro;
- Participe ativamente dos diálogos, relatos, discussões (quando necessário em língua materna);
- Utilize expressões faciais corporais e gestuais, pausas e entonação nas exposições orais, entre outros elementos extralinguísticos que julgar necessário.

Critérios de Avaliação
Prática discursiva: Leitura
Espera-se que o aluno:

- Realize leitura compreensiva do texto com vista a prever o conteúdo temático, bem como a ideia principal do texto através da observação das propriedades estilísticas do gênero (recursos como elementos gráficos, mapas, fotos, tabelas);
- Localize informações explícitas e implícitas no texto;
- Deduza os sentidos das palavras e/ou expressões a partir do contexto;
- Perceba o ambiente (suporte) no qual circula o gênero textual;
- Reconheça diversos participantes de um texto (quem escreve, a quem se destina, outros participantes);
- Estabeleça o correspondente em língua materna de palavras ou expressões a partir do texto;
- Analise as intenções do autor;
- Infira relações intertextuais;
- Faça o reconhecimento de palavras e/ou expressões que estabelecem a referência textual;
- Amplie seu léxico, bem como as estruturas da língua (aspectos gramaticais) e elementos culturais.

Critérios de Avaliação
Prática discursiva: Escrita
Espera-se que o aluno:

- Expresse as ideias com clareza;
- Elabore e re-elabore textos de acordo com o encaminhamento do professor, atendendo: as situações de produções propostas (gênero, interlocutor, finalidade e a continuidade temática);
- Diferencie o contexto de uso da linguagem formal e informal;
- Use recursos textuais como: coesão e coerência, informatividade, etc
- Utilize adequadamente recursos linguísticos como: pontuação, uso e função do artigo, pronome, numeral, substantivo, adjetivo, adverbio, etc;
- Empregue palavras e/ou expressões no sentido conotativo e denotativo, em conformidade com o gênero proposto;
- Use apropriadamente elementos discursivos, textuais, estruturais e normativos atrelados aos gêneros trabalhados;
- Reconheça palavras e/ou expressões que estabelecem a referência textual;
- Defina fatores de contextualização para o texto (elementos gráficos, temporais).

15.6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In _____. **Estética da criação verbal**. São Paulo. Martins Fontes, 1952. p. 279-326.

DOLZ, J.; NOVERRAZ, M.; SCHNEUWLY, B. Sequências didáticas para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento. In: DOLZ, J.; SCHNEUWLY, B. **Gêneros orais e escritos na escola**. Campinas (SP): Mercado da Letras, 2001. p. 95-128. (Tradução de Roxane Helena Rodrigues Rojo e Glaís Sales Cordeiro).

FOUCAMBERT, J. **Modos de ser leitor:** aprendizagem e ensino da leitura no ensino fundamental. Curitiba (PR): Editora UFPR, 2008. 170 p. (Tradução de Lúcia Peixoto Cherem e Suzete P. Bornatto).

KOCH I. V. ; ELAS, V. M. **Ler e escrever** : estratégias de produção textual. São Paulo: Contexto, 2009. 220 p.

_____. **Ler e compreender**: os sentidos do texto. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2007. 216 p.

MARCUSCHI, L. A . **Produção textual, análise de gêneros e compreensão** . São Paulo: Parábola, 2008.

_____. Gêneros Textuais: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, A. P.; MACHADO, A R. ; BEZERRA, M.A. (orgs.) **Gêneros Textuais & Ensino**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003. p. 19-36.

_____. Oralidade e o Ensino de Língua: uma Questão Pouco “Falada”. In: DIONISIO, A P.; BEZERRA, M. A. **O livro didático de português:** múltiplos olhares. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001. Cap. 1. p. 19-32.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica.** Língua Estrangeira Moderna. Curitiba, 2008. 88 p. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diadia/arquivos/File/diretrizes_2009/I em pdf>Acesso em: 01 fev. 2009.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. **Instrução Normativa nº 019/2008**. Centro de Línguas estrangeiras Modernas (CELEM). Curitiba, 2008. 22 p. Disponível em: <http://www.diaadia.pr.gov.br/sued/arquivos/File/Instrução_2008/Instrução_019_CELEM.pdf> Acesso em: 01 fev. 2009.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Superintendência da Educação. **Resolução nº 3904/2008**. Centro de Línguas Estrangeiras Modernas (CELEM). Curitiba, 2008. 01 p.

WOGINSKI, G. R. Gêneros textuais e didatização de gêneros: reflexões sobre as dimensões das propostas didáticas no ensino e aprendizagem de línguas estrangeiras. In: **Anais** . 8º Encontro de Iniciação Científica e 8ª Mostra de Pós- Graduação. Faculdade. Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras (FAFIUV). União da Vitória (PR): Meio magnético (CD-ROOM), 2008. p. 56-66.

_____. Linguística aplicada ao ensino do espanhol como língua estrangeira – a interlíngua – interface espanhol e inglês : um estudo de caso com falantes da língua portuguesa. In: **Anais.** V Encontro de Iniciação e V Mostra de Pós- Graduação. Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras (FAFIUV). União da Vitória (PR): Meio magnético (CD-ROOM), 2005. 07 p.

_____.Conto literário: ferramenta de aproximação didática no ensino da língua espanhola. In **Anais**. IV Encontro de Iniciação Científica e IV Mostra de Pós – Graduação. Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras (FAFIUV). União da Vitória (PR): Meio magnético (CD-ROOM), 2004. 05 p.

Colégio Estadual Edith de Souza Prado de Oliveira- EFM

PARECER DO CONSELHO ESCOLAR

O Conselho Escolar deste estabelecimento de ensino, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Estatuto Próprio é de PARECER FAVORÁVEL à aprovação deste Projeto Político Pedagógico e Proposta Pedagógica Curricular .

Santo Antônio da Platina, março de 2012.

Presidente:
Lenilza Montanheiro Alcântara da Silva _____
Vice Presidente
Fabiana Claro de Oliveira Dias_____
Representante da Equipe Pedagógica:
Sonia Maria Brascka de Oliveira _____
Representante do Corpo Docente:
Claudia Pimentel Tramontin_____
Representante da Equipe Técnico Administrativa:
Ana Gisele de Oliveira _____
Representante da Equipe Auxiliar Operacional:
Rivas Soares Padilha_____
Representante dos Pais:
Silvana Mendes de Campos_____
Representante do Grêmio Estudantil:
Andrew Luiz dos Santos Rosa_____
Representante das APMF:
Terezinha Martins da Silva_____
Representante dos Movimentos Sociais:
Rafaela de Freitas Oliveira_____